

Geilson Fernandes de Oliveira  
Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira  
Francisco Paulo da Silva  
Daiany Ferreira Dantas  
(Orgs.).

# MÍDIA, DISCURSO E SOCIEDADE:

## PROBLEMATIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS



 **Pedro & João**  
editores

**Geilson Fernandes de Oliveira  
Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira  
Francisco Paulo da Silva  
Daiany Ferreira Dantas  
(Orgs.).**

**MÍDIA, DISCURSO E SOCIEDADE:  
PROBLEMATIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS**



**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Geilson Fernandes de Oliveira; Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira;  
Francisco Paulo da Silva; Daiany Ferreira Dantas [Orgs.].**

**Mídia, discurso e sociedade: problematizações contemporâneas.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 322 p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-5869-680-3**

1. Análise do discurso. 2. Mídia. 3. Mídias sociais. 4. UERN. I. Título.

---

CDD – 410

**Capa:** Felipe Roberto “Argila”

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Ricardo Giardina Leite

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2022

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>PARTE I - DISCURSO, GOVERNO E SABERES</b>	<b>12</b>
<b>DISCURSO E PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO NACIONAL: O SUJEITO PROFESSOR NO SEIO DA RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL</b> Rafaela Cláudia dos Santos e Antonio Genário Pinheiro dos Santos	<b>13</b>
<b>IDENTIDADES CRONOTÓPICAS PANDÊMICAS: DISCURSOS DOCENTES QUE REVELAM UMA SOCIEDADE CANSADA</b> Kassios Cley Costa de Araújo e Renata Archanjo	<b>33</b>
<b>PODER, POLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA</b> Israel Fonseca Araújo e Maria Eliza Freitas do Nascimento	<b>51</b>
<b>GOVERNAMENTALIDADE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DE SURDOS NO <i>YOUTUBE</i> E <i>FACEBOOK</i></b> Sara Cristina dos Santos Freires	<b>73</b>
<b>CIÊNCIA E FELICIDADE: PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM DISCURSO DE AUTOAJUDA</b> Maria Eliza Freitas do Nascimento e Thaliane Andrade de Lima	<b>86</b>
<b>PARTE II - DISCURSO, MÍDIA E SUBJETIVIDADE</b>	<b>108</b>

<b>A CONSTITUIÇÃO DA MULHER NEGRA EM CAPAS DA REVISTA RAÇA</b>	<b>109</b>
Francisca Verônica Pereira Moreira e Luciana Fernandes Nery	
<b>DE “BICHA” À “EXCELENTÍSSIMA SENHORA”: UMA GENEALOGIA DO CORPO TRANS</b>	<b>123</b>
Marcos Paulo de Azevedo e Nayara Nicolý Braga	
<b>“NÃO SAÍMOS DE CASA POR MENOS DE 10 MIL DÓLARES POR DIA”: O DISPOSITIVO DA MODA E O SURGIMENTO DAS SUPERMODELOS</b>	<b>140</b>
Marcelino Gomes dos Santos	
<b>CARTOGRAFIAS DE UM CORPO LIVRE: ATIVISMO DE MULHERES GORDAS NO <i>INSTAGRAM</i></b>	<b>163</b>
Thayonara Izabel Gomes Filgueira	
<b>ARTIGO DE LUXO OU NECESSIDADE BÁSICA: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NO DOCUMENTÁRIO ABSORVENDO O TABU</b>	<b>184</b>
Laís Emanuelle Borba de Brito	
<b>RITO DE PASSÁ: ARQUÉTIPOS DAS ORIXÁS FEMININAS E RITUAIS DA RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA</b>	<b>200</b>
Luane Fernandes Costa	
<b>PARTE III – HETEROGENEIDADES DO DIGITAL</b>	<b>221</b>
<b>DA PASSARELA AO <i>LIKE</i>: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE E IMAGEM ORGANIZACIONAL DA MARCA ÁGUA DE COCO</b>	<b>222</b>
Danilo Moisés de Moraes Rebouças	

<b>O OLHO, O ESPELHO E A OBJETIVA: REFLEXÕES CONCEITUAIS PARA O ESTUDO TRANS-HISTÓRICO DAS IMAGENS</b>	<b>240</b>
Raquel Assunção Oliveira e Josenildo Soares Bezerra	
<b>A EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA NA INTERNET E A LEI Nº 13.718/2018</b>	<b>257</b>
Eduarda Shirley Fernandes de Oliveira Vale Pedrosa e Rodrigo Vieira Costa	
<b>BLACK LIVES MATTER: O USO DO CIBERATIVISMO CONTRA A MORTE DE GEORGE FLOYD</b>	<b>276</b>
Heitor Pinheiro de Rezende, Kênia Bruna da Silva e Maria Helena de Medeiros	
<b>O SHIPPING DO ANTI-FÃ: CELEBRIDADES, PARÓDIA E CONSUMO TRASH NA FANFICTION DO SITE SPIRIT</b>	<b>296</b>
Antônio Hélio da Cunha Filho, Daiany Ferreira Dantas e Samir Magoya de Medeiros Santos	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES E AS ORGANIZADORAS</b>	<b>316</b>
<b>SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS</b>	<b>318</b>

## APRESENTAÇÃO

Vivemos uma época em que a relação entre as palavras e as coisas, cujos limites representativos foram deflagrados por Michel Foucault, tem adensado e se reconfigurado constantemente.

Se no século XX as mídias se tornaram um espaço de expansão das fronteiras discursivas, tornando-se a arena pública de debates, simulações, centro de disputa de sentidos e vigilância política, atualmente, percebemos uma sociedade já imersa na midiatização, na qual saberes e poderes só podem ser compreendidos mediante a análise das tendências e contradições dos discursos midiáticos.

Na presente coletânea de artigos, intitulada *Mídia, discurso e sociedade: problematizações contemporâneas*, observamos a emergência de possíveis novas epistemes discursivas, advindas de ambientes e práticas que ora mantém a propriedade de um contexto voltado à replicação massiva da univocidade de saberes e poderes, servindo à projeção de supostas verdades históricas, ora expõem a ambiguidade e conflitos desses campos enunciativos, remanescentes das práticas que os forjam. Palavras e coisas são construções capazes de atestar ou confrontar fortemente as fontes de poder que as abastecem. E estas ganham particular complexidade na plurivocidade das mídias do século XXI, com suas narrativas transmidiáticas, seu excesso de transparência e exposição, convocando análises plurais e que admitem tal fluidez heterotópica.

Os discursos das mídias precisam ser estudados de modo a compreendermos quais cenários se erigem nessa disputa por continuidade histórica de sentidos e quais simulações de verdade surgem da utilização dos dispositivos de reprodução do poder, bem como das existências que dissidem destes. Na presente obra, autores e autoras transitam entre as órbitas de saber e poder, que conjugam opacidade e transparência, controle e subordinação, vontades de verdade e dissimulação, por meio de práticas que promovem pós-verdades, verdades e versões.

Os dispositivos de controle do poder e da verdade, as pedagogias de existência e o engendramento de práticas de subordinação e dissidência admitidos neste livro nos possibilitam refletir sobre a mídia enquanto um dispositivo de enunciação (RODRIGUES, 2016), entendendo-a como uma instância que atua de modo efetivo na construção social de realidades (BERGER; LUCKMANN, 1985), arregimentando formas de ver e ser visto, bem como de ser, estar e sentir, elementos articulados a modelos biopolíticos, dispositivos e tecnologias de governo, agenciando, portanto, subjetividades e sociabilidades particulares.

Para compreendermos as singularidades da mídia enquanto formadora e transformadora do social por meio de campos discursivos, dividimos os artigos que compõem a presente obra em três partes distintas. Na primeira delas, *Discurso, Governo e Saberes*, observamos análises que consideram disputas em torno da questão do governo e o embate por legitimidade entre os discursos que arregimentam as narrativas em torno do saber científico, no contexto de biopoder e controle que matiza a sociedade atual.

Na segunda parte, *Discurso, Mídia e Subjetividade*, apresentamos um conjunto de artigos que analisam as subjetividades contemporâneas, suas resistências e deslocamentos de sentido. No terceiro momento, confluem artigos que abordam *Heterogeneidades do digital*, este, visto como espaço de linguagens e identidades fluidas, de disputas e rearranjos, propenso à constituição de práticas que evidenciam as relações de saber e poder, a partir de repetições, exclusões, hipertextualização e novos agenciamentos. Individualmente, cada contribuição, a seguir, brevemente descrita, adiciona um elemento distinto ao conjunto das análises.

Abrindo as discussões da primeira parte do livro - *Discurso, Governo e Saberes* -, Rafaela Cláudia dos Santos e Antonio Genário Pinheiro dos Santos apresentam o artigo "*Discurso e protagonismo na educação nacional: o sujeito professor no seio da responsabilização social*", abordando as formas a partir das quais o sujeito professor é constituído por meio dos discursos que circulam em diferentes

materialidades. Em *“Identidade cronotópicas pandêmicas: discursos docentes que revelam uma sociedade cansada”*, Kassios Cley Costa de Araújo e Renata Archanjo, por sua vez, refletem sobre aspectos constituintes da sociedade em rede e como estes reverberam nas práticas profissionais dos professores, sobretudo, no contexto de pandemia da Covid-19.

Em sequência, Israel Fonseca Araújo e Maria Eliza Freitas do Nascimento, com o artigo *“Poder, política e governamentalidade: uma análise discursiva sobre a devastação da Amazônia brasileira”*, analisam a produção de sentidos em discursos sobre a devastação da Amazônia, o que é feito por meio de um olhar atento e reflexivo, a partir do qual indicam que tais discursos se articulam a uma memória discursiva, retomando estratégias do biopoder, tendo em vista as políticas de manutenção da vida.

Já em *“Governamentalidade e produção de subjetividades de surdos no Youtube e Facebook”*, Sara Cristina dos Santos Freires analisa a produção discursiva de pessoas surdas nas redes sociais, observando como tal prática se constitui enquanto ato de resistência, considerando uma ordem discursiva que patologiza a surdez e o sujeito surdo. Fechando a primeira seção, Maria Eliza Freitas do Nascimento e Thaliane Andrade de Lima, a partir do artigo *“Ciência e felicidade: produção de sentidos em discurso de autoajuda”*, refletem sobre os saberes e poderes inerentes a um tipo de discurso que tem circulação fulgurante no tempo presente: o de autoajuda. Em suas análises, as autoras destacam o quanto se tem, a partir desses discursos, uma mobilização relativa aos cuidados do sujeito consigo mesmo, o que é demandado por meio de dicas alicerçadas em saberes científicos.

Na segunda parte do livro - *Discurso, Mídia e Subjetividade* -, temos o artigo *“A constituição da mulher negra em capas da revista Raça”*, de Francisca Verônica Pereira Moreira e Luciana Fernandes Nery, que discute sobre como se dá a constituição do sujeito mulher negra em enunciados presentes nas capas da Revista Raça. Para tanto, as autoras partem do campo dos estudos discursivos foucaultianos, pontuando o relevante papel social que a mídia

possui na atualidade. Logo a seguir, em *“De “bicha” à “excelentíssima senhora”: uma genealogia do corpo trans”*, Marcos Paulo de Azevedo e Nayara Nicoly Braga traçam uma genealogia do corpo trans em capas do jornal *Lampião da Esquina* (1981) e da revista *Cult* (2021), discutindo como em cada período histórico tais suportes midiáticos promovem modos de objetivação/subjetivação dos indivíduos trans.

Marcelino Gomes dos Santos, em *“Não saímos de casa por menos de 10 mil dólares por dia’: o dispositivo da moda e o surgimento das supermodelos”*, aborda a moda como um dispositivo e analisa os sentidos a partir dela engendrados e os efeitos produzidos, atentando especialmente para a categoria “supermodelos”, emergência histórica e discursiva que demarca um novo campo de discursividades. Com *“Cartografias de um corpo livre: ativismo de mulheres gordas no Instagram”*, Thayonara Izabel Gomes Filgueira apresenta uma reflexão sobre o ativismo pelo corpo livre, sobretudo, o corpo identificado e reconhecido como gordo. Cartograficamente, a autora relaciona experiências pessoais com as de ativistas, momento em que a resistência aos discursos e poderes dominantes insurge, ao mesmo tempo em que se tem a vazão do amor por si mesmo e ao próprio corpo como ato essencialmente político e, portanto, de contrapoder.

Laís Emanuelle Borba de Brito, com *“Artigo de luxo ou necessidade básica: uma análise sobre a violência simbólica de gênero no documentário Absorvendo o Tabu”*, apresenta uma discussão sobre a pobreza menstrual e suas facetas na contemporaneidade. Para tanto, parte do campo da Análise do Discurso francesa em diálogo com os estudos de gênero e a percepção bourdieusiana de violência simbólica. Por sua vez, com *“Rito de passa: arquétipos das Orixás femininas e rituais da religiosidade afro-brasileira”*, Luane Fernandes Costa se propõe a analisar as imagens audiovisuais de uma cantora afro-brasileira e Umbandista, MC Tha, com ênfase em investigar de que forma sua arte-ritual se manifesta enquanto afirmação política, estética e ancestral, conversando diretamente com as questões da

diáspora e da decolonialidade, fechando as discussões da segunda parte da obra.

Na última parte do livro - *Heterogeneidades do digital* -, a seção é iniciada com o trabalho “*Da passarela ao like: uma análise da identidade e imagem organizacional da marca Água de Coco*”, de Danilo Moisés de Moraes Rebouças, que analisa a (in)congruência do desfile verão 2019 da marca Água de Coco – intitulado Hotel Collection – e a comunicação da marca através do seu perfil no Instagram (@aguadecoco). Mais adiante, Raquel Assunção Oliveira e Josenildo Soares Bezerra, em “*O olho, o espelho e a objetiva: reflexões conceituais para o estudo trans-histórico das imagens*”, realizam uma reflexão acerca da dimensão discursiva das imagens, tendo como ponto de partida a noção de intericonicidade apresentada por Jean-Jacques Courtine, colocando em diálogo imagens que correspondem a distintas temporalidades e que de alguma maneira tensionam a questão do ver e ser visto.

A questão relativa a visibilidade também é trabalhada, a partir de ótica particular, em “*A exposição pornográfica não consentida na internet e a lei nº 13.718/2018*”, de Eduarda Shirley Fernandes de Oliveira Vale Pedroza e Rodrigo Vieira Costa, quando os autores analisam o fenômeno da pornografia de revanche e as modificações trazidas pelo novo dispositivo ao Código Penal Brasileiro, o que é feito tomando como base uma revisão bibliográfica, utilizando-se da legislação atual, revistas, teses e artigos jurídicos.

Heitor Pinheiro Rezende, Kênia Bruna da Silva e Maria Helena de Medeiros, a seu turno, apresentam uma discussão sobre o ativismo nas redes com o trabalho intitulado “*Black Lives Matter: o uso do ciberativismo contra a morte de George Floyd*”, quando debatem sobre as dinâmicas, práticas, políticas e estratégias do movimento BLM, bem como sobre o uso das redes sociais especificamente quando do acontecimento relativo a morte de George Floyd, apontando para o grande potencial de mobilização desse tipo de ativismo.

No artigo que fecha a obra, Antônio Hélio da Cunha Filho, Daiany Ferreira Dantas e Samir Magoya de Medeiros Santos atentam para um fenômeno atual e característico dos tempos

correntes: a produção de discursos por sujeitos comuns, fruto do contexto da convergência e da cultura participativa. Em “*O shipping do anti-fã: celebridades, paródia e consumo trash na fanfiction do site Spirit*”, os autores problematizam sobre como as narrativas construídas e com circulação efetiva nas redes demarcam um novo cenário, a partir dos quais outros saberes são demandados, ao mesmo tempo em que o sujeito comum passa a produzir outros discursos, dando vazão à criatividade, à paródia e ao risível.

Desejamos a todos, todas e todes, reflexões potentes derivadas desta leitura.

Cordialmente,  
Os organizadores e as organizadoras:  
Prof. Dr. Geilson Fernandes de Oliveira;  
Profa. Ma. Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira;  
Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva e  
Profa. Dra. Daiany Ferreira Dantas.

## REFERÊNCIAS

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano Fernandes. Rio de Janeiro: editora Vozes, 1985.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e organização Roberto Machado. 26.ed. São Paulo: Graal, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21.ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Trad. S. T. Muchail. São Paulo: Martins fontes, 2002.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Afinal o que é a mídia?**. Disponível em: <http://www.ciseco.org.br/index.php/artigos/279-afinal-o-que-e-a-midia>. Acesso em: 05 abr. 2016.

**PARTE I**  
***DISCURSO, GOVERNO E SABERES***

# DISCURSO E PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO NACIONAL: O SUJEITO PROFESSOR NO SEIO DA RESPONSABILIZAÇÃO SOCIAL

Rafaela Cláudia dos Santos  
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante do cenário educacional contemporâneo e face às muitas implicações provenientes das decisões governamentais no cenário brasileiro, faz-se cada vez mais urgente discutir os atravessamentos e as políticas que são dirigidas, em escala nacional, ao ensino e, em consequência, ao professor. Nessa conjuntura, e tratando a verdade como um efeito, como uma operação de vontade (FOUCAULT, 2011), discutimos neste trabalho o lugar discursivo dos documentos que compõem a base da legislação educacional no Brasil, a saber: CF, LDB e BNCC. Pelo lugar institucional e pela posição de legitimidade que reclamam, tais documentos são aqui abordados como espaços de poder e de saber, assim como enunciados inscritos na sombra de determinados acontecimentos discursivos.

A proposta é a de empreender um gesto de leitura discursiva acerca da verdade, considerando-a em sua condição de produção social e histórica, atrelada a efeitos de poder e de saber, assim como abordado por Foucault (2009) em sua *Microfísica do Poder*. Vale ressaltar que os efeitos de sentido oportunizados nesse discurso são abordados por meio do gesto interpretativo que lançamos aos enunciados, a partir das diversas condições de produção (de enunciação) sob as quais são erguidas as narrativas sobre a educação e sobre o lugar do professor no Brasil. Entendemos que tais documentos são mobilizadores e produtores de subjetividade, em especial no que tange ao professor e às posições e lugares discursivos por ele ocupados e a ele reservados no escopo da visibilidade pública.

Nessa perspectiva, buscamos ancoragem teórica e metodológica nos pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, o que nos permite discorrer sobre as contribuições do filósofo francês Michel Foucault. Aqui encontramos fundamentação para o que podemos apresentar como método arqueogenealógico (FOUCAULT, 2008), instrumento que põe em relevo o batimento entre a interpretação e a descrição de discursos e de sentidos, na tentativa de não apenas relacionar o discurso a um presente imediato, mas de lançá-lo no escopo da exterioridade reclamada e implicada em sua estrutura e acontecimento.

A discursividade intrínseca aos documentos que oportunizam nossa discussão é, na proposta de nosso texto<sup>1</sup>, espaço produtivo a partir do qual podemos observar as matrizes de sentido e o trânsito de dizeres provenientes da cobertura da mídia sobre a educação nacional. Sentidos e dizeres que são oportuna e tangencialmente trabalhados no espaço da visibilidade pública, a partir de determinados trajetos do dizer verdadeiro, uma vez que “se analisarmos o funcionamento discursivo da mídia, podemos entrever esses movimentos de resgate da memória e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social” (GREGOLIN, 2003, p. 96).

## **DISCURSIVIDADE E SENTIDO NA EDUCAÇÃO NACIONAL: A POSITIVIDADE NO DIZER DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**

Abordada sob a óptica discursiva, a legislação educacional constitui-se como um instrumento de disciplinamento, controle e regulação de práticas, entrelaçado por enunciados que oferecem e

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa *Discurso, parresía e subjetivação: a enunciação da verdade no contexto da formação docente em Letras*, desenvolvido junto ao curso de Letras da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó e vinculado ao Grupo de Pesquisa *Práticas Linguísticas Diferenciadas* – FELCS/UFRN.

balizam a positividade de um dizer legítimo e verdadeiro. Tais diretrizes legais são um conjunto de instrumentos de base histórica, cuja fundamentação é fruto de uma formulação organizada por profissionais que definem, a partir de uma determinada ordem social e discursiva, o que acreditam ser crível e necessário para o bem comum da coletividade. Isso acontece via educação e pelo prisma da equiparação social do Brasil como país atento aos preceitos do desenvolvimento econômico internacional. Há sempre índices e aferições numéricas que atestam a eficiência e selam a qualidade do sistema educacional do país.

Nesse entremeio, é o sujeito-professor levado a assumir determinada posição em função dos discursos institucionais que circulam e que dizem respeito à sua postura, enquanto profissional, e à sua qualificação, enquanto recurso humano inscrito na ordem macroeconômica nacional. Marcada nessas condições sociais e históricas, a legislação educacional brasileira suscita discursividades (o *falar sobre*, as retomadas e associações com outros dizeres, as aproximações com outros discursos, o movimento de memórias em torno do *dito*) que versam sobre o sistema de ensino e suas implicações para os atores sociais envolvidos, com destaque não só para o professor, mas, em consequência, também para o aluno.

Nessas condições, lançamos mão do conceito de discurso, entendendo-o como um instrumento que possibilita a mobilização de efeitos de sentido. Este, por sua vez, não é um construto apriorístico, a manifestação *recitada* de um *já lá*, ao contrário, é uma produção que está ligada a condições de produção determinadas. Entendemos o discurso como “o que faz com que todas as coisas ditas se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas” (FOUCAULT, 2008, p. 147). Está ele vinculado, portanto, a condições históricas e sociais determinadas. Condições essas que são atravessadas e instigadas por valores, práticas, regras sociais, deveres, condutas, as quais ditam *formas de ser e modos de agir*, face à ordem social contemporânea.

O discurso é visto, então, não como uma produção cujos contornos possam ser objetivamente delineados, previsíveis ou conhecidos em uma linearidade de alcance estimado, mas a partir de sua característica de dispersão, de descontinuidade, de espaço de luta e de tensão. O discurso é, assim, uma manifestação dinâmica e fluida, escorregadia porque ligada à história; objeto de desejo porque marcado e oportunizado na rubrica de uma subjetividade; arena de lutas porque circunscrito em tramas e movências que buscam controlar seus perigos e esquivar-se de sua *temível* materialidade<sup>2</sup>. Conjunto de enunciados dispersos “que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p. 122), é assim que podemos falar, por exemplo, e a partir dos preceitos foucaultianos, de discurso econômico, discurso clínico, discurso humanitário, discurso político, discurso midiático. No caso da presente discussão, falamos do discurso educacional de base legal que institui os efeitos de protagonismo e de responsabilização social ao sujeito professor.

Os discursos estão imbricados, ligados, sem, no entanto, obedecer a princípios de origem, de linearidade casual, de consequência, e sua análise deve partir das condições a partir das quais foram mobilizados determinados dizeres - e particularmente estes e não outros em seu lugar. É o que defende Foucault (2008, p. 93) ao propor que a análise discursiva deve:

Descrever a operação que foi efetuada, em sua emergência - não o que ocorreu antes, em termos de intenção, ou o que ocorreu depois, em termos de “eficácia”, mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado - e precisamente neste enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas.

É importante ressaltarmos que neste empreendimento de leitura discursiva não importa, portanto, considerar as precedências e sucessões de um determinado discurso ou sentido,

---

<sup>2</sup> Conforme encontramos nas postulações de *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2006).

mas buscar as relações, as estratégias, os regimes, as regras e as manobras que permitem que determinado dizer, discurso, verdade (e não outro em seu lugar) venha à tona e faça-se presente em determinado momento histórico, a partir de condições sociais, históricas, políticas, econômicas determinadas.

A partir desses apontamentos, voltamo-nos para os documentos basilares e regulamentadores da educação nacional, lendo-os como fatos de discurso, o que nos permite, por uma questão de opção metodológica, destacar sua condição de enunciado. Trata-se de considerar tais produções a partir dos efeitos de saber-poder que instituem ao sujeito-professor a marcação de um lugar discursivo para a educação brasileira. Tal movimento é, então, oportunizado no seio das dizibilidades que se repetem, se retomam e se reclamam quando observamos, por exemplo, a historicidade *do dizer* - e a forma como esse dizer tem sido conduzido - e *do falar sobre* a educação no Brasil (sua história, sua qualidade, sua condição, sua condução pelo governo, etc.).

## **AS IMPLICAÇÕES ENTRE SABER E PODER: AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO**

Na perspectiva da genealogia foucaultiana, entende-se que o poder é o material que sustenta e fundamenta as relações sociais, haja vista que é socialmente que ele se produz e circula. Não é que devemos buscá-lo nas formas tradicionais de dominação, ou tão somente no aparelhamento estatal, mas de enxergá-lo como força diluída em toda e qualquer relação entre sujeitos.

Toda relação social constitui-se, portanto, como uma relação de poder. Poder e saber implicam-se mutuamente, dão-se num jogo dinâmico de coexistência e de força. Saber e poder são indissociáveis, “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 30).

Em sua *Arqueologia do saber*, Michel Foucault discorre sobre o saber mostrando suas ligações com a instituição. Segundo o autor, no escopo das epistemes, o saber encontra-se como possibilidade de utilização e de apropriação daquilo que é oferecido pelos discursos. É ele o material que enxerta os enunciados com valor de verdade (ou de negação), que o imprime marcas de valoração (ou recusa), que provoca a alcunha de *certo* ou de *errado*, que promove, enfim, uma positividade às coisas. Para Foucault (2008, p. 204) o saber é:

[...] é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...] é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam.

Saberes e poderes voltados ao disciplinamento de condutas dos sujeitos sociais, instituindo, a partir de uma determinada política da verdade, os comportamentos, os pensamentos, as formas de *ser si* e os modos de agir (FOUCAULT, 2010). Dessa forma, a relação entre saber-poder no âmbito institucional da área da educação contribui para a demarcação de lugar de subjetividade, isto é, evidencia o cenário a partir do qual destaca-se a posição-sujeito do docente. É com base nessa temática da articulação que Foucault busca abordar a questão da verdade. A partir da *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2009), o autor propõe que a verdade seja entendida como uma produção histórica, atravessada e agenciada por meio das relações de saber-poder e de condições de produção determinadas.

Nesta perspectiva, temos a proposta de que cada sociedade acolhe e desenvolve seu regime de verdade de forma particular, conforme uma dada temporalidade e circunstância. A verdade manifesta-se, portanto, como uma vontade - uma *vontade de verdade* - que busca legitimidade (tornar-se crível, única e universal ao grupo) e

institucionalidade, no sentido de ser ela o que prevalece (CANDIOTTO, 2006).

No caso da legislação educacional brasileira, a verdade - a vontade de verdade - efetiva-se a partir da institucionalização de regras, de modos e preceitos de condutas dos sujeitos imbricados no processo. Tal operação volta-se, por exemplo, para a determinação e marcação de conteúdos e temas objeto do ensino, para a oficialização de instrumentos reguladores e regimentais nos diferentes níveis e modalidades de educação, para as políticas de formação e qualificação docente, para os métodos de avaliação de aprendizagem, e etc.

Neste cenário, os efeitos de verdade são alcançados quando da materialidade de um discurso que, no escopo de sua historicidade no Brasil, marca a educação nacional em um trajeto temático que oscila entre sentidos de precariedade (e de abandono) e de desafio (e renovação), mas sempre no seio da oferta de condições para a transformação da sociedade, com a justificativa de ser essa política fruto de uma garantia constitucional e de um *direito adquirido* do povo. Ainda neste tocante, podemos assinalar os efeitos de sentido de protagonismo e, portanto, de responsabilização social endereçados ao sujeito-professor, ao qual é reservada uma posição dual entre a decisão de garantir o sucesso - por meio de um fazer pedagógico didaticamente coerente e socialmente engajado - e de ser afetado pelas condições materiais de um sistema falho - o lugar de descrédito e de precariedade associada ao papel docente e à escola nacional.

Nesta perspectiva, na materialidade linguística (e pela retomada dos sentidos que por ela ecoam) dos artigos, incisos e parágrafos que constituem o texto da educação nacional (CF, LDB, BNCC) utiliza-se do enunciado da lei para buscar instituir uma universalidade do dizer, uma aceitação comum e partilhada (de parâmetros para o ensino, de diretrizes sobre a formação docente, da política geral que determina o perfil de professor, e etc.). Tem-se aqui o exemplo de um *já-dito* sobre a educação nacional, o qual é retomado como reforço da máxima de que a transformação do

ensino é a chave para se alcançar um padrão de qualidade, dada a sua efetivação em padrões internacionais e sua adequação à realidade interna do país.

Além disso, a estrutura do discurso legal faz ressoar as marcas ordenadas de um dizer que busca evidenciar um efeito de monossemia do significante. Tais características assinalam a regularidade e a singularidade de um dizer legítimo, um discurso de base legal que, por sua vez, vincula-se à educação nacional pelo viés da instituição. É o que podemos observar, ilustrativamente, em diversas passagens<sup>3</sup> dos textos mencionados, conforme disposto a seguir:

No texto constitucional (CF/88, p. 123):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, *visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...].

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - *valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;*

VI - *gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*

VII - *garantia de padrão de qualidade;*

VIII - *piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.*

Na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB/MEC, 1996, p. 8-32):

Art. 1. *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*

---

<sup>3</sup> Em todos os destaques dos trechos a seguir o itálico é nosso.

§ 1 *Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.*

§ 2 *A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.*

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores

Art. 43. *A educação superior tem por finalidade:*

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, *aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.*

No conjunto de competências e nas diretrizes fundamentais estipulados na proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/MEC, 2016, p. 9-13):

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética *nas diversas práticas sociais* (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, *resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.*

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem *entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.*

[...] Por meio da *indicação clara do que os alunos devem “saber”* (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, *sobretudo, do que devem “saber fazer”* (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, *do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho*), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

Destacamos aqui o funcionamento discursivo impetrado no texto de base legal da educação brasileira, isto é, a materialidade de um discurso enquanto operação endereçada que busca, por exemplo, resgatar o ideal de promoção de vida melhor, da ética e da moralidade, sob o preceito da formação do cidadão de bem e da manutenção da ordem social. Contudo, não se trata de apontar, nos artigos e incisos e demais passagens assinaladas, a definição do que seria verdadeiro ou falso, de destacar a evidência de um *trabalho de direção de consciências* (pela marcação objetiva de um dizer que incide sobre como devem ser as *coisas*), mas de notar o trabalho com uma vontade da verdade que se quer estabelecer ao longo do tempo e da história.

Nos trechos destacados, é possível alcançar efeitos de sentido de generalidade e universalização da educação, notadamente naquilo que fundamenta a proposta de se promover um ensino equânime e de qualidade. Tal operação discursiva realinha o enunciado da lei com o discurso (de mercado, o econômico, o humanitário, e etc.) no seio da questão da manutenção da ordem social e econômica. O desejo é, portanto, o de instituir uma determinada ordem comum de aceitação das coisas ditas, de práticas e saberes, o que garante a essa verdade institucional um ancoradouro em determinados princípios de governo, de norma e regulamentação. Nas palavras de Gadelha (2009, p. 175):

Para o que nos importa, não podemos perder de vista o cruzamento de ambas no campo de práticas e saberes que informam a educação, seja ela escolarizada ou não, ou nas políticas que a atravessam e a agenciam para determinados fins estratégicos, determinando sua instrumentalidade, operacionalidade, produzindo determinados efeitos de saber-poder e incrementando novas formas de governamentalidade.

Face ao exposto, podemos destacar que, aos docentes, é reservada uma ordem de dizer que implica na subjetivação de sua posição-sujeito, isto é, são eles inscritos em espaços de evidência, tendo suas práticas e seu fazer pedagógico balizados pelo o que é dito e defendido nos documentos institucionais do governo. Na

LDB, bem como nos demais documentos da educação nacional, ressalta-se a necessidade da União, dos Estados e do Distrito Federal em garantir a educação como vetor maior de formação cidadã e de preparação para a vida profissional.

Desse lugar discursivo, fala-se de uma verdade que precisa ser afirmada, reconduzida, na expressão de um efeito de direção e de objetividade. A lei busca imprimir um efeito de linearidade, desbancando os recursos da retórica. O que a lei enuncia é direto, e marca o lugar de uma verdade única e linear. Ao trilhar o caminho da discursividade, é crível evidenciar que a educação está vinculada às áreas da economia, da política e também da iniciativa governamental, constituindo-se sob o efeito de uma essencialidade profunda e como uma ordem a que estamos todos sujeitos. Somado a isso, precisamos considerar que a educação nacional tem sua condição de discurso alavancada pela cobertura empreendida pela mídia e pelo saber especializado quando da apreciação de suas bases, de suas condições e de seus resultados no país.

Nesse sentido, considerando a intrínseca relação entre o que é proposto para a educação a partir da CF, LDB e BNCC e o que preenche o espaço da discursivização desse tema na mídia, podemos lançar um olhar para as relações de sentido que podem ser mobilizadas em produções que circulam ou circularam socialmente, tais como capas de revista e manchetes de matérias noticiosas. Para tanto, entendemos esses recursos como materialidades midiáticas, as quais constituem-se como textos sincréticos, produções cuja marcação material está atrelada à relação entre texto e imagem.

Justificamos a opção pelas respectivas materialidades em função da visibilidade que elas atribuem, no plano do discurso e do sincretismo de sua produção, ao lugar social do professor sob o escopo do protagonismo e ação, bem como a evidência à educação como espaço fomentador de mudança e de transformação social. Além disso, destacamos que tais objetos ilustram as características do enunciado foucaultiano, em especial, no que tange à implicação, no discurso que suscitam, de uma posição de sujeito, um campo

referencial, um domínio associado e uma materialidade determinada (FOUCAULT, 2008).

**Figura 1** - Capa Revista Nova Escola Educadores que transformam



Fonte: Revista Nova Escola (2015)

**Figura 2** - Capa Revista Nova Escola Quem são os professores do amanhã.



Fonte: Revista Nova Escola (2018).

Na primeira materialidade (Figura 1), notamos a presença predominante de uma produção em cores – cinza, vermelho e amarelo – captada no sincretismo da imagem, a qual instiga efeitos de sentido de evidência para o paralelismo entre o *colorido*, representado pelos docentes, e o *cinza*, presente na figura do famoso “pensador”. Este, por sua vez, ao resgatar a figura do homem pensante, do homem que está ligado ao saber, do *homo sapiens* que está sendo lapidado (e não necessariamente construído), impele o olhar para a regularidade da cor do cimento, produto que é usado, por exemplo, na construção civil. Trabalha-se assim com a possibilidade de vinculação entre saber (dada a sua necessidade de periódica atualização e aperfeiçoamento) e lapidação (no escopo do aprimoramento e adequação a uma determinada demanda).

Ainda no tocante à figura 1, observamos o desataque atribuído à posição-sujeito de professor, pela inserção de *personagens* na cena da lapidação do monumento. São eles, os professores, portanto,

que edificam o ensino, sensíveis às necessidades de mudança, de transformação e de adequação dessa construção frente às demandas do mundo. A imagem da capa retoma os efeitos de sentido que são evidenciados na legislação educacional, em especial, aqueles que reforçam a missão hercúlea do professor, inscritos na justificativa do protagonismo e da transformação, a fim de se promover o bem estar da sociedade.

Na figura 2, é possível alcançar o efeito de sentido da multiplicidade e do caráter heterogêneo do ensino, retratado pela imagem recortada de rostos de diversos docentes, todos com características particulares, mas, ao mesmo tempo, todos eles comungando de um objetivo comum que é o olhar para o amanhã, para o futuro. A indagação que abre a chamada da capa – *quem são os professores do amanhã?* – estetiza o desafio da *escola do futuro*, a partir de um gesto que faz imprimir o efeito de dúvida se, por exemplo, estarão os professores preparados para as demandas vindouras.

Seguindo a essa indagação, na parte inferior da capa aparece o enunciado de que *“eles vêm do mesmo mundo que muito de seus alunos e estão insatisfeitos com a escola como ela é”*. Por esse motivo, é lançado o convite para o leitor conhecer *“as pessoas que querem mudar profundamente o ensino no Brasil”*. Nessa perspectiva, por meio do efeito de sentido da tomada de consciência pelos professores sobre como eles querem ver o ensino do amanhã, podemos assinalar a marcação de efeitos de pioneirismo e de decisão, quase que sob o preceito de uma escolha particular daqueles sujeitos, para atingir a condução de tal trabalho pelo professor.

Assim, a evidência recai sobre o fato de que é o professor, e apenas ele, quem pode engendrar o sonho de uma educação melhor no futuro, um sistema capaz de distanciar o ambiente de caos e de precariedade, qualidades essas tão marcadamente advogadas para sua situação na contemporaneidade.

É esse trajeto de interpretação que pode ser também aludido na figura 1. Ao observar a representação do pensador no centro da capa da revista com destaque para as características físicas de um jovem, é possível alcançar o efeito de sentido da edificação de um produto

novo, diferente, *jovem*. Estabelece-se, assim, uma conexão com o nome da revista (*Nova Escola*) colocada no mercado como um operador de discursos voltados à oferta de inovações na área educacional e, por conseguinte, destaca-se a linha tênue entre o *novo ensino* e a necessidade de renovação e de inovação por parte dos docentes.

Por meio da capa retratada na figura 1, também é possível alcançar o efeito de sentido de que os professores têm uma intimidade com a produção do saber, pois estão lapidando um produto que pode ser comparado ao ensino. Na imagem, a ausência do signo linguístico *capacete* (objeto que é de uso obrigatório no setor da construção civil) e de ferramentas por aqueles que lapidam o *monumento* faz ressoar a operação que busca marcar o trabalho do professor (um trabalho com o saber) e não de profissionais de outros campos (que, para tanto, teriam de usar adereços de segurança e ferramentas especializadas). Assim sendo, *lapidar* o saber pode ser uma tarefa diária dos professores, algo cuja tipicidade constitui-se como rotina de um fazer pedagógico. Trata-se da afirmação de uma verdade que incita a alcunha do protagonismo docente nessa frente de atuação didático-pedagógica.

Ao observar a disposição dos *trabalhadores* na obra (que ocupam, por essa leitura discursiva, a posição-sujeito de professor), podemos observar que nenhuma parte do “corpo do pensador” deixa de ser restaurada. Isso diz respeito à tentativa de mostrar que a educação, sob o efeito de uma integralidade de processo, de conjunto, é sempre ligada a um trabalho compartilhado, coletivo e social, ainda que a proposta seja a de aferição e atribuição de uma responsabilização ao sujeito-professor.

Retomando a materialidade imagético-discursiva da figura 2 (e comungando com a memória do discurso sobre a educação no Brasil) podemos reforçar a evidência que é atribuída àquilo que está por vir. É essa uma característica típica da mediação dos discursos, visto que é preciso incorrer na temporalidade de um dizer para, então, abordá-lo no que ele tem de novo, de inédito e de autêntico. É sob esta operação que são instigados os efeitos de uma mudança que está sempre lá, na distância próxima de um projeto,

na atitude de um presente que o liga ao futuro. Esse efeito de sentido reforça, ainda, nossa recorrência ao conceito de discurso em Foucault (2008), a partir do efeito de descontinuo e de dispersão que ele alcança.

Portanto, considerando os enunciados que fomentam a discussão sobre a educação, podemos assinalar que este campo emerge como um acontecimento discursivo, como um jogo polêmico de saber-poder, apresentado e discutido a partir de um espaço de visibilidade, gerador de dizeres outros. Estes são alcançados na/pela mobilidade de memórias de um *já-dito* sobre a política educacional brasileira e na temporalidade história de seu próprio acontecimento. A mídia coloca-se, assim, como veiculadora dos diversos discursos empregados pela sociedade sobre a educação, reclamando para si mesma uma posição de imparcialidade, isenção e de responsabilidade social pela vigilância perene que atribui à história das *coisas ditas*. Nas palavras de Gregolin (2007, p. 13):

Pensando a mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. Trata-se, portanto, de procurar acompanhar trajetórias históricas de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, podemos destacar que a rede de ensino – especialmente os professores – serão os responsáveis por uma transformação na área educacional, uma vez que serão eles “os grandes protagonistas” desse movimento (BRASIL/MEC, 2016, p. 6). Tal documento é constituído como um texto da atualidade, tido como necessário e urgente, pois visa normatizar medidas imprescindíveis a serem tomadas de forma imediata pelo sistema educacional do país. É nesse cenário que é apresentada, como medida prioritária, a formação dos professores, face à novidade do respectivo documento:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC (BRASIL/MEC, 2016, p. 21).

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância (BRASIL/MEC, 1996, p. 34).

Nesse norte, o documento da BNCC apresenta (assim como denota a discursividade das capas da Revista *Nova Escola*) um efeito de sentido da demarcação do lugar que o sujeito-professor deve ocupar, sendo este o lugar do protagonismo, da tomada da iniciativa, da mudança e, portanto, um lugar social e histórico ao qual está ligada uma função de responsabilidade social. Face a essa constatação, é preciso refletir e lançar uma crítica ao fato de que a legislação, por meio das suas relações de saber-poder, imputa uma responsabilidade aos sujeitos professores no que diz respeito a todo o processo de ensino-aprendizagem. Essa responsabilidade é estabelecida de forma generalizante, como se numa negação – ou silenciamento – da característica de heterogeneidade do ensino e das especificidades de cada localidade do país. É o que pode ser observado também no Art. 13 da LDB.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

[...]

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (LDB/MEC, 1996, p. 14, grifos nossos).

Nessa perspectiva, os documentos legais buscam instituir uma vontade de verdade da mudança, da transformação no ensino

brasileiro, haja vista ser essa questão algo necessário e urgente para todos os cidadãos, justificando-se por prepará-los para o pleno exercício do mundo do trabalho – conforme pleiteado, dentre outros, no artigo 205 da CF/88.

Ainda a esse respeito, é válido mencionar que os documentos basilares defendem a política de renovação do ensino, bem como sua equiparação como instrumento principal da mudança almejada – na instituição escolar, na vida familiar do aluno, no contexto da sociedade, na ordem social da coletividade mundial – mas não demarcam concretamente como podem ser alcançadas tais mudanças no ensino brasileiro, de forma que ao professor é lançada uma missão hercúlea.

No caso da BNCC, o argumento central é o de que ela não é currículo, mas uma diretriz geral que prega a unidade do ensino no país. É este um enunciado de verdade que vem imputar um direcionamento de leitura, uma forma de olhar e de ler essa matriz legal. Resulta disso a constatação de que à escola cabe decidir os rumos de suas políticas e bases metodológicas e, ao professor, o lugar de um protagonismo *insuportável*, instituído na crença de que ele – e somente ele – é capaz de instigar e dar condições ao sucesso.

Soma-se aqui, então, a lida desses profissionais com as mais recentes e perversas diretrizes<sup>4</sup> de um *front* de batimento que amplifica os desafios profissionais docentes, tais como: a falta de estrutura física das escolas, com a carência de condições pedagógicas de trabalho, como salas de aulas com número excessivo de alunos, com a indisponibilidade de material didático apropriado, com a limitação da possibilidade de formação continuada, com o peso do descrédito sob a seguridade institucional de sua força de trabalho, com a severidade da guerra instituída contra a sua indispensabilidade para a vida, etc.

Assim, considerando a imersão discursiva da questão educacional no país, podemos observar, de um lado, o efeito de

---

<sup>4</sup> Em uma referência direta à Resolução CNE/CP nº2, de 20 de dezembro de 2019, e suas respectivas implicações para a Formação Inicial de Professores.

sentido de romantização do ensino, de tratá-lo como uma ferramenta ativa para realizar mudanças na qualidade de vida e proporcionar a concretização de sonhos. De outro lado, e pela sombra do interesse de promover uma educação de qualidade, notamos a predominância de um discurso que faz reverberar os interesses econômicos do capital financeiro que, por sua vez, necessita de mão de obra qualificada para desempenhar uma função mais eficaz no escopo da lógica de mercado. Essa discursividade é construída, oportunizada em torno da irrupção de um enunciado que, no seio de uma memória social, é retomado, aludido, delimitado, marcado na descontinuidade de condições historicamente determinadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais apontam para uma marcação dos documentos legais como produtores de regras e de verdades, funcionando como balizas para direcionar o sujeito-professor a agir de uma determinada forma e não de outra, e constituindo-o, como protagonista do caos e agente da transformação social. Observamos que a educação é também discutida como espaço-vetor que fomenta os anseios da atividade econômica global, ao subsidiar a oferta de capital humano como força de trabalho para a ordem mercadológica vigente. Ao professor, é atrelada uma marcação identitária alicerçada no protagonismo de um só e à sua condição de agente transformador da sociedade.

Desse modo, lançamos um olhar para os atravessamentos e as condições que asseguram as posições de sujeito do professor e que evidenciam, nessa conjuntura, o espaço do *falar sobre* a educação no Brasil, com destaque para a dizibilidade operada pela mídia em objetos da área. Nessa perspectiva, buscamos apontar a política de agenciamento do dizer nos documentos oficiais, a qual faz ressoar, na *forma de dizer* da mídia e em seus produtos, discursos com efeitos generalizantes que reforçam a posição única de protagonista dos docentes.

Destacamos efeitos de sentido que versam sobre a marcação de um discurso verdadeiro e legítimo. Podemos mencionar que, a partir do que constitui a materialidade linguístico-discursiva do texto de base legal (CF, LDB, BNCC), no recorte metodológico que assinalamos para a presente discussão, efetiva-se uma política da verdade sobre “o que” e “o como” da educação no país. Nesse sentido, notamos que no discurso da educação no Brasil há uma articulação objetiva entre discurso e verdade. Através dela, busca-se inculcar, sob a sombra de uma intencionalidade endereçada, uma verdade sobre o sujeito-professor, os alunos, a escola, a universidade e todo o sistema educacional.

Com isso, é instaurada uma política da verdade a partir de uma vontade política – uma vontade de verdade marcadamente política porque ofertada sob os preceitos da gestão governamental e no seio das instituições oficiais e formais de ensino no país – a qual, ainda que manifestando o efeito de uma novidade e ineditismo em sua formulação, pretende ser crível, única e universal. Procuramos com este gesto de leitura discursiva levar em conta as condições de produção do ensino na conjuntura nacional, isto é, consideramos as dizibilidades que transitam em torno do tema, a partir *do que se diz*, do que *pode ser dito* e do que *há para dizer*, observando as implicações sociais, históricas, políticas, econômicas, e etc. que vigoram e sustentam a educação no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Poder executivo, Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/form/ação**, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. 8. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, M. R. V. GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**. v.4, n.11, p.11-25, nov. 2007. São Paulo: 2007.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Educadores que transformam: projetos Nota 10 de direção, Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Alfabetização, Educação Física, Educação Infantil e Arte**. 287 ed. Nov. 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8497/edicao-287>. Acesso em: 16 fev. 2019.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Quem são os professores do amanhã?** 312 ed. Maio 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11733/edicao-312-de-2018>. Acesso em: 16 fev. 2019.

# IDENTIDADES CRONOTÓPICAS PANDÊMICAS: DISCURSOS DOCENTES QUE REVELAM UMA SOCIEDADE CANSADA

Kassios Cley Costa de Araújo  
Renata Archanjo

## INTRODUÇÃO

Nos anos de 1990, do recém passado século XX, o mundo já vivia sob a égide de um movimento multidimensional e transnacional que viria transformar as relações comerciais, políticas, sociais, culturais e interpessoais impulsionadas pela terceira revolução industrial conhecida como a Revolução Técnico Científica Informacional. Este movimento ou processo que ficou conhecido como Globalização, Anthony Giddens (1990) descreve como a “intensificação em nível global das relações sociais”. Muitas mudanças marcaram esta nova ordem social em que as fronteiras se diluíram para dar lugar a um intenso fluxo de mercadorias, pessoas e conhecimentos não mais marcados pela temporalidade ou localidade.

As transformações tecnológicas, particularmente no que tange ao desenvolvimento computacional com o advento da internet, inaugurou o que Castells (1996) passou a chamar de “Era da informação” ou “Sociedade em Rede”, constituída sob o paradigma tecnológico baseado nas tecnologias de comunicação e de informação. No entanto, como volta a nos dizer Castells (2006, p.16), “a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade”. Assim, somos nós, como sociedade e indivíduos, que determinamos as formas e os usos da tecnologia em função de nossas necessidades, valores e interesses.

Como forma de organização, a sociedade da informação e do conhecimento em redes tecnológicas exige de seu funcionamento que seja o mais global, o mais multimodal e o mais transnacional possível, para que possa ser constantemente atualizado, tanto no

tempo quanto no espaço. Essa simbiose que compreende e comprime espaço-tempo é a categoria que nos apresenta Bakhtin (2018) como cronotopo.

Para o filósofo da linguagem, tal conceito importado do campo das ciências matemáticas e, posteriormente, utilizado como fundamentação basilar na teoria da relatividade de Einstein, encontrou um campo fértil na Literatura (quase metaforicamente). A despeito de ter aportado nessa área, esse conceito ganhou relevância nos estudos que envolvem as práticas linguageiras quando pensadas como atividades que se constituem historicamente, enredadas através de relações dialógicas. Portanto, tratar desse conceito significa pensar na indissociabilidade do espaço e do tempo, elegendo este último como a quarta dimensão do espaço, nas palavras do filósofo. Nesse contexto, faz-se importante considerar que o tempo age como um regulador do espaço do qual emergem variados sentidos, assim o homem, como centro de valor, revela suas identidades, a partir do cronotopo no qual se insere.

Outrossim, estamos diante de uma realidade cronotópica que inflama uma disputa acirrada por uma nomenclatura que dê conta do que ela é e o que ela representa. Alguns referir-se-ão à uma alta modernidade (GIDDENS, 1990), ou à pós-modernidade (LYOTARD, 1985), à hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), ou ainda à modernidade líquida (BAUMAN, 2001). Apesar das diferenças, os termos em disputa referem-se a uma contemporaneidade nitidamente marcada por uma mudança de rumo em relação à racionalidade, as grandes narrativas e ideologias dos estados-nação e à organicidade das sociedades modernas. Mais diversas e plurais, mais individualizadas, descentradas e certamente mais complexas, a sociedade contemporânea dos prefixos pós ou hiper, dos adjetivos alta ou líquida, inaugura uma temporalidade rápida, cambiante, mutável e volátil em espaços fluidos, transfronteiriços e transculturais.

Estamos, em suma, tratando de transformações em nível dos processos de organização de uma sociedade global, na qual, simultaneamente, estão sendo transformadas as subjetividades

humanas. Saímos da estabilidade, entramos na era dos riscos e talvez por essa razão, não nos cabe a ingenuidade de pensar que todo esse processo se traduz automaticamente em acessibilidade e igualdade. Essa sociedade da informação e da comunicação, da tecnologia, do conhecimento e do desempenho global de hoje é também uma sociedade que permanece desigual, dirigida por lógicas e interesses de competição e mercado que longe de alinhar todos no mesmo bloco de partida, coloca-os em diferentes patamares segundo os meios e recursos materiais, tecnológicos, sociais, culturais e subjetivos a que tem acesso. Não obstante, resultados e performances são esperados por todos, para todos e em qualquer tempo.

É neste contexto que vamos identificar o sujeito da contemporaneidade performando identidades cronotópicas (BLOMMAERT & DE FINA, 2015). Beneficiando-se do conceito postulado por Bakhtin (2018), é possível observar que a construção das identidades contemporâneas se dá por uma organização cronotópica, ou seja, construímos e assumimos identidades em referência a condições contextuais dispostas em um certo tempo-espaço. Assim, um cronotopo específico configura identidades, formas de agir e padrões de comportamento social específicos, indexicalizados (BLOMMAERT, 2006) segundo os valores atrelados a esse enquadramento espaço-temporal.

Os discursos docentes que trazemos para reflexão neste texto reverberam as práticas sociais do cronotopo em que se inserem. Ao refletirem o que caracteriza esse enquadramento, refratam as identidades que ali cabem, recebendo assim um acento valorativo positivo. O contrário também sendo válido, uma vez que o que não couber no escopo valorativo do cronotopo específico, facilmente será reconhecido como prática desviante ou identidade transgressora (BLOMMAERT & DE FINA, 2015).

## **O CRONOTOPO DA PANDEMIA**

Vamos dar um salto no tempo e nos reportar à realidade de nossa aldeia global ao fim do ano de 2019, quando entramos em

contato (literalmente) com um novo agente nesta batalha de forças: o SARS-Cov-2<sup>5</sup>. O ponto de partida da cronologia oficial ocorreu em 31 de dezembro de 2019, quando o órgão de saúde da cidade chinesa de Wuhan emitiu um alerta sobre uma série de casos graves de doença associados a um misterioso vírus respiratório. O ponto que parecia comum a todas as primeiras vítimas fatais teria sido um mercado municipal que vendia animais silvestres vivos e mortos os quais teriam sido os vetores de transmissão do misterioso vírus para os seres humanos. A partir de meados de janeiro de 2020, verificaram-se os primeiros casos de infecção fora da China continental. O primeiro caso confirmado para além da China foi localizado na Tailândia, em 13 de janeiro. Após essa data, casos da doença foram confirmados no Japão (16 de janeiro); Coreia do Sul (20 de janeiro); Taiwan e Estados Unidos (21 de janeiro); Hong Kong e Macau da China (22 de janeiro); Cingapura (23 de janeiro); França, Nepal e Vietnã (24 de janeiro); Malásia e Austrália (25 de janeiro); Canadá (26 de janeiro); Camboja (27 de janeiro); Alemanha (28 de janeiro); Finlândia, Emirados Árabes Unidos e Sri Lanka (29 de janeiro); Itália, Índia e Filipinas (30 de janeiro); Reino Unido (31 de janeiro). Em apenas um mês o mundo conectado, ícone da globalização e da contemporaneidade estava conectado pelo Coronavírus<sup>6</sup>.

No Brasil, o primeiro caso foi oficialmente reconhecido em 26 de fevereiro de 2020. Poucos dias depois, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece oficialmente que o mundo vive uma

---

<sup>5</sup> Os coronavírus (CoV) são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves, como a síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV). O novo coronavírus (nCoV) é uma nova cepa de coronavírus que havia sido previamente identificada em humanos. Conhecido como 2019-nCoV ou COVID-19, ele só foi detectado após a notificação de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019, passando a ser oficialmente nomeado como Sars-CoV-2. Fonte: <https://www.paho.org/pt/brasil> Acesso em: 11 nov. 2021.

<sup>6</sup>Fonte:[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia\\_da\\_pandemia\\_de\\_COVID-19](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_da_pandemia_de_COVID-19) Acesso em 11 out. 2021.

pandemia. Os números de casos e mortes aumentam exponencialmente no mundo todo, alternando-se os epicentros da doença, indo e vindo como ondas assolando a população mundial desde então. Em números de 07 de setembro de 2021, segundo o painel da OMS<sup>7</sup>, são 221.134.742 casos registrados mundialmente, com 4.574.089 mortes. No Brasil<sup>8</sup>, este número registra 20.911.579 casos confirmados e 584.208 vidas perdidas para a Covid-19. A vacina, desenvolvida em tempo recorde, porém a reboque da doença, imunizou parte da população mundial verificando-se, nesta mesma data, 5.352.927.296 doses de vacina distribuídas no globo. O que nos traz esperança de dias melhores, nos parece chegar, contudo, com o atraso que se traduz nos números das vítimas.

O que essa realidade nos trouxe? Para além das perdas humanas, contáveis, mas inestimáveis, a pandemia nos impôs um novo viver, uma nova rotina de hábitos, costumes, práticas e uma nova forma de sobrevivência. Afora os efeitos (igualmente perversos) das perdas econômicas pessoais e sociais, algo que foge do escopo de nossa discussão, neste momento, concentraremos nossa reflexão nas transformações impostas pela pandemia, notadamente àquelas que impactaram a significativa parcela da população mundial que transita no universo da educação formal: professores e seus alunos.

Dada a necessidade de distanciamento social, única arma que se revelou 100% eficaz para prevenir e combater a propagação do vírus, atividades presenciais foram suspensas e quarentenas por tempo indeterminado foram implementadas como meio mais extrema para conter a disseminação do Sars-cov2, em escala global. Naquele momento, diante desse cenário caótico e pouco promissor e diante das imensuráveis perdas ao redor do mundo, todos nos perguntamos

---

<sup>7</sup> Fonte OMS: <https://covid19.who.int> Acesso em 07 set. 2021.

<sup>8</sup> Fonte: Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das Secretarias de Saúde. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/> Acesso em 07 set. 2021.

como dar continuidade à vida, com certa normalidade, sem colocá-la em risco iminente diante da ameaça incontestável?

Reagindo, à exemplo de inúmeros países ao redor do mundo, a sociedade brasileira, em todos os níveis institucionais, passou a repensar e a colocar em prática novas formas de realizar suas atividades de forma a minimizar os danos já anunciados pela pandemia. Assim, no campo da educação, em face da consequência do fechamento de escolas e instituições de ensino diversas, tornou-se imprescindível reorientar as práticas pedagógicas e adaptar as rotinas de trabalho de todos os envolvidos. Ainda que não fosse, talvez, a solução mais responsiva à enorme diversidade de cenários e imensas desigualdades econômicas e sociais que assolam o Brasil, o ensino remoto foi instituído como solução emergencial para não privar crianças, jovens e adultos do acesso a um dos bens mais inestimáveis do ser humano, previsto nos mais altos códigos legislativos como a Declaração dos Direitos Humanos (Art. 26) e a Constituição Brasileira (Art. 205): o direito à educação.

## **O TRABALHO VAI PARA A CASA DO PROFESSOR**

A educação é uma atividade essencial, por mais que alguns queiram negar o potencial transformador de uma sociedade através da educação de qualidade, democrática, acessível e igualitária para todos. O cronotopo pandêmico isolou as pessoas e transformou as ferramentas tecnológicas em nossos melhores amigos e nossos maiores algozes. Para contornar as dificuldades impostas pela questão sanitária fomos levados imediatamente a migrar do modo presencial e síncrono para o modo virtual síncrono ou assíncrono, no que se refere ao tempo e para o espaço de nossas próprias casas, no que se refere ao espaço. Tal mudança legava aos professores e alunos a necessidade de não apenas dominar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) mas também de saber como se portar nesse novo cronotopo.

Uma consequência natural, fonte de muito ruído, se instalou no sentido de saber se o que passaríamos a fazer seria ensino virtual

ou ensino à distância. Epistemologicamente, o termo “educação à distância” pode ser conceituado como “o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos ficam “separados” espacial e/ou temporalmente (HERMIDA & BONFIM, 2006, p.168). A modalidade, entretanto, não prescinde de atividades presenciais.

Apesar de não ser um assunto novo, conforme apontam relatos históricos que situam a existência de formas de educação à distância desde o século XV com o advento da imprensa de Gutemberg, a nova atividade não parecia acomodar os mesmos critérios e contextos de produção do emergencial “ensino remoto” em tempos de pandemia.

Hermida & Bonfim (2006), identificam modalidades de educação à distância sob a forma de cursos por correspondência, desde o fim do século XVIII. O avanço dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão e a Internet permitiram o aprimoramento e a ampliação dessa modalidade. Ainda segundo os autores, no Brasil, o ensino à distância começou a ganhar força e visibilidade no começo do século XX. A instituição mais antiga a oferecer cursos à distância foi o Instituto Monitor, em 1929. Em 1941, o Instituto Universal Brasileiro passou a funcionar e ambos, tinham como metodologia a iniciação profissional em áreas técnicas por correspondência. O Senac, em parceria com o Sesc e algumas emissoras de rádio associadas, criou, em 1954, a Universidade do Ar, para oferecer cursos comerciais via rádio. Na década de 70, o Sistema Nacional de Teleducação foi criado, abrindo as portas para um grande sistema de difusão de um projeto nacional de ensino via canais de TV, o que, consideradas as dimensões continentais do Brasil, representou um grande avanço na democratização da educação no país.

Com a informatização do País, nos anos de 1990, o sistema de Teleducação foi reestruturado e foi criado, no âmbito do Ministério da Educação, o Centro Nacional de Educação à Distância (CEAD) – um setor exclusivo para o Ensino a Distância (EAD). Com a chegada da internet nas casas brasileiras, as instituições de ensino

superior começaram a enxergar um novo mercado educacional, e com a reforma educacional, em 1996, instaurada pela LDB nº 9.394/96, a educação à distância se tornou oficial, no Brasil, e a modalidade passou a ser válida para todos os níveis de ensino.

O ensino virtual, remoto, é, no entanto, diferente da proposta de ensino à distância. Sua principal diferença reside no fato de que a modalidade à distância é concebida e preparada para ser aplicada à distância, com algumas interações presenciais e muita flexibilidade na realização das atividades e cumprimento do cronograma de estudos. Dada a sua secular existência e, portanto, expertise, toda uma estrutura material, corpo docente e *savoir-faire* já existem.

Pouco disso se aplica ao ensino virtual remoto, cuja proposta emergencial foi a de suprir a impossibilidade do ensino presencial substituindo-o por um ensino ancorado nos mesmos moldes e princípios, mas em outro meio físico, a saber: o meio virtual. Pressupõe-se a sincronicidade dos encontros entre alunos e professores, a realização de aulas com a presença (*online*) de todos os integrantes daquela turma/disciplina/curso e a interação entre todos para o bom aproveitamento dos conteúdos ensinados. O problema está exatamente em pressupor condições e resultados próprios de um meio, transpostos em outro. Instala-se, portanto uma crise de identidade.

## **DISCURSOS DOCENTES QUE REVELAM UMA SOCIEDADE CANSADA**

Ao longo dos diferentes períodos históricos, crises, em geral, marcam momentos de transformação. Em sua etimologia, a palavra crise (do grego *krisis*), aponta para as ações de escolha, de seleção, e de decisão (BAILLY, 1969, p.152). Ainda que a aplicação do conceito de crise a diferentes contextos (da medicina, da política, da economia, da moral) mude, um elemento comum a todos diz respeito à condição de partida de que a crise se investe ao se caracterizar como o ponto de desequilíbrio em uma dada situação a qual, por sua vez, face à indeterminação e à bifurcação que se coloca,

imporá um engajamento que culminará em uma resposta, uma escolha, uma seleção, uma decisão. Por conseguinte, por força da crise e das circunstâncias que provocaram esse desequilíbrio, todos nós somos convocados a produzir respostas. É nesse sentido que vamos trazer algumas das respostas que professores passaram a dar para a concretização de suas atividades no novo cronotopo, por nós chamados de pandêmico, para muitos, chamado de novo normal.

Não é novidade para ninguém a importância e a presença do mundo virtual na vida de todos nós. O século XXI é o século da conectividade e da circulação em tempo real daquilo que produzimos, fazemos e vivemos em nossas práticas sociais. A cultura da convergência (JENKINS, 2009) leva os sujeitos da contemporaneidade, pelo uso das tecnologias, a produzir, consumir, multiplicar e novamente reproduzir conteúdo por meio dos quais lemos e interpretamos o mundo. É assim, via uma dessas plataformas de comunicação e interação social – o *Instagram*<sup>9</sup>, que vamos buscar o *corpus* desse estudo. Sob o ângulo da perspectiva bakhtiniana, refletiremos sobre três tiras postadas em um conhecido perfil do *Instagram* chamado “Escola de passarinhos”. Seu autor, João Marcos Mendonça, busca retratar em seus quadrinhos o universo da educação e, por meio de sua voz, faz ecoar as vozes de outros professores.

---

<sup>9</sup> O Instagram (<https://www.instagram.com>) foi criado por Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger em 2010. Poucos meses depois, a rede social se tornou um dos aplicativos mais acessados no mundo. Em 2012, o Instagram foi comprado pelo Facebook. A rede social permite o compartilhamento de fotos e vídeos, bem como a integração com outros aplicativos. Entre as suas funcionalidades estão a aplicação de filtros, o Boomerang, os Stories, além das gravações e transmissões de vídeos ao vivo. Atualmente, o Instagram também é um dos principais veículos para a publicidade de empresas de todo o mundo. De acordo com a empresa, hoje cerca de 800 milhões de pessoas utilizam a rede social. No Brasil, o Instagram é uma das redes sociais mais acessadas. Fonte: <https://canaltech.com.br/empresa/instagram/> Acesso em: 12 out. 2021.

Figura 1 – Ser professor.



Fonte: <https://www.instagram.com/escoladepassarinhos> Acesso em: 07 set. 2021.

Os enunciados concretos inseridos no cronotopo da pandemia procuram responder, a despeito da brusca mudança na vida de trabalho de uma categoria que, pela natureza da função, já convive com atribuições diversas, a um discurso que parece ter forte apelo social: a de que o professor trabalha pouco, especialmente em *homeoffice*. Nessa tira observamos dois momentos da vida do professor em relação ao seu trabalho. No primeiro quadro, antes da pandemia, o professor tinha a sua vida trabalhista organizada em torno do trabalho presencial e assumia como compromisso atender às demandas próprias dessa modalidade. Sua identidade: professor!

Da noite para o dia, o professor pula para a realidade cronotópica mostrada no quadro dois, em que figuram inúmeras atividades que lhes são atribuídas, em face das necessidades advindas desse novo cenário. Novas identidades são assim construídas, igualmente da noite para o dia. Esse conjunto de atividades intimam o professor, certamente, a adquirir a expertise em tempo recorde, a fim de não ficar excluído ou se sentir

ultrapassado do processo ensino-aprendizagem sob esse novo paradigma assentado no universo das aulas remotas. Isso nos faz lembrar o indivíduo que vive sob a égide do desempenho na sociedade do cansaço que Han (2018, p. 16) aponta como “a violência da positividade que resulta da superprodução, superdesempenho ou supercomunicação”, consideradas por esse filósofo como uma violência neuronal. Os papéis assumidos pelo novo professor, no novo cronotopo são indexicalizados como positivos. O acúmulo de funções não é visto como excesso, como abuso, como extrapolação de atribuições, mas como desenvolvimento de novas habilidades, como aperfeiçoamento, como resultado natural daquele profissional competente e comprometido que joga o jogo seguindo obedientemente as regras impostas.

Byung-Chul Han vai caracterizar a sociedade em que vive esse professor como a sociedade do cansaço. Em suas próprias palavras: “A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção. (HAN, 2018, p. 23). A referência ao cansaço tem uma relação direta com a questão do desempenho. O desempenho e a performance são caraterísticos da sociedade tecnológica. Estamos como que presos a uma necessidade de desempenhar bem um papel, de mostrar resultados, o que, para ele, se caracterizaria quase que como um doping. Em suas palavras, “O doping possibilita, de certo modo, um desempenho, sem desempenho” (Ibidem, p. 69).

Na segunda postagem, observamos o professor enumerando as suas atividades semanais. O contraponto ao excelente desempenho aponta para o que caracteriza a sociedade ativa, um cansaço e um esgotamento excessivos que mal são percebidos pelo indivíduo como tal. Essa violência consigo próprio é corroborada notadamente no último quadro que revela um dado preocupante – a iminência de um esgotamento físico e psíquico.

Figura 02 – Vida de professor.



Fonte: <https://www.instagram.com/escoladepassarinhos> Acesso em: 07 set. 2021.

Assoberbado de atividades, o professor sobrevive remotamente, plugado vinte e quatro horas, sete dias por semana em seu computador – *notebook*, *smartfone*, entre outros. A ferramenta de acesso ao trabalho remoto parece ter-se acoplado ao seu corpo de professor, transformando-o por esse processo simbiótico numa máquina produtiva de trabalho. Nesse sentido, Crary (2016) já anunciava em sua obra “o capitalismo tardio e os fins do sono” os rumos que podem tomar a humanidade ante à falta de humanização nas regras de trabalho excessivo, especialmente em relação ao desempenho do indivíduo a despeito de suas horas de descanso, uma vez que “o sono é das poucas experiências que nos restam de abandono, consciente ou não” (CRARY, 2016, p. 134).

Lipovetsky (2004), para quem a sociedade atual é caracterizada pela hipermodernidade, demonstra que vivemos uma superlativização dos valores culturais advindos da modernidade. Esse marco espaço-temporal revela algumas sutilezas que redesenham os sujeitos da nova paisagem cultural. Apesar desse desenho trazer consigo características que valorizam

aspectos ligados à saúde, ao equilíbrio, aos cuidados consigo mesmo, por exemplo, por outro lado, expõe as vísceras de um indivíduo que sofre pela necessidade de autoafirmação, travando, dessa forma uma guerra consigo mesmo, ante à necessidade de dar conta das inúmeras exigências que lhe são impostas.

Esse indivíduo, apesar de autônomo, dono de si, capaz de gozar de uma certa liberdade, acaba sendo capturado por uma autocoação, imposta por uma lógica de consumo em todos os níveis da sociedade contemporânea. O prefixo “hiper” é o grande condutor dessa sociedade, e se encontra caracterizando nichos diversos, tais como: hipermercados, hiperconsumo, hiperpotência, hiperindividualismo, hipercapitalismo, hipertexto, hipervigilância, só para citar alguns signos. Nesse sentido, o planeta torna-se um grande *shopping center*, no qual as pessoas parecem nunca dormir, as demandas de mercado estão sempre à disposição, exemplo das conveniências, supermercados, *shoppings*, entre outros que permanecem abertos, à disposição do público vinte e quatro horas por dia.

Essa lógica mercadológica é o que se impõe, atualmente, aos professores, objeto de nossa discussão. Há uma hiperrelativização do trabalho dessa categoria, no que concerne às suas reais obrigações trabalhistas, como também uma hipervalorização dos meios virtuais como forma de garantir o acesso à educação, em tempos de pandemia, ante à falta de discernimento no que diz respeito ao tempo dedicado ao trabalho, e ao tempo dedicado ao descanso. Em tempo, concordamos com o fato de que “na hipermodernidade, não há escolha, não há alternativa, senão evoluir, acelerar para não ser ultrapassado pela evolução” (LIPOVETSKY, 2004, p.57).

O resultado dessa autoexploração laborativa leva os professores ao esgotamento físico e psíquico. Isso encontra uma explicação não menos nefasta, ainda nas palavras de Han (2018, p. 14, grifo do autor): “é bem verdade que os adoecimentos neuronais do século XXI seguem, por seu turno, sua dialética, não a dialética da negatividade, mas a da positividade. São estados patológicos devidos a um *exagero de positividade*”. Essa patologia, característica

deste século, ganhou potencialidade com as obrigações impostas pela pandemia em curso.

Figura 03 - Aulas remotas.



Fonte: <https://www.instagram.com/escoladepassarinhos> Acesso em 07 set. 2021.

A terceira tira, destaca exatamente essa positividade exacerbada de que nos fala Chul-Han e que atua como mascaramento do sofrimento humano. O terceiro quadro explicitamente aponta para o ganho real e simbólico que a experiência com o ensino remoto imposto pelo isolamento social, decorrente da pandemia, supostamente traz para todos.

Outrossim, ainda que o cronotopo pandêmico atual tenha forçado a utilização do espaço virtual como única possibilidade de encontro entre sujeitos, diante da necessidade de se dar prosseguimento à vida, no campo profissional e educacional, parece que sublimamos a ausência de contato afetivo que a presença do outro nos proporciona. Nesse sentido, essa terceira tira é de fato emblemática, especialmente no quadrinho final, quando a professora pergunta se seus alunos precisam de mais alguma coisa e a resposta sintetiza a fala de todos: “um abraço, professora”. Há,

portanto, uma quebra de expectativa diante da mecanização do ato. Assim, revela-se uma questão muito propagada nesses tempos de pandemia: a ausência de contato físico e o que com ela se perde. Nota-se que eles não pedem um beijo, por exemplo. O gesto que poderia ser confundido como algo que, diante da natureza do ensino remoto, poderia ser sinalizado à distância como prática da despedida social corriqueira em aparelhos de interação virtual, o que não acontece com o pedido de um abraço. A afetividade subjacente ao abraço, para além da perspectiva do trabalho, toca o sujeito nas suas relações alteritárias, nas quais os sujeitos constituem e são constituídos.

O que este último quadro revela ainda não diz respeito apenas aos sentidos que conseguimos atribuir ao isolamento. A despeito de outras categorias que trabalham no enfrentamento direto da Covid-19, os profissionais da educação estão encapsulados em suas casas, em *homeoffice* a fim de ajudar a conter a propagação e se proteger da contaminação do vírus, mas esse isolamento não os protege de outras doenças não menos reais e certamente mais próximas de seu cotidiano. Sobre isso, o filósofo Sul-Coreano Han (2018, p.7) elenca: “depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), Transtorno de personalidade limítrofe (TPL), ou a Síndrome de Bournot (SB)”, como exemplos de doenças emocionais cada vez mais presentes na vida social contemporânea e que, no caso dos professores, revelam a paisagem patológica na qual esses profissionais protagonizam seu fazer pedagógico.

Outra característica do cansaço da, e na sociedade, é que ele atua individualizando e isolando as pessoas. É a característica que mais vemos no ensino virtual remoto. Professores isolados em suas casas diante de suas telas e de suas funções, interação não existente diante de uma tela com câmeras fechadas, solidão e cansaço na hora de contabilizar as muitas horas, fora de hora, de trabalho e de desempenho. Múltiplas atribuições impostas aos professores para dar conta de cumprir a árdua tarefa potencializada por ocasião da pandemia e das mudanças no formato virtual de ensino.

Por outro lado, alunos necessitados de conhecimento e formação básica, encontram inúmeras barreiras para se engajar nesse novo formato, especialmente os mais carentes, ante à falta de recursos financeiros para custear mídias e acesso à rede de internet. Essa lacuna precisa ser preenchida e a tarefa só parece caber na pele do professor. Assim, o professor, além de todas as atividades já impostas pelo meio virtual, ainda se desdobra para a produção de atividades que devem ser deixadas na escola física, a fim de que alunos que não tem acesso à internet possam ser contemplados.

Contempladas as necessidades materiais, pedagógicas, administrativas, em que tempo-espaço vamos encontrar e suprir as necessidades afetivas?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tiras em quadrinhos da Escola de Passarinhos retratando o cotidiano de professores e alunos no cronotopo pandêmico em que nos encontramos desde o fim do ano de 2019, constituíram o mote para refletirmos sobre os discursos desses sujeitos e sobre como se caracteriza a sociedade contemporânea, destacando duas de suas principais faces: a remota e a cansada. Partimos dessas características para, como educadores que também somos, construir sentido sobre nossas práticas profissionais e sociais. As vozes que ecoam desses discursos reverberam reconfigurações identitárias cronotópicas. Novos modos de agir, de ser, de se portar, de interagir impulsionados pela pandemia, e respaldadas pelas marcas da hipermodernidade, constroem identidades cronotópicas pandêmicas indexicalizadas, segundo os interesses a que servem.

Nesse sentido, a dimensão social da revolução advinda dos avanços nas tecnologias da informação e da comunicação parece destinada a cumprir a lei sobre a relação entre a tecnologia e a sociedade proposta de algum tempo atrás por Melvin Kranzberg cuja primeira lei diz: "A tecnologia não é nem boa, nem ruim, e também não é neutra" (FICKERS, 2014, p. 30).

Sem a tecnologia talvez não tivéssemos meios de manter-nos vivos e ativos quando o mundo parou e todos tivemos que nos voltar para nós mesmos. Com a tecnologia talvez tenhamos nos tornados reféns do monstro insaciável da sociedade hipermoderna do hoje e do agora para ser e produzir sempre mais e melhor. Em qualquer dos dois casos, ou em ambos, é o significado simbólico da tecnologia e seus usos que tanto caracterizam a hipermodernidade que importa conhecer e assumir. E essa não neutralidade traz para cada um de nós, atores de nosso destino, a responsabilidade iminente de abraçar suas vantagens ou combater seus efeitos.

## REFERÊNCIAS

- BAILLY, A. **Abrégé du dictionnaire Grec-français**. French and European Publications Inc. Hachette Education, 1969. 983p.
- BAKHTIN, M. **Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo**. Bezerra, Paulo. Botcharov, Serguei; Kójinov Vadim. São Paulo: Editora 34, 2018. 272p.
- BLOMMAERT, J. & DE FINA, A. Chronotopic identities: On the timespace organization of who we are. **Tilburg Papers in Culture Studies**,153, December, 2015.
- BLOMMAERT, J. Sociolinguistic scales. **Working papers in Urban Languages & Literacies**. Paper 37. 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/6465214/WP37\\_Blommaert\\_2006.\\_Sociolinguistic\\_scales](https://www.academia.edu/6465214/WP37_Blommaert_2006._Sociolinguistic_scales). Acesso em 07 set. 2021.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede: do conhecimento à acção política**. Conferência promovida pelo Presidente da República; 4 e 5 Março de 2005; Centro Cultural de Belém. Casa da Moeda: Imprensa Nacional, 2006. p.16-29.
- CRARY, J. 24/07 – **Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naily, 2016.

ESCOLA DE PASSARINHOS. Tiras em quadrinhos sobre o universo da educação. Por @joaomarcos\_mendonca. Disponível em: <https://www.instagram.com/escoladepassarinhos>. Acesso em: 07 set. 2021.

FICKERS, A. Neither good, nor bad; nor neutral: the historical dispositive of communication technologies. In: SCHREIBER, Martin; ZIMMERMANN, Clemens. (Eds.). **Journalism and Technological Change**. Historical Perspectives, Contemporary Trends. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2014. p.30-52.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. United Kingdom: Polity Press, 1990.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2018.

HERMIDA, J. F. & BONFIM, C. R. de S. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, ago 2006, p.166–181. ISSN: 1676-2584

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. Tradução Mário Vilela.

LYOTARD, J. F. **The Post-Modern Condition**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.

# PODER, POLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Israel Fonseca Araújo

Maria Eliza Freitas do Nascimento

## INTRODUÇÃO

No que se refere aos problemas do cotidiano, a devastação da Amazônia é uma das questões que vem sendo bastante discutidas em diferentes lugares de produção de discursos. Esse fenômeno de destruição do meio ambiente é mensurado em números estatísticos que contabilizam as taxas de aumento ou redução de tal problema, divulgados em discursos que circulam no meio midiático, ancorados na vontade de verdade baseada em saberes prestigiados cientificamente – caso da estatística, por exemplo, a qual incide sobre a população como uma técnica de governamentalidade.

A devastação incide sobre os impactos ambientais que atingem a biodiversidade e resulta em uma preocupação ambiental, salientando formas de governo das populações, do corpo-espécie. As causas e consequências do agravamento da devastação da Amazônia brasileira estão em articulação com as demandas da população e da preservação da vida, afetadas pelas relações de poder e saber, das quais o biopoder serve de alicerce para tais causas; por oportuno, destacamos que, neste texto, grafamos Amazônia brasileira, por nossa *autoria*; a expressão Amazônia Legal é usada quando recortamos a fala de outrem.

Diante disso, neste trabalho analisamos a produção de sentidos em discursos sobre a devastação da Amazônia que são produzidos e circulam em diferentes suportes da mídia on-line, no que tange à articulação entre a Amazônia brasileira, o meio ambiente, relações de poder e política. Ressaltamos o desmatamento como uma das principais problemáticas que

incidem sobre essa devastação, considerando-a uma questão de biopolítica. Para tanto, faz-se necessário compreender os embates e as imbricações por meio de uma análise discursiva dos enunciados midiáticos, o que fazemos considerando as perspectivas da Análise do Discurso (AD) através das contribuições de Michel Foucault (2005, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2011, 2012, 2019), que se apresentam em uma ordem epistemológica arqueogenealógica.

Nesse lugar teórico-metodológico, as perspectivas sobre Amazônia, meio ambiente e ecológica serão discutidas com base em autores tais como: GUERRA *et all* (2007); Tilio Neto (2008, 2010). O objeto de estudo que constitui o *corpus* do trabalho é composto por meio de materialidades discursivas de produções midiáticas em sites de veículos noticiosos, formado por três publicações virtuais: duas do portal G1 (Grupo Globo) e uma do Correio Brasiliense, produzidas e publicizadas entre 2020 e 2021, e que discursivizam sobre o desmatamento da Amazônia. Mobilizamos a discussão em torno da tríade poder, política e governo da população como estratégia biopolítica, da qual a governamentalidade se sobressai.

Partimos da premissa de que as análises desses enunciados permitem compreender quais acontecimentos discursivos estão na relação da produção do sentido no discurso e como favorecem o surgimento de posicionamentos diversos acerca da tensa relação entre Amazônia brasileira e o desmatamento como um efeito adverso ao poder sobre a vida. No que tange às causas ambientais; dito de outra maneira, buscamos compreender como os discursos sobre essa devastação ambiental estão articulados a uma memória discursiva que faz circular sentidos sobre Amazônia e preservação ambiental enquanto estratégias do biopoder na manutenção e perpetuação da vida humana.

Em termos de sua organização, este texto apresenta esta introdução, seguida de uma seção reservada a discutir a relação entre poder, política e governamentalidade. Ainda para fundamentação teórica, trazemos algumas ponderações sobre a tríade Amazônia, meio ambiente e ecológica. Por fim, realizamos

um exercício analítico das materialidades selecionadas, com fulcro na chamada AD foucaultiana.

## **PODER, POLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: ENTRECRUZAMENTOS TEÓRICOS A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT**

Seguindo a perspectiva de poder discutida por Michel Foucault (2019a), neste estudo não assumimos a ideia de exercício de poder em termos de dominantes e dominados, em que o poder estaria *com* ou *em* uma pessoa, indivíduo ou instituição e poderia ser cedido ou doado a outrem, ou exercido de *cima* para *baixo*. Em termos foucaultianos, aceita-se que o poder é um dispositivo relacional, concebido sob “a forma como ele se exercia [e exerce] concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas” (FOUCAULT, 2019a, p. 42), que se efetiva nas relações cotidianas.

É também marcado por tensões, que as tais relações de poder apresentam algumas nuances: são imanentes às relações sociais; exercem-se de variadas formas e em todas as direções (há capilaridade); são vivências múltiplas, nunca de propriedade de uns sobre os outros; marcadas nas contradições, pressupõem que poder é tática; são marcadas por resistências; não há relação de poder sem a constituição de um respectivo campo de saber; poder não está no plano do ter, possuir, mas do exercer-se e, em uma relação de sinonímia, não deve se restringir à ideia de dominação (FOUCAULT, 2019a). Dessa forma, nas palavras do autor, “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...], o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 2019b, p. 274).

Estamos ancorados no método arqueogenealógico, o qual recorta da “fase” genealógica foucaultiana, o exercício do poder como ponto-chave de suas reflexões. Enquanto a arqueologia apresenta-se como a possibilidade de buscar as regras de formação

do objeto, no que tange ao arquivo de suas dizibilidades, acerca da formação discursiva que recorta os discursos sobre o meio ambiente. Já que ambas as perspectivas se mostram indissociáveis, analisando os discursos midiáticos selecionados, nos reconhecemos como quem escava esses dizeres que busca a construção do sentido e as relações de poder nas materialidades que tematizam a devastação amazônica.

Vislumbrar o exercício do poder, em relação às questões ambientais, oportuniza algumas reflexões: que as ações ou omissões relacionadas ao bioma estão atravessadas pela experiência política, por táticas de governo da população<sup>10</sup>; que a ação política é eminentemente perpassada por tensões, conflitos (entre governo federal e sociedade, mercado financeiro, grupos organizados, especialistas e outros); que, se meio ambiente e Amazônia pressupõem preservação da vida e que a governança brasileira se volta para a vida da população, então estamos diante de um exercício de biopoder.

Esse poder sobre a vida inscreve-se não somente no indivíduo e produz um corpo *uno*, mas igualmente incide sobre um elemento muito importante: a população, esta ao mesmo tempo “objeto” e sujeito de direitos, a quem se destinam políticas públicas (FOUCAULT, 2019c). Ela é vista como conjunto da espécie humana, como corpo-espécie, composta por variáveis diversas, que demanda necessidades coletivas e que pode enfrentar escassez alimentar, alterações climáticas, enfermidades, epidemias, mudanças demográficas etc.: sujeito de direito ao meio ambiente equilibrado, fértil e saudável; por conta dela, deve-se fazer o planejamento e a gestão da problemática ambiental (política, social e econômica).

Na esfera coletiva, trata-se de uma experiência biopolítica (FOUCAULT, 2008a), de um exercício político que se dirige à vida do corpo-espécie, de base ecológica, ambiental, na articulação entre

---

<sup>10</sup> Entendemos, seguindo Michel Foucault em *Ditos e Escritos*, v. IV, que governo vem a ser um conjunto das instituições e práticas por meio das quais são guiados os homens, desde a administração até a educação.

meio ambiente e vida. Desse modo, a biopolítica vai ser compreendida, pelo olhar foucaultiano:

eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vem constituindo até hoje (FOUCAULT, 2008a, p. 431).

A biopolítica vai atender, assim, aos problemas da população, produzindo uma ação do biopoder não apenas ligado ao indivíduo, como corpo que se pretende docilizar, mas à gestão do corpo social, com um planejamento calculado da vida, em suas diferentes demandas. Abre-se, então, o espaço para a era de governamentalidade, tempo de governo dos territórios, do espaço natural, das condutas individuais e coletivas, das riquezas. Segundo Duarte (2010), governamentalidade pode ser entendido no bojo da teorização foucaultiana como um conjunto de técnicas capilares e discretas de exercício do poder, realizado pelo Estado moderno e que pressupõe uma complexa relação entre Estado, economia política e problemas da população.

No que concerne à governamentalidade, nós a entendemos enquanto uma dimensão política e intelectual que consiste em reger a conduta das pessoas, ou seja, trata-se do governo das condutas coletivas, populacionais, que se voltam para a seguridade social na manutenção e perpetuação da vida. Tal estratégia pode(ria) ser exemplificada ao pensarmos sobre os discursos de preservação da Amazônia brasileira, que se pautam em evidenciar uma má gestão estatal voltada para uma região tão importante, no quesito meio ambiente. Nessa esfera, buscam-se evidenciar estratégias de governamentalidade sobre o território e a vida da população. De modo mais complexo, ou mais didático, Foucault (2019c) trata de governamentalidade sob três nuances: “com essa palavra quero dizer três coisas”:

[1] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta *forma bastante específica e complexa de poder*, que tem *por alvo a população*, por *forma principal de saber a economia política* e por *instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança*.

[2] tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente [...] à preeminência deste *tipo de poder*, que se pode chamar de *governo*, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc.

[3] resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2019c, p. 429, grifos nossos).

A afirmação enfatiza um exercício de poder em termos de governo do coletivo, o que pressupõe “análises, reflexões, cálculos e táticas”. No funcionamento desse dispositivo, é importante considerar a atuação dessa complexa rede de poder que, para atingir seus objetivos, mira o alvo que é a população, no que se refere a questões bem específicas da vida do corpo-espécie, incluindo questões de ordem geográfica e ambiental. Por isso torna-se profícua esta discussão, aqui fomentada, haja vista que a governamentalidade – enquanto processo bastante complexo, que envolve a população em suas diversas nuances – também se ocupa com as questões ambientais, no rumo da preservação e da gestão da vida das populações. A seguir, falamos sobre a Amazônia brasileira, em articulação com meio ambiente e ecológica, como forma de escavar as regras históricas de formação do objeto posto em discurso.

## **AMAZÔNIA, MEIO AMBIENTE E ECOPOLÍTICA: LIGANDO PORTOS TEÓRICOS**

Falar de Amazônia Legal implica um desafio proporcional a sua dimensão. Trata-se de um território que abarca diversos estados federados e que “corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007” (IBGE, s/d, s/p); a área abarca 52 municípios de Rondônia, 22 do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato

Grosso e 21 do Maranhão. Em outros termos, fala-se de aproximadamente 58,9% do território brasileiro (IBGE, s/d).

Não raro vista como pulmão do mundo no imaginário popular, refletir sobre Amazônia implica pensar em ecologia, meio ambiente e nas articulações deste com a biodiversidade, a preservação de espécies de animais e plantas, nas relações de forças políticas, sempre atravessadas por micro redes de poder, gestão de pessoas e experiências de enunciação midiáticas, dentre outros aspectos.

As ações antrópicas relacionadas à Amazônia são causadoras de impactos ao ambiente (que se quer) ecologicamente equilibrado, influem na conservação das diversas espécies e têm indiscutível relevância sociopolítica, tal como é o caso das dimensões econômica, política e ética. Ações de devastação de determinados territórios, caso de queimadas, garimpos ou de atividades de pecuária, mesclam a visada do lucro, econômica, e a omissão política de autoridades fiscalizadores, em franco descaso pelos valores humanos de preservação da vida – neste caso, terreno ético.

No quadro da devastação ambiental, ações políticas atinentes ao bioma amazônico são uma constante. Por exemplo, no período de 21 anos da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-85), o Exército tinha a Amazônia enquanto um lugar de vazio, “estrategicamente vulnerável” e “pouco utilizada economicamente” (CARVALHO, 2009, p. 40). Portanto, tinha-se em mente um risco de ocupação por estrangeiros, que poderiam pôr em risco a soberania nacional etc. Construção de estradas, investimento econômico e migração para a região foram estratégias adotadas pelo Estado-Nação. Era preciso promover povoamento e dar sustentabilidade e visibilidade econômica para uma área que era vista, ideologicamente pelos militares, como um obstáculo para o progresso (CARVALHO, 2009). É, por assim dizer, uma preocupação com o governo dos vivos, dimensão essa toda atravessada por uma preocupação com uma vontade de verdade (caso desse discurso dos militares sobre o “progresso” na Amazônia), pois, segundo Foucault (2009), o exercício do poder vem acompanhado, constantemente, de uma manifestação de verdade entendida no sentido amplo.

Tais reflexões apontam para a relação da governamentalidade da população (FOUCAULT, 2019c) com o meio ambiente, pensados em termos de biopoder, por vislumbrarmos uma preocupação biopolítica de gestão da vida, realizada por meio das ações de governo no campo ambiental, controle do viver do corpo-espécie. Pensamos a biopolítica em termos foucaultianos, na medida em que precisamos considerar os esforços de governo das populações e a problemática da gestão da vida, através do pensar o meio ambiente e a Amazônia brasileira enquanto lugar passível de se viver, preservando e/ou alterando, devastando, interferindo nesses espaços garantidores de condições de vida coletiva, não apenas no espaço geográfico da região, como também na articulação com o todo do planeta terra.

Assim fazemos, vislumbrando sua histórica devastação<sup>11</sup> e nos afastamos da perspectiva sociológica clássica e da reflexão calcada na questão ideológica; perscrutamos o que esse objeto discursivo nos quer dizer em termos de relações de poder. Em alinhamento à posição de Guerra *et al.* (2007, p. 9), temos que o “debate sobre a crise ambiental e o modelo do desenvolvimento sustentável” pode e deve ser pensado enquanto campo de lutas, ou seja, atravessado por relações de poder, tensões, conflitos. Os autores postulam uma mudança nos rumos dessa discussão, em nível mundial: faz-se “o apagamento das variáveis clássicas da interpretação sociológica dos fenômenos sociais, tais como as de ideologia” (GUERRA *et al.*, 2007, p. 9). Eles apontam a teoria da ecologia política como base para essas reflexões.

---

<sup>11</sup> “O índice atual e a extensão cumulativa do desmatamento [na Amazônia brasileira] abrangem áreas enormes. A extensão original da floresta amazônica brasileira era, aproximadamente, equivalente à área da Europa Oriental. O índice é frequentemente discutido no Brasil em termos de ‘Bélgicas’ já que a perda anual equivale à área desse país (30,5×103 km<sup>2</sup>), enquanto que a soma cumulativa é comparada à França (547,0×103 km<sup>2</sup>)” (FEARNSIDE, 2020, s/p).

Segundo os autores citados, no pós-1980, na esteira da reflexão sobre a vinculação entre o Capitalismo e a ideia de “desenvolvimento”, já experimentando um fenômeno de “esquecimento”, temos um retorno da temática da ecologia, “anteriormente lateral, [a qual] cria as condições objetivas para a volta da reflexão a respeito das questões ligadas ao desenvolvimento” (GUERRA *et al.*, 2007, p. 10). Nessa rede de reflexões, as questões ecológicas estão articuladas às tensões sociais, às relações de poder, a perspectiva ecopolítica nos ajuda a compreender a posição da Amazônia brasileira em termos ambientais e seu lugar na relação governo da população e vida. A desejada garantia de uma Amazônia preservada e proporcionadora de vida saudável, equilibrada a todos, só pode estar perpassada por uma rede de relações humanas, ou seja, por lutas políticas e que se entrecruzam com a dimensão ecológica. Em termos teóricos, nem se trata *apenas* da ecologia, nem *somente* da política. Trata-se de considerar uma visada ecopolítica enquanto elemento conceitual, entendendo que:

As expressões ecopolítica e ecologia política são equivalentes e intercambiáveis [...]. Assim *ecopolítica* servirá para designar as disputas de poder e as decisões que envolvam questões ecológicas. Os praticantes da ecopolítica são os políticos [que atuam no campo ecológico] (TILIO NETO, 2010, p. 16).

Estamos no campo das relações políticas, das “disputas de poder” quanto à proteção do meio ambiente. Para além de um campo de saber, é decisivo não perder de vista as tensões inerentes à ação política: devastada e sangrando em tons de desmatamento, queimadas e/ou extinção de espécies, a Amazônia necessita dessa proteção, a qual é um ato genuinamente político e compreende estratégias biopolíticas. Sobre essa dimensão da conjugação de forças e da tarefa de compreender esse lugar de saber chamado de ecopolítica, é esclarecedora a posição de Vasques (2018), quando ensina que:

A despeito das múltiplas definições [...], há uma premissa comum na ecologia política de que as transformações ambientais e condições ecológicas *não são um processo neutro* passível de administração técnica. Pelo contrário, *possui origens, condições e ramificações de natureza política* que colidem contra desigualdades socioeconômicas (BRYANT, 1992) (VASQUES, 2018, p. 48, grifos nossos).

Em outras palavras, a administração social desse problema ambiental, ecológico, que é o desmatamento na Amazônia brasileira, não se coaduna com a simples apresentação de dados e/ou pareceres técnicos e não pode aceitar encaminhamentos neutros, tecnicamente não políticos. Ao contrário, trata-se de fazer escolhas em termos de governo ambiental da população e de tomar decisões que se encaixam nas disputas de poder em torno de um bem comum de valor indescritível: o próprio bioma, seguindo estratégias biopolíticas de governamentalidade que envolvem o governo dos vivos. Tais questões estão na base da produção e circulação de discursos em diferentes campos, os quais ajudam a construir a história do presente sob a égide das relações de poder e saber.

Assim compreendemos a dimensão teórica e política dessa articulação entre a realidade amazônica e o meio ambiente, às quais estão ligadas à dimensão ecopolítica de entender que a devastação desse território é uma ação humana, não neutra, não técnica, que é política e está atravessada por estratégias de governo populacional. Quer estejamos pensando a partir do campo acadêmico, quer do político, a visada requer, justamente, a compreensão de ecopolítica enquanto um movimento simultaneamente político e acadêmico (ZHOURI, 2004). Com esse olhar, na seção seguinte, cuidamos de examinar as materialidades selecionadas e articuladas ao objeto construído discursivamente.

## **DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA EM DISCURSIVIDADES VIRTUAIS**

Para se investigar os embates discursivos acerca da devastação da Amazônia, iremos partir de materialidades cujos enunciados foram retirados de um *corpus* específico; que compõem práticas

discursivas midiáticas do arquivo que circula nos meios virtuais.  
Assim:

é fato que o funcionamento dos discursos, com a internet e o próprio trabalho com o arquivo, precisa levar em conta as condições de produção da internet e [...] a discursividade da rede de sentidos, que não escapa à injunção do digital e dos modos de existência dos sujeitos e de produção dos sentidos na sociedade digital. Para isso, porém, é preciso um real trabalho de leitura de arquivo, ou seja, é preciso compreender a relação língua e discursividade (DIAS, 2015, p. 980).

Imersos nessa rede de sentidos, analisamos enunciados que nos permitem compreender quais acontecimentos discursivos estão na relação da produção do sentido no discurso sobre o meio ambiente, já que favorece o surgimento de posicionamentos diversos acerca da relação entre Amazônia brasileira e a produção discursiva sobre o desmatamento; um efeito adverso ao poder sobre a vida, no que tange às causas ambientais. Buscamos compreender como os discursos sobre devastação ambiental estão articulados a uma memória discursiva que faz circular sentidos sobre a Amazônia e preservação ambiental enquanto estratégias do biopoder na manutenção e perpetuação da vida humana. Pensando a tríade poder, política e governamentalidade, perceptível a partir do grande arquivo de discursividades digitais, passemos a examinar os seguintes enunciados discursivos:

**AMAZÔNIA. ALERTA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL É O MAIOR PARA O MÊS DE ABRIL DESDE 2016**

*Até o dia 29, havia 581km<sup>2</sup> sob alerta na região; é o segundo mês consecutivo em que os índices batem recordes históricos mensais, segundo medição do Inpe. Observatório do Clima diz que alta de abril desmente governo*  
Por G1 (07/05/2021)

A área sob alerta de desmatamento na Amazônia Legal em abril foi a maior para o mês desde 2016: 581km<sup>2</sup> até o dia 29, segundo medição do Inpe. É o segundo mês consecutivo em que os índices batem recordes históricos mensais. A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a área

de 8 estados [...]. Os alertas de desmatamento foram feitos pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe, que produz *sinais diários de alteração* na cobertura florestal para áreas maiores que 3 hectares (G1, 2021, s/p, grifos nossos).

A partir da materialidade discursiva do G1, entramos em contato com um discurso que se reporta a uma história do presente e que tematiza o alto risco de desmatamento da maior floresta tropical do mundo. O enunciado se ancora em palavras de autoridade científica, ao utilizar os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE<sup>12</sup> e instala discursivamente, relação de poder-saber apoiada em dados estatísticos como instrumentos de auxílio à verdade que se quer propagar sobre o desmatamento. A construção de sentidos, no enunciado, reforça o efeito de alarme que provoca medo, ou seja, visa a seduzir pelo medo, dado o tamanho do flagelo, medido em percentuais (59%); são informações encharcadas de ares de objetividade e não discutíveis sobre o tamanho do "problema" social.

Nessa leitura discursiva, recorreremos à memória discursiva que já é apontada no enunciado do título que enfatiza o efeito de alerta com a comparação com anos anteriores, conforme enunciado: "Amazônia. Alerta de desmatamento na Amazônia legal é o maior para o mês de abril desde 2016". O dado linguístico coroa essa relação de sentidos aos leitores/internautas no decorrer da materialidade do discurso, sob signos que enfatizam: "área sob alerta", "sinais diários" de alteração, os "índices batem recordes históricos": com palavras que, diante do acontecimento da devastação, criam um efeito de prontidão, de medição do tamanho do problema diante dos índices elevados e comparados com anos anteriores. Esse discurso promove estratégias de governo dos vivos que visam a contenção do risco, pois o enunciado "alerta" visa causar efeito de vigilância, do olhar fiscalizador que chama a atenção para o risco do aumento real da

---

<sup>12</sup> A grafia, de nossa autoria, é INPE, pois entendemos que deva ser escrita com maiúsculas, por se tratar de uma sigla. Ao recortarmos falas de outrem, podemos transcrever "Inpe", se assim estiver grafado no texto citado.

devastação e, por meio do sentido silenciado, instaura os efeitos de tal número nas condutas da população.

Entretanto, esse discurso promove ainda efeito de sentido que se liga ao campo político ao discursivizar, no enunciado: “Até o dia 29, havia 581km<sup>2</sup> sob alerta na região; é o segundo mês consecutivo em que os índices batem recordes históricos mensais, segundo medição do INPE. Observatório do Clima diz que alta de abril desmente governo” (G1, 2021, s/p) Com esse enunciado promove-se uma luta de vozes que se digladiam na arena discursiva diante da “alta de abril desmentir o governo”. São posições discursivas que falam do acontecimento da devastação sob óticas diferentes, porém os órgãos de controle e fiscalização quem medem estatisticamente os resultados servem como fonte de legitimação do que é dito no discurso, garantindo um efeito de verdade que contradiz a posição do governo, voz que se configura como a instância biopolítica, que deve priorizar o bem estar da população.

Diante do acontecimento da devastação da Amazônia, outros discursos são produzidos. Aqui trazemos parte desses enunciados para a leitura discursiva proposta, conforme materialidade apresentada a seguir, também retirada do portal G1:

**ALTA DO DESMATAMENTO NÃO É “SURPRESA” DIANTE DO DESMONTE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS, DIZEM ENTIDADES**

*Amazônia teve 11 mil km<sup>2</sup> de desmatamento entre agosto de 2019 e julho de 2020, apontam dados do Inpe divulgados nesta segunda-feira (30)*

Por Carolina Dantas, G1 (30/11/2020)

*Pesquisadores e entidades* avaliam que o aumento de 9,5% no desmatamento na Amazônia entre agosto de 2019 e julho de 2020 não é “surpresa” diante do que classificam como “desmonte das políticas ambientais” durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro. O balanço da temporada foi divulgado nesta segunda-feira (30), pelo Inpe, e aponta que os estados da Amazônia Legal somaram 11 mil km<sup>2</sup> de desmatamento no período” (DANTAS, 2020, s/p, grifos nossos).

Nesta produção discursiva, observamos um tom de distanciamento e de validação do discurso em instâncias que garantem o efeito de verdade, por meio das palavras *pesquisadores*

e *entidades*, sendo a primeira ligada ao saber da ciência e a segunda às instituições de proteção do meio ambiente. No momento de adotar uma dada estratégia enunciativa (FOUCAULT, 2012), o sujeito da enunciação promove o dizer através da posição de embate discursivo de entidades com o governo. Linguisticamente, recorre-se ao aspeado para deixar clara a tática de controle discursivo, de distanciamento: não há “surpresa” com o “desmonte das políticas ambientais” que o governo do Brasil estaria fazendo.

Desse modo, por meio do enunciado percebe-se o sentido de descaso, tendo em vista que o desmonte causa efeitos negativos no combate à devastação da Amazônia. Com isso, o que seria de se esperar da posição discursiva do governo como responsável pelo atravessamento de questões biopolíticas que favoreçam ao biopoder na promoção da vida? Tendo em vista que a arte de governar deve englobar o conjunto formado pelos:

homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade [...], as formas de pensar etc.; finalmente, os homens em relação com outras coisas ainda que sejam os acidentes ou desgraças, como a fome, a epidemia, a morte etc. (FOUCAULT, 2019c, p. 415).

Delineiam-se as transformações no governo da população, movidas por relações de poder que influenciam na construção dos objetos discursivizados, neste caso, o desmatamento da Amazônia. Com isso, mais uma vez, as relações de poder são mobilizadas e apontam para vários polos: a posição sujeito que enuncia nesse discurso midiático, mobilizando o sentido de ironia ao afirmar que ninguém se surpreende com a alta no desmatamento, ou seja, com essa perigosa estratégia política de gestão (ambiental) da vida. Esse efeito de não surpresa já era esperado, tendo em vista *o desmonte das políticas ambientais* pelo governo.

Outro polo a ser destacado é formado pelas entidades de defesa do meio ambiente; o trabalho de estudos e pesquisas personificado na figura do INPE; o lugar do governo do país. Bem pontuado que, em termos de governamentalidade, estamos tratando de táticas de

governo; estas, por sua vez, podem definir, a cada instante, o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal, etc. (FOUCAULT, 2019c).

Entre o discurso do veículo G1, a posição (latente) do INPE e as falas das entidades, instala-se uma interessante relação interdiscursiva que inscreve sujeitos em relações de poder. Há posições de destaque, tais como a fala de entidades, de autoridade, de pesquisadores. Na materialidade, podemos ler que:

“A visão de desenvolvimento do governo Bolsonaro para a Amazônia nos leva de volta ao passado [...]. É uma visão retrógrada, que não conversa com a maioria dos brasileiros e não condiz com os esforços necessários para lidar com as crises do clima e da biodiversidade.” Cristiane Mazzetti, Gestora Ambiental do Greenpeace. “A incômoda verdade se revela por meio de números que dão a dimensão do descaso e da ineficácia”, disse Cristiane Mazzetti (DANTAS, 2020, s/p).

Em termos de gestão política da vida (biopolítica), temos relações de poder-saber que se somam a toda uma rede de relações políticas e que constroem imagens de Amazônia, pulverizadas midiaticamente ao mundo: de uma floresta tropical sendo desmatada, rumando para a extinção de vidas. Na posição discursiva das entidades, constatamos um efeito de lutas ecológicas, de lutas sociais, plurais, em defesa do meio ambiente e da preservação da vida. Além dos discursos que vem da luta política em defesa de uma ecologia, de um meio ambiente equilibrado, é importante destacar e examinar os posicionamentos do lugar da ciência, como sugerido na seguinte produção discursiva:

#### **DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL DIMINUI EM NOVEMBRO, SEGUNDO O INPE**

Redução foi de 57,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. Entre agosto de 2019 e julho deste ano, no entanto, área desmatada na região aumentou 9,5% em relação ao período anterior

Sarah Teófilo. *Correio Brasiliense*, 07/12/2020, 23:59

Os *avisos de desmatamento* na Amazônia Legal tiveram uma redução de 57,4% no mês de novembro, em relação ao mesmo mês do ano passado. Os dados

são do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que informa *alertas de desmatamento* mensalmente, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foi o mês de novembro com menor quantidade de área desmatada na série histórica, desde 2015 neste sistema de avisos (TEÓFILO, 2020, s/p, grifos nossos).

A materialidade discursiva selecionada nos permite passear por um *ranking* do desmatamento: o novembro de 2020 foi o mês de menor desmatamento na Amazônia Legal, nos últimos seis anos. A produção de sentido no discurso apoia-se no efeito de veracidade, ancorado em uma posição científica respaldada nos saberes estatísticos (*redução de 57,4%*), mobiliza uma memória, por meio dos dados estatísticos sobre a relação da população com os avanços ou recuos de áreas desmatadas. Para comprovar o efeito de verdade no discurso, em termos de avanços no desmatamento, a lógica é a mesma – comparar um período de doze meses a outro, de igual tamanho: entre “agosto de 2019 e julho deste ano, no entanto, área desmatada na região aumentou 9,5% em relação ao período anterior” (TEÓFILO, 2020, s/p). É oportuno destacar que a inserção de números percentuais nesse tecido enunciativo, caso do saber da estatística, é uma estratégia discursiva que entra ordem das táticas de governamentalidade; tal estratégia é efetivada mediante uma produção de sentidos no discurso cara ao fazer enunciativo da imprensa: o uso de dados estatísticos.

Nota-se como o discurso produz um efeito de sentido do tipo “não discuta com os números” ou “os números não mentem, jamais”. Estamos diante de vontades de verdade que a mídia tenta construir, que visam nos alertar ou assustar sobre o impacto das questões ecológicas na manutenção da vida da população. Assim sendo, a mídia, por meio de seus discursos, sugere querer governar as condutas dos sujeitos, na direção de seduzi-los a lutar pela preservação da Amazônia, em uma relação de sinonímia do tipo: meio ambiente preservado leva à vida preservada ou garantida por mais tempo.

Conforme visto acima, esse discurso sobre a devastação amazônica apresenta uma regularidade, em termos de formação

das estratégias enunciativas: a recorrência aos dados estatísticos, às medições e às falas de sujeitos autorizados (caso das pesquisas do INPE, por exemplo). Estratégias que suscitam indagações, um pouco dispersas, do tipo: Por que a ênfase nessas informações sobre taxas, índices de desmatamentos e incêndios? Tal tática visa a produzir um efeito de sentido de objetificação dessa realidade, na esteira de um fazer midiático que almeja se mostrar como revelador da realidade “tal como ela é”.

As análises apontam ainda para se pensar estratégias biopolíticas, investindo no governo das condutas, convocando os sujeitos a estarem alertas, vigilantes acerca do desmatamento na Amazônia. Os discursos de autoridade, os saberes legitimados cientificamente são convocados, em termos de estratégias enunciativas, visando, nessas materialidades midiáticas, a produção de efeitos de sentido de tentar perpetuar uma posição de objetividade ou de repassadora de informações “verdadeiras”, fruto de uma investigação jornalística.

Tais preocupações políticas acerca da continuidade da vida no território amazônico se devem a técnicas do biopoder no cuidado com o “bem-viver” da população, por isso o efeito de sentido de alerta para o aumento da devastação da Amazônia. Entretanto, essa discussão tem relação com outros lugares de produção de discursos que remetem a táticas derivadas das preocupações econômicas, geopolíticas e também levantam questões sobre os movimentos de resistência, de ONG’s, entidades, ambientalistas, nas lutas ecológicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, intentamos compreender como os discursos sobre a devastação ambiental brasileira estão articulados a uma memória discursiva que faz circular sentidos sobre Amazônia e preservação ambiental enquanto estratégias do biopoder na manutenção e perpetuação da vida humana. Pontualmente, a problemática ambiental esteve no centro de nossas atenções.

Ao analisar as materialidades selecionadas, compreendemos que as mesmas são parte de um grande arquivo sobre a devastação ambiental e se referem a acontecimentos discursivos relacionados à produção de sentidos no discurso que favorecem o surgimento de posicionamentos diversos sobre a relação entre Amazônia brasileira e a produção discursiva sobre o desmatamento como um efeito adverso ao poder sobre a vida, no que tange às causas ambientais.

Dito de outra maneira, o estudo nos permitiu compreender como os discursos sobre devastação ambiental estão articulados a uma memória discursiva, posto que imprimem à Amazônia uma recorrente imagem de floresta em chamas, desmatada, devastada, com o número crescente de desmatamento. Tais discursos midiáticos analisados inserem a Amazônia em um momento histórico presente, atual, movediço (vide as mudanças nas taxas de desmatamento); funcionam enquanto estratégias do biopoder na manutenção e perpetuação da vida humana: em termos de um poder sobre a vida, dão vazão a sentidos de alerta e atenção acerca da destruição de um bioma, ou seja, de destruição de vidas no seio da população.

Por ora, sugerimos que essa relação é atravessada por elementos do biopoder, os quais são mobilizados discursivamente nos discursos da mídia brasileira e revelam ondulações sobre as práticas de governamentalidade de que é alvo a população da Amazônia brasileira<sup>13</sup>: entre possíveis intervenção política e omissão política, está o corpo-espécie que precisa respirar, encontrar na floresta elementos necessários ao viver coletivo: árvores, plantas, espécies diversas, biodiversidades etc.

As queimadas e os desmatamentos se constituem em acontecimentos discursivos que balizam a produção do sentido nos discursos em questão. Nesses sentidos e nos efeitos pretendidos nas produções discursivas, é de se notar que a mídia adota estratégias discursivas tais que querem seduzir, governar os corpos, atraí-los para a teia de saberes e de poderes em torno dessa discussão.

---

<sup>13</sup> Não só esta porção populacional, pois o Brasil e o mundo todo são afetados pelos impactos ambientais de que esse bioma é vítima.

Podemos sugerir, em termos de (in)conclusão desta exposição, *o que é* (ou quanto vale) a vida, enunciada em termos ambientais nos discursos analisados, que o nó se faz bem perceptível na tríade: população, governo e economia política, “que constituem, a partir do século XVIII, um conjunto que ainda não foi desmembrado” (FOUCAULT, 2019, p. 429), uma vez que a população precisa ser governada haja vista que veio a se tornar um problema para o Estado.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. P. G. **Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Orientador: Prof. Dr. Fabiano Toni. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB. Brasília, DF, 2009.

DANTAS, C. **Alta do desmatamento não é “surpresa” diante do desmonte das políticas ambientais, dizem entidades**. G1, 30/11/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/11/30/nada-disso-e-uma-surpresa-veja-a-repercussao-de-especialistas-e-ambientalistas-sobre-alta-no-desmatamento.ghtml> Acesso em: 18 ago. 2021.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 44 (3): set.-dez. 2015 (p. 972-980). Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030/611> Acesso em: 07 out. 2020.

DUARTE, A. **Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. In: FEARNSIDE, P.M. (ed.) **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**, Vol. 1. Editora do INPA, Manaus, Amazonas, 368 p. (no prelo) (p. 7-19), 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/>

340923558\_Desmatamento\_na\_Amazonia\_brasileira\_Historia\_indices\_e\_consequencias Acesso em: 28 ago. 2021.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de marco de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (p. 285 a 315).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso do Collège de France (1978-1979). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. Revisão da tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos** - Curso do Collège de France, 1979-1980 (aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980). Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Beata Neves. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, revisão técnica, tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 10ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019a (p. 35 a 54).

FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. Curso do Collège de France, 7 de janeiro de 1976. In: **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 10ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019b (p. 262-277).

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica

de Roberto Machado. 10<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019c (p. 407 a 431).

GUERRA, L. D., RAMALHO, D. de S., SILVA, J. B. e VASCONCELOS, C. R. P. de. Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. **Interações**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V. 8, N. 1, p. 09-25, Mar. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122007000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122007000100002) Acesso em: 28 dez. 2020.

**G1. Alerta de desmatamento na Amazônia Legal é o maior para o mês de abril desde 2016.** 07/05/2021, 10h16. Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/05/07/alerta-de-desmatamento-na-amazonia-legal-e-o-maior-para-o-mes-de-abril-desde-2016.ghtml> Acesso em: 10 maio 21.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia legal**: o que é. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e; s/d>. Acesso em: 09 set. 2021.

O ECO. **O que é a Amazônia Legal** (dicionário ambiental), 20 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/> Acesso em: 06 ago. 2021.

TEÓFILO, S. **Desmatamento na Amazônia Legal diminui em novembro, segundo o INPE.** Correio Brasiliense, 07/12/2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/12/4893700-desmatamento-na-amazonia-legal-diminui-em-novembro-segundo-o-inpe.html> Acesso em 08 dez. 2020.

TILIO NETO, P. D. **Ecopolítica das mudanças climáticas**: o IPCC e o Ecologismo dos Pobres. Tese (Doutorado em Ciência Política). Orientador: Leonel Itaussu Almeida Mello. Universidade de São Paulo, 2008.

TILIO NETO, P. D. Uma abordagem política do meio ambiente. In: **Ecopolítica das mudanças climáticas**: o IPCC e o ecologismo dos pobres [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas

Sociais, 2010 (p. 3-36). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/x9z8z/pdf/tilio-9788579820496-05.pdf> Acesso em 28 dez. 2020.

VASQUES, P. H. R. P. **O governo ambiental no Brasil**: uma análise a partir dos processos de avaliação de impacto ambiental. Tese (Doutorado em Ciência Política). Orientador: Prof. Dr. Andrei Koerner. Unicamp, Campinas, SP, 2018.

ZHOURI, A. "A Re-volta da Ecologia Política": Conflitos Ambientais no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/6tMMGwXyryjCWJbJwzhNf3t/?lang=pt> Acesso em: 28 ago. 2020.

# GOVERNAMENTALIDADE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DE SURDOS NO *YOUTUBE* E *FACEBOOK*

Sara Cristina dos Santos Freires

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre as relações de poder nas práticas sociais nos instiga a ampliar discussões sobre as formas de governo de si e dos outros, ainda quando nos referimos aos sujeitos com surdez.

Por algum tempo, a surdez foi considerada como algo que deveria ser corrigida, e aqueles que contavam com algum grau de audição gerava esperança para ser encaixado na sociedade. Por conseguinte, essas formas de disciplinamento e de norma aos sujeitos surdos provocaram/provocam uma série de discursos de resistência ecoados como bandeira de luta contra o preconceito e a exclusão.

Assim, Michel Foucault em sua aula de fevereiro de 1978 nos explica o conceito de governamentalidade pensado a partir de uma ótica política das instituições, isto é, o governo exercido nas populações. Nessa perspectiva de governo dos outros e narrativas sobre o sujeito surdo, concordamos inicialmente com Skiliar (1999, p. 19) ao afirmar que “até bem pouco tempo, os sujeitos da educação especial foram narrados, julgados, pensados e construídos pelos profissionais que trabalham com eles, como objeto de estudo dentro de um discurso de controle”.

Percebemos, portanto, que as pesquisas envoltas das discussões sobre a surdez, cultura e identidade são marcadas de negatividade e retrocesso que tentam persuadir a uma intervenção pedagógica oralista e também clínica considerando a pessoa com surdez, um indivíduo que carece de cura.

Impulsionada pelas questões de disciplinamento e norma que estão inseridas nas instituições, cabe lembrar aqui das comunidades de minorias, cujos sujeitos depõem sobre os silenciamentos de décadas a respeito de suas subjetividades e ressignificação de si. Nos

referimos aos sujeitos surdos neste trabalho, para apresentar as suas produções de subjetividades nas mídias.

Nessa óptica da análise do discurso foucaultiana, escolhemos as produções de narrativas e enunciados dos surdos nas redes sociais, sobretudo o *facebook* e *youtube*, por constatarmos que esses canais são os mais usados por esses sujeitos. Desse modo, nosso trabalho se organiza em tópicos que conceituam a governamentalidade e apresentam a produção de subjetividade dos surdos nas páginas *Isflocos*<sup>14</sup>, *Diário de Fiorella*<sup>15</sup> e *Visurdo*<sup>16</sup>.

As páginas obedeceram ao critério de serem gerenciadas por surdos, o que nos dá melhor suporte analítico aos enunciados que se referem ao governo de si e modos de subjetivação nas redes sociais.

Objetivamos conhecer os enunciados que evidenciam a produção de subjetividade dos surdos nas páginas do *facebook* e *youtube*, bem como as técnicas de resistência presentes em suas práticas discursivas. Como categoria de análise dos enunciados, tomamos como base os conceitos de governo, poder e discurso.

## A NOÇÃO DE GOVERNAMENTALIDADE

No pensamento de Foucault (1993), o ato de governar está relacionado com a disciplina, poder e biopolítica. Evidenciando nosso objeto de estudo, precisamos ainda que de forma breve entender as relações de poder envolvidas que resultaram/resultam os enunciados investigados.

Para a comunidade surda, a história de reconhecimento da língua materna e da valorização de sua cultura e identidade foi marcada de muitas lutas, proibições e discursos de normalização do surdo. A questão de ser governado e ser acometido de regras e segmentos que não respeitam a surdez como diferença linguística impulsionou a comunidade a celebrar um dia específico (26 de

---

<sup>14</sup> Página disponível em <https://www.youtube.com/c/isflocos>

<sup>15</sup> Página disponível em <https://pt-br.facebook.com/odiariodafiorella/>

<sup>16</sup> Página disponível em <https://www.youtube.com/c/andreiborges11>

setembro) como manifestação de protesto contra as diversas formas de preconceito. Assim, o filósofo francês apresenta uma reflexão sobre o governo das populações em sua aula de 01 de fevereiro de 1978:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 139).

Nesse sentido, é notório na história da surdez encontrarmos alguns discursos de normalização dos sujeitos surdos através da propagação de cura pela medicina justificando o obstinado fracasso dos surdos em várias áreas do conhecimento como educação, saúde e assistência social.

O interesse, portanto, como afirma o filósofo francês é maquiado de um poder que revela ações de assujeitamento voltadas aos surdos. Assim, os surdos passaram vários períodos praticando o governo dos outros, os ouvintes. O direito ao uso da língua materna negado em 1880<sup>17</sup>, demarcou revolta e novas posições nas políticas públicas na educação de surdos. Não obstante, a comunidade iniciou movimentos de luta juntando-se às demais pautas das pessoas com deficiência, com discursos de igualdade e acessibilidade.

Com efeito, a página do *youtube Isflocos* inscreve a noção de governamentalidade a partir de uma postagem em comemoração ao dia nacional do surdo, 26 de setembro. A data relembra diversas passagens da história dos surdos e é usada em vários discursos políticos midiáticos. Gabriel Isac, gerenciador da página, intitula o vídeo como “*Sou uma pessoa?*”. Dessa forma, há aqui uma inquietação sobre identidade e governo de si. Segue:

---

<sup>17</sup> Em 1880, foi realizado um congresso em Milão que teve como pauta o uso da língua de sinais pelos surdos no sistema de comunicação e como ensino da língua materna. Os surdos não puderam votar e, por unanimidade, a língua de sinais foi proibida.

**Imagem 1** - Gabriel e outros surdos brasileiros.

**Canal Isflocos**

**Enunciado**



Sou uma pessoa?

Fonte: canal Isflocos (2018).

No vídeo, Gabriel pergunta para a comunidade ouvinte sobre sua existência enquanto pessoa com surdez e como as normas de governo provocam a invisibilidade, seja ela no sentido de ser cidadão, como estudante ou como pessoa que trabalha e que pode construir sua família, tal qual os ouvintes. Tenta-se, com esse questionamento da página, atribuir reflexões sobre o percurso de educação para os surdos, havendo a necessidade de reavaliarmos as práticas sociais mediante o sujeito surdo hoje, como um indivíduo ressignificado com língua e cultura própria e que agora possui um lugar de fala.

Pela perspectiva de Foucault (2008) sobre o governo das instituições e destacando a educação dos surdos, percebemos o quão estes foram controlados e pensados a partir de regras que os classifica como inaptos, sejam em aspectos linguísticos e/ou cognitivos. Witches & Lopes (2015, p. 178) explicam que:

a norma define quem é ouvinte e quem é surdo, quem é saudável e quem é doente, quem é eficiente e quem é deficiente para estabelecer uma normação. Diferentemente disso, a normalização parte dessas definições para estabelecer qual é a norma e tentar aproximar as atribuições de normalidade consideradas desfavoráveis às atribuições favoráveis.

Aceita-se, portanto, que as instituições reconheçam os surdos como seres treinados a participarem do mundo dos ouvintes, podendo assim (re)aprender a fala, sem o devido acolhimento de suas limitações

de aprendizagem. Contudo, Gabriel insere na sua página novos enunciados que alertam para uma ressignificação da pessoa surda:

**Imagem 2** - Enunciado dia do surdo.



Fonte: canal Isflocos (2018).

Com o enunciado “cada um escrevendo suas próprias histórias e aprendendo coisas novas” (imagem 2), Gabriel expõe à sociedade que ele e os demais precisam falar de si, construir e descobrir suas subjetividades. O governo sobre o surdo se dá principalmente pela falta da fala, é uma representação típica de que esses indivíduos necessitam que os seus modos de vida sejam contados não por eles, mas por quem possui o domínio da língua, a oralidade.

É emergente que haja espaços políticos para inserir os discursos dos surdos, desmistificando crenças e tabus dentro e fora das relações sociais. Por essa razão, até hoje, usar a expressão “surdo-mudo” desqualifica a condição humana desses sujeitos, por enfatizarem sua incapacidade pela ausência da fala.

## **GOVERNAMENTALIDADE E SUBJETIVIDADE**

O discurso de subjetividade dos sujeitos surdos está nos moldes da educação e das relações sociais, hoje (re)inventados pela repetição da memória vivida. O dia do surdo é um exemplo forte

de repetição, como já citado anteriormente, pois representa várias práticas sociais como uma educação bilíngue de qualidade, acesso à informação e o direito de se posicionarem a favor de uma vida sem tabus ou preconceitos.

A escola é o lugar de fala do surdo, é nela que encontramos por diversos momentos a resistência, a insatisfação e onde também é lugar de conhecer-se. Muitos surdos relatam que mesmo não tendo o ensino em sua língua materna, a sala de aula é um espaço de aprendizagem e fortalecimento dessa luta. Essa representatividade passa a ser um orgulho que é comemorado, exaltado pelos sujeitos, como observamos no enunciado da Francielle, gerenciadora da página *O diário de Fiorella*.

**Imagem 3** - Postagem no Facebook.



Fonte: página do Facebook "*O diário de Fiorella*" (2018)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Todas as imagens reproduzidas ao longo do trabalho foram capturadas nas páginas respectivamente indicadas, as quais possuem um caráter público. Na

Para Francielle, a surdez torna-se orgulho e um grito de resistência a todas as limitações postas pela sociedade majoritariamente ouvinte. Neste enunciado (imagem 3), encontramos a aceitação e a (re)socialização dos povos surdos, uma vez que a maioria das famílias são formadas por pais ouvintes que nem sempre acolhem a alfabetização em língua de sinais, priorizando o ensino da língua oral e o uso de recursos médicos, como os aparelhos auditivos e implante coclear.

Nesse contexto, Foucault (2002, p. 15) diz:

A história contínua é correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar de sua morada.

As formações discursivas dos ouvintes são produzidas através de uma ‘verdade’ em relação à constituição do sujeito surdo justificada pela incapacidade, incompletude na aprendizagem e identidade embaçada. O orgulho que Francielle se refere no enunciado acima, se assemelha ao orgulho gay, orgulho de ser negro, rompendo a normalidade e controle do poder. Destaca-se ainda neste enunciado, ao relatar “estamos felizes”, o quanto representa a surdez como uma diferença linguística e cultural, tal qual outras culturas com suas experiências de vida.

A resistência contida na postagem de Francielle barra a prática ouvintista<sup>19</sup>, que durante um bom tempo veio a bloquear as identidades surdas e também questões ligadas ao governo de si.

---

imagem 3, especificamente, por termos a presença de uma criança, decidimos, devido a questões éticas do fazer pesquisa, desfocar o seu rosto.

<sup>19</sup> De acordo com Skliar, o ouvintismo trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte (SKLIAR, 1999, p. 15).

Rotulados pela antiga crença de que surdos não podem ou não se encaixam no modelo das interrelações, os discursos produzidos por sujeitos surdos expõem as relações de saber-poder nas redes sociais. Desse modo, concordamos com Lulkin (2016), quando descreve: “se funda uma identidade pela oposição surdo-mudo versus ouvinte falante, fruto de uma ciência interessada na correção do desvio, na humanização do selvagem, na reabilitação do deficiente” (p. 41).

Acompanhamos diversos enunciados nas páginas pesquisadas sobre as subjetividades dos sujeitos surdos, em que a identidade surda é o encontro macro com a liberdade de expressar-se e cuidar de si, responsabilizando-se pela própria constituição ética, esta por sua vez, tantas vezes distorcida pelos mecanismos de poder por parte dos ouvintes.

Nesse contexto de ressignificação dos discursos surdos, a patologia deixa de ser a principal causa da surdez, isto é, há um novo conceito que interpreta o olhar sócio-histórico e afirma a surdez como diferença linguística e cultural. Contudo, usar o termo *deficiente auditivo* causa estranheza nos sujeitos surdos por remeter-se a um significado de defeituoso, incompleto e certamente de prescrições com viés de correção e cura. Relativo a isso, concordamos com Lopes (2011, p. 18) quando afirma que:

A surdez é entendida como uma invenção quando a vemos como um traço/marca sobre o qual a diferença se estabelece produzindo parte de uma identidade; quando a usamos para nos referirmos àquilo que não sou; quando ela é que mobiliza a formação de políticas de acessibilidade; quando ela começa a circular em diferentes grupos como uma bandeira de luta pelo reconhecimento daquele que se aproxima, antes de qualquer outra razão, porque compartilha de uma experiência comum (ser surdo).

A celeuma de reivindicações dos surdos não apenas se resume na aceitação de sua condição linguística, mas sim na sua singularidade cultural e, principalmente, na militância que busca que os ouvintes respeitem a língua materna como língua primária de comunicação, sendo, portanto, o marco da identidade surda.

Para exemplificarmos a subjetividade surda e como ela se constrói nas redes sociais, mais adiante, apresentamos outros enunciados que indicam a necessidade de tornar pública a aceitação da surdez na família e na sociedade.

## **SUBJETIVIDADES DE SUJEITOS SURDOS NO YOUTUBE E FACEBOOK**

O ser surdo é um processo de resistência que se transformou em uma defesa contínua pela garantia do uso da sua língua materna, como já citado anteriormente. Defender algo que é legítimo na cultura surda, potencializa os discursos e subjetividade dos sujeitos surdos nas redes sociais. Não raro, encontramos o relato da proibição da língua de sinais ocorrida no Congresso de Milão em 1880, na Itália. Robin (2016, p. 31), nos diz que:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. [...] Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas.

Sem dúvida, a memória discursiva aqui apresentada contribui muito para que haja conscientização da grande população ouvinte para aprender e conhecer a língua de sinais, bem como pesquisar e conviver com a cultura surda, colaborando para um maior engajamento desses povos na sociedade. Nesse sentido, as redes sociais têm sido um divisor de águas para a comunidade surda, uma maneira diligente de ensinar a toda sociedade sobre eles mesmos, esclarecendo tabus, aproximando o ouvinte do mundo surdo.

A página *Visurdo*, administrada pelos irmãos André e Tainá reúne alguns enunciados que confirmam o modo de vida surda, alertando as pessoas sobre terminologias pejorativas como “surdo-mudo”, algo que

ainda é discutido na literatura, pois a mudez é remetida a uma língua minoritária e pouco falada entre os povos ouvintes.

Dito isso, os surdos tendem a participarem de suas próprias atividades com aqueles que possuem o mesmo sistema linguístico de comunicação. Encontramos na página do *youtube*, no canal *Visurdo*, administrado pelos irmãos surdos Andrei e Tainá, enunciado que corrobora com essa discussão:

**Imagem 4** - Enunciado do canal *Visurdo* no *youtube*.



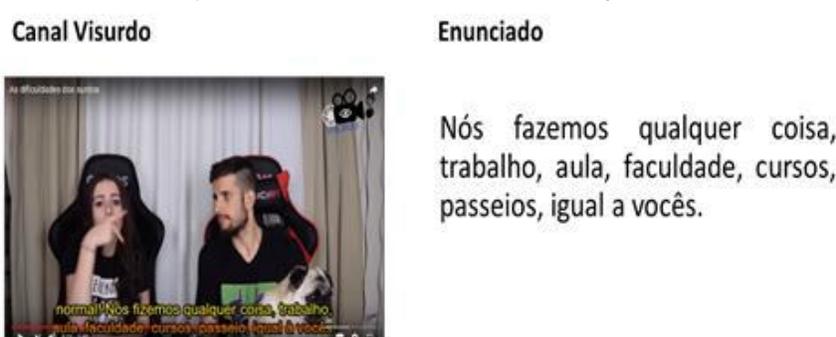
Fonte: canal Visurdo (2018).

Este enunciado repete-se em outras postagens do canal, isto explica-se pela preocupação da comunidade surda em levar até o ouvinte informações, antes veiculadas na mídia e na sociedade e atestadas sempre com verdades que não condiziam/condizem com as formas de vida dos surdos em suas relações afetivas, por exemplo.

Nessa mesma postagem, foi possível observar o quanto ainda o mundo dos surdos é desconhecido pelos ouvintes e que perguntas e/ou curiosidades a respeito de suas rotinas, bem como realização de atividade simples, surgiram em diversos dos comentários, isto, porque há a errônea relação da língua com seu desenvolvimento social. O enunciado a seguir (imagem 5) nos

mostra um exemplo de produção da subjetividade, o qual se expressa como uma resposta aos comentários da página.

**Imagem 5** - Enunciado do canal *Visurdo* no youtube.



Fonte: canal Visurdo (2018).

No canal *Visurdo*, os irmãos Tainá e Andrei questionam as indagações por entenderem que apesar dos avanços das políticas públicas, é preciso reconhecer que os espaços sociais são ocupados pela maioria ouvinte. Concordando com Portocarrero (2011, p. 81), percebe-se que:

Cada vez mais, a preocupação com o cuidado de si perpassa o pensamento filosófico e ético, exigindo novas elaborações sobre os conceitos de liberdade, moral, subjetividade, individualismo, verdade, prazer, desejo, entre outros, conferindo-lhes relevância renovada para a constituição de estratégias tanto de crítica à sociedade contemporânea quanto de reflexões sobre as questões daí decorrentes.

Os surdos produzem suas histórias de superação não para serem reconhecidos como sujeitos com deficiência, mas sim como um sujeito cultural que traz consigo seus costumes, crenças e interação própria com os seus semelhantes. A produção dessas falas de resistência e atenção para sua cultura e, principalmente, para a sua língua materna, representam uma nova teia de discursos da história dos surdos.

Contudo, a metodologia baseada nos estudos arqueológicos de base foucaultiana se preocupa com os sujeitos que foram de alguma

forma segregados pela sociedade e, assim, constroem uma nova organização política, novas subjetividades e tentam responder as inquietações da sociedade, e isso vem a ser muito presente na fala dos surdos em seus canais midiáticos onde são gerenciadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos surdos até aqui se repete em muitos espaços da mídia contada tanto por pesquisadores quanto por surdos que se dedicaram/dedicam em preconizar suas produtividades em meio aos discursos da falta de reconhecimento como sujeito e também pelas lacunas de acessibilidade que dificultam a constituição ética de si.

Com o auxílio dos espaços midiáticos, os surdos encontraram uma alternativa de externarem e questionaram sobre a pretensa anormalidade que durante muitos anos lhes foi atribuída, considerando os rótulos de incapaz, doente mental, dentre outros efeitos de segregação social.

Para Foucault (2001), os efeitos dos questionamentos da norma conseguem atribuir o reconhecimento de dois pontos principais: o de transformar e o de corrigir. Os discursos aqui apresentados têm a intenção de ressignificar os conceitos da surdez a partir da compreensão de norma feita pelos ouvintes. Analisamos que as produções de subjetividade dos surdos nas redes sociais têm como objetivo esclarecer ao público ouvinte sobre seus modos de vida e realidade da sua cultura, bem como, na constituição de suas identidades como um meio de preconizar ainda mais fatos simples de suas rotinas, mas que são desconhecidos pelos ouvintes.

Tratamos aqui da noção de governamentalidade dialogando com Foucault (2008), que enfatiza em sua teoria o interesse pelo sujeito e sua construção ética frente às imposições de poder e governo dos outros. Vimos, portanto, que as experiências contadas nas páginas e nos canais são formas que os surdos encontram de subjetivação, corroborando para garantir seu espaço político e social.

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 18-47.
- LULKIN, Sérgio Andres. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016, p. 33-50.
- PORTOCARRERO, Vera. Governo de si, cuidado de si. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n. 1, p. 72-85, jan/jun, 2011.
- ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução Cristian Dias, Greciely Costa, Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2016.
- SKLIAR, Carlos A invenção e exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados de normalidade. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul/dez 1999.
- WITCHES, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini. Educação de surdos e governamentalidade linguística no Estado Novo (Brasil, 1934-1948). **His. Ed.**, Porto Alegre, v. 19. n 47. Set/dez 2015, p. 175-195.

# CIÊNCIA E FELICIDADE: PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM DISCURSO DE AUTOAJUDA<sup>20</sup>

Maria Eliza Freitas do Nascimento  
Thaliane Andrade de Lima

## INTRODUÇÃO

As práticas discursivas na sociedade favorecem a emergência de diferentes objetos. Refletimos aqui sobre o discurso que emana no meio midiático e discursiviza efeitos de sentido que nos instiga a considerá-los de autoajuda, pela evidência com que são produzidos e circulam socialmente, envolvendo os sujeitos na rede de sentidos de uma vida melhor e mais feliz. Pensando nisso, e, atrelando a Análise do Discurso é possível destacar, nesses discursos de autoajuda, a construção de sentidos relacionando-os ao biopoder, de modo a analisar como os enunciados discursivizam as práticas do cuidado de si no que se refere à busca pela felicidade.

Posto isso, os discursos vinculados pela mídia produzem regularidades e singularidades que atravessam as produções de sentidos, as quais constroem nos sujeitos modos de subjetivação apoiados nas estratégias de felicidade proliferadas nos enunciados. Assim, neste trabalho iremos nos firmar na fundamentação teórico-metodológica da Análise do Discurso Francesa, utilizando pressupostos a partir dos autores Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Considerando o discurso como prática discursiva, o qual permite desenvolver regimes de verdades, alicerçados nas relações de poder e saber, buscamos também às contribuições interdiscursivas da Psicologia Positiva. Esta área do saber se “distância do foco tradicional da Psicologia [...] e aplica o mesmo rigor científico aos elementos que fazem as pessoas prosperarem e

---

<sup>20</sup> Este trabalho apresenta resultados da pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UERN.

se destacarem” (ACHOR, 2012, p. 21). Torna-se, dessa forma, um lugar autorizado a ensinar a felicidade, sucesso, bem-estar, entre outros, por meio de técnicas de um campo de estudos que legitima a produção de sentidos no discurso de autoajuda.

No presente estudo, diante das múltiplas produções discursivas que circulam no meio midiático, em especial nas mídias digitais, vamos analisar os enunciados materializados no Blog *Awebic*, em especial na materialidade discursiva publicada em abril de 2016: *Como ser feliz? 25 dicas práticas para levar uma vida mais feliz, segundo a ciência*. Objetivamos identificar as estratégias discursivas embasadas por uma vontade de verdade, que legitima o discurso de acordo com o saber científico e estimula técnicas que ensinam a ser feliz, estimulando uma melhor qualidade de vida para os sujeitos no cuidado de si.

Estratégias relacionadas a produção de sentido em harmonia com o biopoder se destacam mediante o poder disciplinar, que envolvem o sujeito pelas técnicas de docilização do corpo, bem como através de práticas de governamentalidade, as quais gerenciam o governo de si e dos outros. Sendo assim, os sujeitos são envolvidos pelas relações de poder e saber que constroem modos de subjetivação, na busca pela felicidade e bem-estar. Consequentemente há uma produção de sentidos que instiga a ser mais feliz e produtivo, seguindo um saber que é dito pela ciência. Para tanto, iremos a seguir, traçar o percurso teórico que embasará a análise do *corpus* discursivizado na esfera midiática.

## **CAMINHANDO PELO PERCURSO TEÓRICO: DISCURSO E RELAÇÕES DE PODER**

A Análise do Discurso (doravante AD) emerge no universo dos estudos da linguagem com propósitos diferentes daqueles voltados para o campo da Linguística em sua abordagem estruturalista, defendida pelo suíço Ferdinand Saussure. Nessa abordagem a língua é compreendida como um sistema homogêneo de signos, conforme Saussure (2003), considerada, independente

dos processos sócio-históricos que determinam a produção de sentido. Assim, tem-se uma visão imanente da língua, permeada por diferentes dicotomias.

Divergente desse objetivo, a AD não toma a língua como objeto de estudo, mas sim, o discurso, visto em movimento e fazendo sentido na relação entre a língua e a exterioridade, “enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e sua história” (ORLANDI, 2001 p. 15). Desse modo, o discurso não se restringe a observar o funcionamento da linguagem enquanto unidade que separa a língua e a fala, mas necessita delas enquanto elementos linguísticos, para a constituição de uma materialidade, na qual o sentido será produzido.

Pensando nisso, a AD está vinculada a uma rede de efeitos de sentidos, os quais permeiam os enunciados que estão em constante transformação, em articulação entre a língua, o sujeito e a história. Uma vez que essa teoria considera a historicidade como parte constitutiva da produção de sentidos, pois este não se dá de forma exclusivamente linguística, mas em articulação com fatores sociais, políticos e ideológicos.

As discussões iniciadas na França em 1960 apontam estudos interdisciplinares e releituras de pensadores como Saussure, Freud e Marx, as quais estimularam um grupo de pensadores liderado pelo estudioso Michel Pêcheux. Originava-se, assim, uma nova teoria de investigação, a Análise do Discurso Francesa, pensada de forma interdisciplinar entre as teorias da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise, atrelando o estudo da língua, do sujeito e da história.

A obra *Análise Automática do Discurso* (AAD), publicada em 1969 por Pêcheux, dá início a essa nova concepção que apresenta como instrumento de estudo não mais a linguagem como mera fomentadora dos processos de comunicação, mas o discurso, marcado pela historicidade dos acontecimentos e as relações com o sujeito na produção de efeitos de sentidos. Desse modo, a construção teórica da AD é desenvolvida por Pêcheux em três épocas – AD1, AD2 e AD3 – as quais não são estabelecidas de forma

cronológica, mas de acordo com o desenvolvimento dos conceitos, que amparam o suporte teórico dessa nova área de conhecimento (FERNANDES, 2005).

Inicialmente, destaca-se a primeira fase da AD que aponta para a criação de uma maquinaria discursiva, um dispositivo informático que realizava a análise de textos, considerada na produção do discurso como autodeterminada e fechada sobre si (FERNANDES, 2005). O sujeito é tratado como assujeitado e o “discurso é relacionando com a ideologia, aparece remetido a um já dito, ou seja, um interdiscurso que atravessa o fio discursivo, ou intradiscurso e as condições de produção do discurso” (NASCIMENTO, 2010, p. 32).

Conceitos como Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI) são aprofundados no segundo período de desdobramento da Análise do Discurso. De acordo com Pêcheux (1997), a noção de maquinaria discursiva se rompe, com a concepção de formação discursiva retomada de Michel Foucault, uma vez que uma FD é constantemente invadida por outros discursos, as quais designam o interdiscurso. Dessarte, a formação ideológica corrobora na produção de sentido, pois, conforme Pêcheux (1997, p. 160) “a ideologia fornece as evidências do sentido, fazendo com que uma palavra ou enunciado queiram dizer o que realmente dizem, mascarando, assim, a transparência da linguagem, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido”.

Por conseguinte, no terceiro período, Pêcheux atrela a AD uma abordagem discursiva que evidencia mais ainda a história e o sujeito na construção de sentido. Abandona-se a concepção de homogeneidade do discurso, tendo como perspectiva o discurso-outro. Ademais, seguindo a releitura, realizada por Jean Jacques Courtine, da obra foucaultiana *A arqueologia do saber*, todo enunciado se dá através da memória discursiva, devido a existência de um já dito. É dessa forma que Gregolin (2004a) enfoca que o trabalho de Courtine é o responsável pela apreensão do pensamento de Foucault, principalmente do conceito de formação discursiva para a análise do interdiscurso e das heterogeneidades.

Posto isso, o sentido das palavras se alteram, na medida em que uma FD é deslocada para outra, favorecendo a articulação entre discursos, os quais configuram o que a Análise do Discurso denomina de interdiscurso. A interdiscursividade possibilita o diálogo com outros discursos por meio de retomada com formulações que os antecedem, como “algo que fala, sempre, antes em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1997). O interdiscurso mobiliza sentidos na historicidade dos acontecimentos, a partir do estabelecimento da memória discursiva atrelado a noção foucaultina de domínio de memória, discutida por Courtine.

É nesse espaço de discussões que a obra *A arqueologia do saber*, de Foucault, possibilita um novo olhar sob a definição de discurso, possibilitando compreendê-lo como um conjunto de enunciados, os quais se relacionam em uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008). Desse modo, estabelece-se um sistema de dispersão e repartição, em conformidade a determinada FD, a qual permite definir regras de formação que promove a existência de regularidades entre os enunciados, de acordo com a dispersão dos acontecimentos. Sendo assim, segundo o autor:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Para o autor a noção de formação discursiva relaciona-se à dispersão, às regularidades e também aos saberes e poderes que representam os domínios discursivos. A concepção foucaultiana compreende o sujeito como constituinte de formações discursivas, em virtude de ocupar uma posição vazia que pode ser invadida por diferentes indivíduos (FOUCAULT, 2008), tornando-a proveniente de diversas vozes. A posição-sujeito varia de acordo com as condições de produção do discurso e sua inscrição na história, ou seja, trata-se de um sujeito mutável, uma vez que equivale a:

Uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 2008, p. 110).

Dessarte, a partir das produções discursivas e seus deslocamentos de natureza histórica, os sujeitos são construídos na exterioridade, marcados por relações de poder e saber, que ajudam na construção dos processos de subjetivação. Esses processos são fomentados por diferentes mecanismos de controle e fabricação do corpo, que buscam governar por diferentes estratégias de biopoder. Desse modo, o sujeito passa a ser um lugar de produção discursiva, inscrito sob o domínio das estratégias de poder e saber em contextos sociais.

As técnicas de correção, de disciplinas correspondem ao poder sobre o corpo individualizado, marcado pelos mecanismos de controle que agem por meio de estratégias disciplinares que operam na fabricação de corpos dóceis para atuarem na sociedade. De acordo com Foucault (2010a), entidades como as escolas, conventos, hospitais e quartéis particularizam a sociedade como disciplinar, uma vez que essas instituições “têm o propósito de domesticar os corpos por meio do uso controlado de técnicas e métodos que garantem a eficácia do poder sobre o corpo” (NASCIMENTO, 2013, p. 95).

Os corpos passam a ser vigiados constantemente por meio das instituições disciplinares que possuem o controle de estratégias que incidem sobre o indivíduo. Tais estratégias são de domínio do saber, que produzem verdades legitimadas por meio dos discursos e saberes das Ciências Humanas. Atravessa-se, então, diferentes conhecimentos que visam a normalização dos sujeitos, objetivando a produção de corpos dóceis, produto dos mecanismos de poder e saber.

Nas práticas discursivas esses efeitos do poder disciplinar serão percebidos por meio da análise do discurso, aqui considerados de autoajuda, ao mobilizar dicas embasadas na ciência para se ter uma vida melhor e mais feliz. Assim, destacamos

que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2010a, p. 132).

Outra perspectiva fundamental sobre as relações do biopoder são as discussões que têm como foco o corpo coletivo. Assim, busca-se não apenas o controle do corpo individual, mas também o controle da população, visando a regulamentação da vida por meio das técnicas de biopolítica. Desse modo, essa estratégia:

Volta-se para os problemas das massas globais, as quais são afetadas por um conjunto de processos inerentes à vida, desde o nascimento, passando pelo controle das doenças, da natalidade, da segurança etc. Desse modo, a biopolítica, enquanto tecnologia política do poder enfoca os aspectos da vida da população, palavra de ordem que indica o conjunto de indivíduos que podem ser governados (NASCIMENTO, 2013, p. 105).

Nessa mecânica de poder, a governamentalidade se constitui como uma das técnicas da biopolítica, baseada nos regimes de governo do Estado, promovendo a gestão da vida e regulamentação da população, direcionadas para os fatores econômicos e problemas que abrangem o corpo social. Logo, sob diferentes formas, as técnicas de controle agem por meio de instâncias, tais como, as que estão voltadas para a saúde. Assim, apresentam como instrumento as campanhas públicas que orientam práticas de promoção e estímulo para uma vida melhor, como prática de gestão da governamentalidade.

Nessa discussão, o biopoder é uma das estratégias de governo dos vivos, com enfoque em diferentes práticas de regulamentação e legitimação do corpo individual ou coletivo. Dentre elas, destacamos as que se relacionam discursivamente com o cuidado de si, pois na análise do discurso aqui mobilizada, os efeitos de sentidos corroboram para a construção de vontades de verdade que tanto produz modos de subjetivação para o sujeito individual, quanto para a população. É nesse foco que “a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’ [...] ela aumenta as forças do corpo” (FOUCAULT, 2010a, p. 132). Enquanto que a biopolítica, por meio

da governamentalidade, irá operar sobre uma nova mecânica de poder e saber que tem na população seu objeto, fazendo revelar que ela tem uma regularidade própria, que pode ser quantificada por meio do saber da estatística, mostrando também que a população tem características próprias (FOUCAULT, 2007).

Nessa rede manifesta por dispositivos de segurança, as relações de poder e saber fortalecem práticas discursivas que mobilizam gestos de leitura na não evidência do sentido. Por isso, as técnicas do cuidado de si são reverberadas para compreendermos que o sujeito deve ocupar-se consigo, em busca de uma relação com a verdade num exercício constante. Com isso, de acordo com Foucault (2010b, p. 11) “o cuidado de si é uma espécie de agulhão que deve ser implantada na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência”. Essa ação possibilita discutir como o sujeito busca sua constituição, uma vez que, o cuidado de si:

é um constante exercício de si sobre si, numa atitude que enfoca ações e posturas também sobre os outros e o mundo, as quais levam a uma reflexão das práticas, dos modos de ser, de um olhar exterior, conduzindo a processos de subjetivação e a relação com a verdade do sujeito, uma vez que essa verdade não está no sujeito como retorno de uma espiritualidade, de uma iluminação e transfiguração do ser (NASCIMENTO; JÚNIOR, 2017, p. 186).

Atravessado o percurso teórico que fundamenta nossa análise, seguiremos para a aplicação das noções discutidas, através da análise do discurso. Alguns desses aspectos mobilizam a discussão sobre os efeitos de sentido legitimado pelo saber científico, produzido no discurso de autoajuda da materialidade do blog *Awebic*.

## **COMO SER FELIZ? SENTIDO, PODER E SABER NOS CAMINHOS DA FELICIDADE EM DISCURSO**

Inicialmente, é pertinente mencionarmos sobre a construção e circulação de discursos de autoajuda na contemporaneidade. O

estudo dessa prática discursiva, no ambiente científico, tem se tornado cada vez mais pertinente, atrelado a diversas concepções e saberes. A autoajuda se encontra relacionada aos comportamentos humanos, objetivando o desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos, de modo a buscar solucionar os problemas individuais dos sujeitos (SANTOS; CUNHA, 2015). Desse modo, por meio de técnicas prescritivas, o conteúdo é voltado para questões encontradas no cotidiano, com enfoque em padrões a serem seguidos, visando alcançar determinados objetivos.

Conforme Foucault (2007) é preciso buscar o discurso em sua irrupção de acontecimentos. Por isso, ao buscarmos as condições de emergência do discurso de autoajuda, a historicidade em torno desse objeto discursivo, remete a literatura de autoajuda, que teve uma grande produção de livros nesse segmento. Segundo Bosco (2001), citado por Santos e Cunha (2015, p. 690) “a autoajuda é um segmento literário constituído basicamente por manuais que se utilizam de fórmulas padronizadas”.

Advindo desse lugar de produção, interessa-nos compreender como a mídia oportuniza a proliferação do discurso de autoajuda pelos efeitos de sentido que envolvem os sujeitos em modos de subjetivação de uma ordem do olhar para a felicidade, estimulando o cuidado de si e dos outros. Com isso, o discurso de autoajuda aqui mobilizado, segue o que defende Brunelli (2011, p.133), ele é visto “muito mais como um conjunto de orientações, de direcionamentos do que como um convite à reflexão”. Nessa discussão, dispomos um gesto de leitura, sobre o discurso de autoajuda, enfatizando como ele atua na construção da subjetividade dos indivíduos, a partir das diferentes estratégias discursivas, as quais se apoiam no biopoder como regulamentador de práticas individuais e coletivas. Os efeitos de sentido de bem-estar e felicidade produzidos discursivamente, possibilitam a construção de modos de subjetivação nos sujeitos, pelas técnicas mobilizadas em forma de dicas.

Sendo assim, a escolha da materialidade para análise, que constitui o *corpus* deste trabalho, retirada do blog *Awebic*<sup>21</sup>, apresenta diversas estratégias discursivas que oportunizam dicas de como ser mais feliz todos os dias. O discurso é construído com as orientações a serem seguidas, a partir da produção de sentidos na materialidade, articulada a uma indagação que é marcada logo no título: *Como ser feliz? 25 dicas práticas para levar uma vida mais feliz, segundo a ciência*. Observamos como o sentido mobilizado aponta que não basta ser apenas feliz, é preciso intensificar essa felicidade todos os dias.

Dessa maneira, o sujeito é envolvido pela produção de uma vontade de verdade do saber científico, produzindo uma prática discursiva em torno do questionamento proposto no enunciado – *Como ser feliz? A ciência descobriu como você pode ser mais feliz todos os dias*. As dicas são articuladas a fórmulas que levam a felicidade, concentrada na estratégia discursiva que legitima a vontade de verdade no discurso, por meio de saber que se pauta na ciência, dando um efeito maior de credibilidade ao que é dito.

Assim, no enunciado – *a ciência descobriu*, promove um efeito de sentido de revelação de algo que estava escondido. Com a descoberta científica é preciso ser mais feliz todos os dias, seguindo as dicas, as quais estão permeadas por técnicas do poder disciplinar, as quais asseguram sua eficácia, bem como por estratégias de governamentalidade que incidem sobre o corpo social. O conhecimento científico indica uma posição de credibilidade e validade no enunciado.

Continuando a análise desse discurso, logo abaixo do título há um dizer que estimula o sujeito leitor: *Tem muita gente estudando como ser mais feliz. Veja algumas dicas com base na ciência*. Ao enfatizar sobre os estudos realizados, instiga-se uma prática de leitura que busca, via discurso, aspectos relevantes para se pensar na

---

<sup>21</sup> O *corpus* de análise deste artigo foi retirado do Blog *Awebic*: histórias que inspiram. Texto de Tainne Rodrigues, de 28 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.awebic.com/como-ser-feliz/>

construção de apontamentos metódicos, a partir de estudos realizados por diversas universidades e cursos ligados à área de saúde, que ensinam como alcançar a felicidade.

Esse efeito é evidenciado na heterogeneidade do enunciado: *veja dicas com base na ciência*, legitimando o que vai ser dito na esfera do saber científico enquanto promotor de verdades. Assim, não é o senso comum que vai respaldar a formação discursiva que apresentará as 25 dicas e sim, um saber que tem credibilidade pela posição sujeito que enuncia, a partir do rigor científico das pesquisas realizadas e apresentadas nos enunciados discursivos em análise.

Com isso, devido ao efeito de sentido de prestígio e veracidade produzidos no discurso, constroem-se modos de subjetivação para o sujeito leitor que passa a ser envolvido na rede de sentidos construída através de estratégias de poder-saber. A receita da felicidade se apresenta no decorrer das 25 dicas apresentadas na materialidade. Logo, essas dicas ganham um efeito de sentido de orientações e passam a disciplinar os sujeitos através de práticas que ensinam o bem viver, por meio de estratégias de como encontrar a felicidade no cotidiano.

O corpo feliz é um modelo a ser seguido pela sociedade, pois a felicidade está no campo do sucesso e bem-estar. Portanto, o poder disciplinar é uma “fórmula secreta para a dominação geral dos corpos, tendo em vista que elas oportunizam a fabricação de corpos submissos, exercitados e docilizados” (NASCIMENTO, 2013, p. 95). Desse modo, o poder disciplinar atua por meio das estratégias discursivas, de modo a construir um corpo dócil, a partir das técnicas construídas no enunciado do título, que envolve as dicas de como viver melhor e mais feliz. Através dessas dicas, o discurso promove um exercício que garante “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2010a, p. 133).

Antes de adentrar nas 25 dicas em específico, há na materialidade em pauta o enunciado imagético, representado através da foto de um rapaz jovem, com um sorriso estampado no

rosto, demonstrando estar bastante feliz. Esse enunciado constrói efeitos de sentidos importantes para essa análise discursiva, pois, conforme Foucault (2007), a materialidade é uma das características da função enunciativa, não sendo necessariamente linguística. Assim, a imagem do sujeito sorridente compõe um campo visual que funciona como estratégia discursiva que envolve redes de memórias na construção dos efeitos de sentidos no enunciado, estimulando e incentivando os sujeitos para a leitura do blog.

O sentido no enunciado da imagem é construído em articulação a outros enunciados que remetem a modelos de bem-estar, atrelados ao efeito da felicidade. Dessa maneira, percebemos o sorriso marcante como traço que remete a uma memória discursiva, pois historicamente o sorriso é ligado a um estado de felicidade. Isso faz produzir um efeito de sentido em torno dos enunciados de que as dicas que ensinam como as pessoas podem ser mais felizes, de fato dão resultados positivos. Com isso, o sorriso é marcado pela representatividade de satisfação com a vida, visando objetivar esse sentimento como uma prática, na qual os sujeitos devem se subjetivar.

É pertinente mencionarmos a instância de produção do discurso a ser analisado. Assim, de acordo com informações coletadas no site, o Blog *Awebic – histórias que inspiram* – apresenta um conteúdo distinto, abordando assuntos com enfoque em notícias, histórias e acontecimentos positivos. Nesse caso, há um controle discursivo na seleção do que é dito. As condições de produção da materialidade em análise, evocam um efeito de autoajuda, constituindo-se como uma formação discursiva que atende a estratégias do bem-viver, consolidado pelos enunciados imagéticos e verbais.

Dessa forma, segundo Rudiger (1995 apud SANTOS; CUNHA, 2015) há uma difusão implícita dos discursos da autoajuda através dos veículos de comunicação, que apresentam dicas de bem viver e o passo a passo para encontrar sucesso e felicidade. Nas mídias digitais esses discursos são produzidos e

circulam em diferentes esferas, produzindo modos de subjetivação para uma vida mais feliz.

Ademais, ao pensarmos na seleção do que é dito, observamos como a mídia atua por meio dos procedimentos do biopoder, controlando e selecionando o que deve ser dito, operando como instituição disciplinar. Sendo assim, conduz os modos de controle sobre o corpo individual e coletivo, por meio de técnicas que enfatizam modos de pertencer e viver na sociedade, neste caso, em busca da felicidade. Logo, “esse fato contribui para se pensar o papel da mídia no governo do outro que se efetiva por meio de relações de poder e saber, por meio dos procedimentos de controle, os quais delimitam o que pode ser dito” (NASCIMENTO, 2013, p. 56).

O suporte de controle nos enunciados do *corpus*, assegura sua prática discursiva através dessa seleção, sustentada pelo saber científico que reconhece a veracidade do discurso. Com isso, “podemos dizer que tais enunciados reforçam o poder persuasivo do discurso de autoajuda, porque, como enunciados que ativam o jogo do ‘dizer e não dizer’, simulam que o discurso de autoajuda está apoiado numa verdade incontestável” (BRUNELE, 2011, p. 12). Desse modo, a verdade, nessa materialidade em análise, é sustentada pela ciência que garante uma maior credibilidade discursiva e assegura as vontades de verdade que conduzem as relações de poder e saber.

Na continuidade desse gesto de leitura, nota-se no discurso do blog os efeitos de sentidos que dão sustentação as dicas em torno do discurso de autoajuda. Por efeito de um saber autorizado, apresenta como uma das estratégias de felicidade a conexão com a natureza:

Viver perto de espaços verdes está associado com melhor saúde mental, explica o estudo do Centro Europeu para o Meio Ambiente e Saúde Humana da Escola de Medicina da Universidade de Exeter, no Reino Unido. Isso porque, de acordo com a pesquisa da Universidade de Minnessota nos Estados Unidos, o contato com a natureza pode estimular partes do seu cérebro ligadas à felicidade, positividade e equilíbrio emocional (Blog *Atwebic*, 2016).

Percebe-se que a produção de sentidos, no enunciado da materialidade é construída por meio de técnicas legitimadas pelas pesquisas em universidades, as quais ressaltam o contato com a natureza como forma de estimular áreas do cérebro ligadas à felicidade, positividade e equilíbrio emocional. Assim, *viver perto de espaços verdes* aparece como uma prescrição de como viver melhor e mais feliz, atrelado a um saber científico, que assegura a eficiência das práticas. Desse modo, o campo enunciativo constitutivo dessa rede discursiva suscita práticas do cuidado de si, pois o sujeito recebe orientações que incidem sobre práticas cotidianas que envolvem hábitos, plenitude e leveza para uma vida feliz.

Assim, podemos dividir as 25 dicas que são discursivizadas na materialidade do blog, sob o olhar que aponta para dois tipos de técnicas, as quais podem ser divididas em: técnicas objetivas, ligadas a maneiras de conseguir sucesso profissional, comunicar-se melhor, conservar a relação, dentre outros; ensinamentos quanto às capacidades subjetivas, envolvendo aumento da autoestima, modos de envelhecer, viver bem, vencer a depressão etc. (RUDIGER, 1995, *apud* SANTOS; CUNHA, 2015).

Para o autor acima citado, essas técnicas dizem respeito ao conteúdo que direciona a literatura de autoajuda, da qual derivam esses discursos aqui considerados pelo efeito de autoajuda. Desse modo, as estratégias que constroem os enunciados se agrupam em dicas voltadas para técnicas de como alcançar a felicidade, todas partindo de estudos realizados por universidades renomadas em diferentes países.

Sendo assim, no nosso gesto de interpretação do discurso, destacam-se, como exemplos de técnicas objetivas, as seguintes práticas, as quais estão enunciadas em forma de dicas: *Passe mais tempo fora de casa (preferencialmente na natureza)*, *Exercite-se um pouco*, *Durma mais*, *Cultive amizades saudáveis*, *Tenha muitas flores a sua volta*, *Sim, sexo!*, *Tenha coisas amarelas*, *Consuma nutrientes*, *Tenha um hobby*, *Tenha conversas significativas* e, por fim, *Enfrente os seus objetivos*, *Reclame*, *Guarde dinheiro* e *Gaste com sabedoria* (Blog Awebic, 2016).

Na continuidade da análise do discurso da materialidade do blog destacamos as demais dicas como formas de técnicas subjetivas, uma vez que propagam orientações tais como: *Ouça música, Anote seus pensamentos, Exercite a gratidão, Medite! Faça yoga, Espalhe a felicidade, Livre-se do ressentimento, Pratique o autocuidado, Não seja tão duro com você mesmo, Diminua o estresse e Seja otimista* (Blog *Awebic*, 2016).

As técnicas são desenvolvidas concentradas nos desejos dos sujeitos, onde sua produção e desempenho depende da objetividade. Já os métodos subjetivos envolvem uma série de fatores como as emoções, pensamentos e sentimentos humanos, os quais são singulares aos sujeitos. Desse modo, a análise do *corpus* se concentra na produção de sentidos de ambos os dispositivos que estimulam as técnicas do cuidado de si, como instrumento para se encontrar a felicidade. Na rede de sentidos, o efeito de verdade e credibilidade é sempre manifesto por meio do sujeito enunciador do discurso ao citar as diferentes pesquisas e estudos realizados que comprovam a eficácia da dica. Dentre elas, destacamos o enunciado que ressalta a dica de número 10. *Espalhe a felicidade*, que apresenta como enunciado verbal:

A felicidade é um fenômeno coletivo e não individual que se espalha rapidamente, como mostra a pesquisa realizada pela Escola de Medicina da Universidade de Harvard. A felicidade de uma pessoa desencadeia uma reação em cadeia que afeta positivamente não só os seus amigos, mas os amigos de seus amigos e assim por diante (Blog *Awebic*, 2016).

Podemos interpretar nesse enunciado, a rede de sentidos ligada às estratégias do biopoder, uma vez que, por meio da pesquisa realizada na Escola de Medicina da Universidade de Harvard há uma forma de governo dos vivos, que justifica a felicidade como algo coletivo. Assim, favorece a um governo da população, no qual a governamentalidade está associada a busca por “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. [...] a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto

nas mãos do governo (FOUCAULT, 2007, p. 289). É assim que podemos dizer também que a felicidade aparece como uma aspiração da população, por isso, a dica nesse discurso, é uma forma de cuidado de si e do outro, à medida em que se deve pensá-la no âmbito da coletividade, como algo que circula, como *uma reação em cadeia*.

Nessa análise, podemos também trazer uma relação interdiscursiva com produções de outros lugares e que circulam socialmente corroborando esse efeito sentido de que a felicidade não é individual. Dialogamos então com o enunciado que marca a poeticidade da letra de música *Wave*, de Tom Jobim, na qual o poeta já dizia “é impossível ser feliz sozinho”. Resguardando a singularidade na produção de efeitos de sentido no discurso poético, a felicidade se constrói na relação com o outro. Fato que se produz na dica no discurso do blog, favorecendo assim, a se refletir sobre a heterogeneidade da língua e do discurso, na relação com a história, a memória e os diferentes acontecimentos que promovem as regularidades nas formações discursivas.

Além disso, merece destaque na produção de sentidos nos enunciados do Blog, ressaltar o efeito pedagógico, médico e prescritivo das dicas para ser mais feliz, na ancoragem do discurso, do qual emergem relações de poder e saber no campo da ciência. Assim, destacamos as contribuições interdiscursivas da Psicologia Positiva, como área do saber que tem estudos relevantes no tocante à felicidade, bem-estar e outros, os quais fundamentam os enunciados envolvidos nas dicas do *corpus* em análise.

Dessa maneira, essa área do saber favorece a legitimação do discurso de autoajuda, como campo autorizado a ensinar felicidade, mesmo que não seja citada na materialidade discursiva do blog. Por isso, tratamos como uma relação interdiscursiva, visto que os benefícios dos comportamentos associados a emoções positivas ganharam destaque devido aos estudos realizados em diferentes universidades, das quais a Universidade de Harvard aparece como instituição que dissemina cursos sobre felicidade, como um dos mais concorridos.

Segundo o autor Shawn Achor (2012, p. 52), um dos maiores especialistas no estudo da felicidade e sucesso, “o principal propulsor da felicidade são as emoções positivas, já que a felicidade é, acima de tudo, um sentimento”, que envolve os sujeitos. Por isso, segundo esse autor, o benefício da felicidade é um dos sete princípios de sucesso e realização, comprovado por meio de suas pesquisas em Harvard. Assim, o benefício da felicidade tem relação com o cérebro, pois “como o cérebro positivo possui uma vantagem biológica em relação ao cérebro neutro ou negativo, este princípio nos ensina como retrainar o cérebro para capacitar a atitude positiva e melhorar nossa produtividade e desempenho” (ACHOR, 2012, p. 28).

Podemos considerar, portanto, que as técnicas subjetivas que compõem as dicas na materialidade discursiva em análise, são formas de “retrainar” nosso cérebro, de acordo com os ensinamentos dos especialistas, a partir dos estudos e pesquisas realizadas. A produção de sentidos no discurso está também sustentada pelo estudo da Psicologia Positiva, uma vez que, o exercício da gratidão e o otimismo são regularidades em discursos nessa área do saber. Outras prescrições, manifestas nas dicas: *como buscar diminuir o estresse e se livrar de ressentimentos* estão atrelados à recusa de efeitos negativos, podendo assim, desenvolver emoções positivas. Desse modo, ter uma atitude de positividade tem como propósito promover uma vida mais harmoniosa, estimulando as áreas do cérebro responsáveis pelas emoções e sentimentos que são principais percussores do bem-estar e da felicidade.

Ademais, outras práticas discursivas que propiciam estratégias em torno do cuidado de si, como fomentador de felicidade estão relacionadas às técnicas objetivas. Dentre elas, destacamos na rede de sentidos presente no enunciado do blog, a dica número 8. *Sim, Sexo!* cujo enunciado apresentamos abaixo:

Vários são os benefícios relacionados ao sexo: por exemplo, deixa a pessoa feliz ao longo do dia. É o que relata a pesquisa conduzida por Amy Muise. No Brasil, a pesquisa do Programa de Estudos em Sexualidade do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo

(ProSex), mostrou que o sexo melhora o humor para 63% dos homens e 72% das mulheres (Blog *Awebic*, 2016).

O enunciado discursiviza, através da dica, a prática sexual como uma forma de ser mais feliz e melhorar o humor. Como estratégia discursiva apresenta os resultados estatísticos de uma pesquisa realizada pelo Programa de Estudos em Sexualidade do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (ProSex). O estudo articulado ao saber científico-médico, por meio do discurso da Psiquiatria, ressalta que *o sexo melhora o humor para 63% dos homens e 72% das mulheres*. Logo, a produção de sentidos está também relacionada com estratégias de governamentalidade que funciona na esfera do biopoder. O saber da Estatística é um dos vetores dessa relação de poder, pois é utilizada para contabilizar e analisar diferentes dados que operam no corpo social, regulamentando a vida.

Outrossim, o poder disciplinar também se manifesta ao atuar na docilização do corpo, objetivado aos efeitos de bem-estar que operam promovendo a relação de docilidade e utilidade dos sujeitos. O número aparece então como uma marcação da verdade que se quer legitimar por meio das pesquisas realizadas, já que mais de 50% de sujeitos homens e mulheres melhoram o humor após a relação sexual, numa forma de controle individual e regulamentação da população nessa busca pela felicidade e bem-estar.

Continuando a série enunciativa da materialidade, destacamos como o jogo de sentidos construídos em torno das dicas, presentes nos enunciados do Blog *Awebic*, favorece efeitos de sentidos pela articulação da memória discursiva. A produção de sentido que envolve a discursividade na dica de número 11. *Cultive amizades saudáveis* oportuniza através do interdiscurso a ressignificação de dizeres que circulam em outras práticas discursivas. As prescrições nessa dica se assemelham com dizeres de bulas de remédios, com finalidade de orientar os benefícios de se ter amigos, como um medicamento com resultados benéficos para a melhoria da qualidade de vida. As estratégias discursivas

recuperam o efeito de sentido relacionado aos benefícios de um fármaco, visando apresentar as vantagens para a saúde ao possuir boas amizades. Observamos, pois, o discurso “como possibilidade de atualização e reatualização das visibilidades e dizibilidades sobre os objetos de que falam” (NASCIMENTO, 2013, p. 54).

Outro enunciado sustentado pela memória discursiva, comunga com o anterior através da dica de número 21. *Tenha conversas mais significativas*, como uma experiência que promove o bem-estar. O efeito de verdade está nas orientações legitimadas por um estudo de Pesquisadores da Universidade do Arizona. A prática discursiva, que envolve a materialidade da dica, utiliza na construção do efeito de sentido a imagem que apresenta cinco sujeitos idosos conversando. Logo, resgata-se uma memória discursiva historicamente definida de que a idade proporciona mais sabedoria e experiência, favorecendo a conversas mais significativas e menos superficiais, conforme destacado no enunciado verbal.

A matéria do blog destaca ainda em seus enunciados que guardar dinheiro e gastá-lo com sabedoria possibilita o sentimento de felicidade, finalizados nas dicas número 24 e 25. A produção de sentidos, nesses enunciados estão relacionadas à pesquisa que enfatizou que a reserva de capital oportuniza uma segurança financeira que resulta no bem-estar geral do sujeito, conforme resultado da pesquisa realizada pelo Banco Ally, dos Estados Unidos. Já em relação à forma de gastar, foi discursivizado sobre o pensamento dos coautores Elizabeth Dunn e Michael Norton, os quais mostraram em seu livro *Happy Money: The Science of Smarter Spending* que ao comprarem experiências no lugar de apenas objetos as pessoas se tornam mais felizes.

A materialidade evoca uma vontade de verdade como estratégia discursiva, estabelecida em torno das dicas que legitimam o discurso. A voz de um sujeito autorizado e dotado de poder garante a eficiência das orientações, dado que os sujeitos enunciam, respectivamente, em uma posição de psicólogo e economista comportamental. Dessa maneira, os efeitos de poder e

saber validam suas receitas de como alcançar a felicidade, buscando gastar o dinheiro com sabedoria.

O interdiscurso contribui para a construção dos efeitos de sentido nos enunciados, a estratégia discursiva se relaciona com o ditado popular “Dinheiro não traz felicidade”, o que possibilita a ruptura desse discurso de senso comum, atualizado em uma rede de memória. A produção apresenta a ressignificação desse dizer que ressoa na história e é desconstruído a partir de estudos e pesquisas, favorecendo outro sentido ao ser materializado nas dicas de que é preciso guardar dinheiro.

Tal discurso contrasta o efeito de sentido construído entre os enunciados, uma vez que o dinheiro pode trazer felicidade ao ser utilizado de forma correta. Desse modo, reforça-se a atitude de gastar com sabedoria orientada pelos autores Dunn e Norton, na dica da materialidade, o que reforça o efeito de sentido de orientação e prescrição no discurso de autoajuda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a análise do presente trabalho, observa-se que o discurso de autoajuda tem ganhado cada vez mais visibilidade nos meios midiáticos. A divulgação de receitas para alcançar a felicidade envolve diversas produções discursivas com diferentes estratégias de construção de sentidos. Logo, a materialidade analisada do Blog *Awebic* mobiliza por meio das dicas, um discurso de movências de sentido articulados ao saber da ciência. Evidencia-se com isso, o efeito manual para uma vida melhor que merece respaldo pela legitimidade que emanam dos estudos e pesquisas realizadas, as quais permite pensar nas dicas como práticas eficientes que se encaixam no cotidiano dos sujeitos.

A análise discursiva dos enunciados na materialidade do blog é sustentada por práticas discursivas que envolvem o discurso de autoajuda como um instrutor para alcançar a felicidade. Sendo assim, o *corpus* é atravessado por diversas estratégias discursivas que legitimam o discurso por meio de um saber autorizado a

ensinar a felicidade, articulando relações de poder e saber na ordem do discurso.

Os sentidos são construídos pela articulação da memória discursiva e do interdiscurso, retomando e ressignificando enunciados, com diferentes áreas, principalmente com a Psicologia Positiva. O cuidado de si é retomado para que o sujeito busque na relação consigo e com o outro, maneiras de viver melhor, mais feliz e desenvolver técnicas de bem-estar. Para mais, ressalta-se também a produção de modos de subjetivação dos sujeitos envolvidos nas relações de poder-saber, a partir das estratégias fornecidas nas 25 dicas que vão ensinar e responder a indagação inicial: *Como ser feliz?* Desse modo, a análise é circundada pelas relações de poder e saber na produção da verdade científica, como lugar de atravessamentos e deslocamentos de sentidos.

Instiga-nos, nesse gesto de leitura discursiva, refletir sobre o lugar da ciência na promulgação de saberes legitimados que se reverberam via discursos e fomentam práticas de modos de vida para os sujeitos em sociedade. A verdade científica é o lugar de produção e circulação de discursos dos quais emanam efeitos de sentidos como resposta para as mais diferentes questões. Os sujeitos são envolvidos nas relações de poder e saber, seja com técnicas individuais do poder disciplinar, ou na esfera biopolítica, que condiciona o governo da população. É assim que na trilha da história sempre haverá espaço para indagar: Como ser feliz?

## REFERÊNCIAS

ACHOR, Shawn. **O jeito Harvard de ser feliz:** o curso mais concorrido de uma das melhores universidades do mundo. São Paulo: Saraiva, 2012.

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. A psicologia positiva como fomentadora do bem-estar e da felicidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 4, p. 753-755, out./dez. 2013

BRUNELE, Anna Flora. Aforização do discurso de autoajuda. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 125-137, 2011

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré**. Recife: Coleção Teses, 2010.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do; JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Amor e sexualidade: modos de subjetivação do sujeito com deficiência no discurso midiático. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 06, n. 02, p. 178-193, jul./dez. 2017.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

RODRIGES, Taianne. **Como ser feliz?** 25 dicas práticas para levar uma vida mais feliz, segundo a ciência. Blog *Awebic*, 2016. Disponível em: <https://www.awebic.com/como-ser-feliz/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SANTOS, Arci Gardência Alves; CUNHA, Eduardo Leal. O discurso de autoajuda em uma revista semanal de informação. **Psicologia & Sociedade**, 27(3), p. 689-699. 2015.

**PARTE II**  
***DISCURSO, MÍDIA E SUBJETIVIDADE***

## A CONSTITUIÇÃO DA MULHER NEGRA EM CAPAS DA REVISTA RAÇA

Francisca Verônica Pereira Moreira  
Luciana Fernandes Nery

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O universo midiático abrange um conjunto diverso de meios de comunicação, como jornais, revistas, televisão, rádio, *internet*, dentre outros, que visam transmitir e disseminar informações em um curto tempo, constituindo-se como um dos espaços em que os discursos ganham visibilidade e produzem relações de saberes e poderes capazes de conduzir os sujeitos a aceitarem ou não determinados padrões tidos como corretos.

Considerando que, no decorrer do processo histórico, a mídia tem assumido um importante papel na disseminação de informações, observa-se que raramente se veiculam mulheres negras em capas de revista ou em matérias como destaque e quando aparecem, na maioria das vezes, vêm em segundo plano. Segundo Galdino e Verner (2014, p. 258), “a representação das mulheres negras indicam que sua imagem é marcada por estereótipos, principalmente, em relação a seu corpo e é também caracterizada pela subalternidade”. Neste sentido, analisar a dinâmica complexidade em que os discursos midiáticos sobre a mulher negra são proferidos passa a ser relevante, visto que a representação que a mídia apresenta em torno desse sujeito, comumente, tem sido construída a partir de um panorama histórico-social negativo, reservando-a a condição de subalterna e marginalizada.

Castro (2007) destaca que entre os meios midiáticos que exercem uma grande influência e contribuem para as mudanças que têm ocorrido no que concerne à mulher negra está a revista *Raça*, pois traz um novo conceito para essa sujeita, valorizando a autoestima, que ao longo do processo histórico e social brasileiro

foi/vem sendo estigmatizada pelo padrão branco. Nesta perspectiva, sendo a mídia uma entidade institucionalizada que produz discursos e enunciados verbais e não verbais, objetivamos neste trabalho analisar a constituição da mulher negra em capas da revista *Raça*, uma vez que, a mesma se caracteriza como um dispositivo estratégico de poder que não busca apenas difundir informações, mas também persuadir, manipular e formar opiniões dos sujeitos sociais.

Para o percurso de análise que empreendemos, selecionamos como *corpus* as capas da revista *Raça* das edições de número 188, março de 2014, e número 99, março de 2018. Metodologicamente, nos ancoramos na arqueogenealogia de Foucault (2008; 2010) e nas contribuições de Assis (2010; 2011), Gregolin (2008); Ribeiro (2015) e Berth (2018).

Evidenciamos que os discursos que circulam na mídia assumem um papel crucial na construção do imaginário social e nos sentidos produzidos pelos sujeitos. Dessa forma, é relevante investigar, descrever e interpretar como acontece a constituição do sujeito mulher negra em discursos que circulam no dispositivo midiático *Revista Raça*, como também é salutar pensar o sujeito, o enunciado e o momento histórico que determinados discursos foram e são produzidos na sociedade.

## **MÍDIA, SABER, PODER E EMPODERAMENTO FEMININO**

A mídia está presente no cotidiano dos sujeitos das mais diversas formas e tem se apresentado como uma das principais fontes de informação dos acontecimentos cotidianos com temas relacionados à política, saúde, beleza, arte, economia, educação, dentre outros. Em geral, a mídia tem o poder de sustentar, questionar ou quebrar paradigmas de determinados discursos veiculados como verdades no meio social e histórico, uma vez que, “promove olhares e ressignifica dizeres, regulamenta discursos, constrói imagens, determina padrões” (ASSIS, 2011, p. 41). Desta maneira, a esfera midiática abarca as instâncias do poder, saber e

produz modos de subjetivação dos sujeitos. Nesse sentido, a mídia se enquadra no que Foucault (2010) denominou por dispositivo, definindo-o como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (...) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência (FOUCAULT 2010, p. 139).

O conceito de dispositivo foi desenvolvido por Foucault em sua segunda fase de investigação, a genealógica, e permite analisar como as práticas discursivas e não discursivas objetivam/subjetivam o sujeito por meio dos saberes e poderes. O dispositivo pode ser compreendido como sendo heterogêneo, estratégico e subjetivador, visto que, se constitui como uma rede que articula e organiza os elementos das práticas sociais, permitindo distinguir o que pode ou não ser aceito como verdade na sociedade. Para Agamben (2005, p. 13), “o dispositivo é qualquer coisa que tenha de algum modo à capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas as opiniões e os discursos dos seres viventes”, ou seja, podemos entendê-lo como as regras impostas aos sujeitos por um poder exterior. Nesta perspectiva, a mídia se constitui como um dos dispositivos através do qual o poder pode ser exercido ou colocado em movimento, funcionando como um mecanismo de controle e de (re) produção do discurso.

Conforme Gregolin (2008), pensar uma análise do discurso a partir da caixa de ferramentas foucaultiana é compreender a formação, a circulação, a transformação das práticas discursivas de natureza verbal e não verbal, ou seja, semiológica. Neste sentido, trazemos as contribuições de Michel Foucault (2008; 2010) sobre

saber-poder para dar sustentação a nossa análise e nos permitir tecer interpretações ao *corpus* analisado. Para Foucault (2008), o saber é:

[...] aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (...) é o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...) é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2008, p. 204).

Podemos observar que, de acordo com a arqueologia, proposta pelo autor, o saber não se restringe a disciplina ou a ciência, este pode estar contido em diferentes campos do conhecimento, visto que, o mesmo não é estático ou homogêneo, mas se constitui na dinamicidade das práticas discursivas produzidas pelos sujeitos na sociedade. Assim, o saber se institui pelo conjunto de elementos que provém de uma prática discursiva, pois “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2008, p. 205). Daí decorre o entendimento de que o saber desempenha uma função fundamental nas relações de poder, haja vista que o mesmo certifica e assegura o exercício do poder por meio dos discursos veiculados no meio social, dentre estes o da mídia, objeto de nossa análise. Disso se compreende que o dispositivo midiático pode funcionar como instituição autorizada que produz e permite a circulação do poder por meio do discurso.

Foucault (2010) ressalta que devemos captar o poder em suas extremidades, ramificações, formas institucionais e intenções, pois não se trata de algo estático, homogêneo, soberano ou uma dominação global que se aplica aos sujeitos, mas se constitui na dinamicidade das relações que circulam em cadeias e redes. Desse modo,

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder

funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca é o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT 2010, p. 103).

Observa-se assim, que o poder acontece na multiplicidade de relações e no jogo de lutas e confrontos, pois como afirma Foucault (2010, p. 136) “onde existe poder, existe resistência”, uma vez que, ninguém é dono do poder e de seus efeitos, mas qualquer sujeito pode exercê-lo, visto que, o mesmo não é parado e uniforme, mas circula nas diversas e múltiplas esferas e instituições sociais, como na família, na escola, no trabalho, na igreja, entre outras. Desse modo, os sujeitos se constituem a partir das relações de poder, não como forma de dominação ou soberania de uns sobre os outros. Assim sendo, o processo de reivindicações e lutas por igualdade de direitos políticos e sociais permitiu que as mulheres negras percebessem a importância de reivindicar coletivamente por espaços de saber-poder no âmbito social e, conseqüentemente, conquistar o empoderamento negro na sociedade, tornando-se sujeitos ativos de mudança (RIBEIRO, 2015).

De acordo com Berth (2018), o termo empoderamento ainda é um conceito novo que pode ser definido como:

[...] Instrumento de emancipação político e social e não se propõe a “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar dentro dos grupos minoritários (BERTH, 2018, p. 14).

Neste sentido, empoderar-se não significa exercer ou transferir o poder centralizado e soberano sobre o outro, principalmente aqueles que pertencem às minorias na sociedade, mas é partir de um panorama de igualdade e fortalecimento que visa descobrir ou criar estratégias e ferramentas para combater os problemas em prol

de uma coletividade. Sobre essa questão, Ribeiro (2015) destaca que o empoderamento da mulher negra busca o comprometimento com a luta pela equidade, não como causa isolada, mas se constitui como uma ação coletiva desenvolvida por sujeitos que participam de espaços privilegiados de decisões e de consciência social dos direitos sociais buscando fomentar e promover mudanças na sociedade dominada pelos padrões hegemônicos. Ainda segundo a autora, empoderar-se significa encarar e enfrentar a naturalização das relações de poder desiguais e promover a busca pelos direitos das mulheres à autonomia de escolhas, por seu corpo, sexualidade e espaço na sociedade. Sob essa perspectiva, no tópico seguinte, analisamos a partir da ótica dos estudos discursivos foucaultianos as relações de saber-poder e a constituição da mulher negra em capas da revista Raça.

## **AS RELAÇÕES DE SABER-PODER E A CONSTITUIÇÃO DA MULHER NEGRA EM CAPAS DA REVISTA RAÇA**

Considerando que os discursos estão imersos nas relações de saber e poder, pois quem fala parte de algum lugar institucionalmente reconhecido em um momento histórico-social, analisaremos neste tópico a respeito das relações de saber-poder e a constituição da mulher negra em capas da revista Raça nas edições de número 188, março de 2014, e número 99, março de 2018. Nesta perspectiva, para o primeiro momento, direcionamos nosso olhar para a figura 1

A imagem veiculada pela Raça, na edição apresentada abaixo, traz a jogadora de futebol da seleção brasileira, Marta Vieira da Silva, representando a mulher negra. Observa-se que as cores amarelo e verde, ao fundo da capa, correspondem discursivamente a um contexto expositivo marcante na conjuntura social do futebol brasileiro no ano de 2014. Período em que a Copa do Mundo de futebol voltava ao nosso país, após ter passado 64 anos desde o primeiro mundial disputado no Brasil. De acordo com Assis (2011, p. 45), “no discurso midiático, o interpretável está justamente na relação que é construída com o outro, com o espaço, com a memória

social”, assim, as construções que o dispositivo midiático materializa produzem sentidos que resgatam a memória e os acontecimentos históricos transformando-os em acontecimentos discursivos. Para compreender essa transformação, é necessário entendermos as condições de aparecimento do discurso midiático, o sujeito discursivo que ocupa uma determinada posição e o momento histórico em que o mesmo foi proferido.

Figura 1- Poderosa Marta.



Fonte: Revista Raça Brasil, Capa da edição nº 188, março de 2014.

O discurso da revista por meio da manchete “*Poderosa Marta*” em caixa alta, traz ao campo midiático o empoderamento da mulher negra que ocupa a posição de melhor jogadora de futebol feminino do mundo, enfatizado pelo enunciado: “*No ano da copa, entrevistamos a melhor jogadora do mundo*”. Nota-se que Marta é a

representação discursiva da mulher negra: nordestina, nascida no interior de Alagoas, que conseguiu chegar ao pódio como jogadora da seleção feminina de futebol, sendo eleita cinco vezes consecutivas pela Fifa<sup>22</sup>, entre os anos de 2006 e 2010, como a melhor do mundo, daí reside o *status*, a posição-sujeito e o lugar que a mesma ocupa. (FOUCAULT, 2008).

A capa da revista Raça, nesta edição especial em comemoração ao dia internacional da mulher, veicula o seguinte enunciado: *“Especial mês da mulher: Mercado de trabalho, afetividade e perfil de grandes personalidades negras da história”*. Por meio deste discurso, a Raça aborda e homenageia a trajetória das várias mulheres negras brasileiras que conquistaram espaço no mercado de trabalho como é o caso de Carolina de Jesus, escritora negra brasileira; Marta, camisa 10 da seleção brasileira que se destaca no futebol e Luciana Santos, na política. Nesta perspectiva, a entrada da mulher no mercado de trabalho, política, literatura, educação, dentre outros espaços é, conforme ressaltam Ribeiro (2015) e Berth (2018), resultado das lutas coletivas de gerações de mulheres negras.

Observa-se que a revista Raça nesta capa, edição nº 188, discursiviza a respeito da primeira mulher negra a comandar um Partido Comunista em nosso país com quase cem anos de história. Quanto a esse assunto, a Raça enuncia o seguinte, *“Luciana Santos, primeira mulher a presidir um partido comunista no Brasil”*. Esse dizer marca o saber-poder que a mulher negra assume ao ocupar um cargo de governadora no estado de Pernambuco pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Luciana Santos é a representação do pioneirismo, do marco histórico e simbólico da mulher negra a assumir a posição sujeito na política em nosso país. Esse marco histórico se constitui como um ato emblemático na luta coletiva das mulheres por igualdade nos diferentes espaços sociais, inclusive na política, visto que, o empoderamento da mulher negra não pode ser tratado como conquista individual, mas a partir de uma perspectiva de sujeitos empoderados que forma uma coletividade (BERTH, 2018).

---

22 Federação Internacional de Futebol.

Nesta conjuntura, a revista Raça traz ao campo midiático os “100 anos de Carolina de Jesus pela poeta Mirian Alves”. A escritora Carolina Maria de Jesus foi uma das primeiras autoras negras da literatura brasileira no século XX, moradora da favela do Canindé, zona norte de São Paulo, transformou o cotidiano da pobreza e desigualdade social vivenciado diariamente em literatura. A revista traz a representação do sujeito mulher negra, mãe, catadora de papel e favelada como exemplo de superação e empoderamento da mulher negra, que por meio do saber no campo literário obteve o reconhecimento internacional. Observa-se que, nesta capa, a referida revista não economizou nas referências e representações midiáticas de mulheres negras que se destacaram no cenário brasileiro. Atenta a estes aspectos, a edição de número 199, publicada em março de 2018, pela revista Raça, aborda em sua capa (figura 2) sobre mulheres negras empoderadas em áreas distintas do saber.

Figura 2 - Elas são o poder.



Fonte: Revista Raça, Capa da edição, nº 199, março de 2018.

A capa da edição nº 199, março de 2018, veiculada pela Raça apresenta a imagem de três mulheres negras, que em um primeiro momento nos parecem desconhecidas midiaticamente, trata-se de Maria Olívia Santana, Secretária de Trabalho, emprego e Renda do Estado da Bahia; Helena dos Santos Reis (Coronel Helena), Secretária Chefe da Casa Militar de São Paulo; Macaé Maria Evaristo dos Santos, professora que exerceu o cargo de Secretária de Educação do estado de Minas Gerais. Essas mulheres ocupam posições de destaque nos cargos que exercem. A Raça com a logomarca em caixa alta e na cor dourada enfatiza com a exclamação o dizer: *“Elas são o poder!”*. Contextualizando o enunciado em letras menores na cor branca, a revista explica: *“Com orçamento que vão de milhões a bilhões de reais, atuam no trabalho e renda, segurança pública e educação”*. O discurso da revista por meio da manchete principal, *“Elas são o poder!”*, comunga com a posição sujeito que cada mulher negra apresenta, pois como afirma Foucault (2008, p. 58), *“as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”*, ou seja, esses sujeitos são mulheres negras que atuam e dirigem algumas das instituições públicas mais importantes do país, que por meio das relações de saber-poder exercem o seu cargo.

Ainda nesta discursivização, a Raça, ao veicular os enunciados: *“Pantera negra: uma viagem pelos quadrinhos e seus heróis negros”*, apresenta ao campo midiático a visibilidade de personagens e heróis negros que enfatizam a representatividade da ancestralidade africana, uma vez que, em sua maioria, o negro nas histórias em quadrinhos é representado ou apresentado quando se trata de mostrar o continente africano de modo geral. Observa-se que a referida revista, ao trazer a Pantera Negra à mídia, quebra paradigmas e estereótipos sociais permeados pela branquitude literária infantil, em que as minorias étnicas são (in)vibilizadas socialmente pela indústria cultural.

Neste contexto, a revista dirige-se às mães do público infantil através do seguinte enunciado: *“Cabelo crespo: Fortalecendo a*

*autoestima das crianças*". A revista *Raça* ao direcionar seu olhar midiático sobre essa temática traz à tona a aceitação do cabelo crespo pela criança como forma de afirmar e fortalecer a autoestima, visto que, ainda impera na sociedade o padrão de cabelo liso como sendo o de um cabelo "bom". Neste sentido, "encontramos no cabelo crespo um símbolo produtor de sentidos a partir do modo como é significado e ressignificado pela sociedade" (BRAGA 2008, p. 09). Assim, a revista usa do discurso de fortalecimento da autoestima da criança para trazer ao público a importância de mostrar desde cedo que o cabelo crespo representa a afirmação, exaltação e resistência de uma diversidade afro que resiste aos padrões de beleza do cabelo liso.

A capa veicula em letras brancas e ao fundo na cor vermelha o enunciado: "*Willian Waack fala com exclusividade a revista Raça*". Ao mencionar a figura do jornalista, a revista traz ao espaço midiático a polêmica protagonizada pelo apresentador e âncora de TV da Rede Globo, acusado de disseminar um comentário racista ao ter um vídeo vazado de quando fazia a cobertura das eleições presenciais em Washington, nos Estados Unidos no ano de 2016. Willian Waack foi motivo de polêmicas nas redes sociais por algumas semanas e, conseqüentemente, demitido pela emissora, apesar de afirmar não lembrar do que disse no momento do vídeo. É importante ressaltar, que o entrevistador/jornalista "age a partir de um lugar social, de um discurso determinado pela ordem a que está submetido" (ASSIS, 2010, p. 76). Nesta perspectiva, sendo a entrevista concedida a um repórter negro do maior e mais conceituado veículo de comunicação direcionado à população negra do país, é relevante observar que a revista está apresentando a notícia a partir do posicionamento de um sujeito que ofendeu milhares de negros que vêm lutando contra o racismo perpetuado e disseminado durante anos.

Deste modo, compreendemos que as relações de saber-poder produzem discursos e instituem regimes de verdade que estabelecem as regras de aparecimento e de reprodução de outros discursos. Por regimes de verdade Foucault (2010, p. 67) entende

“aquilo que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade (...) que define, que determina a forma desses atos”. Assim, são os discursos tidos como verdadeiros no campo social ou midiático que ditam o que pode ou deve ser pronunciado em determinados campos discursivos, como também, quem está autorizado a falar dentro desse espaço.

Neste sentido, o sujeito é efeito do poder e a subjetividade é socialmente construída nas/pelas práticas sociais (FOUCAULT, 2010). Nesse cenário, os discursos propagados pela revista Raça nas capas das edições 188, março de 2014 (figura 01), e 199, março de 2018 (figura 02), trazem imagens de mulheres negras empoderadas que representam a sua etnia de maneira positiva, afirmativa e coletiva. Observa-se que, não é a imagem de qualquer sujeito discursivo que é veiculada, mas, de mulheres que possuem um *status* social, ocupam um lugar e assumem posições-sujeitos na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso teórico-analítico empreendido, objetivamos analisar a constituição da mulher negra em capas da revista Raça. Nesse percurso, destacamos que a referida revista não é apenas um veículo de comunicação que dá visibilidade ao negro brasileiro, mas se constitui como ação política e social de afirmação, valorização e reconhecimento de sujeitos negros que simbolizam a coletividade de sua etnia, uma vez que, tem a prerrogativa de veicular no campo social os discursos das mulheres negras que ultrapassaram as fronteiras de seu tom de pele e se constituíram como empoderadas.

As mulheres negras veiculadas pela Raça são sujeitos do discurso e ocupam um lugar que lhes permite falar a partir das regras deste, isto é, os lugares, posições e *status* ocupados pelas negras são resultados de um longo processo de resistências, relações de saber-poder e lutas coletivas por respeito, igualdade de gênero, inclusão social, maternidade voluntária, melhores condições de vida, reconhecimento profissional, direitos políticos e

sociais, dentre outros, pois foram por meio destas reivindicações que as mulheres negras conseguiram o seu espaço na sociedade.

Assim, os discursos presentes na revista *Raça*, sobretudo, nas capas pesquisadas, nos mostraram que as construções ou representações imagéticas da mulher negra em geral não acontecem de modos isolados de suas condições de emergência, mas trazem sujeitas empoderadas que estão inseridas em conjunturas sociais e históricas.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **Outra travessia**. Ilha de Santa Catarina- 2º semestre, n. 5, 2005, p. 9-16. Tradução de: Nilcéia Valdati.

ASSIS, Edjane Gomes. **Veja, Isto é: recontando a história no universo midiático**. Ivone Tavares de Lucena (orientadora). Tese Doutorado. João Pessoa: [s.n], 2010. Acesso em: 27 jul. 2019.

ASSIS, Edjane Gomes. **Veja a discursivização ideológica: Isto é discurso jornalístico** /Brasília: Editora Kiron, 2011.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRAGA, Amanda. **Retratos em preto e branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

BRASIL, Revista *Raça*. **Capa: Especial mês da mulher**. São Paulo, Escala, ed. nº 188, ano 18. Março de 2014. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/revista-raca-brasil-edicao-188/>. Acesso em: 13 set. 2019.

CASTRO, Patrícia Cristina Campos de. **O negro na publicidade e propaganda brasileira**. Centro Universitário de Brasília, Brasília: DF, 2007. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos Vivos** – Curso no Cóllege de France, 1979-1980 (excertos). Tradução, transcrição, notas e apresentação de Nildo Avelino, Rio de Janeiro Achiamé, 2010.

GALDINO, José Roberto de Vasconcelos; VERNER, Dayane. O discurso midiático brasileiro e as representações sociais: a (in) visibilidade da mulher negra nas edições especiais Veja “mulher. **Ateliê de História** UEPG, 2(2): 245-278, 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário. No diagrama da AD Brasileira: Heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Calos: Editora Claraluz, 2008.

RAÇA, Revista. **Capa**: Elas são o poder. São Paulo, Pestana Arte & Publicações, ed. nº 199, ano 22. Março de 2018. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/revista-raca-199/>. Acesso em: 13 set. 2019.

RIBEIRO, Djamila. O empoderamento necessário. In: Mulher Negra. **Instituto da mulher negra** - GELEDÉS, São Paulo, 31 de julho de 2015. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/o-empoderamentonecessario/?fb\\_comment\\_id=1606007692763513\\_1948412721856340](https://www.geledes.org.br/o-empoderamentonecessario/?fb_comment_id=1606007692763513_1948412721856340). Acesso em: 12 set. 2019.

# DE “BICHA” À “EXCELENTÍSSIMA SENHORA”: UMA GENEALOGIA DO CORPO TRANS

Marcos Paulo de Azevedo

Nayara Nicolý Braga

## INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo traçar uma genealogia do corpo trans em capas do jornal *Lampião da Esquina* (1981) e da revista *Cult* (2021). O tema da transexualidade se mostra de grande relevância considerando o cenário atual de lutas e conquistas dessa comunidade no Brasil. No entanto, para que possamos pensar o processo de construção dos sujeitos transexuais na atualidade precisamos levar em consideração fatores sociais e históricos relacionados à construção de saberes sobre esses indivíduos. Bento (2006), ao estudar sobre esse processo, diz que foi em 1910 que surgiu o termo “transexualpsíquico”, usado pelo sexólogo Magnus Hirschfeld, para designar travestis fetichistas. A autora complementa que o “fenômeno transexual” começa a aparecer em publicações somente em 1950.

A maioria dessas publicações era da área da medicina e se preocupava em compreender o viés psicológico do fenômeno e viabilizar maneiras ou procedimentos cirúrgicos com o objetivo de adequar o corpo desses sujeitos à sua identidade de gênero. É a partir desse saber construído que, segundo Bento (2006), surgem instituições internacionais que irão tomar o corpo transexual como objeto de estudo, mas a partir de um viés patologizante, representado inclusive pelo uso de um outro termo: “transexualismo”, que traz o sufixo “ismo”, denotando doença, no caso, um transtorno mental. Essa visão perdurou até 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais e a incluiu no tópico relacionado à saúde sexual, classificando-a como incongruência de gênero.

Paralelo a esse saber científico, os sujeitos trans passam a ser objeto de atenção também em outras áreas, dentre as quais destacaremos aqui a midiática. Assim sendo, discutiremos sobre como, em dois momentos distintos, os sujeitos trans entraram na ordem do discurso (FOUCAULT, 1999) midiático e de que maneira este discurso promoveu modos de objetivação/subjetivação desses indivíduos. Trata-se de um trabalho que se vincula aos estudos discursivos foucaultianos e, enquanto tal, adota o método arqueogenealógico (FOUCAULT, 2008), o que nos permitirá refletir acerca da atualização dos discursos sobre os sujeitos trans no domínio midiático e compreender o modo como as relações de poder-saber (FOUCAULT, 1995) aí presentes atuam sobre o processo de constituição desses sujeitos (FOUCAULT, 2014). Destarte, esperamos que este estudo possa contribuir para as problematizações contemporâneas acerca dos discursos midiáticos em torno da transexualidade no Brasil.

## **RELAÇÕES DE PODER-SABER E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

Para pensarmos o processo de constituição do sujeito trans nas capas de revista que nos propomos a analisar, é essencial que compreendamos a concepção foucaultiana acerca das relações de poder. Foucault (2019a) defende que o poder não é uma força que age pela repressão, nem mesmo um bem que se possui ou um privilégio que se adquire; o poder, para ele, é uma força que se exerce, um efeito de conjunto de posições estratégicas que às vezes podem ser ocupadas por aqueles que são dominados. Ou, dito nas palavras de Deleuze (2005), o poder é operatório e funciona sempre em relação, relação esta que pressupõe o embate de forças, manobras e técnicas.

Nessa perspectiva, o poder não atua sobre os indivíduos de forma repressiva, mas sim de forma estratégica, produzindo artifícios positivos e atrativos. Desse modo,

o poder é algo que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 2019, p. 17-18).

Nessa lógica, apesar do Estado, por exemplo, ser considerado como um mecanismo central de poder, existem formas distintas de exercício deste, que são diferentes do aparelho estatal, mas que são “a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (MACHADO, 2019, p. 13). Assim, se considerarmos, por exemplo, as diferentes formas de interdição pelas quais passam os sujeitos trans ao longo da história, identificaremos um conjunto de instâncias que atuam sobre esses indivíduos, sejam elas estatais, jurídicas, religiosas, científicas etc. Logo, para Foucault (2019a), o poder não se encontra centralizado nas grandes instituições, como a Economia, a Política ou o Estado, ele está presente nas microrrelações que se estabelecem entre os sujeitos no interior dessas instâncias discursivas e trabalha como uma teia que conecta inúmeros fios, funcionando “[...] como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível” (MACHADO, 2019, p. 17).

Uma vez que o poder se exerce em meio a essas microrrelações agonísticas, Foucault (1995) propõe que o investiguemos tomando por base as estratégias de resistência às diferentes configurações que esse poder venha a assumir. Segundo o autor, “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2019b, p. 104) e tal resistência é realizada através de estratégias e táticas.

As estratégias de resistência não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos [...] elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva (FOUCAULT, 2019b, p. 105).

Nesse sentido, os sujeitos trans, por exemplo, ao lutarem por seus direitos civis enquanto cidadãos, podem ser entendidos como um desses grupos que se levantam contra as formas de dominação, por meio de estratégias de resistências que assumem diferentes configurações. Nesse grupo específico, tais estratégias estarão relacionadas principalmente às técnicas de si (FOUCAULT, 2014) a partir das quais esses sujeitos usam seus corpos como ferramenta de combate.

Ainda segundo Foucault (2019b, p. 104), as estratégias de resistências “são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício.” Dessa forma, as estratégias ou mecanismos de resistências constituem-se enquanto ações de lutas produzidas, no caso, pelos indivíduos transexuais, que buscam a emancipação e a autonomia frente às relações de poder que os envolvem frequentemente.

Dessa forma, considerando os presentes apontamentos, podemos refletir acerca do modo pelo qual os sujeitos transexuais se constituem em meio a esse campo de batalha, haja vista que o indivíduo trans põe em questionamento diversos princípios sociais cristalizados historicamente. Logo, os mecanismos de poder agem excluindo ou limitando as formas de existência desses sujeitos, sendo estes postos à margem da sociedade. Assim, tendo em vista tal embate, sujeitos transexuais constroem seus mecanismos de resistência utilizando seu próprio corpo enquanto um espaço transgressor, posto que esses fogem aos preceitos heteronormativos impostos pela teia do poder, por meio dos mais diversos dispositivos.

Nesse sentido, faz-se importante salientar que as questões referentes à constituição do sujeito representam o principal alvo das investigações de Michel Foucault. Nesse quadro, as relações de poder encontram-se intrinsecamente ligadas à forma como os indivíduos se constituem enquanto sujeitos, haja vista que “[...] enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e

de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (FOUCAULT, 1995, p. 232). Assim, o entendimento acerca do exercício do poder é essencial para se compreender como se dá o processo de constituição de sujeitos, já que este é fruto das relações de poder-saber. Para Foucault (1995),

há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência. E preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e toma sujeito (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Nessa perspectiva, os mecanismos e processos de objetivação e subjetivação resultam das relações que se estabelecem com o outro e consigo mesmo, marcadas pela agonística do poder e pelas estratégias de resistência, de modo que o sujeito deve ser pensando como um objeto historicamente construído, isto é, resultante de práticas sociais e históricas mediadas pelo discurso.

Ainda sobre as relações que o sujeito estabelece consigo, é interessante pensarmos sobre a prática do cuidado de si, da qual fala Foucault (2005). O princípio moral délfico “cuidado de si” influenciou toda a tradição filosófica antiga e, em linhas gerais, representa o cuidado da sua própria conduta para consigo mesmo e para com os outros. Foucault (2005) argumenta que há nesse período a existência de uma “cultura de si”, a qual

pode-se caracterizar brevemente [...] pelo fato de que a arte da existência – a *techné tou biou* sob as suas diferentes formas – nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso “ter cuidados consigo”; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática (FOUCAULT, 2005, p. 49).

Os cuidados aos quais se refere Foucault não são atenções gerais ou difusas, mas sim um conjunto de técnicas e procedimentos de cuidado que exigem do sujeito tempo e dedicação. Por esse motivo, o autor afirma que os cidadãos

romanos atribuíram o serviço do campo aos servos, para que pudessem se dedicar ao cuidar de si, do corpo e da alma.

Nesse contexto, o cuidado de si é exercido através das chamadas práticas, técnicas ou tecnologias de si, que são utilizadas pelos indivíduos como ferramentas na construção de suas subjetividades. De acordo com Foucault (2014), as técnicas de si:

permitted aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (FOUCAULT, 2014, p. 266).

Desse modo, os indivíduos se constituem enquanto sujeitos através do agenciamento desse conjunto específico de técnicas de si. Assim, é através do exercício dessas técnicas que os sujeitos buscam afirmar e externar determinado modo de vida, determinada maneira de construção de sua subjetividade. O indivíduo transexual se constitui enquanto sujeito justamente através do exercício desse conjunto de práticas de si, que no caso específico se refere a um compilado de condutas, técnicas e performances corporais realizadas com o intuito principal de adequação aos atributos sociais do gênero com o qual verdadeiramente se identificam. Dentre as técnicas usadas por esses sujeitos, Bento (2009, p. 106) destaca “a utilização de faixas que apertam os seios, técnicas para esconder o pênis, camisetas com gola alta para não mostrar o pomo de adão, perucas, maquiagens para disfarçar os sinais de barba”. Vemos, dessa forma, a atuação direta do sujeito sobre o seu corpo, a partir do qual firma seu lugar de resistência frente às diferentes formas de interdição que sofre em sociedade.

## **CORPO, GÊNERO E PERFORMATIVIDADE**

Para Butler (2010), o gênero é um produto social de caráter performativo, cuja repetição contínua possui o intuito de naturalizar o sexo essencial. Nessa perspectiva, entende-se o

gênero enquanto uma espécie de expectativa social posta sob os indivíduos. Ou seja, uma construção sociocultural prévia e não uma essência primeira, já que para Butler (2010, p. 28) “os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura”.

Nesse sentido, podemos inferir que o gênero possui um caráter performativo, isto é, ao nascer nos é atribuído uma série de modelos e condutas cristalizadas e pré-estabelecidas, as quais devemos seguir conforme o gênero de nascimento que, socialmente, é inerentemente atrelado ao sexo. Logo, a divisão binária referente ao gênero – masculino e feminino – é, segundo Louro (2004, p. 76), “uma divisão usualmente compreendida como primeira, originária ou essencial e, quase sempre, relacionada ao corpo”. Nesse contexto, sujeitos que não se enquadram nesses moldes, isto é, cuja própria percepção de si diverge da atribuição social que lhe foi dada ao nascer, sofrem por serem oprimidos e reprimidos a externar a subjetividade de quem verdadeiramente desejam ser. Dessa forma, Butler (2010) salienta que:

a ideia de que gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável (BUTLER, 2010, p. 26).

Dessa forma, o corpo, como uma dimensão dotada de interpretações simbólicas significativas, representa uma das formas pelas quais os indivíduos se constituem como sujeitos em sociedade. Os indivíduos transexuais, por sua vez, possuem corpos que não se enquadram na norma binária e heterossexual, logo, habitam corpos desviantes que desobedecem ao modelo performático de gênero imposto socialmente, de forma histórica. Nesse seguimento, de acordo com Grosz (2000, p. 59-60) “o corpo é considerado como um meio significante, um veículo de expressão [...] É através do corpo que o sujeito pode expressar a interioridade

dele e é através do corpo que ele pode receber, codificar e traduzir os estímulos do mundo ‘externo’”.

Assim sendo, o corpo transexual posto em sociedade é, por si só, a personificação da resistência perante os mecanismos de poder que edificaram as noções enrijecidas de gênero, posto que este representa a verdadeira transgressão frente à concepção de performance de gênero imbuída no imaginário social da grande maioria dos indivíduos cisgêneros. Como enfatiza Louro (2004, p. 76), “características dos corpos significados como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder”. Nessa ótica, o corpo trans é socialmente inscrito e marcado por uma série de acontecimentos, discursivos e não discursivos, que influenciam e, por muitas vezes, agem normativamente acerca de determinadas condutas sociais. Louro (2004) atenta para o seguinte:

antes de se, simplesmente, “ler” os gêneros e as sexualidades com base “nos dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e de sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente (LOURO, 2004, p. 80).

Diante disso, infere-se que o corpo é interpretativo, mutável, flexível e assume diferentes significados a depender do olhar de quem o observa. Mais ainda: o corpo – e de maneira especial o corpo trans – se encontra no centro das disputas agonísticas, marcadas pelo embate entre o sujeito e as diferentes formas de interdição social que o atravessam.

## O CORPO TRANS EM ANÁLISE

Para constituir o *corpus* deste artigo, selecionamos duas capas, uma de jornal e outra de revista. A primeira é a capa do histórico

jornal *Lampião da Esquina* <sup>23</sup>, edição publicada em 1981, e a segunda é a capa da revista *Cult* <sup>24</sup>, publicada em 2021.

**Figura 1** – Capa Lampião da Esquina.



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDS).

Na capa do jornal *Lampião da Esquina*, edição 36, de maio de 1981, é exposta uma fotografia em preto e branco de três mulheres transexuais seminuas e, ao lado, em letras brancas maiúsculas, as frases “A praça é das bichas” e, em seguida, “Todos Nus!”. O famoso *Lampião da Esquina*, lançado no Rio de Janeiro, foi um jornal que circulou no Brasil durante os anos de 1978 e 1981, emergindo no cenário jornalístico dentro do contexto da imprensa alternativa, isto é, durante o abrandamento e reabertura política do período de censura promovido pelo regime militar brasileiro de 1964, representando a resistência frente às relações de poder manifestadas através da repressão, do conservadorismo e da

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.ibdsex.org.br/collection/lampiao-da-esquina-edicao-36/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.cultloja.com.br/produto/erika-hilton-cult-267-marco-2021/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

imprensa tradicional da época. No total, possuiu 38 edições, incluindo o número zero.

Logo, o conteúdo do jornal pautava temas relacionados à sexualidade, além de, também, questões de cunho social, como aborto, racismo e mulheres na política. Nesse sentido, em um período em que era rígida e constante a perseguição policial contra gays e travestis, o jornal *Lampião da Esquina*, através de artifícios humorísticos, porém sem deixar de lado o tom crítico e assertivo, denunciava a homofobia e a violação dos direitos humanos frente à comunidade LGBTQIA+ da época. Nesse contexto, vale salientar que o referido jornal ficou conhecido como o “primeiro jornal gay” da história do Brasil.

A capa representada na Figura 1 apresenta no canto superior, como mencionado, três mulheres transexuais. A da esquerda e da direita de pele negra e cabelos escuros; e a do meio de pele clara e cabelos loiros. As três mulheres encontram-se sorrindo e, de forma espontânea e chamativa, com as mãos na cintura, expõem seus seios. Ao trazer a manchete “A praça é das bichas”, o jornal parece querer problematizar o fato de que elas estão prestes a perder esse local. Essa leitura é possível por meio dos enunciados nos balões que acompanham a imagem: “Mas querem lotear a velha TIRADENTES” e “E a nossa pegação, como é que fica?”. A imagem representa uma fotografia do lugar que à época era destinado a estes sujeitos: o lugar da prostituição, do fetiche, da erotização dos corpos que ficavam expostos na praça “das bichas”, que se encontrava ameaçada pelo loteamento.

É importante notar que o jornal dá visibilidade a esses corpos marginalizados, estampa em sua capa uma realidade que a sociedade – ainda hoje – deseja esconder. Ao trazer esses corpos para a ordem do visível e do enunciável (DELEUZE, 2005), o jornal promove modos de subjetivação dos indivíduos trans. É possível visualizar esses modos a partir dos balões: ao reivindicar esse lugar da praça como sendo “das bichas” e colocar nos balões os enunciados como pertencentes a esses sujeitos, o jornal passa a ideia de pertencimento e de identificação cultural dos sujeitos trans

com aquele local. É ali onde eles fazem sua “pegação”, portanto, é preciso defender esse lugar.

Nesse ato de defesa, vemos materializar-se a arena de lutas entre as relações de poder e os modos de resistência: de um lado, a sociedade que relega esses sujeitos à prostituição e deseja mantê-los escondidos, retirar deles um local que havia sido ocupado culturalmente; de outro, os sujeitos trans que, por meio da exibição dos seus corpos, mais especificamente dos seios, reivindicam a manutenção do seu espaço. É nesse sentido que o corpo pode ser lido como um lugar ou ferramenta de resistência dos sujeitos trans às investidas do poder que busca interdita-los. Por meio das técnicas de si aplicadas ao corpo – nesse caso o implante de seios, a peruca, o uso das vestimentas femininas e da maquiagem – os sujeitos assumem o lugar da erotização ao qual foram submetidos para agora defender o lugar onde tem sido possível existir.

É nesse sentido que o jornal promove esse processo de subjetivação, pois dá condições para que os sujeitos trans assumam esse lugar de existência e possam se defender por meio dos seus corpos. É possível fazer uma leitura negativa dessa inscrição que o jornal faz dos sujeitos trans na prostituição, de certa forma, objetivando-os; mas é preciso levar em conta que as condições históricas e sociais do período influem nos modos de existência desses indivíduos, de modo que naquele momento, aquele era o lugar onde eles podiam existir e resistir.

Nesse contexto, é importante enfatizar a construção do corpo como um produto histórico, e não apenas um elemento biológico que obedece às regras binárias e impositivas de gênero, manifestando-se de forma expressiva e em contínuo processo de transformação e ressignificação, contribuindo para a construção de uma subjetividade. Destarte, o corpo transexual se constrói em meio a um complexo e ríspido campo de batalha, haja vista que o sujeito trans fomenta, ao externar-se em sociedade, questionamento relacionados às concepções do gênero e do sexo enquanto um elemento natural. Concepções estas naturalizadas e cristalizadas através de relações de saber-poder referentes ao

discurso médico biologizante e, também, por meio de noções e princípios conservadores e religiosos, como indicou Louro (2004, p. 75): “ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões, valores e ideais da cultura”. Os sujeitos trans se constituem, muitas vezes, na contramão desses padrões, valores e classificações.

Já na capa da revista *Cult*, edição 267, de março de 2021, a política brasileira Erika Santos Silva, mais conhecida como Erika Hilton, posa sobre uma escala de cores acinzentadas e no ponto central da capa, em posição sentada com os dois braços apoiados em uma de suas pernas. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi campeã de votos nas eleições municipais de São Paulo, no ano de 2020, tornando-se a primeira mulher negra e trans a ocupar uma cadeira na 18ª legislatura da Câmara Municipal da capital paulista. Com 50.508 votos, tornou-se, ainda, a vereadora mais votada do país em 2020, ganhando um significável destaque e popularidade, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Além de vereadora, Erika é militante e ativista pelos direitos da comunidade negra e LGBTQIA+. Atualmente, é, ainda, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de São Paulo.

Como mostra a Figura 2, Erika aparece na capa da revista *Cult* com um recatado vestido azul céu, sapatos saltos pretos e unhas pintadas, também de preto. Em suas orelhas, notamos dois discretos brincos e, no septo, um também discreto piercing. Em suas mãos podemos observar dois anéis, um prateado e outro dourado. Observamos, ainda, a presença de um modesto colar com um pingente. Sua maquiagem aparenta ser suave, e seu cabelo está agradavelmente arrumado, não obstante, despojado. A expressão facial é séria e indiferente, não esboçando nenhum tipo de sorriso. Ao lado da vereadora, em letras brancas e fazendo referência à entrevista contida no interior da revista, o enunciado linguístico diz o seguinte: “Excelentíssima senhora Erika Hilton” e, logo abaixo, “Antes de ser vereadora, sou uma ativista que milita pelo direito de existir”, frase proferida pela própria Erika.

Figura 2 – Revista Cult.



Fonte: Loja Cult (2021).

O corpo trans representado na capa da revista *Cult* (Figura 2) é bem diferente daquele da capa do jornal *Lampião da Esquina* (Figura 1). Na Figura 2, o sujeito trans aparece com praticamente todo o corpo coberto, estando vestido e ornamentado de forma elegante. Os lugares que ocupam são igualmente distintos: na Figura 1, as “bichas” estão na praça, reivindicando o lugar onde fazem a “pegação”; na Figura 2, a “Excelentíssima Senhora Erika Hilton” ocupa o posto de vereadora da Cidade de São Paulo. No entanto, merece destaque o ponto que têm em comum: nas duas capas, há sujeitos trans lutando pelo “direito de existir”. Seja na praça ou na Câmara Municipal, esses sujeitos enfrentam relações de poder que objetivam seus corpos e buscam limitar seus espaços e modos de existência, que buscam excluir os corpos trans.

Assim como o jornal *Lampião da Esquina*, esta edição da revista *Cult* traz para a ordem do visível e do enunciável discursos e práticas referentes aos sujeitos LBGTQIA+, funcionando também como um

lugar de produção de subjetividades. Se, como dissemos antes, o jornal promoveu a identificação dos sujeitos trans com aqueles representados na capa da edição nº 36; a capa da edição da revista *Cult* em análise promove, da mesma forma, a ideia de pertencimento dos sujeitos trans à política. O corpo trans é agora ressignificado, inscrito em um espaço constitucional de poder, o qual foi ocupado por meio de expressivo número de votos, em uma eleição democrática. Este passa a ser, então, um lugar possível para outros sujeitos trans, que se veem representados na imagem de Érika.

Os efeitos de sentido que emanam da capa da revista, quando consideramos a descontinuidade histórica entre a Figura 1 e a Figura 2, apontam para uma mudança de posição não só do sujeito trans, mas também da população de um modo geral. Pois se antes a sociedade desejava invisibilizar esses corpos, agora os insere em espaços de representatividade, ou seja, sente-se representada na imagem, nos ideais daquele sujeito trans. Claro que essa leitura não pode ser generalizada, pois ainda há muito preconceito e tentativas de silenciamento, o que é dito pela própria vereadora: “Antes de ser vereadora, sou uma ativista que milita pelo direito de existir”, isto é, ainda há lutas a serem travadas para que outros corpos trans possam ao menos ter condições mínimas de existência.

Tanto é assim, que o Brasil ainda lidera o lamentável ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo: segundo o levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia, em 2020, das 224 pessoas LGBTQIA+ assassinadas, 70% eram indivíduos trans ou travestis<sup>25</sup>. Nesse contexto, as estratégias de resistências externadas pela vereadora, embora possibilitem a construção de novas formas de existências que permeiam horizontes cada vez mais inclusivos e menos desiguais para a comunidade trans, são apenas os movimentos estratégicos iniciais no complexo tabuleiro que representa o jogo pela conquista plena dos direitos desses sujeitos.

---

<sup>25</sup> O relatório completo pode ser acessado em: <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/>. Acesso em: 13 set. 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste texto foi traçar uma genealogia do corpo trans em capas do jornal *Lampião da Esquina* e da revista *Cult*, discutindo sobre como, em cada período, tais suportes midiáticos representaram o corpo trans e promoveram modos de objetivação/subjetivação dos indivíduos trans. A partir das análises, concluímos que o corpo trans foi representado de formas distintas em cada momento histórico. Quando comparamos as duas capas, vemos que, na capa representada na Figura 1, o modo como os corpos transexuais encontram-se discursivizados faz referência às práticas de fetichização e prostituição nas quais estavam inseridos. Os seios à mostra e o enunciado linguístico acerca da “praça”, embora marquem um movimento de resistência, apontam também para uma maior marginalização desses sujeitos. Já na capa representada na Figura 2, observamos que a materialidade corporal da vereadora Erika Hilton é marcada por uma postura ativa e respeitosa, promovendo modos de subjetivação diferentes da primeira capa: o corpo trans presente na segunda capa ocupa um lugar de prestígio, um lugar de poder, contrapondo-se aos lugares estereotipados na Figura 1.

Logo, percebemos um descolamento histórico-social da imagem do sujeito trans, indo de “bicha” à “excelentíssima senhora”, evidenciando, portanto, o resultado das estratégias de resistências adotadas na luta pelos direitos da comunidade trans, que ocupam, agora, posições de prestígio e reconhecimento, e não exclusivamente o espaço marginalizado da “praça”. No entanto, essas novas posições precisam ser defendidas e ampliadas, o que requer o fortalecimento dessas estratégias de resistência.

## REFERÊNCIAS

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2006.

BENTO, B. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas**, Natal, v. 5, n. 4, p. 95-112, jun./2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1243>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. 5ª reimpr. da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5.

ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. As técnicas de si. In: **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 264-296.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019b.

GROSZ, E. **Corpos reconfigurados**, Tradução de Cecilia Holtermann. **Cadernos Pagu**, University at Buffalo, v. 14, n. 14, p. 45-86, jun./2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

**“NÃO SAÍMOS DE CASA POR MENOS DE  
10 MIL DÓLARES POR DIA”:  
O DISPOSITIVO DA MODA E O SURGIMENTO  
DAS SUPERMODELOS**

Marcelino Gomes dos Santos

## INTRODUÇÃO

*“Não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época”  
(Paul Veyne)<sup>26</sup>.*

No mundo contemporâneo, é comum encontrarmos em diversos lugares de produção discursiva, especialmente, no universo da moda, discursos e enunciados sobre as chamadas “supermodelos” (especialmente, as dos anos 80 e 90 do século XX); grupo de modelos famosas internacionalmente que, com o passar dos tempos, ultrapassaram as barreiras do anonimato, conquistaram fama e destaque no interior (e para além das fronteiras) do mundo da moda, tornando-se espécies de celebridades etéreas, adoradas como se deusas olímpicas fossem; tendo seus nomes, bem como seus corpos, estampados em inúmeras capas de revistas de moda, manchetes jornalísticas, *outdoors*, músicas, videoclipes, entre outros lugares de destaque na mídia internacional<sup>27</sup>.

Ainda que seus trabalhos nas incontáveis passarelas da moda internacional, desfilando para marcas e estilistas famosos, como

---

<sup>26</sup> VEYNE, Paul. Foucault: seu pensamento, sua pessoa. Tradução Marcelo J. de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>27</sup> Exemplo do sucesso e do interesse pelas chamadas “supermodelos” na contemporaneidade são os discursos em torno da série em produção “*The Supermodels*”, anunciada em 2020, e que será dirigida pela cineasta Barbara Kopple, cujo lançamento acontecerá pela *Apple TV*<sup>27</sup>, e que tratará da vida de quatro supermodelos dos anos 80 e 90 do século XX, nomeadamente, Naomi Campbell, Christy Turlington, Linda Evangelista e Cindy Crawford.

Gianni Versace, Jean-Paul Gaultier, Chanel, Valentino, etc., bem como o alto nível de profissionalismo que desenvolveram ao longo dos anos, sejam fatores importantes para compreendermos o sucesso e as posições de destaque que as chamadas supermodelos conquistaram no universo da moda, apontamos para o fato de que o patamar que elas conquistaram dentro e fora da indústria da moda deve-se, em grande medida, à produção discursiva em torno de suas personalidades, isto é, à séries de discursos midiáticos que foram construídos com o passar dos tempos em torno de suas imagens como modelos, constituindo, por meio do discurso, um lugar superior a ser ocupado por elas, isto é, uma categoria específica para classifica-las dentro do conjunto de modelos existentes no mundo, e que seria, portanto, a categoria de “supermodelos”.

Neste caminho, objetivamos discutir a produção discursiva em torno das chamadas supermodelos na contemporaneidade, com vistas à análise de como os saberes em circulação no tempo presente, para além de reafirmar o *status* dessas modelos no mundo da moda, participam, antes de qualquer coisa, da construção discursiva de um sujeito histórico nomeado “supermodelo”, invenção histórica recente na história da moda internacional. Partimos da compreensão de que, no universo da moda, esta categoria classificatória, assim como as “*übermodels*”<sup>28</sup>, foi construída no viés da história, em um recorte temporal específico, sobretudo, pelos discursos produzidos em torno de modelos como Naomi Campbell, Christy Turlington, Linda Evangelista, Cindy Crawford, Claudia Schifer, Kate Moss, Yasmeen Ghauri, entre outras<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Termo que teria sido criado pela revista norte-americana *New York Magazine* para designar o status alcançado pela modelo brasileira Gisele Bündchen. A palavra “über” vem do alemão e significa, em tradução livre para o português, “acima de”. Logo, uma “übermodel” seria aquela modelo que estaria em uma posição superior às outras modelos. Ver: <https://harpersbazaar.uol.com.br/moda/gisele-em-numeros-uber-model-faz-38-anos/>.

<sup>29</sup> Nas duas últimas décadas do século XX, modelos como Campbell, Turlington, Evangelista, Schiffer e Crawford, entre outras, foram

No sentido desta discussão, objetivamos analisar como os discursos midiáticos da indústria da moda produzem as supermodelos enquanto modelos distintas das demais, isto é, como se dá a construção discursiva de uma supermodelo e como os saberes em torno desse sujeito histórico o constroem e o situa em um plano superior às demais modelos que atuam no universo da moda, hoje, costurando para si uma subjetividade que transita entre o mundo da moda e o mundo das celebridades. Quais são os saberes que participam da construção de uma supermodelo? Que sentidos são costurados à subjetividade de uma supermodelo? Por que somente foi possível, historicamente, se pensar a ideia de supermodelo no fim do século XX e não em outro momento histórico? Essas são algumas questões que nortearam as reflexões empreendidas neste artigo, as quais tentaremos entremear ao longo de nossas análises.

Metodologicamente, reunimos matérias jornalísticas sobre as chamadas “supermodelos” do final do século XX, notadamente, dos anos 80 e 90, a partir de uma pesquisa exploratória na internet; e, com isso, analisamos os discursos presentes nessas matérias com vistas à análise dos enunciados e sentidos em torno da figura de uma supermodelo e sua relação com a história. No viés dessa discussão, respaldamos as nossas análises nos postulados teórico-metodológicos da Análise do Discurso Francesa e nas reflexões de Michel Foucault sobre os discursos, os sujeitos e os saberes, sobretudo, as reflexões do filósofo francês sobre a relação produtiva

---

referenciadas em muitas produções discursivas internacionalmente conhecidas, como, por exemplo, na música “*Supermodel (You Better Work)*”, de RuPaul Charles; na icônica fotografia de Peter Lindbergh para uma das capas da revista norte-americana *Vogue*, em janeiro de 1990; no videoclipe da música “*Freedom*”, de George Michael; no documentário “*Unzipped*”, lançado em 1995 e dirigido por Douglas Kieve; além das inúmeras capas de revistas de moda famosas no mundo, das quais são exemplos a *Harper’s Bazaar*, a *Vogue* e a revista *ELLE*, entre outros lugares onde as supermodelos dos anos 80 e 90 figuraram como nomes importantes para a indústria da moda.

entre o saber e o poder na costura de subjetividades, isto é, na produção dos sujeitos nos teares da história.

### ***"I HAVE ONE THING TO SAY – YOU BETTER WORK!": A ERA DAS SUPERMODELOS "ORIGINAIS"***

As chamadas "supermodelos", personalidades da moda que se tornaram famosas entre os anos 80 e 90 do século XX, das quais são exemplos as modelos Naomi Campbell, Christy Turlington e Linda Evangelista (a "trindade", como também são referidas pela mídia especializada em moda), além de outros nomes como Cindy Crawford, Kate Moss, Tatjana Patitz e Yasmeen Ghauri, fazem parte de uma categoria específica de modelos que, assim como a produção de outras subjetividades, foi construída discursivamente ao longo da história, tendo surgido em um momento histórico preciso, entre os anos 80 e 90 do século XX. Neste sentido, "supermodelo" pode ser entendida como uma categoria classificatória para modelos da indústria da moda que não existiu em todas as épocas, e que seu surgimento só foi possível a partir de determinadas condições históricas, isto é, a partir do cruzamento de acontecimentos discursivos e não-discursivos, como tentaremos mostrar a seguir.

No presente, encontramos muitas referências às chamadas "supermodelos" em revistas, jornais, na TV, na internet, em músicas, séries, filmes, editoriais de moda, etc. No entanto, o surgimento das modelos femininas remonta a outra temporalidade e, portanto, a outro contexto sócio-histórico, anterior à chamada "era das supermodelos" dos anos 80 e 90 do século XX<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> De acordo com Baldini (2006), "os desfiles foram inventados pelo mestre *coiffeur* Le Gross que mandava (...) manequins, com os seus últimos penteados, passear nas avenidas mais bem frequentadas de Paris. Os seus desfiles eram autênticos desfiles *on the road*. O primeiro que mandou manequins, "sósias" – na verdade, tratava-se da sua mulher e das suas

Logo, o surgimento do sujeito histórico que hoje nomeamos “modelo” teria relação direta com o trabalho do mestre *coiffeur* Le Gross, que colocava as suas “manequins” para desfilarem pelas ruas de Paris, como uma forma de expor e divulgar as últimas tendências de penteados pelas ruas onde circulava a elite parisiense, desfiles “*on the road*”, isto é, que aconteciam nas ruas, conforme nos explica Baldini (2006). Porém, a associação entre as modelos femininas e os desfiles de roupas teriam sido criação de Charles-Frederick Worth, costureiro inglês do século XIX, considerado o “pai da Alta-Costura”, a partir de desfiles realizados no interior de sua *maison*, por suas “sósias”. No caso em especial dos desfiles de roupas, conforme reflete Baldini:

As roupas são vestidas pelos indivíduos normativos: os modelos. O seu corpo, escrevia Baudrillard em início dos anos sessenta, “já não é objecto de desejo, mas objecto funcional, conjunto de signos onde se misturam a moda e o erotismo”. Na realidade, desde então as coisas mudaram bastante. Passou-se das modelos-cabides às *top models*, isto é, as *cover-girls* que são protagonistas do *jet set* internacional, capazes de reflectir na roupa que vestem a sua aura de sedução e de fascínio e capazes de passar, em alguns casos, da *passarelle* para o *set* cinematográfico (BALDINI, 2006, p. 131).

Conforme podemos pensar a partir das considerações de Baldini, a noção de modelo passou por muitas transformações históricas: antes, falava-se de “manequins”, “sósias”, “*top-models*”, “*cover girls*”, etc. formas históricas distintas de se nomear o sujeito que hoje nomeamos “modelo”, o que, entre outras questões, provoca-nos a pensar que os saberes sobre a figura das modelos foram costurando determinados sentidos para essa subjetividade e que, no alinhavar desses discursos, esboçaram categorias específicas para as modelos da indústria da moda contemporânea. Longe de representarem apenas uma evolução em termos de

---

empregadas mais graciosas –, desfilarem com as suas roupas, ainda que no interior de sua *maison*, foi Worth” (BALDINI, 2006, p. 130).

palavras distintas para se nomear uma mesma profissão, as diferentes formas de nomear uma “modelo” ao longo da história apontam para as discontinuidades históricas e os usos de conceitos distintos para conceber esse sujeito que desfila para *designers*, estilistas, costureiros, etc.

Em outras palavras, apontamos para o fato de que existem diferenças significativas entre as noções de “manequins”, “sósias”, “top-models”, “cover girls”, “modelos”, “supermodelos”, “übermodelos”, etc. e que essas distinções não se dão apenas no nível linguístico, não dizem respeito apenas às palavras escolhidas para nomear as diferentes categorias de modelos existentes. As diferenças estão, sobretudo, no nível discursivo, onde são costurados múltiplos saberes e sentidos, produzidos historicamente, e que constituíram a noção de supermodelos para algumas modelos dos anos 80 e 90 do século XX.

Desde o surgimento das “modelos”, foram vários os nomes de mulheres que surgiram na indústria da moda com o passar dos tempos, personalidades que, devido a séries de mudanças que ocorreram na chamada indústria da moda, especialmente, nas duas últimas décadas do século XX, foram adquirindo importante *status* social e passando a figurar, além das passarelas e das revistas de moda internacionais nas quais, comumente, figuravam, em programas televisivos, jornais, videoclipes, documentários, filmes, entre outros lugares<sup>31</sup>.

Nos anos 80 e 90 do século passado, foram consideradas “supermodelos” nomes como a britânica Naomi Campbell, as

---

<sup>31</sup> No fim do século XX, nem todas as modelos conseguiram alcançar o status de “supermodelos” e, no século XXI, o status de *übermodel* (da qual só existe uma no mundo, notadamente, a brasileira Gisele Bündchen). Entre outras questões, isso nos permite pensar que, para ser uma supermodelo, existem critérios, ou melhor, saberes que levam esse sujeito “a pertencer a lugares, a portos que assegurem sua existência” (FERNANDES, 2012, on-line), sentidos que, em diálogo com a história, indicam a movência mesma da história, suas transformações, suas curvaturas e sinuosidades.

estadunidenses Christy Turlington e Cindy Crawford, a canadense Linda Evangelista e a alemã Claudia Schiffer, conhecidas como “*The Big Five*” ou “*The Original Supermodels*”, grupo de supermodelos ao qual, posteriormente, juntaram-se outras modelos famosas como a alemã Tatjana Patitz, a britânica Kate Moss e a canadense Yasmeen Ghauri. A construção desta categoria, isto é, a categoria de “supermodelo”, para além de uma consequência do crescimento e expansão da chamada indústria da moda e do aumento das possibilidades de trabalho dentro dessa indústria, foi, sobretudo, uma construção discursiva, tecida na/pela história.

## **COMO SE COSTURAM SUBJETIVIDADES: MICHEL FOUCAULT, O DISCURSO E A PRODUÇÃO DO SUJEITO**

As reflexões de Michel Foucault sobre os discursos, a relação entre o saber, o poder e a produção de subjetividades nos permitem reflexões sobre a construção de objetos e sujeitos ao longo da história, isto é, a emergência de enunciados que construíram, no plano discursivo, determinados conceitos, noções, objetos e sujeitos<sup>32</sup>

Em perspectiva foucaultiana, a noção de discurso está intimamente imbricada ao processo de construção de objetos e sujeitos, sobretudo, no que diz respeito ao alinhavar de saberes nos teares da história; logo, podemos pensar que são os discursos que produzem as coisas do mundo e não o contrário, sendo o discurso aquele que instaura, incita, provoca, produz. Nas palavras de Courtine (2013, p. 27), “o discurso deve ser compreendido a partir daquilo que Foucault denomina ‘dispositivo’, isto é, de um

---

<sup>32</sup> Para Foucault, “o discurso não deve ser assumido como o conjunto das coisas que se diz, nem como a maneira de dizê-las. Ele está outro tanto no não dito, ou no sinalizado por gestos, atitudes, modos de ser, esquemas de comportamento, deslocamentos espaciais. O discurso é o conjunto das significações coercivas e constrangedoras que perpassam as relações sociais” (FOUCAULT, 2009b, p. 123).

conjunto heterogêneo de instituições e leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e de não ditos”.

Em seus estudos, Foucault nos fala sobre a noção de acontecimento discursivo, pois, segundo ele, o discurso deveria ser concebido como um acontecimento (daí a sua dimensão histórica). No viés desta discussão, tratar o discurso como acontecimento significa relacionar a produção de sentidos sobre dados objetos do saber em sua relação íntima com a história, isto é, com acontecimentos discursivos e acontecimentos de outra ordem. Significa associar, estabelecer conexões entre o aparecimento, as transformações e o desaparecimento de determinados enunciados com outros acontecimentos históricos, aos sistemas econômicos, às instituições, ao campo político, conforme nos permite pensar o filósofo francês. Como nos explicam Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 166), “o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder [...] ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado”.

Em uma perspectiva da Análise do Discurso de inspiração foucaultiana, não buscamos, pois, uma origem para o surgimento de um dado enunciado, tendo em vista que, como nos alerta Gregolin (2011, p. 10), “não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno voo”. Interessa-nos, portanto, entender como o sujeito é concebido no tempo presente, e quais os saberes e sentidos que participam da construção de uma determinada subjetividade no instante do entrecruzamento dos enunciados que participam dessa costura, uma vez que entendemos que o sujeito “é produzido no interior dos saberes” (VEIGA-NETO, 2007, p. 44) e não fora deles.

No caso em especial da discussão que propomos neste artigo, pensamos a categoria de “supermodelo” como uma construção discursiva engendrada pela indústria da moda, notadamente, pelo

dispositivo da moda<sup>33</sup>, que atua na produção de diversos saberes que incidem sobre os sujeitos cotidianos na/pela mídia, construindo espaços de subjetivação e objetivação no seio da vida cotidiana.

Partindo da compreensão de que a moda é um dispositivo que, entre outras implicações, produz discursivamente objetos e sujeitos (como estilistas, modelos, fotógrafos de moda, etc.) a partir da relação produtiva entre redes de saber e poder, consideramos que a produção discursiva midiática em torno das modelos dos anos 80 e 90 do século XX implicou a costura da noção de supermodelo, subjetividade que não existiu em todas as épocas.

A seguir, discutimos a relação entre o dispositivo da moda e a construção do sujeito “supermodelo”, com ênfase na análise de como os enunciados produzidos na/pela mídia, em sua maioria, portais de notícias especializados em moda, atuam no sentido de construir uma categoria específica para as supermodelos dos anos 80 e 90 do século XX, notadamente, para as modelos Naomi Campbell, Christy Turlington, Linda Evangelista, Cindy Crawford e Claudia Schiffer, situando-as em um patamar superior às demais modelos da indústria da moda, construindo para si subjetividades que implicam a objetivação desses sujeitos na vida cotidiana e, em certo sentido, um patamar e título a ser alcançado para novas modelos que surgem na indústria da moda.

## O DISPOSITIVO DA MODA E AS SUPERMODELOS

Nos dias que se seguem, a produção discursiva midiática é uma realidade cada vez mais presente nas sociedades modernas: revistas digitais, programas televisivos, redes sociais, etc. constituem uma rede muito variada de espaços de produção e

---

<sup>33</sup> De acordo com Foucault, “o dispositivo, portanto, está sempre inscrito num jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2011, p. 246).

circulação de discursos com forte potencial de divulgação instantânea e alcance de públicos os mais diversos. Sobre este aspecto, conforme nos explica Gregolin (2008, p. 95), “na nossa época a mídia é uma fonte poderosa e inesgotável de produção e reprodução de subjetividades, evidenciando sua sofisticada inserção na rede de poderes que criam as sujeições do presente”. Cotidianamente, deparamo-nos com séries de discursos sobre os mais variados assuntos, entre eles, sobre questões alusivas ao mundo da moda, aos sujeitos que, historicamente, foram costurados a essa indústria, como estilistas, fotógrafos e jornalistas de moda, modelos, etc.

Sobre a construção dos sujeitos pelos discursos, Revel (2005, p. 82) nos fala sobre a noção de subjetivação, em perspectiva foucaultiana, sendo este “um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade [...] os modos [...] que transformam os seres humanos em sujeitos”. A partir desse pressuposto, entendemos a subjetividade como uma construção histórica, daí não podermos falar de qualquer sujeito em qualquer época, uma vez que entendemos que o sujeito é produzido na/pela história, sempre em transformação; e, se a história está intimamente ligada à ideia de transformação, os sujeitos, inscritos na história, também.

Em se tratando da atuação das modelos dentro da indústria da moda, por meio de seus trabalhos com desfiles de moda, a produção midiática atua no sentido da discursivização desses eventos para um público maior do que aquele que está presente no momento em que acontecem os desfiles. Logo, a realização de um desfile tem um eco na sociedade, uma vez que muitas notícias são produzidas sobre esses eventos e circulam em jornais, revistas, blogs, entre outros portais de notícias.

Ao dissertar sobre a relação entre o dispositivo da moda e os sujeitos, Paixão (2013, p. 74) conclui que “os sujeitos pertencem, pois, a certos dispositivos e suas ações se dão e se condicionam neles ou por meio deles [...] a relação entre os sujeitos e os dispositivos é de ordem constitutiva, uma vez que estes encerram, constroem,

transformam, modelam aqueles”. Logo, pensamos que os saberes produzidos no dispositivo da moda atuam na construção das supermodelos como sujeitos superiores às demais modelos que atuam no mundo da moda, situando-as em um patamar acima das demais, pois, conforme nos diz Lipovetsky (2009, p. 43) sobre a moda, “agindo sobre os indivíduos e seus corpos” a moda “constitui-se como um dispositivo que engendra processos de construção de subjetividades, isto é, processos de subjetivação”.

Em matéria publicada no dia 12 de abril de 2020 no site “L’officiel”, na seção *Pop Culture*, intitulada “Por onde andam as supermodelos dos anos 90?”<sup>34</sup>, se noticia sobre os anos 90 e as supermodelos dessa geração:

Os anos 90 foram os mais importantes para a indústria de modelos. Foi justamente nessa época em que nasceu o termo **supermodelo**, que designava um grupo específico de mulheres que estavam se destacando no mundo da moda por sua profissão. Seus nomes eram maiores que seus trabalhos e tops como Cindy Crawford e Naomi Campbell viraram sinônimos de estrelas (L’OFFICIEL, 2020, on-line).

Os enunciados presentes nessa matéria apontam para os anos 90 do século passado como sendo “os mais importantes para a indústria de modelos”, destacando essa década em relação às décadas anteriores em termos de importância para a profissão de modelo; estabelecendo, inclusive, uma relação direta entre a importância dessa década para o surgimento do termo “supermodelo” para nomear “um grupo específico de mulheres que estavam se destacando no mundo da moda por sua profissão”.

Além disso, podemos observar que a matéria enfatiza a ideia de que os nomes das chamadas supermodelos eram maiores que seus trabalhos, eram elas mesmas “sinônimos de estrelas”, o que nos permite pensar que a projeção midiática de seus nomes tornou-se superior ao trabalho que desenvolviam como modelos, sendo

---

<sup>34</sup> Ver: <https://www.revistalofficiel.com.br/pop-culture/por-onde-andam-as-supermodelos-dos-anos-90>. Acesso em: 24 maio 2021.

esta, então, uma característica para se tornar uma supermodelo: ter reconhecimento não apenas pelo trabalho, mas pelo próprio nome dentro da indústria da moda, deixando de ser apenas uma modelo anônima como qualquer outra e passando a ser reconhecida internacionalmente pelo seu nome, como se uma celebridade fosse.

Em uma matéria publicada no jornal “*Estadão*” no dia 25 de julho de 2014, cuja autoria é atribuída à Kathleen Horton, intitulada “*Como surgiu a ideia de supermodelo*”<sup>35</sup>, podemos ler o seguinte trecho:

Desde meados até o final da década de 80 a associação entre moda, glamour e mulheres ficou mais reforçada num ícone cultural distinto: a supermodelo. Embora modelos altamente profissionais, com estilos e personalidades reconhecíveis já existissem desde os anos 50 (a favorita de Christian Dior era chamada Lucky) e modelos celebridade desde os anos 60 (como Twiggy), a versão dos anos 80 superava suas predecessoras em estatura, sucesso e - mais importante - em ganhos. As supermodelos eram uma elite e um grupo exclusivo [...] Uma lista de características muito específicas garantia o biotipo das supermodelos originais. Em primeiro lugar, seus atributos físicos [...] todas tinham corpos magistrais. Fortes e esbeltos, oposto das magras e diminutivas, eles personificavam uma visão poderosa, intensa e até mítica da beleza feminina. Em segundo lugar, tanto em casa como nas passarelas ou nos editoriais, uma supermodelo era uma supermodelo simplesmente por causa do seu valor de mercado. Prova disso foi a brincadeira de Linda com o jornalista Jonathan Van Meter: “Não saímos da cama por menos de 10 mil dólares por dia”. Finalmente, as supermodelos de verdade conseguiam transcender o mundo da moda que as apoiava e passar para o mundo das celebridades, com tudo o que isso implica, incluindo encontros com estrelas de cinema, apresentação de programas de TV e alvo de revistas de fofocas (ESTADÃO, 2014, on-line).

Nessa matéria do *Estadão*, podemos observar séries de discursos que circunscrevem a figura da supermodelo como sendo distinta das demais modelos, sendo as primeiras “uma elite e um grupo exclusivo”, uma espécie de “ícone cultural distinto”, superior às demais. Embora outras modelos internacionalmente conhecidas sejam referenciadas nessa matéria, como Lucky e

---

<sup>35</sup> Ver: <https://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza,como-surgiu-a-ideia-da-supermodelo,1534056>. Acesso em: 24 maio 2021.

Twiggy, as supermodelos dos anos 80 e 90 superavam as anteriores “em estatura, sucesso e - mais importante - em ganhos”.

No caminho da construção discursiva de uma supermodelo, os enunciados presentes nessa matéria apontam para pretensas características que particularizariam as supermodelos no interior da indústria da moda e as situariam em posição superior às demais modelos, em termos de importância e *status*. A primeira característica seria, então, o corpo, pois todas as supermodelos teriam “corpos magistras”, sendo seus corpos “fortes e esbeltos, oposto das magras e diminutivas”, e que pareciam personificar “uma visão poderosa, intensa e até mítica da beleza feminina”.

A segunda característica para ser considerada uma supermodelo estaria relacionada ao seu valor dentro da indústria da moda, tendo em vista que “uma supermodelo era uma supermodelo simplesmente por causa do seu valor de mercado”. Logo, os enunciados presentes nessa matéria estabelecem a relação entre a posição de uma supermodelo e os seus ganhos dentro da indústria da moda, recuperando um enunciado que teria sido dito pela supermodelo Linda Evangelista em entrevista para Jonathan Von Meter: “*Não saímos da cama por menos de 10 mil dólares por dia*” e que foi reproduzido em muitos portais de notícias ao redor do mundo para ilustrar o valor de mercado de uma supermodelo, categoria à qual pertencia Evangelista.

Por último, uma outra característica presente na matéria que seria importante para atribuir o *status* de supermodelo a uma modelo da indústria da moda estaria relacionada à sua projeção midiática, isto é, à sua visibilidade para além das fronteiras da indústria da moda, uma vez que, como observamos na matéria, “as supermodelos de verdade conseguiam transcender o mundo da moda que as apoiava e passar para o mundo das celebridades, com tudo o que isso implica, incluindo encontros com estrelas de cinema, apresentação de programas de TV e alvo de revistas de fofoca” (ESTADÃO, 2014, on-line).

Logo, os sentidos costurados nessa matéria constroem determinadas características para uma supermodelo: uma dada

corporeidade (“forte e esbelta”, em oposição às “magras e diminutivas”, como se deusas olímpicas fossem), um valor de mercado expressivo (visto os altos valores que recebiam por seus trabalhos como modelos) e, além disso, o deslocamento desse sujeito da esfera da moda, onde eram modelos de fotografia e/ou passarela (na maioria das vezes, “anônimas”) para o mundo das celebridades, para os portais de notícias, tabloides, programas televisivos, etc. lugares que eram, comumente, associados ao mundo das celebridades e raramente ao universo das modelos.

No que diz respeito à noção de celebridade, importante se faz mencionar que ser uma celebridade “pressupõe destacar-se na multidão, ter um rosto reconhecível e ser reconhecido pelo nome”, conforme nos permite pensar Silva (2016, p. 92). Em suas pesquisas sobre a constituição do sujeito celebridade, Silva (2016, p. 93) aponta que, “até meados do século XX, celebridades eram pessoas que, por conta de condições específicas, habilidades excepcionais ou grandes realizações, tornavam-se objetos de celebração”. No viés desta discussão, o referido pesquisador disserta, com base em Rojek (2008), sobre aqueles que seriam os três tipos de sujeitos celebridades<sup>36</sup> (“celebridade conferida”, “celebridade adquirida” e “celebridade atribuída”):

O primeiro tipo está relacionado aos sujeitos que são considerados celebridades em função de uma certa linhagem atrelada a uma descendência biológica [...] O segundo tipo de celebridade circunscreve as celebridades notadamente reconhecidas devido a um talento, conquista, habilidade que as fizeram sair do anonimato. Cantores, atores, humoristas, apresentadores e esportistas compõem esse tipo. O terceiro tipo condensa as celebridades fabricadas pelo dispositivo midiático (SILVA, 2016, p. 93).

---

<sup>36</sup> De acordo com Silva (2016, p. 94), “é necessário pensar que os limites entre os componentes dessa tipologia são fluidos, de maneira que, por exemplo, uma celebridade conferida pode consubstanciar-se, num só tempo, numa celebridade adquirida ou atribuída”.

Partindo dessa noção de celebridade, poderíamos afirmar, então, que as supermodelos poderiam ser concebidas, ao mesmo tempo, celebridades “adquiridas” e “atribuídas”, uma vez que, além do talento que oportunizou saírem do anonimato, conquistaram notoriedade por meio da mídia, que contribuiu fortemente para a fabricação de suas personalidades como supermodelos.

Em artigo publicado em 2013 na versão espanhola da revista *Vogue*, intitulado “*Supermodelos*”<sup>37</sup>, encontramos a seguinte passagem, em tradução livre para a língua portuguesa:

Cindy, Elle, Linda, Naomi, Claudia, Christy ... Para ser uma supermodelo é fundamental que você seja reconhecido pelo seu primeiro nome. Supermodelos foram uma geração de modelos muito procuradas - com status de rock star - onipresentes durante os anos 1990. A indústria da moda as saudou como representantes de um estilo de vida luxuoso, bonito e saudável [...] A geração de tops nasceu no calor das campanhas e desfiles de grandes estilistas como Gianni Versace [...]. Elas monopolizaram capas e campanhas - não apenas na moda - e geraram uma rede de mídia extremamente lucrativa (VOGUE ESPÃNA, 2013, on-line).

Nesta matéria publicada na *Vogue* Espanã, observamos algumas regularidades discursivas em relação à construção das supermodelos dos anos 80 e 90 do século XX: primeiro, a projeção do primeiro nome como característica importante para ser considerada uma supermodelo; segundo, o *status* de “*rock star*”, isto é, o *status* de celebridade que as modelos passaram a ter com o passar dos tempos; e, por último, um “estilo de vida luxuoso, bonito e saudável”, de acordo com os padrões de beleza da indústria da moda vigentes à época, padrões aos quais as referidas modelos pareciam, perfeitamente, encarnar; daí a popularidade e a celebração de seus corpos em muitos lugares de produção discursiva, como nas capas de revistas de moda, por exemplo.

As supermodelos são consideradas, na referida matéria, como sendo sujeitos “onipresentes”, ou seja, estavam em todos lugares,

---

<sup>37</sup> Ver: <https://www.vogue.es/moda/modapedia/hitos/supermodelos/365>. Acesso em: 24 maio 2021.

dentro e fora da indústria da moda: nas passarelas dos mais renomados estilistas, nas capas das mais conceituadas revistas de moda, na produção cinematográfica de importantes nomes do cinema, nas fotografias de grandes fotógrafos de moda, na música de cantores famosos, nos programas televisivos, jornalísticos, entre outros, acabando por gerar “uma rede de mídia extremamente lucrativa”, “não apenas na moda”, sendo esta uma condição necessária para se falar de uma supermodelo - transitar entre o mundo da moda e o mundo das celebridades. Os sentidos que aparecem na matéria apontam para a ideia de que uma supermodelo não seria como as demais modelos, sobretudo, devido à visibilidade internacional que conquistaram a partir de seus trabalhos, e que garantiria a elas novas oportunidades dentro e fora da indústria da moda.

Os discursos presentes na matéria atribuem, ainda, o sucesso das supermodelos a outros acontecimentos históricos, como o “boom” de determinadas marcas de moda. Nesse sentido, os enunciados presentes na matéria apontam para a ideia de que “a geração de tops nasceu no calor das campanhas e desfiles de grandes estilistas como Gianni Versace”, estilista italiano para e com o qual trabalharam inúmeras supermodelos, como Naomi Campbell, Christy Turlington, Linda Evangelista, entre outras. Necessário se faz mencionar que muitas dessas modelos, além de trabalharem para diversos estilistas, construíram relações de amizade com nomes famosos da indústria da moda (um exemplo seria a amizade entre Naomi Campbell e Gianni Versace), estando presentes não somente nas passarelas de desfiles dos estilistas, mas em outras ocasiões, como festas de gala, jantares luxuosos em suas casas, entre outras, figurando ao lado de personalidades famosas que também eram noticiadas pela mídia internacional.

Mesmo que, durante um desfile, participassem dezenas de modelos, as supermodelos tinham lugar de destaque, pois seus nomes figuravam como celebridades, personalidades de grande fama e de fácil reconhecimento. Se antes os lugares de destaque na mídia eram reservados apenas para os nomes dos estilistas, com o

surgimento das supermodelos seus nomes também passaram a ser referenciados pela mídia internacional, o que é indicativo de que ocupavam posições de destaque em relação às demais modelos.

No sentido da análise da construção da noção de supermodelo, não podemos deixar de mencionar que os discursos mobilizados em torno da figura de uma supermodelo têm relação com outros acontecimentos históricos, não-discursivos, dos quais é exemplo o sucesso alcançado por marcas de moda e estilistas como Gianni Versace, que elegeu supermodelos como Campbell, Turlington e Evangelista para desfilarem suas criações, tendo seus nomes (e tudo aquilo que eles passaram a evocar) associados no interior da indústria da moda, constituindo, assim, uma relação que gerou (e ainda gera) alto valor de mercado. No mundo da moda, quando se pensa determinados estilistas, como Versace, por exemplo, logo vêm à mente nomes de modelos como Campbell, Turlington e Evangelista (e vice-versa), uma vez que trabalharam coletivamente durante muitos anos.

Em outra matéria intitulada *“The Original Supermodels Are Getting an Apple TV+ Series”*<sup>38</sup>, publicada na revista *“WMagazine”* em 10 de junho de 2020, escrita por Kyle Munzenrieder, é notícia sobre a produção da série *“The Supermodels”*, em tradução livre para a língua portuguesa:

Elas não saíam da cama por menos de US\$ 10.000 por dia [...]. Embora algumas modelos tenham passado para as sensações da cultura pop antes das *supers*, Campbell, Evangelista, Turlington e Crawford traçaram um novo modelo para a carreira de uma modelo [...] Porém, com a ajuda de especialistas do setor (Gianni Versace, o editor da Vogue italiana, Franca Sozzani, e o fotógrafo Steven Meisel, entre eles), essa equipe traçou uma carreira que incluiu o fechamento de desfiles, cobertura de revistas, aparição em anúncios de alta moda e corte de endosso em importantes promoções para todos os tipos de produtos. Sua fama também os levou a assentos de entrevistas em programas de entrevistas, papéis em filmes e, para melhor ou pior, aparições frequentes nas colunas de fofocas (WMAGAZINE, 2020, on-line).

---

<sup>38</sup>Ver: <https://www.wmagazine.com/story/supermodels-apple-tv-docuseries>. Acesso em: 24 maio 2021.

Nesta matéria da revista *WMagazine*, podemos observar, também, algumas regularidades discursivas que, por repetição, atuam no sentido da construção discursiva das supermodelos, especialmente, do grupo formado por Naomi Campbell, Linda Evangelista, Christy Turlington e Cindy Crawford. No início da matéria, é dito que as supermodelos “não saíam da cama por menos de US\$ 10.000 por dia”, enunciado que, como já destacamos anteriormente, dialoga com a memória discursiva dos enunciados produzidos no interior da indústria da moda, especialmente, com o enunciado que teria sido proferido por Linda Evangelista em uma de suas entrevistas. O agenciamento deste enunciado na referida matéria reproduz a noção de que uma supermodelo seria um sujeito extremamente lucrativo, supervalorizado dentro da indústria da moda, diferente das demais modelos.

Sobre este aspecto, Gregolin (2003a, p. 96) nos diz que a “[...] mídia, ao mesmo tempo em que trabalha discursivamente para produzir o acontecimento, lhe dá visibilidade, espetacularidade”. A expressiva quantidade de matérias jornalísticas sobre as supermodelos em circulação no tempo presente aponta para a noção de que suas personalidades foram produzidas por meio dos discursos midiáticos, que garantiram para esses sujeitos visibilidade e espetacularidade internacional.

Além disso, os enunciados presentes nessa matéria particularizam os anos 80 e 90 como sendo o período em que a moda teria conquistado “fama incomparável”, afirmando, inclusive, que “embora algumas modelos tenham passado para as sensações da cultura pop antes das *supers*, Campbell, Evangelista, Turlington e Crawford traçaram um novo modelo para a carreira de uma modelo”, enfatizando o *status* alcançado pelas referidas supermodelos como sendo o momento da configuração de uma nova categoria para modelos, patamar alcançado por elas nos anos 80 e 90 do século XX.

Ainda nesta matéria, outra regularidade discursiva no que diz respeito à configuração da noção de supermodelo seria o fato de que elas transcenderam os limites da indústria da moda, tornando-

se celebridades, estando presentes em muitos outros lugares, como nos “assentos de entrevistas em programas de entrevistas, papéis em filmes e, para melhor ou pior, aparições frequentes nas colunas de fofocas”, estando ao lado de outras personalidades internacionalmente conhecidas, ocupando lugares muito próximos de cantores, atores, cineastas, entre outros sujeitos famosos. Interessante pensarmos, também, que lugar onde esses discursos circulam, isto é, os lugares onde aparecem e passam a figurar como “celebridades”, são constitutivos da força que eles têm no imaginário social<sup>39</sup>.

Nesse sentido, os saberes produzidos sobre as supermodelos geralmente são engendrados pela mídia especializada em moda e, após isso, são reproduzidos em outros veículos de comunicação, como programas televisivos, jornais, blogs, redes sociais, entre outros. Logo, ao construírem discursivamente as supermodelos, os enunciados proferidos por profissionais da indústria da moda legitimam a posição ocupada pelas supermodelos e os sentidos que as particularizariam dentro da indústria da moda, isto é, os sentidos que formariam um grupo distinto das demais modelos, situado em um plano de importância superior às demais, cujas subjetividades transitariam entre o mundo das “*top-models*” e o universo das celebridades<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Sobre este aspecto, Foucault nos diz que “quando alguém, um locutor de rádio ou televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora” (FOUCAULT, 2010a, p. 233).

<sup>40</sup> Sobre este aspecto, de acordo com Gabler (1999, p. 15), o status de celebridade pode ser atribuído a diversos sujeitos, como “gurus de dietas milagrosas, estilistas e as suas chamadas *tops models*, a advogados, políticos, cabeleireiros, intelectuais, empresários, jornalistas, criminosos – qualquer um que calhe de ser captado, ainda que efemeramente, pelos radares da mídia tradicional e que, por isso, sobressaia da massa anônima”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Paul Veyne (2011, p. 49), “como não podemos pensar qualquer coisa em qualquer momento, pensamos apenas nas fronteiras do discurso do momento [...] sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos as paredes”. O referido historiador nos diz, ainda, que “os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram” (VEYNE, 2011, p. 50-51).

Como discutimos ao longo deste artigo, pensar o presente, quem somos nós hoje, quais os saberes e os mecanismos de poder que nos constroem enquanto sujeitos são questões que dialogam com os estudos foucaultianos. As contribuições de Michel Foucault sobre as noções de discurso, saber e poder, entre muitas outras, são importantes sempre que buscamos realizar um diagnóstico do presente, isto é, uma análise de como nos constituímos pelos discursos, como os saberes emergem, como os enunciados e os sentidos estão relacionados à história, entre outras questões.

No que diz respeito à noção de supermodelo, termo que designa um grupo específico de modelos no interior da indústria da moda, observamos que os sentidos que são construídos em torno dessa subjetividade caracterizam as supermodelos como sujeitos distintas das demais, uma vez que elas conquistaram grande sucesso dentro e fora do mundo da moda, com salários milionários e *status* semelhante a outros tipos de celebridades, como estilistas, cantores, apresentadores de programas televisivos, atores, entre outros.

As matérias analisadas nesse artigo apontam para a ideia de que uma supermodelo seria distinta das demais por todas as características anteriormente mencionadas (corpo esbelto, alto valor de mercado, *status* de celebridade etc.), e constroem um grupo específico para modelos como Naomi Campbell, Christy Turlington, Linda Evangelista, Cindy Crawford, Claudia Schiffer etc. como sendo exemplos de supermodelos de sucesso dos anos 80 e 90 do século XX.

Como sabemos, a figura da modelo feminina que desfila coleções de vestuário de costureiros e estilistas famosos existe há bastante tempo. Entretanto, a categoria de supermodelo é uma construção discursiva recente, que remonta aos anos 80 e 90 do século XX, e que foi possível graças a séries de acontecimentos discursivos (como a expressiva produção discursiva em torno de seus nomes) e, também não-discursivos (como o desenvolvimento e expansão da indústria da moda), que teriam possibilitado a associação entre modelos comuns à grandes nomes dessa indústria, como Versace, Chanel, Gaultier, entre outros, e que teria sido condição necessária ao acontecimento discursivo das supermodelos nos anos 80 e 90 do século passado.

No sentido da construção da ideia de supermodelo, discursos produzidos no interior do dispositivo da moda e no viés da mídia participam da produção desses sujeitos, a partir da mobilização de saberes que construíram as supermodelos como sendo modelos singulares, supervalorizadas, internacionalmente conhecidas e aclamadas por seus trabalhos, transformando modelos antes anônimas ou pouco conhecidas em espécies de celebridades multimilionárias do mundo da moda, “deusas olímpicas” a serem celebradas; e que romperam, inclusive, as próprias fronteiras da moda, tamanho o sucesso que conquistaram.

Diante das reflexões empreendidas neste artigo, concluímos que os saberes transformam os seres humanos em sujeitos, e que não podemos falar de determinados sujeitos em todas as épocas, pois, como sabemos, o surgimento e o desaparecimento de dados enunciados, discursos e sentidos dependem das condições históricas de produção de saberes sobre objetos e sujeitos, em constante transformação, considerando a dispersão do tempo e dos enunciados. Logo, os estudos discursivos apresentam-se como possibilidade de realizarmos uma leitura analítica dos discursos em funcionamento no tempo presente, desnaturalizando determinadas noções e problematizando a costura de dadas ideias no interior da indústria da moda, que nos permitem reflexões plurais em diversas vertentes.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BALDINI, Massimo. **A invenção da moda:** as teorias, os estilistas, a história. Tradução de Sandra Escobar. Lisboa: Edições 70: 2006.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault.** Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos - LEDIF. Disponível em: <http://www.foucault.ileel.ufu.br/ledif/publicacoes/discurso-e-producao-de-subjetividade-em-michel-foucault> Acesso em: 20 ago. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV:** estratégia, poder-saber. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V:** ética, sexualidade, política. Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU, 2011.
- GABLER, Neal. **Vida, o filme.** Trad. Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GREGOLIN. **Linguagem e História:** relações entre a Lingüística e a Análise do Discurso. 2003a. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/proling/pdf/minicurso/texto3\\_rosario\\_gregolin.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/proling/pdf/minicurso/texto3_rosario_gregolin.pdf). Acesso em: 13 jul. 2012.
- GREGOLIN. No diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **O discurso:** nos domínios da linguagem e da história. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 23-36.
- GREGOLIN. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice et al.

- (Orgs.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 83-106.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-187.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Tradução Armando Brio Ara. Barueri: Manole, 2005.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ROJEK, Chris. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- SILVA, Francisco Vieira da. **A constituição do sujeito celebridade no site ego: (re)configurações da intimidade em tempos de hiperexposição midiática**. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução Marcelo J. de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

## CARTOGRAFIAS DE UM CORPO LIVRE: ATIVISMO DE MULHERES GORDAS NO *INSTAGRAM*

Thayonara Izabel Gomes Filgueira

### INTRODUÇÃO

O controle dos corpos pode ser percebido nas relações sociais do indivíduo com seu meio. A mulher está sempre sendo incentivada a cumprir padrões específicos de comportamento. Seja adequar-se aos critérios de beleza, que variam de acordo com a época, cultura e lugar, ou assumir papéis de submissão ao sujeito do sexo oposto. Quando o corpo não obedece ao que impõe as relações de poder, este pode ser severamente punido. A mulher que foge à magreza e brancura, duas normas de beleza impostas pela sociedade contemporânea, pode ser penalizada com a solidão, tornando-se um corpo abjeto, indigno de receber afeto.

Apesar dos muitos estudos sobre corporeidade e gênero terem sido desenvolvidos no último século, os corpos continuam passando pela regulação de gênero de acordo com seus sexos biológicos. Os sujeitos sociais tendem a ser divididos entre masculinos e femininos, homens e mulheres, e a estes e estas são designadas performances, ou seja, padrões universais de comportamento. O exercício do embelezamento é uma prática antiga e comum posta às mulheres, por exemplo. Manter o corpo magro, passar maquiagem para camuflar manchas e texturas da pele e realizar procedimentos estéticos são técnicas para a produção sexuada de gênero.

Desobedecer às normas, romper com o padrão hegemônico, pode ser uma atitude perigosa. Além da exclusão que penaliza os corpos indisciplinados, outros tipos de violências são aplicados sobre estes. Estigmas, discriminação, vigilância do peso e até violências verbais são práticas punitivistas utilizadas contra mulheres que se distanciam do ideal universal de beleza. Contudo,

o preconceito contra o corpo gordo e a opressão estética fez surgir movimentações políticas reivindicatórias.

As emoções geradas a partir da naturalização da gordofobia marca a existência cotidiana de uma minoria. A necessidade de uma melhor qualidade de vida e o desejo de resignificação da própria identidade influencia a emergência de ações subversivas de sujeitos oprimidos e fortalece movimentos sociais. A militância gorda vem ocupando não somente espaços físicos, mas, principalmente digitais, para reivindicar direitos, dar visibilidade às suas demandas e criar significações alternativas e positivas para a identidade das pessoas gordas. O ativismo gordo, influenciado por teorias feministas e pós-modernistas, como afirma Rangel (2018), adequa-se às características do ativismo contemporâneo e se expande na internet. “É possível encontrar por meio de blogs, grupo de Facebook, Youtube e instagram” (RANGEL, 2018. p. 54). A tecnologia da informação facilita a criação de espaços alternativos.

O *Instagram* é uma rede social de internet criada para o compartilhamento de imagens com legendas curtas. A rede, que também tem o imediatismo como característica, tornou-se um veículo de muita relevância para a disseminação do ativismo gordo. Por meio do *Instagram*, personalidades e grupos da militância gorda aplicam suas estratégias para dar notoriedade às suas pautas. No *Youtube*, plataforma voltada para o compartilhamento de vídeos, conteúdos sobre esse tipo de militância também se fazem presentes.

As ciberativistas gordas, reunidas em torno de agendas antigordofóbicas, através do uso das redes sociais, utilizam do espaço alternativo de visibilidade proporcionado pela internet e pela nova configuração do ativismo contemporâneo para reivindicar direitos para o seu grupo e criar estratégias de significação ou resignificação social.

O desejo de entender as significações políticas do corpo gordo, principalmente, a necessidade de resignificação, é o que move este artigo. Por ser oriunda da intersecção do negro, indígena, do feminino e do gordo, quase sempre experimentei ser vista pelo

olhar social marginalizador. O reflexo desse olhar me provocou a negação de tudo que a mim fosse semelhante.

Para isso, a estratégia de análise utilizada é a cartográfica. A cartografia, desenvolvida por Deleuze a partir de escritos deixados por Foucault, em diálogo com Félix Guattari, trata de movimentos, relações de poder, jogos, entre força, e possibilita estudar objetos de caráter mais subjetivos (PRADO FILHO, TETI, 2014). Assim, por meio da cartografia, traço um panorama de vivências pessoais, enquanto mulher gorda, cruzadas com as práticas militantes de três ativistas gordas que utilizam da rede social *Instagram* e do *Youtube* como veículos de conteúdos reivindicatórios.

## AFETOS QUE PEDEM PASSAGEM

A falta de representatividade para crianças negras e gordas foi um triste fato na década de 90. No auge dos programas infantis apresentados por mulheres loiras e magras, eu e minhas amigas simulávamos os programas dentro das nossas casas ou calçadas e era sempre uma disputa para saber quem de nós assumiria o papel da apresentadora. Um dos critérios de escolha era a semelhança física com as protagonistas dos programas infantis de auditórios; como não tinha semelhança alguma com a maioria das artistas da época, dificilmente protagonizei brincadeiras desse tipo. Ao contrário disso, fui apelidada de Chico César, um cantor brasileiro, negro, gordo e com cabelo crespo, parecido com o meu. Então, lidar desde cedo com uma mídia hegemônica, com a falta de representatividade, com a desvalorização da minha raça e com a ridicularização da minha identidade, me fez entender o que significava habitar num corpo marginal e aceitar que existiam espaços que eu não poderia ocupar.

Na obra *Vigiar e Punir*, a história do nascimento da prisão é refletida para pensar como as técnicas de poder se constroem, se disseminam e se estabelecem nas relações sociais. A estrutura prisional panóptica arquitetada por Jeremy Bentham é utilizada

por Foucault (1997) para ilustrar como os corpos são submetidos à vigilância intensiva. Na descrição de Foucault, o sistema panóptico:

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões (1987, p. 229).

Esse sistema aplicado em uma sociedade disciplinar, facilita a distribuição de poderes e saberes. “Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído, é constituir um mecanismo de efeitos em cadeia” (FOUCAULT, 1987, p. 229). Assim o panoptismo se instaura em hospitais, quartéis, escolas e outras instituições nas quais o poder hierárquico se estabelece de maneira mais nítida, eficaz e orgânica.

Os corpos submetidos a tais técnicas de vigilância têm todas as suas relações invadidas pelos mecanismos de poder. Processos de controle objetivam treinar, corrigir e aperfeiçoar os corpos de forma a interferir nos seus menores movimentos. Ou seja, a vigilância panóptica incorporada pelo sistema social moderno pode ser interpretada como um maquinário que age sobre os indivíduos, criando efeitos hegemônicos de poder, tornando-os dóceis.

A prática de controle social, comumente, se faz pelo uso da violência. Não só a violência física, mas a violência moral, emocional, psicológica. Bell Hooks (2019) aborda questões de violências contra crianças negras praticadas por suas próprias mães como padrão de educação, disciplinarização. A partir disso, a autora sugere que muitas mulheres negras cresceram com a ideia de que essa conduta normatizadora é uma forma apropriada de lidar com crises. Hooks (2019) afirma que relações agressivas entre mulheres negras são comuns.

Na construção de seu pensamento, ela visita obras tais como as de Audre Lorde e Nikki Giovanni para falar da raiva e da hostilidade que pessoas oprimidas direcionam contra seu próprio grupo, identidade, comunidades. “Entre as mulheres negras, essa dor internalizada tão profunda e a autorrejeição estimulam agressividade direcionada à imagem no espelho - outra mulher negra” (HOOKS, 2019, p. 99).

É de fácil percepção que a violência como método de disciplinarização dos corpos é geradora de auto ódio e da hostilidade aos que se assemelham às características marginalizadas dos odiadores e odiados. Por exemplo, quando uma pessoa gorda rejeita seu corpo, rejeita também a estética daqueles que a ela se assemelham. Em minhas experiências enquanto criança e adulta gorda, pude vivenciar a rejeição que é banal aos corpos marginalizados.

Sendo a sexta filha de um pai negro e uma mãe com características indígenas, logo fui identificada como negra. Além da raça, uma outra característica marcou minha identidade, sou gorda desde que nasci. Entre meus pais e meus muitos irmãos, durante muito tempo, fui a única pessoa gorda da família. Em meio à falta de identificação, incentivo a dietas e comentários negativos sobre meu físico, hoje, carrego sequelas de ter sempre sido apresentada como um corpo inadequado.

Com o objetivo de canalizar os afetos que produzem minha subjetividade para um campo de sentido que possa gerar significações e ressignificações sociais, me coloco como cartógrafa do cruzamento dos meus sentimentos com questões sociais que me atingem enquanto mulher gorda. Considerando o manual de cartografia descrito por Rolnik (2016), dou linguagem para afetos que pedem passagem.

## **CARTOGRAFIA**

A cartografia é algo que o filósofo Gilles Deleuze desenvolveu a partir de algumas indicações deixadas pelos escritos da obra do

filósofo francês Michel Foucault, em diálogo com seu contemporâneo e também filósofo, Félix Guattari. A cartografia tradicional refere-se ao campo do conhecimento da geografia. Esta, fundada em bases matemáticas e estatísticas, contando com técnicas e instrumentos sofisticados, busca ser um conhecimento preciso, mas a cartografia social está ligada aos campos de conhecimento das Ciências Sociais e humanas (PRADO FILHO, TETI, 2014).

De acordo com Prado Filho e Teti (2014), a cartografia trata de movimentos, relações, jogos, entre forças, lutas, enunciações, modo de objetivação e subjetivação, modos de utilização desse mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Assim, mais que mapeamentos físicos, aponta “um diagrama que possibilita visualizar uma cartografia dos agenciamentos” (PRADO FILHO, TETI, 2014, p. 148).

Os autores descrevem o processo do diagrama, com base em Deleuze, como máquinas concretas, as quais possuem articulações e que se mobilizam formando teias. De acordo com os autores, a cartografia seria o método para desemaranhar as linhas de um dispositivo. Inspirados pela obra de Foucault, os autores utilizam do termo “dispositivo” para se referir aos mecanismos institucionais, físicos, econômicos e outras estruturas de manutenção de poder.

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar. Se há muitas funções e mesmo matérias diagramáticas, é porque todo diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal. Mas, também, porque há tantos diagramas quanto campos sociais na História (DELEUZE, 1988, p. 44 apud PRADO FILHO, TETI, 2014, p. 148).

A cartografia conecta-se à ordem do rizoma que, de acordo com os autores, pode ser considerada como um antídoto para a

ação dos dispositivos. Prado Filho e Teti (2018) descrevem o rizoma como uma metáfora botânica, pois ele se estende e se desdobra em um plano horizontal e não hierarquizado.

A conexão e heterogeneidade são próprias ao rizoma, que pode estar conectado a qualquer outro ponto, formando uma rede heterogênea a partir de seu modo de funcionamento. O princípio do rizoma é o de multiplicidade, recusando o enunciado e pensamento centrado na unidade. Nesse sentido, o papel do cartógrafo é fundamental para desvendar e estabelecer as conexões que ali existem.

De acordo com Rolnik (2016), para o cartógrafo a linguagem não é um veículo de mensagem-e-salvação, mas que promove a transição para novas formas de histórias e novos mundos. Ao fugir da busca pelo verdadeiro ou falso, teórico-empírico, vitalizante ou destrutivo, ativo ou reativo, o cartógrafo quer embarcar na constituição de territórios existenciais e entender a constituição da realidade, ressalta a autora.

Ao descrever o manual do cartógrafo, Rolnik (2016) revela que o que este carrega no bolso é um critério, uma regra, princípio e um breve roteiro de preocupações. Para a autora, o critério é o grau de abertura para a vida que cada um se permite a cada momento; o princípio é um anti princípio, é compromisso de estar sempre mudando; a regra dá elasticidade ao critério e ao princípio, possibilitando ao cartógrafo fazer escolhas que se adequem às necessidades da pesquisa.

Visitando e revisitando campos sensíveis gerados a partir da vivência da relação do meu corpo com o social, relaciono subjetividades com as novas formas de ativismo contemporâneo. Ao ser percebida como uma mulher gorda em um espaço em que o culto à magreza é uma espécie de norma, tive o desejo de entender o que me provocava determinadas sensações, assim como o que produziu em mim uma força resistente. Traçando um panorama de afetos, proponho identificar de que maneira o ativismo gordo se organiza no ciberespaço.

Para isso, relaciono a produção de conteúdo para a internet de três mulheres gordas ativistas com agenciamento de pautas antigordofóbicas e a estrutura do ativismo gordo. São elas: Alexandra Gurgel<sup>41</sup>, Thaís Carla<sup>42</sup> e Dandara Pagu<sup>43</sup>, ativistas sociais que têm como principal veículo de seus conteúdos as redes sociais. Para as análises, tomo como base a compreensão de ativismo digital proposta por Castells (2013), a qual afirma que toda mudança social e política envolve impulsos emocionais.

A escolha das três ativistas, além de ser relacionada ao tema central da pesquisa, tem base nas especificidades do segmento de cada e em minha relação pessoal com o conteúdo de cada produtora. Através dos vídeos no *YouTube* de Alexandra Gurgel tive meu primeiro contato com o ativismo gordo. Thaís Carla, por ser uma gorda maior, levanta pautas diferentes e ainda mais sérias para o movimento social. E Dandara, em seu discurso, cruza questões corporais, de raça e gênero.

## A SOLIDÃO DA MULHER GORDA

Ainda que habitando um mundo repleto de imagens problemáticas e contraditórias, a imagem segue um elemento norteador de identificação e agendas políticas. Vejo a representação como um fator de grande potência na formação do indivíduo. Enxergar os reflexos físicos, culturais, biológicos, de personalidade, sexualidade ou qualquer característica no outro ou em um grupo é, de alguma forma, nascer enquanto sujeito social. Já o contrário, a falta de identificação social traz o sentimento de invisibilidade. O sentimento de sentir-se um “fantasma”, sem corpo, sem voz e sem força, aproxima-se do pesadelo comum que é gritar no tom mais alto e não ser ouvida.

---

<sup>41</sup> @alexandrismos

<sup>42</sup> @thaisacarla

<sup>43</sup> @dandarapagu

Tendo convivido com muitos marcadores sociais desde que nasci, sei bem o que é viver sem representação, sem identificação e sem voz. Por ser fruto de uma mistura genética não branca, assim como meus irmãos, logo fui identificada como negra de pele clara. Na questão racial, apesar de culturalmente não me ver representada, pude contar com a identificação do meu grupo familiar, algo que não aconteceu com relação ao meu tipo físico.

Entre minhas melhores amigas de infância também não havia identificação. Durante minha vida escolar, as meninas mais próximas a mim faziam parte de uma agência de modelos, ou seja, cumpriam a maioria dos padrões de beleza sugeridos pela sociedade.

Sempre desviante da norma estética de magreza, tive minha subjetividade marcada por essa questão. Como sujeito indisciplinado, fui e sou penalizada por descumprir normas. Quando criança, fui vítima das tão comuns piadas gordofóbicas. Meu nome compôs a lista de meninas mais feias do bairro e convivi com a falta de referência estética na mídia.

Adulta, convivo com as sequelas da exclusão social por diversos grupos. Com isso, desenvolvi mecanismos para sobreviver aos medos, ansiedade, baixa autoestima e outros fatores negativos que cresceram junto comigo. O desejo de compreender as sensações causadas pelas consequências geradas pelos desvios e a necessidade de identificação agenciou minha relação com o ativismo de aceitação corporal, o qual conquistou o território no espaço virtual. A desaprovação social aos corpos gordos e a escassez de acolhimento, afeto e amor aplicado como penitência aos corpos desviantes, me levou à uma identificação imediata com “A Solidão da Mulher Gorda é Real”, vídeo publicado por Alexandra Gurgel na plataforma de vídeo *YouTube*.

No vídeo publicado em novembro de 2016, Alexandra inicia falando da insatisfação e da vergonha que mulheres gordas sentem dos seus corpos e questiona o motivo de existir tanta resistência dessas mulheres em ocupar lugares como praia e piscina, onde a exposição do corpo é comum. Ao tratar do tema da abjeção aos corpos gordos, a ativista relata o desprezo social existente nas

relações sexuais e afetivas. Alexandra conclui que as várias violências simbólicas contra mulheres gordas afetam estas em todas as suas relações sociais.

**Figura 1** – A Solidão da Mulher Gorda.



**Fonte:** a autora, captura de tela. Disponível em: <https://youtu.be/rC01h9GHGLI>  
Acesso em: 07 nov. 2021.

Alexandra Gurgel é jornalista e produz conteúdos sobre preconceito contra corpos gordos para a internet. Com centenas de milhares de inscritos em seu canal do *YouTube* e de seguidores em seu perfil do *Instagram*, Alexandra, que se afirma ativista feminista e *Body Positive*, pode ser considerada uma personalidade muito relevante dentro do movimento social antigordofóbico.

Em seu perfil do *Instagram*, conecta-se com seu público compartilhando suas vivências enquanto mulher gorda e lésbica. Desafiando as complexidades simbólicas atribuídas ao corpo gordo, a jornalista gera a identificação imediata com corpos, que assim como o meu, foram marcados pela consequência do desvio. Mas também pela força do desejo de resignificação. Usufruindo das oportunidades do ativismo contemporâneo, encara o exercício ativista como profissão e tenta ocupar espaços que na mídia tradicional comumente são reservados às mulheres magras.

Jornalista e ativista gorda, Alexandra tem em seu perfil do *Instagram* (@alexandrimos) 1 milhão de seguidores. Na página,

além das imagens e vídeos, são compartilhadas nas legendas e *hashtags* palavras de ordem relacionadas ao *body positive*, segmento do ativismo gordo digital defendido por Alexandra. O perfil, que já conquistou certa notoriedade, usa da velocidade da rede e também do seu potencial interativo para alcançar um maior número de pessoas, chegando a contar com mais de 4 mil comentários em algumas postagens.

Figura 2 – Alexandra Gurgel.



Fonte: @alexandrismos no *Instagram*, 2021. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CMgFG9Vr8ZU/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CMgFG9Vr8ZU/?utm_medium=copy_link) Acesso em: 04 nov. 2021.

A figura 2 mostra uma foto do perfil da rede social *Instagram* de Alexandra, e, ao lado, alguns comentários. No texto que legenda a imagem, ela afirma que em seu corpo sempre existiu beleza, mas que nem sempre ela conseguiu enxergar. Ao atribuir significações positivas ao seu corpo considerado por outros como “despadronizado”, a ativista enfrenta a prática regulatória da beleza. Usando o espaço interativo que as redes sociais da internet possibilitam, Alexandra estabelece uma relação de contrapoder.

Um dos comentários na imagem de Alexandra feito por um perfil seguidor, indica o quanto a ação afirmativa de Alexandra tem potencial para estimular o processo de ressignificação de outras pessoas. No comentário, uma seguidora agradece a existência

política de Alexandra nas redes sociais e ressalta a importância de suas postagens. Assim, se identifica a importância da subversão em desafiar as relações de poder, no sentido de mostrar para corpos marginalizados que existe uma forma de sobreviver pela resistência.

A imagem da mulher gorda que ressignifica sua identidade cumpre a ação de amar o próprio corpo como resistência. Hooks (2019) fala dessa prática ao postular o amor à negritude como resistência política, que transforma os horários sociais e condições contra forças dominantes. O corpo gordo e feminino que até pouco tempo encontrava ínfima ou nenhuma brecha para afirmar a própria identidade, encontra nas novas formas de ativismo contemporâneo visibilidade e uma agenda que transforma sua indignação em reivindicações e ressignificações. Enquanto corpo desviante, que encontrou no outro seu reflexo, posso afirmar o que disse Lispector (2018, p. 117): “pertencer é viver”.

O desenvolvimento do ativismo passa constantemente por processos que envolvem ações individuais e coletivas motivadas por impulsos emocionais, como, por exemplo, os que passei e os que são vistos nos casos aqui apresentados. De acordo com Castells (2013), a raiva pode ser um gatilho para ações subversivas. Mas, outros fatores subjetivos podem ser geradores das mesmas ações. O amor próprio e o sentimento de pertencimento também produzem força útil para o fortalecimento do ativismo.

Ao passar por todo um processo social que envolve o contato com normas hegemônicas sociais, o olhar social regulador, a exclusão e o ódio, ter o primeiro contato com o ativismo gordo através de Alexandra foi como acordar do pesadelo da invisibilidade e poder ouvir minha voz ecoar, não só em uma personagem ativista, mas em todo o movimento.

## **RESISTIR**

Foi entre 2017 e 2018 que tive o meu primeiro encontro com o ativismo gordo. Foi nesse período também que vi as pautas antigordofóbicas emergirem no Brasil. Depois de contato com

Alexandra Gurgel, tive interesse pelo movimento, entrei em grupos, conheci outros personagens de influência e pude perceber um pouco da estrutura e das dificuldades do ativismo gordo.

De acordo com Rangel (2018), a movimentação de pessoas gordas em torno de uma pauta ainda é recente no país e possui uma ligação forte com o conceito de gordofobia. As normas socioculturais que estigmatizam o corpo gordo, principalmente o feminino, por meio de opressão estética, deram origem ao movimento de resistência. Contudo, é importante ressaltar que aderir não torna o desviante menos oprimido.

A força reguladora é utilizada na internet de diversas maneiras, das mais sutis às mais violentas. A insegurança de me expor de corpo inteiro nas redes sociais pode exemplificar uma maneira sutil de limitar o corpo gordo de atividades simples. A tecnologia da comunicação a favor da manutenção das relações de poder, de valores hegemônicos são muito velozes e possuem muita eficácia.

Sempre que me deparo com a imagem de “antes e depois” de alguém que perdeu peso, percebo o quanto é atribuída à mudança o valor de superação e, conseqüentemente, ao corpo que não emagreceu ou engordou, é atribuída a derrota. Além de estarem sempre desaprovando o corpo gordo, as formas de punição podem ser ainda mais violentas.

Thais Carla, bailarina e ativista gorda é constantemente agredida. Em entrevista concedida ao portal UOL, Thais relata uma série de violências: “Sempre fui muito atacada na internet. As pessoas falam que eu “vou morrer”, 'quem sou eu pra dar exemplo pra minha filha', que meu marido está comigo por pena, que minha saúde está uma porcaria. As pessoas avaliam as outras pelo tamanho” (CARLA, 2021).

Ao mesmo tempo em que se afirma enquanto mulher gorda e bela e incentiva o ato revolucionário de aceitar o próprio corpo, o ódio ao corpo, expresso na sociedade de múltiplas formas, é aplicado como uma espécie de disciplinarização. Assistir à crítica negativa que se faz às ativistas gordas me faz temer ser agredida da mesma forma.

**Figura 3** – Thais Carla.



**Fonte:** @thaiscarla no *Instagram*, 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CCPIVNfH0nl/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CCPIVNfH0nl/?utm_medium=copy_link) Acesso em: 04 nov. 2021.

Thais Carla é uma gorda maior, termo incorporado pelo movimento para classificar os corpos maiores que sofrem com a perda de direitos básicos como assento e passagem do seu tamanho. Por se distanciar ainda mais do padrão, a bailarina, que desafiou o modelo físico da magreza sugerido pelo campo da dança clássica, conseguiu notoriedade por ocupar um espaço constantemente negado às pessoas com essa estrutura física. Para mim, que vi a Thais pela primeira vez em um show de talentos desses que são exibidos na TV, ver uma mulher gorda se expressar pela arte da dança com tanta leveza e excelência, foi no mínimo estimulante e desafiador.

Judith Butler, filósofa contemporânea pós-estruturalista, compreende que as teorias de gênero binaristas, que subjetiva e distingue os corpos entre homens e mulheres, inspiradas em Beauvoir, deslocam a questão da inferioridade feminina para o campo cultural em vez de romper com o naturalismo biológico que reduz o corpo feminino e agrega valores aos debates dicotômicos que colocam a mulher em posição de inferioridade e maior vulnerabilidade (BUTLER apud BROSIN, TOKARSKI, p. 99). Para Butler, portanto, não basta apenas questionar o gênero enquanto construção social, já

que este não quebra com a ideia essencialista que define a diferença entre corpos do sexo feminino e do sexo masculino.

Segundo Butler (2003), é possível verificar que as expressões de gênero são direcionadas a partir de um determinismo cultural, que tem por fundamento um determinismo natural, pois o sexo precede o gênero. Ou seja, expressões de gênero têm seus conceitos enraizados na determinação cultural dos conceitos feminino e masculino (BROSIN, TOKARSKI, 2017, p. 102).

É difícil perceber o quanto o corpo gordo feminino está submerso à vigilância estética em todas as suas relações mediadas por esse mecanismo de poder. Considerando o que afirma Butler (apud BROSIN, TOKARSKI, 2017) sobre a performance de gênero, podemos entender como o poder é produtor de fenômenos reguladores e constrangedores, interferindo na construção da subjetividade da mulher gorda. Mulheres como eu, Alexandra e Thaís, são tomadas como corpos abjetos por não nos adequarmos ao “belo feminino”.

Acompanhada por 2,5 milhões de seguidores na rede social *Instagram*, Thais Carla desafia os riscos inerentes às suas ações de resistência no ciberespaço. Debatendo temas da causa social a qual pertence, exibe seu corpo livremente em fotos e vídeos, manifestando sua militância conforme as novas estruturas do ativismo contemporâneo e as especificidades do seu movimento social.

## **APENAS UM CORPO E UMA IDENTIDADE**

A resistência nunca foi uma opção, mas uma necessidade. Tendo um corpo atravessado por um olhar social disciplinador, sempre tive de buscar estratégias instintivas de sobrevivência. O cruzamento do meu peso com minhas formas, meu cabelo, minha classe, minha cor, nunca me permitiu viver de outra forma.

Ainda que tendo reconhecido minha identidade racial no núcleo familiar, não deixei de ser afetada por uma estrutura racista. Na passagem da infância para adolescência, tive meu cabelo

cacheado quimicamente alisado. Assim como minhas irmãs mais velhas, tive de me aproximar do padrão estético dominante.

Apesar da busca pela aprovação, o desejo de afirmação sempre foi muito forte. Ao mesmo tempo que me submetia aos processos de alisamento, imaginava como seria se meu cabelo fosse natural. Esse paradoxo me acompanhou por muito tempo.

A intersecção de duas categorias estéticas marginalizadas foi motivo de muito sofrimento. Lembro que quando pensava em assumir meu cabelo afro, acreditava que não seria viável antes de emagrecer. Se já era difícil sobreviver à opressão por ser gorda, acrescentar mais um traço negroide poderia ser insuportável para uma adolescente insegura como eu era.

Mesmo depois da identificação com o ativismo gordo, o ativismo negro e o ativismo feminista, alguns conflitos permanecem. Os principais marcadores sociais que me atravessam, debatidos separadamente, não contemplam as complexidades das relações sociais de identidades como a minha. Entendo a importância da especificidade de cada debate, mas tenho apenas um corpo, uma alma e uma só identidade.

É difícil encontrar teorias que interliguem os ativismos negro, gordo e feminista. Também não é comum encontrar personagens na militância que reúnam as três pautas. Os espaços que viabilizam essa intersecção são poucos. Então, quando uma mulher negra e gorda afronta três estruturas opressivas, o potencial político desse corpo é imenso. Ao conhecer o trabalho da Dandara Pagu, pude reconhecer um conteúdo que se aproxima de minha idade, sensação que poucas vezes tive. Uma mulher de pele retinta discutindo raça, gênero e corporeidade com uma linguagem popular em seu perfil do *Instagram* pode ser considerada uma força contra-hegemônica.

Figura 4 - Dandara Pagu.



Fonte: @dandarapagu no *Instagram*, 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CFandhVnWel/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CFandhVnWel/?utm_medium=copy_link) Acesso em: 04 nov. 2021.

Na legenda desta imagem, Dandara revela seu nome de batismo, Robeane Silva Rodrigues, e o motivo que a fez usar o nome social pelo qual seu público a conhece. “Dandara Pagu” passou a ser adotado como seu nome social após ela conseguir superar uma relação de abuso sexual da qual foi vítima durante quatro anos da sua infância e adolescência. A ativista afirma que nascer preta, pobre, nordestina e gorda é um dos maiores combos minoritários.

Dandara, assim como eu, só tem um corpo e identidade. No entanto, com o debate aberto sobre as violências que sofreu e sofre por ser mulher, preta, gorda, periférica, deixa evidente que seu corpo, sua rede social e discurso são eixos onde muitas lutas se cruzam. O feminismo, a luta de classe, a luta antirracista e o ativismo negro, separados, não compreendem a luta que é viver na pele de Dandara.

Em um perfil do *Instagram*, que conta com 50 mil seguidores, Dandara utiliza de uma linguagem popular, descolonizada. Dandara Pagu faz uma e encruzilhada identitária quando fala das suas lutas, dores e memórias afetivas, quando critica as normas

sociais que tanto oprimem seu corpo. Em seu espaço digital, aborda outros temas como a política nacional, corporeidade, liberdade sexual. Além dos diálogos, afirma sua identidade marginal e o seu corpo indisciplinado por meio de imagens. Na perspectiva do ativismo gordo, Dandara representa e dialoga com mulheres gordas da pele preta, abrindo um caminho identitário pouco utilizado dentro do movimento social gordo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de poder evidenciam-se no cotidiano social por meio de mecanismos simples construídos a partir de normas, regras, olhares reguladores, constrangimentos, e outros hábitos que indicam de forma orgânica comportamentos a serem seguidos. Indivíduos e grupos sociais submetidos a essas relações têm suas identidades subjetivadas por padrões sociais disciplinadores. A estrutura física, a cor da pele, a textura do cabelo e muitas outras características e questões estão envoltas de significados que atingem a trama das relações sociais.

Desprender-se da materialidade do corpo para observar suas produções de sentido é muito importante para compreender a complexidade das relações de poder estabelecidas no campo social. Entender as técnicas de controle colabora para quebras da manutenção da dominação social. Um corpo oprimido que entende as técnicas que o submetem a tal situação tem maior potencial de produzir estratégias combativas

As teorias pós-estruturalistas e feministas foram muito influentes para a compreensão do corpo enquanto campo político. Entender os processos de subjetivação da identidade e as estratégias da dominação simbólica masculina sobre a mulher, contribuíram para a formação do ativismo gordo. As teorias feministas foram capazes de explicar a magreza para além do desejo da beleza.

É nítido o quanto a magreza do corpo feminino está ligada à performance de feminilidade. É fato que a gordofobia atinge

pessoas de todos os gêneros, mas age contra as mulheres por meio de uma dominação entre sexos. As mulheres que fogem à magreza, fogem também ao ideal do feminino.

Apesar da influência dos ideais feministas sobre o movimento gordo, a opressão estética sofrida por mulheres gordas pode ser entendida como uma pauta secundária, uma vez que o feminismo prioriza questões como direito ao aborto, diferença salarial entre homens e mulheres, violência doméstica e liberdade sexual. Além disso, a militância gorda também pauta o preconceito sofrido por homens gordos. Portanto, a independência do movimento se fez urgente por existirem muitas demandas específicas.

O ativismo gordo, assim como a maioria dos grupos de militância digital, se consolida sem lideranças. Uma das características dos movimentos sociais de internet citados por Castells (2013) é a autonomia. Os grupos, em geral, não possuem líderes e as tomadas de decisão ocorrem de forma horizontal, por meio de assembleias e comitês.

É inegável a importância da internet dentro da militância gorda, principalmente no Brasil. Os avanços na tecnologia da informação possibilitaram novas configurações aos movimentos sociais. O ativismo gordo, por ter se consolidado enquanto movimento social recentemente, adequou-se aos novos meios de comunicação e vem ganhando espaço em campos alternativos.

E apesar da ligação estreita com as formas tradicionais de comunicação, o mundo virtual tem características próprias. Utilizando de transparência, minimizando os efeitos do anonimato nas redes e maximizando o potencial crítico, o meio virtual transforma a dinâmica do espaço público e permite novas formas de ativismo e cultura política.

Além dos diversos padrões de configuração teorizados acerca dos movimentos sociais na internet, é incontestável a potência do afeto enquanto fator mobilizante. Como alguns autores citaram, a raiva, a indignação, o pertencimento, o não pertencimento, o ódio e o amor fazem parte da criação, consolidação e manutenção de

qualquer movimento. A ruptura das relações opressoras se inicia pela crise dos oprimidos.

Diante da cartografia empreendida e do exposto sobre as ativistas analisadas, é possível perceber identidades militantes distintas dentro do mesmo movimento social. Apesar dos padrões característicos do ativismo digital e das especificidades do ativismo gordo, cada corpo é um corpo e vivencia experiências de acordo com uma identidade única.

Utilizando de todos os afetos que motivaram a pesquisa de uma mulher gorda sobre duas coisas que atravessaram e atravessam sua vida de maneira muito contundente, gordofobia e ativismo gordo, o resultado da análise é estabelecido. As ativistas gordas, oprimidas por um sistema patriarcal, racista capitalista e gordofóbico, usam de suas memórias afetivas, de estratégias e meios de comunicação para criar espaços alternativos de sobrevivência, identificação e acolhimento. Criar redes de apoio, significações positivas e afirmar que corpos gordos merecem ser vividos com os mesmos direitos e liberdade de qualquer outro corpo são objetivos em comum das militantes gordas analisadas.

## REFERÊNCIAS

- BROSIN, Danuska; TOKARSKI, Maine Laís. Do gênero à norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. **Revista Gênero**. Niterói, v.18, n.1, p. 98-118. 2. Sem., 2017.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011, p. 336.

HOOKS, bell. **Olhares Negros**. Raça e Representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

NOVAES, Joana. **Perdidas no espelho?** Sobre o culto ao corpo na sociedade de consumo. Dissertação (Mestrado). PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Rosana M. Práticas de embelezamento como performance: pensando a magrificação dos corpos femininos na atualidade. **SBS - Congresso Brasileiro de Sociologia**. n.1, p. 55-64, mai. 2011. Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=1264&tmpl=component&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1264&tmpl=component&Itemid=171) Acesso em: 16 mai. 2020.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.38, p. 45-59, jan. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471> Acesso em: 10 jun. 2020.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis), 2018. Disponível em: <https://nusec.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Natália-F.-A.-Rangel-Dissertação-de-mestrado-07.10.18.pdf> Acesso em: 20 out. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (Orgs.). **Ativismo Político em tempos de internet**. São Paulo, Brasil, 2016.

THAIS Carla sobre ataques: "Dizem que meu marido está comigo por pena". [S. l.], 25 out. 2021. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2019/10/thais-carla-sobre-ataques-meu-marido-esta-comigo-por-pena.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

# ARTIGO DE LUXO OU NECESSIDADE BÁSICA: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NO DOCUMENTÁRIO ABSORVENDO O TABU

Laís Emanuelle Borba de Brito

## INTRODUÇÃO

O ato de menstruar é um processo natural do ciclo reprodutivo feminino que se inicia na puberdade por volta dos 13 anos, encerrando-se aos 50 anos. A primeira menstruação é envolvida por dúvidas, rituais familiares e sociais que são passados de geração para geração. Todavia, o ato de menstruar ou até mesmo falar sobre é encarado como um estigma social. Além da falta de informação e debate, existe algo maior que assola as meninas e mulheres do mundo todo, a pobreza menstrual que diz respeito a falta de acesso a produtos de higiene menstrual e de infraestrutura sanitária, seja em casa, na escola, no trabalho, ou em outros espaços.

Segundo o relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos”<sup>44</sup>, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), existe uma urgência para a aplicação de políticas públicas de saúde voltadas para alcançar uma dignidade humana de meninas e mulheres que não tem condições de passar por seus ciclos menstruais de forma adequada.

O relatório analisou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>45</sup> (IBGE) que conta com informações a respeito de meninas entre 10 e 19 anos por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2013), da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE 2015) e

---

<sup>44</sup>Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 04 ago. 2021.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018), totalizando 15,5 milhões de mulheres.

A respeito dos domicílios, cerca de 713 mil meninas não têm acesso a banheiros, 900 mil não tem acesso a água tratada e 6,5 milhões não possuem redes de esgoto em casa. Referente a infraestrutura escolar, 321 mil alunas estudam em locais que não possuem banheiros em condições de uso. Para finalizar, mais de 4 milhões de meninas não tem acesso ao básico da higiene como papel, água e sabão. Cerca de 50% das garotas que foram entrevistadas enfrentam algum grau de precariedade alimentar. 1 milhão delas precisam juntamente com suas famílias decidirem a compra de absorventes ou de alimentos, demonstrando assim o quanto ainda o absorvente é tratado como artigo de luxo.

Quando não conseguem o acesso a esses produtos, muitas improvisam com papel, jornal, algodão, pano e até mesmo miolo de pão, quando não utilizam o absorvente por várias vezes, podendo por meio disso contrair alergias, candidíase<sup>46</sup>, infecções urinárias ou vaginais ou até mesmo a síndrome do choque tóxico<sup>47</sup>, que dependendo do seu grau pode ser fatal. Além da saúde física, a emocional sofre profundamente nesse processo, potencializando o aumento, por exemplo da evasão escolar. Ainda segundo a pesquisa, uma a cada dez meninas deixam de ir para a escola quando estão menstruadas no mundo, no Brasil uma em cada quatro.

A pobreza menstrual demonstra uma negligência das autoridades para que seja garantida uma dignidade humana, sendo urgente investimentos em infraestrutura e acesso a produtos de higiene menstrual. Os absorventes poderiam assim, serem disponibilizados em postinhos, do mesmo modo que são feitas campanhas para doação de preservativos, além da diminuição de impostos para tornar esses produtos mais baratos. E o saneamento

---

<sup>46</sup> É uma infecção causada por meio do crescimento do fungo *Candida albicans* na região genital.

<sup>47</sup> É uma condição de emergência de saúde que é relacionada a uma infecção bacteriana.

básico deveria ser obrigatório tanto em escolas, locais de trabalho e nos lares.

Tal pobreza menstrual é apresentada no documentário “Absorvendo o Tabu” desenvolvido em 2018 pela plataforma de *streaming* Netflix. Durante os 26 minutos é retratada uma vila na Índia em que as mulheres recebem uma máquina para poder produzir absorventes, tal máquina é um avanço enorme para elas, mas em contrapartida é demonstrada uma violência simbólica de gênero nos discursos e nas representações, apresentando uma sociedade machista, retrograda e imersa em tabus.

O presente artigo busca apresentar a pobreza menstrual e suas facetas, tensionar como milhões de meninas e mulheres sofrem com isso ao redor do mundo e analisar os discursos presentes no documentário que potencializam a violência simbólica de gênero e seus desdobramentos na construção, incorporação e projeção desses discursos pelos agentes inseridos naquela localidade.

Será feita uma pesquisa qualitativa, com a modalidade bibliográfica e com a análise do discurso enquanto método de investigação, utilizaremos como base teórica as concepções de Pierre Bourdieu (2001; 2002; 2006; 2019) a partir de seus conceitos básicos para caracterizar assim uma violência simbólica de gênero, além disso, as percepções de corpo, saber-poder e discurso de Michel Foucault (2014; 2020), referente a gênero traremos para a análise os conceitos de Judith Butler (2020). É necessário colocar que suas teorias serão utilizadas como ferramentas.

Diante do que foi proposto, buscamos dar visibilidade a um tema pouco discutido e muito sofrido, abordar sobre este nos faz colocar uma “lanterna” em algo que já foi tão apagado, encarado como tabu e excluído das conversas e que esses *insights* propostos tensionem outras tantas pesquisas e discussões.

## ARTIGO DE LUXO OU NECESSIDADE BÁSICA: QUANDO O TRIBUTO DIMINUI O ACESSO

De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), 1,8 bilhão de pessoas menstruam em todo o planeta. E a cada dez adolescentes uma falta à escola durante o período menstrual, no Brasil o índice ainda é maior. Em pesquisa realizada pela Toluna<sup>48</sup> em conjunto com a *Always*<sup>49</sup> com cerca de 1.124 mulheres, entre 16 e 29 anos, com todas as classes sociais e em todo território brasileiro, foram identificados quatro problemas que podem aumentar ainda mais a pobreza menstrual e a falta de dignidade feminina: 1) A pobreza menstrual está fortemente ligada à desigualdade de gênero e é uma questão de saúde; 2) A menstruação está associada à falta de confiança e ainda é tabu. Falta informação na primeira menstruação; 3) Falta de acesso a absorventes causa a evasão escolar; 4) A pobreza menstrual piorou durante a pandemia.

A pesquisa ainda confirmou algo que a maioria das mulheres vivenciam todos os meses, as inúmeras alternativas para substituir o absorvente. Segundo a pesquisa 50% das entrevistadas já precisou substituir o absorvente por papel higiênico, pedaços de pano ou toalhas de papel, entre mulheres de classes mais baixas os panos são ainda mais utilizados. Podendo por meio da utilização desses itens causar infecções no trato urinário, rins e até lesões severas nos órgãos reprodutivos femininos.

Por meio de tal pesquisa, a Always lançou a campanha “Menina ajuda menina”, em que a cada pacote de absorvente comprado é doado um absorvente para alguma instituição que ajuda a causa. Ato louvável, mas é imprescindível que compreendamos o quanto a

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://propmark.com.br/anunciantes/em-campanha-always-mostra-como-pobreza-menstrual-afeta-vida-da-mulher/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

<sup>49</sup> É uma marca de produtos de higiene menstrual. Seus produtos incluem absorventes, protetores, roupas íntimas descartáveis, entre outros.

necessidade básica de se ter absorvente é apresentada como um artigo de luxo no Brasil e no mundo.

Em uma ida ao supermercado em Pernambuco o absorvente mais barato encontrado custa R\$ 3,00 reais, quando colocamos o valor em um ano cada mulher nessa região gasta cerca de R\$ 36,00 reais, levando em consideração que pessoas menstruam 38 anos de suas vidas o gasto gira em torno de R\$1.368 reais. Nesse momento, precisamos lembrar da sociedade em que estamos inseridos, a pobreza extrema é latente no Brasil e no mundo, se alastrando cada vez mais durante a pandemia do Covid-19<sup>50</sup>. Muitas famílias vão dormir sem saber o que comer no outro dia, então como podemos imaginar que as mulheres dessas famílias terão todos os meses R\$ 15,00 reais para comprar absorvente? Coletores e calcinhas absorventes são também artigos de luxo. Em uma pesquisa rápida o coletor menstrual mais barato é por volta de R\$ 50,00 reais e uma calcinha absorvente gira em torno de R\$ 60,00 reais. A mulher que não tem o dinheiro para o absorvente, sem sombra de dúvidas não terá dinheiro para o coletor e/ou para a calcinha absorvente.

Então, como falarmos de equidade, lugares de poder para mulheres, acesso a empregos, etc., sem dar dignidade a elas? O imposto sobre utensílios básicos de saúde feminina é exorbitante com uma tributação de 27, 25% <sup>51</sup>, comprovando que o absorvente não é taxado como necessidade, mas como produto de beleza ou artigo de luxo.

Quando no documentário, “Absorvendo o Tabu”, as mulheres conseguem ter acesso a uma máquina de absorventes em sua comunidade, é possível perceber que existe a circulação de um outro absorvente, bem mais caro em que mulheres pobres não tem acesso, ou seja, quando se é falado em um produto feminino, para

---

<sup>50</sup> Informação disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em: 28 ago. 2021.

<sup>51</sup> Informação disponível em: <https://unieducar.org.br/blog/brasil-tributa-absorventes-com-carga-equivalente-a-itens-superfluos>.

qual feminino estamos falando? Será que todas as mulheres, sejam de etnias, classes sociais e gêneros distintos estão sendo englobadas? Além disso, homens que trabalhavam no comércio não aceitavam os absorventes que elas estavam vendendo, tendo em vista que a cultura local era bem mais voltada para a visão de que mulheres não podiam ser independentes, demonstrando assim mais um tipo de violência simbólica de gênero.

## A MENSTRUÇÃO COMO UM TABU

Por que nos negamos a chamar a menstruação pelo nome? Dependendo da região ela é chamada de maneiras distintas, “Mar vermelho”; “boi”; “naqueles dias”, entre outras coisas, tais definições só corroboram para a criação de tabus ao redor de um ato natural e que demonstra a saúde da mulher. É por meio de uma misoginia<sup>52</sup> que a desinformação assola cada vez mais mulheres e meninas que não procuram um(a) ginecologista, um posto de saúde, e que por muitas vezes passam sua vida toda sem auxílio de uma profissional ou sem qualquer informação, podendo levar a infertilidade a infecções sexualmente transmissíveis, entre tantos outros problemas de saúde, mentais e sociais.

Os tabus e a misoginia ao redor do tema são antigos. Existem menções a menstruação encontradas na primeira enciclopédia latina<sup>53</sup> que remete a 73 anos antes de Cristo.

O contato com [sangue menstrual] torna o vinho novo azedo, colheitas tocadas tornam-se estéreis, enxertos morrem, sementes nos jardins secam, o fruto das árvores cai, a borda de aço e o brilho de marfim são embotados, colmeias de abelhas morrem, até mesmo o bronze e o ferro são absorvidos pela ferrugem e um cheiro horrível enche o ar: prová-lo enlouquece os cachorros e infecta suas mordidas com um veneno incurável (MURPHY TM, 2004, p. 1).

---

<sup>52</sup> O ódio ou a aversão a mulheres.

<sup>53</sup> Murphy TM. Pliny the Elder's Natural history: the Empire in the encyclopedia. Courier Corporation; 2004.

O ato de menstruar é anterior a própria linguagem. A vida era baseada na sobrevivência, questões de reprodução e nas funções biológicas como o ato de nascer, morrer, o ato sexual e as formas de caça. Por meio desses elementos que a linguagem pode se constituir e é nesse momento em que antropólogos discutem o tabu da menstruação através da evolução, do comportamento e da biologia.

Mesmo com tabus que se alastram durante décadas e culturas, existem algumas sociedades que valorizam o ato de menstruar. A tribo Mbuti no Zaire é uma das que valorizam a menstruação, a cabana em que as meninas que menstruam pela primeira vez ficam é a maior e são acompanhadas de outras mulheres e meninas que são suas parentes, o ato de menstruar é considerado sagrado.

Até mesmo o papiro ginecológico de Kahun<sup>54</sup>, que remete a 1800 antes de Cristo, e o papiro Ebers<sup>55</sup>, de 1500 antes de Cristo, utilizam a palavra *hsmn* para se referirem a menstruação, a qual significa “purificação”, visto nos textos como algo positivo. Além do sangue menstrual aparecer como cura para amenorreia em pomadas e ser usado também para seios flácidos.

Tais construções reverberam na sociedade do século XXI, ao passo em que existe um tabu ao redor do ato de menstruar, o movimento feminista busca levar informação, ajuda e principalmente acolhimento para meninas e mulheres, porém é necessário frisar que um dos maiores vilões continua sendo o patriarcado. Socialmente falando, meninas e mulheres ao redor do mundo não têm acesso à informação, produtos de higiene menstrual e saneamento básico unicamente porque são mulheres.

Ao passo que inúmeros avanços ocorreram durante décadas, como o direito ao voto feminino, a Lei Maria da Penha, e a Lei do Feminicídio no Brasil, outros expoentes são apagados e silenciados,

---

<sup>54</sup> Stevens JM. Gynaecology from ancient Egypt: The papyrus Kahun: A translation of the oldest treatise on gynaecology that has survived from the ancient world. *The Medical Journal of Australia*. 1975;2(25–26):949–52.

<sup>55</sup> Joachim H. Papyrus Ebers: The First Complete Translation From the Egyptian. Reimer: Berlin. 1890.

como a precariedade para o acesso a dignidade menstrual, tensionamento esse que aparece repetidamente quando são tratados, por exemplo, temas relacionados ao órgão reprodutor feminino, como podemos citar o caso da legalização do aborto que ora outra sempre vem à tona e depois é “silenciado”. São tabus como esses que devemos desmistificar e discutir.

Tendo em vista os discursos e as representações que foram apresentadas, faz-se necessário caracterizar uma violência simbólica de gênero que se constitui nesses argumentos, por muitas vezes colocados como conhecimento empírico e popular, que se propagam diariamente.

## **VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO: SUAVE, SENSÍVEL E INVISÍVEL**

Para o Sociólogo francês Pierre Bourdieu (2019) a violência simbólica ocorre por meio de uma dominação, nesse caso, quando propomos uma violência simbólica gênero, estamos ressaltando que essa dominação acontece quando um homem impõe uma ideia ou ideal e tal imposição afeta diretamente na vida da mulher, seja por meio dos discursos ou de suas representações. Ou seja, o patriarcado, sexismo, misoginia e tantas outras formas discursivas e representacionais de colocar a mulher como submissa se caracterizam como uma violência simbólica de gênero.

Se faz necessário colocar que fazemos aproximações com teorias bourdieusianas, como o próprio autor propõe, estamos utilizando suas teorias como ferramentas, tendo em vista que ele não trabalhou diretamente com gênero, porém em dois momentos de sua vida se aproximou de tais questões, podemos citar aqui suas obras “O baile dos solteiros” (2004), que foi traduzido para o português em um texto denominado de “O Camponês e seu corpo” (2006), e “A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica” (2019). Em ambas são tratadas questões de ordem feminina e masculina em que o autor denomina “sexos”, todavia com releituras atuais podemos compreender esse “sexo”

como também sendo “gênero”, ou seja, quando o autor abordava a questão do sexo em suas obras ele estava abordando gênero.

Tal compreensão acontece por meio de tensionamentos realizados pela filósofa estadunidense Judith Butler (2020) em sua obra “Questões de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, em que a autora define que o gênero não é uma essência ou construção social, mas se constitui por meio do poder. Dessa forma, o gênero seria um ato performativo e a identidade resultado desse ato. E tanto o sexo como o gênero seriam efeitos de um discurso “[...] o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (BUTLER, 2020, p. 27), dessa maneira, o sexo realmente é gênero desde o início.

Tendo em vista essa violência simbólica de gênero que é construída por meio de um discurso, faz-se necessário compreender que discurso é esse? Quais são suas implicações nas vidas das mulheres? E principalmente quais motivos fazem com que os indivíduos os produzam?

Para Michel Foucault, discurso é:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...] (FOUCAULT, 2020, p. 135-136).

Essas condições de existência estão ligadas diretamente ao que o autor define como acontecimento. De acordo com Michel Foucault (2014) o discurso é um acontecimento e é necessário ser analisado numa perspectiva de descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série e em constante transformação. Além disso, é necessário perceber porque o sujeito diz o que diz? E quais as condições de produção em que o acontecimento se dá.

Assim sendo, tal violência simbólica de gênero será tensionada durante a análise de dados por meio do que ele propõe analisar em que condições de produção tal acontecimento se deu, e porque os

sujeitos apresentados dizem, ou melhor, proferem tais discursos que são violências simbólicas, ao invés de outros.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Ganhador do Oscar em 2019, o documentário “Absorvendo o Tabu” apresenta a história da chegada de uma máquina de absorventes biodegradáveis e de baixo custo no distrito de Hapur, Índia, 60km de Nova Deli. Um grupo de estudantes do ensino médio de uma escola da Califórnia, sabendo que meninas de idades semelhantes as suas na Índia, deixavam de ir para as aulas porque se sentiam constrangidas quando estavam menstruadas, criaram a ONG *The Pad Project*<sup>56</sup>. Saindo da zona de conforto e buscando transformar a vida de outras pessoas, convidaram a recém cineasta Rayka Zehtabchi para demonstrar essa realidade.

O documentário, apresenta como foi desenvolvida uma máquina para fazer absorventes biodegradáveis e com custo baixo. Além de demonstrar como meninas e mulheres recebem informações para que possam trabalhar na produção e venda desses absorventes, criando uma fonte de renda, diante de uma sociedade completamente machista, para além, demonstrando a possibilidade de quebrar um tabu.

Por meio da decupagem do documentário, construímos 3 categorias de análise, são elas: 1) O senso comum por trás do ato de menstruar; 2) A invisibilidade da mulher que menstrua; 3) O ato de menstruar como revolução. A partir disso analisaremos tais discursos e desdobramentos por meio das ferramentas deixadas por Michel Foucault, propondo assim uma análise do discurso.

## **O SENSO COMUM POR TRÁS DO ATO DE MENSTRUAR**

O documentário inicia-se com a discussão do que seria a menstruação para algumas mulheres, uma delas define que “Isso

---

<sup>56</sup> Informação disponível em: <https://thepadproject.org/>. Acesso em 13/08/21.

só Deus sabe, É o sangue impuro que sai”, nesse momento é necessário compreender a visão que as mulheres tem do ato de menstruar, muitas não sabem o porquê, outras acreditam naquilo que foi passado de geração em geração, ou seja, existe toda uma desinformação que infelizmente torna-se um estigma.

Quando a mulher profere tal discurso, talvez ela não perceba, mas ele é um tipo de violência simbólica de gênero. O “É sangue impuro que sai” denota que o sangue não é bom e ao mesmo tempo abre margem para que ele seja escondido, visto como algo errado e principalmente que ele fique ligado a algo que atinge a mulher de forma negativa. Em contrapartida, quando ela diz “Isso só Deus sabe”, demonstra o quanto ainda a religião é basilar na Índia e que pode se alastrar para as outras tantas religiões presentes nas variadas sociedades.

No mesmo contexto, outra mulher diz “Os bebês nascem por aí”, primordial frisar que ela fala isso enquanto segura uma criança de colo e ao mesmo tempo outras crianças a rodeiam. Demonstrando que tal informação parte de algo que ela compreende como falta, quando a menstruação não vem, logo vem um bebê. Ou, para além disso, é pelo mesmo canal em que os bebês nascem.

Após essas visões de duas mulheres, são os homens que vão ser entrevistados, quando são perguntados também sobre “O que é a menstruação?” um deles diz, “É um tipo de doença que afeta principalmente as mulheres”, e o outro complementa “É um problema feminino”. Apresentando mais uma vez o quanto o senso comum interfere nessas informações, ou melhor dizendo desinformações. A menstruação não é uma doença, pelo contrário, demonstra que a mulher tem saúde, com isso, longe de ser um problema feminino, deveria ser visto como algo natural.

Por fim, um outro homem nos diz a resposta que estávamos buscando desde o início “A filha não fala com a mãe, nem a esposa com o marido, nem as amigas entre si, a menstruação é o maior tabu no meu país”. Por isso, enxergamos o senso comum ligado ao assunto, ninguém busca abordar sobre ninguém está disposto a ensinar e a aprender, são vozes que ecoam, mas que não sabem que

propagam violências simbólicas de gênero, muito menos que as sofrem. Como define Bourdieu (2019, p. 17), “incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina”. Assim sendo, as mulheres incorporam aquilo que foi passado de geração em geração por homens, acreditam nisso e reproduzem em seus discursos.

Além disso, precisamos analisar o porquê esses discursos são ditos e não outros? E que condições fazem com que eles sejam ditos? Em primeiro lugar, estamos falando de uma pequena vila na Índia, país em que as mulheres não tem muitos direitos, por muitas vezes são lembradas apenas como mulheres de alguém, filhas de alguém, prometidas de alguém. O acesso à absorventes é um direito, mas como podemos questionar e dizer que é necessário que essas mulheres tenham acesso a dignidade menstrual sem que os demais direitos delas sejam também validados? Esses discursos se apresentam dessa maneira e não de outra porque o país é imerso em uma cultura machista, patriarcal, sexista e de violência simbólica de gênero.

## **A INVISIBILIDADE DA MULHER QUE MENSTRUA**

A falta de absorventes e do acesso a produtos de higiene, como foi retratado, fazem com que mulheres deixem de frequentar alguns espaços, um deles é a escola. Durante o documentário uma jovem afirma:

Eu estudei até chegar no ensino médio, mas quando eu menstruei tudo ficou muito difícil pra mim, o problema é que quando eu ficava menstruada era difícil trocar o paninho, tinha que ir a um lugar distante pra trocar. O pano que eu usava ensopava muito rápido e precisava trocar sempre, todas as vezes eu tinha que me afastar. Aí alguns homens ficavam me encarando, eu não podia trocar o paninho na frente deles. Tentei continuar na escola por um ano depois de menstruar, torcia para que algo mudasse, como nada mudou, parei de estudar (TRECHO RETIRADO DO DOCUMENTÁRIO, 2018).

São apresentadas algumas premissas, a primeira do acesso realmente ao absorvente, ou seja, ela precisa usar “paninho”, muito frequente durante todo o documentário eram mulheres que afirmavam que usavam panos, muitos panos que encontravam pela casa e que após o uso era jogado fora ou reutilizado. A segunda é a de que existe um impacto significativo entre os espaços em que essas mulheres vão estar e a liberdade de poder estar neles sem se sentirem inferiores, humilhadas, vistas como anormais. E por fim, um terceiro, em que como apresentado na categoria anterior, por causa desse senso comum, os homens a encaravam, ou por achar que ela estava doente ou porque era impura. Segundo Bourdieu (2019):

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (BOURDIEU, 2019, p. 204).

Um segundo espaço em que essas mulheres também não podem circular enquanto estão menstruadas é o templo. Uma delas disse que “Não entramos no templo menstruadas, nem rezamos para os deuses nesse período, os anciãos dizem que as preces não são ouvidas independentemente do fervor da oração”. Elas são impedidas de rezar, porque para a religião são impuras durante o período menstrual e com isso os deuses não as escutam, mostrando mais uma vez a questão do senso comum implicando na não circulação de mulheres.

Esse pensamento não ganha espaço somente nessas estruturas sociais, mas se alastra pela vila toda, para uma das mulheres:

Eu preciso enfrentar a vila toda, como posso conseguir sozinha? Pensam ela é louca o que tem na cabeça? As mulheres não têm muita liberdade por aqui, ainda mais depois do casamento, ninguém nos encoraja a trabalhar ou ser independentes, não existe (TRECHO RETIRADO DO DOCUMENTÁRIO, 2018).

As mulheres não têm independência nenhuma em suas vidas, durante o documentário uma delas afirma que gostaria de ser policial apenas para conseguir não se casar, que somente essas moças eram realmente livres, demonstrando assim que a mulher não tem quase nenhum direito naquela vila.

## O ATO DE MENSTRUAR COMO REVOLUÇÃO

Partindo do que foi dito na segunda categoria, sobre as mulheres serem impedidas de entrar nos templos pois estão impuras durante o período menstrual, uma delas diz que: “A deusa a qual oramos aqui também é uma mulher, exatamente como nós, então não concordo com a regra de que mulheres não podem entrar no templo durante a menstruação porque estão impuras. Eu não acho que isso seja certo”. Por meio da indignação desta mulher surge um fio condutor em que elas se veem representadas pela deusa e se é uma deusa que está ali sendo agraciada e reverenciada, ela entende o que todas as mulheres passam porque ela também passou. Além disso, são essas pequenas faíscas que o “não está certo” acende que deve servir como ponto de partida para as discussões.

Outra mulher enquanto produz os absorventes complementa dizendo que: “Numa sociedade tão patriarcal demora para naturalizar algo relacionado a mulher, mas sei que vai acontecer”. Primeiramente, enxergar essa sociedade patriarcal é imprescindível para que ela lute, e o complemento “mas sei que vai acontecer” só demonstra a expectativa que ela tem de uma vida mais justa, humana e com equidade.

Por fim, uma das mulheres diz, “As mulheres são mais fortes só não percebem isso, elas não têm ideia de quão forte são”, e outra complementa, “O mundo não pode ir para frente sem as mulheres, nós somos as criadoras do universo”. E é exatamente isso que elas precisam desenvolver naquela sociedade, retirar as visões marcadas que colocam sobre elas e construir algo de positivo para suas vidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levantar tal discussão não parte de um lugar fácil, tendo em vista que como mulher já presenciei e passei por determinadas situações semelhantes. Porém, é necessário que discutamos como a pobreza menstrual afeta milhares de mulheres e meninas ao redor do mundo e o que nós podemos fazer para mudar isso. Contamos com inúmeras ONGs e pessoas dispostas a ajudar, porém ainda assim sem informação essa ajuda não consegue chegar a todas.

As variadas facetas do patriarcado por meio de socializações encontram-se enraizadas em nossas discussões, nos nossos discursos e principalmente nas representações que temos sobre o que paira na sociedade. Fazendo assim, imprescindível que discutamos como alguns produtos midiáticos conseguem nos apresentar essa violência tão silenciosa.

Por fim, o desejo da pesquisadora que vos fala é de que essa pesquisa reverbere em tantas outras, levando em consideração o pouco material encontrado sobre para poder conter um referencial teórico maior. Dessa maneira, que novas pesquisas consigam responder outras lacunas, trazer novos conceitos, adicionar outras tantas teorias. E que principalmente tragam visibilidade ao tema.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Guarulhos – SP: Bertrand, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires**. Crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Seuil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2006, n. 26, pp. 83-92. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100007> Acesso em: 02 set. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Guarulhos – SP: Bertrand, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Nevez. – 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

MURPHY. TM. **Pliny the Elder's Natural history**: the Empire in the encyclopedia. Courier Corporation; 2004.

# RITO DE PASSÁ: ARQUÉTIPOS DAS ORIXÁS FEMININAS E RITUAIS DA RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA

Luane Fernandes Costa

## INTRODUÇÃO

As religiões de matriz africana estão presentes na cultura brasileira desde que os africanos foram trazidos para o país em uma diáspora forçada (HALL, 2003), acarretando na influência direta da cultura africana na construção escravocrata do Brasil e na identidade brasileira. A religiosidade negra é marginalizada em função das consequências do período colonial, que impôs os saberes eurocêntricos como universais, demonizando tudo o que não faz parte da hegemonia cultural euro-estadunidense. A suposta universalidade do pensamento europeu, impõe o epistemicídio (SANTOS, 2009 apud SALES, CUNHA, LEUROX, 2019, p. 1) de culturas e saberes inteiros, ligados aos povos originários e às periferias do mundo contemporâneo. Conforme Kabengelê Munanga (2000),

a conversão dos negros africanos figurava entre os motivos evocados no século XVI para legitimar e justificar a escravidão. A bordo dos navios negreiros havia já capelas onde eram batizados os cativos antes mesmo de realizar a travessia. Chegados ao destino no Brasil, eles eram proibidos de praticar suas religiões. Todas as medidas, incluídas as repressões policiais, foram tomadas para assegurar sua conversão ao catolicismo. De outro modo, a religião católica era considerada como a única e verdadeira, e as dos escravizados, relegadas à posição de cultos misteriosos ou de simples superstições (MUNANGA, 2000, p. 5).

Isto acarretou não somente a proibição de exercer publicamente e livremente a sua religião, mas também o direito à performar arte e cultura africana, pois, ainda conforme Munanga (2000) neste período a arte afro-brasileira estava diretamente atrelada aos ritos e tradições das religiões de matriz africana. "[...]

a primeira forma de arte plástica afro-brasileira propriamente dita é uma arte ritual, religiosa" (MUNANGA, 2000, p. 104 apud LACERDA, TERUYA, 2020, p. 7).

Neste artigo, buscaremos analisar as imagens audiovisuais de uma cantora afro-brasileira e Umbandista, MC Tha, e investigar os aspectos de ancestralidade dos orixás como Iansã, Nanã, Iemanjá e Oxum presentes em sua obra *Rito de Passá*, bem como os rituais e tradições de sua religião. O audiovisual é uma das maiores formas de manifestação cultural da contemporaneidade, portanto, a obra de MC Tha será o nosso objeto de estudo para investigar as questões da religiosidade e da arte afro-brasileira numa perspectiva decolonial e diásporica. Conforme Michelle Sales, Paulo Cunha e Liliane Leurox (2019, p. 12): "O cinema, como veículo de comunicação e também como exercício artístico, foi uma das principais armas culturais de libertação, pelo alcance de público e difusão".

Entretanto, as imagens audiovisuais são dominadas por uma cultura imperialista, supremacista branca, capitalista e patriarcal (HOOKS, 1981). O audiovisual periférico retrata aspectos da cultura negra como a espiritualidade e é escanteado pelo audiovisual hegemônico, que consegue alcançar as telas comerciais e os grandes públicos com narrativas e imagens racistas e sexistas, perpetuando formas de opressão herdadas desde o período colonial. Em acordo com Catarina Andrade e Álvaro Alves (2020):

O que se produz nas periferias, nas comunidades indígenas, nas escolas, e como e onde os filmes são vistos, são questões que nos induzem a admitir o cinema como um instrumento capaz de afirmar modos diferentes de vida, repensar espaços tradicionais de educação, além de inventar realidades e mundos comuns nos quais as alteridades se encontram e se encenam (ANDRADE, ALVES, 2020, p. 2).

Diante disso, é importante destacar que o audiovisual, desde o seu princípio, é realizado majoritariamente por homens brancos euro-estadunidenses. Enquanto uma forma de arte de alcance mais fácil para as elites, os sujeitos subalternizados (SPIVAK, 1995), e suas perspectivas são excluídas deste processo. Segundo Sales, Cunha e Leurox (2019):

Ao longo de seus mais de cem anos de existência, o cinema esteve relacionado a antigas e novas formas de colonialismo. Por ser uma arte elitista e dispendiosa, foram os cineastas homens, brancos, de classes sociais mais altas os que produziram a maior parte das imagens de si e do “outro” (negros, mulheres, pobres, indígenas, homossexuais, travestis, transexuais etc.), definindo o que esses “são” (SALES, CUNHA, LEUROX, 2019, p. 15-16).

O audiovisual realizado por sujeitos subalternizados, como as mulheres negras, é uma das maiores ferramentas políticas e pedagógicas com capacidade de romper com as caricaturas e estereótipos racistas e coloniais do audiovisual hegemônico, trazendo narrativas e imagens decolonizadas, transgressoras e libertadoras, livres das correntes e amarras coloniais.

Nesse sentido, analisaremos as imagens presentes no audiovisual de MC Tha, os aspectos temporais, o desenrolar da cena, os elementos visuais, as cores utilizadas, as letras de sua música e a sua estética. Por meio da análise de imagens, análise de conteúdo e de uma revisão bibliográfica composta por autores majoritariamente negros e decoloniais, refletiremos sobre o que envolve e dá significado a sua obra, buscando investigar a presença de arquétipos dos orixás de Umbanda e os seus rituais.

Portanto, esse artigo se propõe a analisar a presença dos arquétipos femininos das Orixás e os rituais da religiosidade negra de Umbanda no videoclipe *Rito de Passá* e investigar: de que forma essa presença se manifesta enquanto afirmação política, estética e ancestral no território audiovisual dentro das questões de diáspora e decolonialidade?

## **FUNK, RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA E ANCESTRALIDADE**

### **Raízes Africanas e Arte Afro-brasileira**

As raízes africanas presentes em nossa cultura são essenciais no processo de resgate da ancestralidade dos negros e negras brasileiros. Este também será um ponto analisado neste artigo e na

obra de MC Tha. Diversos pesquisadores trazem esta discussão à tona, em acordo com Oliveira (2012):

O percurso das raízes africanas na arte moderna e contemporânea é bastante intenso. Das manifestações coloniais às vanguardas artísticas no início do século XX, a estética africana incorpora diversos discursos: o do “exótico”; o do “novo”; o da “identidade”, o da “alteridade” e, por fim, o da “memória” (OLIVEIRA, 2012, p. 4).

Após o processo de colonização e escravização, no qual africanos desenvolveram formas de preservar e manter o elo com a África, decorreu na “formação de uma cultura multifacetada e híbrida, que resultou dessa preservação da cultura africana no processo de junção com as culturas já existentes no Brasil” (LACERDA; TERUYA, 2020, p. 6).

Não somente os africanos estavam presentes na formação identitária e cultural do Brasil, mas também os povos originários indígenas que já estavam no país muito antes da invasão europeia. Sendo assim, a religião africana foi muito importante nesse processo de formação da arte afro-brasileira: “O espaço da religião permitiu que muitos aspectos da vida social africana fossem reativados e recriados, incluindo a criação artística, a qual seguia outros cânones e referências estéticas diferentes da arte europeia” (MATTOS, 2014, p.121 apud LACERDA, TERUYA, 2020, p. 6-7). Dessa forma, embora os colonizadores tenham imposto sua cultura, costumes, religião e tradições para os africanos escravizados, houve resistência à colonização.

Por fim, a arte afro-brasileira não pode ser denominada com um conceito fechado. Lacerda e Teruya (2020) dialogam com Cunha (1983) para definir uma nova dinâmica sobre o conceito de afro-brasileiro:

na qual estão considerados não apenas a religião ou a etnia do/a artista, mas também as questões referentes às temáticas e soluções plásticas utilizadas pelo/a artista criador/a, abrangendo, assim, artistas laicos/as, brancos/as e mestiços/as. Além disso, para classificar um/a artista como afrobrasileiro/a, é

necessário avaliar a trajetória do/a artista, observando se há o uso sistemático dos temas e soluções plásticas que caracterizam a arte afro-brasileira em sua produção como um todo (LACERDA, TERUYA, 2020, p. 14).

Portanto, a arte afro-brasileira pode ser considerada também uma arte banhada pelo sincretismo, pois foi essa a forma que os africanos encontraram de continuar perpetuando sua cultura, criando algo completamente novo, em consonância com os costumes nativos que ali já existiam e com os valores eurocêntricos que eram obrigados a seguir. Nesse sentido, foi através da devoção dos africanos às religiões de matriz africana que eles foram capazes de resistir e manter viva a sua ancestralidade. E, assim, as manifestações artísticas brasileiras transformaram-se, primeiramente, numa arte ritual, baseada principalmente nos aspectos religiosos (MUNANGA, 2000) mas, após isso, desvinculou-se somente da religião “quando artistas laicos passaram a produzir arte inspirada em outros aspectos da cultura afro-brasileira” (LACERDA, TERUYA, 2020, p. 15).

Dessa forma, aspectos religiosos ou étnicos deixaram de ser fatores dominantes na arte afro-brasileira. Por isso é preciso discutir sobre os padrões da representação racial na contemporaneidade. Conforme Stuart Hall (2016):

Mesmo que os negros tenham adquirido grande visibilidade e legitimidade na música, moda e entretenimento, eles estão bem menos presentes ou visíveis no mundo do poder corporativo. Não fazem parte dos ingleses ricos, nem marginalmente; tampouco estão bem representados entre diretores de empresas e de grandes corporações. Embora as celebridades e figuras negras tenham estourado no campo da representação popular, ainda existem limites marcados de sua representação e participação nos centros de poder cultural e econômico (HALL, 2016, p. 228).

Em espaços de poder e tomada de decisões ainda são as pessoas brancas que ocupam os cargos de liderança. É preciso transcender as consequências da colonização, não somente na área das narrativas e discursos, mas de forma efetiva, com as pessoas subalternizadas ocupando também os centros de poder, não somente culturais, mas econômicos e políticos. É necessário não se render ao colonialismo que

tenta nos domesticar e dominar, mas reinventar-se e reconstruir-se diante de tantas feridas coloniais marcadas em nosso tempo, história, corpos e mentes. Nessa perspectiva, é importante enfatizar também sobre como a música é capaz de agir sobre o indivíduo, despertando e alcançando facilmente as massas.

A música age sobre o indivíduo e a massa; encontra-se não somente na história das revoluções senão também nas psicoses de guerra. A música é, nas mãos dos homens, um feitiço; o seu efeito se estende desde o despertar dos mais nobres sentimentos até o desencadeamento dos mais baixos instintos, desde a concentração devotada até a perda da consciência que parece embriaguez, desde a veneração religiosa até a mais brutal sensualidade (PAHLEN, 1965, p. 15).

Nesse sentido, a seguir, vamos investigar um pouco mais sobre o nosso objeto de estudo, a cantora afro-brasileira MC Tha e a sua obra, que, além de trazer o fator étnico, também abrange o ritual (MUNANGA, 2000), no qual une o sagrado ao profano, a religião afro-brasileira e a arte popular e periférica, por meio do *funk* brasileiro.

## MC Tha

Figura 1 - Capa do álbum *Rito de Passá*.



Fonte: Miojo Indie, 2019.

Thaís Dayane da Silva, ou simplesmente MC Tha, seu nome artístico, é uma cantora e compositora brasileira. O primeiro álbum de estúdio de sua carreira, *Rito de Passá*, foi lançado em 21 de junho de 2019, popularizando sua autenticidade ao fundir música *pop*, *funk* brasileiro e influências religiosas.

Carregadas de significados, suas músicas, videoclipes e performances trazem mensagens que provocam e enfrentam os discursos hegemônicos dominantes e racistas. Ao utilizar e manifestar a religiosidade afro-brasileira, como as figuras das orixás, por meio de imagens fortes de empoderamento e rompimento colonial, MC Tha consegue transformar símbolos de religiosidade de grupos sociais minoritários, de sujeitos historicamente silenciados, como os negros e as negras, ao passo em que constrói um testemunho decolonial que visa desconstruir e transgredir os sistemas vigentes de poder e conhecimento eurocentrados, criando novos discursos que humanizam e dão voz e espaço a estes sujeitos.

Na letra da música *Rito de Passá*, que também dá nome ao seu álbum, a cantora saúda implicitamente as orixás, homenageando uma religião que tem influências diretas da matriz africana, a Umbanda. Enquanto canta, os tambores de Umbanda tocam e se entrelaçam a ritmos de funk. Para além das letras das músicas, a sua estética, figurinos e as manifestações audiovisuais também expressam um conteúdo combativo, em tom de manifesto. O videoclipe desta mesma faixa de MC Tha, foi realizado em um dia de ritual externo do terreiro de Umbanda Caboclo das 7 Pedreiras, localizado na Zona Leste de São Paulo, e obteve até o momento, 2 milhões e 791 mil visualizações<sup>57</sup>.

Ao realizar um videoclipe em um terreiro de Umbanda e divulgá-lo em uma plataforma *online* acessível como o *YouTube*, a cantora está praticando também um manifesto decolonial, confrontando o discurso supremacista branco que demoniza as religiões de matriz africana e até mesmo ateia fogo nos seus espaços religiosos, como ocorreu em um terreiro de Umbanda em Curitiba

---

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PRAx8dgvPAo>  
Acesso em: 05 maio 2021.

no início de agosto de 2019<sup>58</sup>. Em sua tese, Tobias Queiroz (2019) aborda sobre as cenas musicais decoloniais no interior do Nordeste:

Podemos visualizar a cena musical decolonial formada por um emaranhado de perfis frequentadores/as a sociabilizar-se nessas (multi) territorialidades que utilizam esses espaços. A cena aqui é visualizada enquanto local de aconchego. E, temos também outros perfis identitários, de gênero e/ou de gosto a não se enquadrar nessas mesmas (multi) territorialidades e/ou juízos de valor e de gosto, mas chegam a compor toda a complexidade das materializações e, principalmente, cooperam (in) diretamente para a manutenção econômica dos bares e de outras instituições. A cena é aqui visualizada como conveniência. A nossa intenção é potencializar a pluralidade dos sujeitos e ampliar o embate com qualquer pressuposto pretensamente universal (QUEIROZ, 2019, p. 194).

Dialogando com a tese de Queiroz (2019), este artigo está longe de querer tornar o decolonial enquanto uma categoria universal. Busca-se analisar de que forma este se manifesta nas questões de espiritualidade, territorialidade e ancestralidade negra, neste caso, no universo do audiovisual e da música afro-brasileira. Embora a cantora MC Tha não faça parte do interior nordestino, sua arte dialoga com territórios periféricos das comunidades negras, como os terreiros de Umbanda e atinge a potencialidade da pluralidade dos sujeitos subalternizados.

Diante disso, é importante trazer à tona as discussões sobre como nós, sujeitos subalternizados, somos impedidos de falar e de exercer a nossa cultura, desde o período colonial. Segundo Kilomba (2019), em diálogo com Gayatri Spivak (1995), raras as vezes foi dado à comunidade negra a condição de sujeito, tal posição de objetificação, de “outridade”, não indicam falta de resistência por parte desse grupo social, mas sim a falta de acesso à auto-representação.

Não é que não tenhamos falado. O fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas como conhecimento inválido;

---

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/incendio-terreiro-curitiba-agosto-2019/> Acesso em: 22 maio 2021.

ou então representadas por brancos/as que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nós e em nossa cultura (KILOMBA, 2019, p. 51).

Este silenciamento acontece desde a escravização dos negros e negras no período colonial, quando eram obrigados a utilizar mordaca sendo impedidos de falar.

## RITO DE PASSÁ

Na música, MC Tha rompeu com estas mordacas de silenciamento e subalternização, unindo um gênero musical marginalizado, o funk, com uma religião, também marginalizada, a Umbanda. Nessa mistura, surgiu o inusitado e original álbum *Rito de Passá*. Quando falamos em “margem” nos referimos aos locais marginalizados, esquecidos pelo poder público, estigmatizados pela sociedade e reprimidos por parte da polícia e do Estado, como, por exemplo, os bailes funks, os terreiros e as favelas do Brasil. A margem é um local tanto de repressão quanto de resistência (HOOKS, 1990). Ser uma cantora negra de funk, e, ainda, envolver a sua música às suas práticas religiosas de Umbanda são atos práticos e simbólicos de resistência ao ideal colonial eurocêntrico, que impôs o cristianismo aos indígenas e africanos e o segue fazendo até a atualidade.

Dessa forma, a sua arte compõe a estética da negritude, com os usos da africanidade e religiosidade como processo de produção de sentido dentro do universo da música, ressignificando os simbolismos da negritude, transgredindo a estereotipia relacionada a espiritualidade de matriz africana como algo “demoníaco” ou “exótico”, mas, trazendo uma dimensão muito maior por meio dos ritos, do corpo e da demarcação de um território natural e ancestral, ocupado pelas comunidades negras desde que os africanos foram trazidos ao Brasil. Sua música, estética e audiovisual que aborda os ritos da espiritualidade afro-brasileira está na contramão do que a supremacia branca se propõe. Sua arte é resistência contra o apagamento da cultura herdada pelos povos tradicionais, africanos

e indígenas. Sua arte escapa das garras dos estereótipos criados pela supremacia branca, que coloca as pessoas negras em posições de subalternidade e subserviência. MC Tha representa força, potência e luta contra a dupla opressão que atravessa as mulheres negras, contra os estereótipos e contra a intolerância religiosa que afeta aos que seguem as religiões de matriz africana.

Nesse sentido, vamos investigar um pouco mais sobre a música e a estética que compõem MC Tha e o videoclipe *Rito de Passá*, entendendo a presença das Orixás femininas como forma de afirmação política, de empoderamento e ancestralidade e como a sua arte consegue reinventar-se contra as violências do colonialismo, reposicionando-se com novas memórias, não mais subordinadas ao ideal estético e musical euro-estadunidense.

## **ABRAM-SE OS CAMINHOS**

Em cada trecho da música de MC Tha, *Rito de Passá*, ela saúda implicitamente um Orixá. Neste artigo, daremos atenção principalmente às Orixás femininas, Oxum, Iansã, Nanã e Iemanjá, pois esse artigo não se trata somente da religiosidade e espiritualidade negra, mas busca investigar também as questões de gênero que atravessam as mulheres negras das periferias brasileiras.

A cantora, com sua estética que reúne elementos de Umbanda, rompe com a ideia do lugar da mulher negra como a *outra* hiperssexualizada, sempre delimitada pelas vontades e desejos do colonizador. Rompe com os estereótipos e imagens coloniais da mulher negra, continuamente, representada por espectros e arquétipos da mulata, mãe preta ou a doméstica (GONZALEZ, 2019), em posição de servidão e subalternização.

Neste videoclipe, *Rito de Passá*, MC Tha traz consigo o empoderamento das orixás femininas, envolvendo sua música aos rituais de Umbanda, em um manifesto de confronto com sua arte desmistificadora do senso comum que demoniza as religiões afro-brasileiras.

Em diálogo com a pesquisa de Prandi (2005), realizada entre 1996-2003, Kywza Santos (2014) investiga em sua tese a presença dos orixás na música popular brasileira no século XX: “foi possível identificar quase mil títulos da música popular brasileira cujas letras fazem referências aos orixás, voduns, inquices e entidades espirituais afro-brasileiras ou que se referem às próprias religiões ou aos seus elementos, práticas rituais, sacerdotes e templos etc.”. (PRANDI, 2005, p. 188 apud SANTOS, 2014, p. 59). Portanto, retratar as orixás em sua estética, videoclipes e música não é algo singular da contemporaneidade de MC Tha, porém, a sua originalidade se dá pela junção do funk periférico aos tambores de Umbanda, à simbologia e ancestralidade das religiões de matriz africana.

Dessa forma, a partir da análise de imagens, dos simbolismos, da música e do referencial teórico sob a ótica diaspórica e decolonial, realizamos uma investigação da obra de MC Tha enquanto afirmação política, ancestral, territorial e estética da negritude.

## **ORIXÁS FEMININAS**

Investigar os simbolismos, a estética e a presença das orixás femininas da Umbanda em *Rito de Passá* representa pensar o comportamento humano a partir da cultura africana e do processo de reinvenção da Diáspora (REIS, 2018). Pois, conforme aponta a autora Isabela Reis (2018) em sua monografia “Oxum e o mito da fragilidade feminina”, sobre esse processo:

É importante que essa palavra deixe de significar apenas o movimento migratório de grupos de pessoas e passe a carregar, também, as descobertas e transformações iniciadas no novo território. A África e sua História têm muito a ensinar e a contribuir para a sociedade brasileira. Basta que deixemos de lado o preconceito e a preferência inquestionável pelos saberes e pensadores europeus e norte-americanos. É possível repensar o nosso país a partir das vivências mitológicas de nossos antepassados (REIS, 2018, p. 40).

Dessa forma, vamos entender um pouco da mitologia da Umbanda que envolve as orixás Oxum, Iansã, Nanã e Iemanjá e

como as imagens de MC Tha trazem a presença dessas figuras. Sua canção e videoclipe dialogam com a africanidade diaspórica em vários aspectos. O videoclipe inicia com uma forte presença de Oxum, por meio das imagens de um rio, de uma vela amarela e do primeiro figurino de MC Tha, um vestido amarelo. Como MC Tha é Umbandista, também se faz importante destacar que esta é uma religião de caráter fundamentalmente sincrético (SANTOS, 2014),

tendo como “particularidade religiosa ser nem totalmente africana, nem totalmente cristã”. A umbanda preserva em seu sistema uma nomenclatura e culto de divindades africanas de tradição não banta (ioruba), os chamados “orixás”. (...) A umbanda lida com um sistema dos orixás derivado de uma mitologia iorubá, mas não para se servir dos mitos propriamente, como parece acontecer no candomblé. Utiliza-se, por hipótese, das palavras de referência dos orixás para produzir feixes de significância nem sempre atrelados ao conteúdo mítico propriamente dito. (...) Seus ritos (...) comportam uma linguagem bastante peculiar, corporal, metafórica, fazendo o uso de objetos e artifícios materiais e estéticos para se comunicar (PAGLIUSO, BAIRRÃO, 2010, p. 195 apud SANTOS, 2014, p. 126-127).

A seguir, vamos analisar os signos, ritos e artifícios que comunicam e representam estas orixás, seja de forma corporal ou metafórica.

## OXUM

**Figura 2 - Oxum.**



**Fonte:** *YouTube*, 2019.

Oxum se faz presente em *Rito de Passá* de diversas formas. Principalmente, por meio da figura da própria cantora MC Tha, com suas vestes amarelas e suas joias douradas, cores predominantes de Oxum, que é considerada a deusa do amor, da fertilidade, da união, da fecundidade, da maternidade, do dinheiro, do ouro, da prosperidade e das pedras preciosas.

Oxum é um orixá feminino que reina sobre as águas calmas, as águas doces, rios e cachoeiras, cenário em que parte do clipe é retratado. Oxum está presente quando MC Tha canta “Dancei com a correnteza”, simbolizando os rios e cachoeiras. É por meio da energia das águas calmas que a orixá está ligada às emoções e tranquiliza os corações. Oxum está expressa no videoclipe representando essa força feminina e suas raízes africanas, a ancestralidade tão presente na narrativa e na figura de MC Tha.

Oxum representa também o empoderamento feminino, está presente nas vestes amarelas de MC Tha, que incorpora a figura da orixá com suas joias douradas, simbolizando o ouro e a prosperidade que Oxum carrega consigo. Sobre a questão do empoderamento, Hooks (2019) afirma:

É esse o processo de empoderamento que possibilita que nos olhemos nos olhos, que nos cumprimentemos com solidariedade, irmandade e amor. Neste espaço, falamos a respeito de nossas diferentes experiências de ser mulher negra, influenciadas pela classe, localização geográfica, formação religiosa etc. (HOOKS, 2019, p. 86).

A música é um espaço utilizado pela cantora para expor seus posicionamentos de resistência, sua formação religiosa, seu senso estético, sendo este fundamental para, especialmente, as mulheres negras umbandistas que não se veem representadas pela mídia hegemônica.

Oxum é a orixá mais predominante visualmente no videoclipe, desmistificando o senso comum que demoniza a Umbanda, trazendo consigo imagens de calma, prosperidade e fertilidade. Conforme Reis (2018), Oxum não representa somente traços de feminilidade, mas empoderamento, ancestralidade e força. O

espelho, símbolo fortemente atrelado à mãe das águas doces, representa, na mitologia dos orixás, não somente a sua vaidade, mas também uma arma de guerra.

Oxum é quase que exclusivamente atrelada somente à sua beleza e sensualidade. Como falamos no capítulo anterior, a construção histórica do gênero feminino pautada na aparência física, subserviência, obediência e domesticidade acabaram por enraizar os estereótipos de gêneros ocidentais em figuras religiosas africanas. A mente construída sob os padrões ocidentais entrelaça automaticamente a beleza e sensualidade de Oxum à fragilidade, à ingenuidade e, até mesmo, à ignorância (REIS, 2018, p. 25).

A música *Rito de Passá* faz analogia e saúda a todos os orixás, como Exu, Oxóssi, Ogum, Xangô, Iansã, Iemanjá e Nanã. Nos adentraremos mais profundamente, neste artigo, nas orixás femininas.

Após a forte presença de Oxum, o videoclipe expõe um ritual com banhos de ervas e a figura de MC Tha em um vestido branco, com inúmeras velas coloridas e sal grosso. Ainda vestida de branco, são intercaladas cenas da cantora nua, tomando seu banho de descarrego com ervas e em seguida dançando, segurando um incenso.

O videoclipe é gravado no terreiro de Umbanda Caboclo das 7 Pedreiras, localizado na Zona Leste de São Paulo. Cenas documentais de rituais dos praticantes de Umbanda fazem parte da narrativa, trazendo toda a sua realidade à tona.

Embora outros orixás não possuam a forte simbolização de Oxum neste videoclipe, a música é uma saudação a todas essas, portanto, abordaremos um pouco sobre algumas das mais conhecidas orixás no Brasil, citadas em *Rito de Passá*.

## IEMANJÁ

Iemanjá é, provavelmente, a mais conhecida orixá de todo o Brasil. Conforme a tese de Santos (2014):

um dos orixás mais cantados na música popular brasileira. Na obra de Dorival Caymmi, por exemplo, Iemanjá é o orixá preferencial dentro da

temática baiana dos pescadores e do mar, como em *Promessa de Pescador* (1939) e *Quem vem pra beira do mar* (1940). Essa vertente temática é retomada a música popular a partir de 1960, e estará muito presente não apenas no samba, mas em outras expressões musicais que acionam elementos referenciais do candomblé e da umbanda (SANTOS, 2014, p. 90).

Os ritos que a envolvem são praticados até mesmo por não praticantes das religiões afro-brasileiras, quando, na passagem de ano novo, as pessoas levam oferendas para o mar e pulam as sete ondas pedindo proteção e prosperidade à rainha do mar.

Ela é considerada a mãe de todos os orixás, a senhora dos oceanos e marés, a padroeira dos pescadores, a que decide o destino daqueles que visitam o mar. Suas cores são o branco perolado, o azul claro e o prateado.

Iemanjá, a grande mãe, também representa a fluidez diaspórica das águas, o cruzamento dos africanos no transatlântico, transformando o novo mundo que encontraram de forma a alcançarem o seu pertencimento ancestral. Ela está nas roupas brancas de MC Tha e quando ela canta o verso “Me deixei pro mar”, de forma bem mais singela e menos predominante no videoclipe, diante da forte simbolização de Oxum e Iansã.

## IANJÃ

Figura 3 – Iansã.



Fonte: YouTube, 2019.

Iansã é uma orixá guerreira, deusa dos raios, ventos e tempestades. Iansã é uma orixá que quebra estereótipos sexistas femininos, pois está distante do lar e presente nas lutas dos campos de batalha. Iansã também representa o movimento, a renovação, o deslocamento. Suas cores predominantes são o vermelho, o marrom e o rosa.

Conforme a própria MC Tha afirma para a revista *Continente*<sup>59</sup>, embora não houvesse a intenção de representar nenhuma orixá, no dia da sessão de fotos ela sentiu que a sua imagem para a capa de seu álbum representa uma Iansã pós-moderna, de boné e óculos escuros.

De acordo com Fernandes (2021) “as palavras de Mc Tha, mulher negra, representante de um movimento musical periférico e praticante da Umbanda, são contrários ao autoepistemicídio e se insurgem fortalecendo subjetividades historicamente agredidas” (FERNANDES, 2021, p. 15).

A cantora fortalece a emergência de uma estética da negritude no imaginário social brasileiro e do pertencimento ancestral com nossos antepassados. Ela também saúda a orixá dos raios e tempestades enquanto canta, “O céu relampeou, a chuva vai chegar”. No final do videoclipe, MC Tha surge vestida de vermelho como na imagem da capa de *Rito de Passá*, dessa vez, coberta de velas brancas sobre sua cabeça, formando uma coroa. Novamente, a sua figura simboliza a orixá guerreira, Iansã.

## NANÃ

Ainda conforme a tese de Santos (2014), nutrir relações diretas com a religiosidade africana na arte “de forma geral refletiam os vínculos simbólicos com cotidiano de suas comunidades, com um grande contingente de população pobre e negra, num contexto de

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/secoes/resenha/o--rito-de-passa--de-mc-tha> Acesso em: 08 jun. 2021.

tensões raciais e sociais, que irão marcar inequivocamente suas narrativas” (SANTOS, 2014, p. 59).

Nanã é uma orixá relacionada a origem do homem na terra. Está relacionada às águas paradas, pântanos e a terra úmida. Por isso, quando MC Tha fala, “Me refiz na lama, vi pedra rolar” (MC THA, 2019), está saudando esta orixá, que possui uma forte relação com o barro, a mistura de água e terra.

Nanã está em trânsito entre duas poderosas realidades, a vida e a morte, pois, para a Umbanda a água é o elemento relacionado à vida, e a terra, à morte. Nanã e seu barro representam a origem da humanidade na terra. Dessa forma, a saudação aos Orixás em seu canto, colabora para que a sua religião seja reconhecida e legitimada socialmente.

## **A ARTE DE MC THA É UM CONFRONTO DECOLONIAL?**

A decolonialidade pode ser entendida em amplos sentidos, pois “abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas e, posteriormente, daqueles que Frantz Fanon (2005) nomeou como os condenados da terra” (BERNARDINO *et al.*, 2018, p. 10). A decolonialidade é a busca por confrontar as imposições impostas pelos colonizadores como a liquidação de seus saberes e substituição de suas línguas nativas. Em acordo com alguns autores decoloniais, são os diversos momentos de resistência política e epistêmica em contraponto ao eurocentrismo no âmbito do saber, que propõem a necessidade de uma revisão epistemológica e o rompimento com os autores europeus ou anglo-saxões, que se denomina como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial. (CASTRO-GOMEZ, GROSFOGUEL, 2007; MALDONADO-TORRES, 2006; WALSH, 2009; WALSH, 2013).

A arte e estética de MC Tha nos leva a refletir e questionar. Em uma sociedade racista, intolerante religiosamente, principalmente no tocante às religiões de matriz africana, utilizar elementos de Umbanda, seja nos aspectos sonoros - utilização dos tambores e citações aos Orixás na letra da música -, ou estético-visuais -

figurinos, cores, velas -, seria por si só uma atitude decolonial de confronto? Silva (2015), em seu artigo “Ler a arte como confronto”, aborda o seguinte:

Que tipo de obras de arte são capazes de uma perspectiva crítica representacional pós-colonial, inclusive avançado sobre os limites dos estudos pós-coloniais e sua gramática moderna? Se o objetivo é ir além da denúncia e mover-se para dismantelar e contra-atacar a violência epistêmica, o que uma arte anti-colonial pode ser em termos de representação? Por enquanto e dentro dos limites deste texto minha resposta a esta pergunta é: uma obra de arte anti-colonial questiona cada modo, cada forma de apresentação, transformando-a num confronto – que é a apresentação como recusa da representação (SILVA, 2015, p. 291).

MC Tha recusa a representação racista atribuída aos ritos afro-brasileiros, constrói uma narrativa reivindicando imagens realistas de sua religião, reafirmando a realidade ritualística da Umbanda. Imagens de banhos de pétalas e ervas, trabalhos com incenso e sal, elementos que utilizam velas, galinhas como oferendas e desmistificam todo o pejorativo relacionado à Umbanda, destacando os processos individuais e coletivos que envolvem esses rituais, distanciando-se dos mitos negativos presentes no senso comum acerca das religiões de matriz africana em um país colonizado, predominantemente cristão. Em acordo com Hooks (2019):

Deve ter sido realmente chocante para os brancos racistas que, depois de passar por um grave ataque genocida, rituais culturais característicos pudessem ser usados para despertar um espírito de resistência em um povo arrasado e devastado. Mesmo quando muito fora perdido, os indígenas, assim como os afro-americanos, se apegaram a visões redentoras que sustentavam a vida (HOOKS, 2019, p. 274).

Os negros escravizados eram proibidos de olhar, de falar, de praticar sua cultura. Portanto, *Rito de Passá* é grito, analogia e afirmação das crenças do povo afro-brasileiro, que são desvalidadas pela matriz colonial desde a invasão europeia e a diáspora forçada de africanos para o continente americano.

Sendo assim, especialmente, *Rito de Passá* reforça a importância de nos aproximarmos de nossa ancestralidade, de manter viva a cultura deixada por nossos povos originários, os indígenas e afro-brasileiros. Sua arte confronta a lógica colonial racista, e intervém de forma a fazer-nos enxergar nossa cor, nossos costumes, crenças e cultura, indo contracorrente à violência praticada nas religiões de matriz africana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Rito de Passá*, MC Tha faz sua saudação religiosa por meio da música, do seu canto e da sua dança. Como ela mesmo afirma “Cantar e dançar para saudar” (MC THA, 2019). É o encerramento e o início de ciclos, é um ritual diário de ensinamentos. É a saudação aos orixás, presentes em cada parte da natureza, no mar, nos rios, na lama, nos céus, nos auxiliando com sua força.

*Rito de Passá* mostra a potência cultural que vem das mulheres negras da periferia, evidencia um Brasil negro que é invisibilizado, um Brasil que celebra religiões de matriz africana, que pratica a Umbanda, que saúda os orixás. *Rito de Passá* mostra a força e a espiritualidade das comunidades negras, que são a maior parte da população, mas não nas telas audiovisuais.

Devido às religiões de matriz africana serem mantidas através da tradição oral, o papel de ouvir a voz do nosso passado ancestral e manter viva a cultura de nossos ancestrais é fundamental para resistir à dominação colonial euro-estadunidense e para lembrarmos que “um povo sem ancestrais é como uma árvore sem raízes” (HOOKS, 2019, p. 268).

Nessa perspectiva, *Rito de Passá* cumpre sua função enquanto manifesto artístico decolonial, saudando aos orixás e mantendo acesa a chama dos ancestrais das comunidades negras brasileiras, por meio de sua estética e sonoridade.

Por fim, respondendo ao que este artigo se propôs desde o princípio, *Rito de Passá* resiste à cultura hegemônica racista, estremecendo a dominação imperialista desde a invasão européia,

através do processo de decolonialidade de nossas mentes, olhares e corpos, retomando o senso de identidade e comunidade deixado pelos antepassados africanos e indígenas e reforçando o senso estético, político e ancestral nos territórios negros periféricos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. A. de O.; ALVES, Á. R. J. de B. O cinema como cosmopoética do pensamento decolonial. **LOGOS: Comunicação e Universidade**, Rio de Janeiro, v. 27, ed. 3, 2020. DOI org/10.12957/logos.2020.54458. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/54458>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FERNANDES, A. de O. Exu em "Dança das Cabaças". **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 226, p. 04-16. Acesso em: 01 jan. 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HOOKS, b. **Olhares negros: Raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LACERDA, E. A.; TERUYA, T. K. (2020). **Arte afro-brasileira: delineamentos e questões**. *OuvirOUver*, 16(1), 142-158.

MUNANGA, K. **Arte afro-brasileira, o que é afinal**. Arte afro-brasileira - mostra do redescobrimento. São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, 2000. p.98-109. Catálogo de exposição.

OLIVEIRA, A. M. de. Memória da Pele: O Devir da Arte Contemporânea Afro-Brasileira. **Arte e Cultura da América Latina**, São Paulo, v. 25, p. 35-42, 2012.

PAHLEN, K. **História universal da música**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

- QUEIROZ, T. A. **Valhalla, All Black In e Metal Beer**: repensando a cena musical a partir dos bares no interior do Nordeste. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- REIS, I. **Oxum e o Mito da Fragilidade Feminina**. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação - ECO. Rio de Janeiro, 2018. 59f.
- RITO de Passá. Direção: Rodrigo de Carvalho. Produção: Julia Almeida Coelho. São Paulo, 2019. 1 vídeo clipe (4 min).
- SANTOS, K. J. F. P. dos. **Dos orixás ao black is beautiful**: a estética da negritude na música popular brasileira. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Comunicação, Recife. 184 f. 2014.
- SILVA, D. Ler a arte como confronto. **e-flux Journal**, no #65 SUPERCOMMUNITY, 2015.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

**PARTE III**  
***HETEROGENEIDADES DO DIGITAL***

# DA PASSARELA AO *LIKE*: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE E IMAGEM ORGANIZACIONAL DA MARCA ÁGUA DE COCO

Danilo Moisés de Moraes Rebouças

## INTRODUÇÃO

O desfile de moda é a ocasião em que a marca oferece ao seu público as apostas e tendências para o momento. Luz, seleção musical, escolha dos modelos, locação do evento, convite e identidade visual da apresentação, são alguns dos fatores pensados para construir uma história e transmitir a mensagem desejada pela marca. Kapferer (2008) afirma que os desfiles são momentos nos quais modelos de roupas e estilos de vida são propagados, sendo uma estratégia para além da divulgação, constituindo-se como algo que visa agregar valor à uma organização (KAPFERER, 2003, p. 85). Na indústria da moda, a empresa precisa estar atenta aos perfis e necessidades dos seus consumidores. Ser *fashion*, acessível e lançar tendências podem não ser os únicos fatores determinantes para a escolha do consumidor, apresentar um discurso inclusivo e plural, seja de gênero, corpo e vontades, é imprescindível.

As possibilidades de escolha por parte dos consumidores são inúmeras, nesse sentido, o que determinada marca apresenta de diferente, incentivo e/ou inspiração se torna fundamental para o seu sucesso no mercado. Eis que surge um aspecto importante – e afirmamos até crucial – para a conquista do consumidor: como a marca se posiciona no mercado? Esse é um elemento que chegará ao conhecimento do público, sobretudo, por meio de estratégias de comunicação. A disposição da vitrine da loja física, a navegabilidade fácil do *e-commerce*, a oferta e qualidade do produto que a marca diz ofertar, o desfile com a presença de influenciadores

digitais e o discurso/diálogo da empresa nas mídias sociais, são alguns dos ingredientes dessa comunicação.

Neste contexto dinâmico do mercado da moda, a marca brasileira *Água de Coco* (fundada em 1985) criou para si, durante o seu desfile Verão 2019, denominado *Hotel Collection*, uma identidade de empresa atual e atenta a maior tendência dos últimos tempos: a inclusão. *Plus-size*, idosos, negros, gestantes e pessoas com deficiência física foram presença no desfile. Logo, pareceu “inclusivo”, mas, e por trás do evento? É sabido que a identidade da marca se origina na empresa. É como a organização vê a si mesma. A abordagem adotada durante o evento diz respeito a identidade da marca ou foi só mais uma estratégia de mercado?

Instigados por esse mercado múltiplo de vestimentas, a escolha pelo desfile da marca *Água de Coco* como ponto de partida para o estudo busca lançar um olhar analítico sobre o comportamento da empresa diante do empoderamento de ser quem você é, vestir o que quiser, usar peças de acordo com o desejo próprio. A marca que não entende que a forma de consumir mudou vai perder espaço no mercado, pois para além do consumo, há uma necessidade de preservação do meio ambiente e até da vida.

Ao nos debruçarmos sobre o desfile – que se apresentou como plural - realizado pela marca cearense de *beachwear*<sup>60</sup>, paramos para refletir: quem eles representam? Como pessoas denominadas de “modelos” representam a diversidade de corpos – peso, cor, altura, estrutura? Ao utilizar uma determinada marca de roupa em detrimento de outra, no mínimo, existiu a primeira vista uma escolha de gosto pessoal pela cor, presença ou não de estampas, preço e necessidade (ou não).

Entender essa percepção de consumo mais consciente vai muito além da imagem de uma empresa, deve e precisa ser incorporada à identidade corporativa. Compreendemos a identidade como uma manifestação consistente que abrange

---

<sup>60</sup> Palavra estrangeira que traduzida para o português significa “roupa de banho”.

valores, filosofias, padrões e objetivos da organização. Uma boa identidade precisa ser construída pela credibilidade através da aplicação contínua de um determinado comportamento que refletirá na sua imagem diante dos seus públicos. No caso da marca *Água de Coco* foi utilizada uma ideia de corporação alinhada com diversos tipos físicos de consumidores, buscando construir uma identidade e imagem próximas ao plural. A personalidade assumida durante o desfile foi de uma empresa diversificada, concatenada com os diversos biotipos e fora do padrão *fashion*<sup>61</sup>.

A identidade de uma empresa é a manifestação visual de sua realidade, conforme transmitida através do nome, logomarca, lema, produtos. Se essas imagens refletirem com precisão a realidade organizacional, o programa de identidade terá obtido êxito. Se as percepções diferirem radicalmente da realidade, ou a estratégia foi ineficiente ou o modo como a empresa se percebe precisa ser modificado (ARGENTI, 2006, p. 80).

A empresa deve procurar entender a percepção da sua imagem não apenas entre os seus consumidores, mas também entre outros públicos-alvo. Gerenciar a identidade é um processo que envolve entre outras características a coerência, objetivos claros, projetos, nome e implementar o que comunica. Se diante do *show* apresentando pela marca *Água de Coco* foi perceptível uma tentativa de aproximação com uma gama diversificada de possíveis consumidores, nos *posts* de seu perfil no *Instagram* (@aguadecoco) apresentou desconexão entre “realidade” e “passarela”. As percepções do mundo “*on-line*” e “*off-line*” da marca diferiram, não refletindo uma na outra. Partindo desses pontos, temos como questão problema verificar se há uma sinergia entre a identidade transmitida no desfile com os demais conteúdos postados no perfil da marca no *instagram*.

---

<sup>61</sup> Traduzido para o português, *fashion* significa moda. Historicamente ligado a padrões de corpos magros, esguios e peles claras. Atualmente, há uma corrente de propagação de um modo de vida mais aberto às diferenças humanas, seja de corpo, valores, cor, raça e gênero.

Tomando como base esses pressupostos, o presente artigo tem como objetivo geral analisar às estratégias de comunicação da marca a partir do seu *instagram* (@aguadecoco), que possui mais de 876 mil seguidores e 9.358 postagens<sup>62</sup>, e o desfile verão 2019, *Hotel Collection*. A moda inclusiva trabalhada no desfile, com a presença de diferentes tipos de corpos que a indústria hoje precisa contemplar – até por questão de sobrevivência financeira e boa imagem / identidade –, ficou presente apenas na passarela ou há uma harmonia entre o discurso exposto na apresentação da marca e os seus demais conteúdos postados no *Instagram*?

Os *posts* analisados serão aqueles da mesma época do desfile – realizado em 27 de julho de 2018. Nesse sentido, vamos analisar a prévia (uma semana antes) da campanha até o pós-desfile (uma semana depois). Para aprofundar o objetivo geral, apresentamos como objetivos específicos para este artigo: 1) identificar a construção da identidade – materialização de valor – da *Água de Coco* a partir dos princípios básicos do gerenciamento de marca (missão, visão e valores); 2) descrever como se constrói a identidade da marca por meio dos *posts* do *Instagram*; 3) comparar a identidade construída nos *posts* do *Instagram* com aquela produzida pelo desfile *Hotel Collection*.

Como se trata de uma pesquisa com abordagem qualitativa, utilizamos como metodologia o Estudo de Caso, visando realizar uma “descrição analítica de um evento ou de uma situação *in loco*” (GIL, 1994, p. 47). Com a coleta de dados a partir de eventos reais, temos como objetivo explicar, explorar e descrever os fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto (GIL, 1994, p. 72).

O contexto da marca, seu posicionamento de marca inclusiva e a presença de modelos fora dos “padrões convencionais”, são formas de comunicação e precisam ser analisadas cientificamente para uma possível conclusão sobre a (in)congruência da identidade construída pela marca nos seus meios de comunicação.

---

<sup>62</sup> Conforme informações coletadas em 9 mar. 2020.

## DESENVOLVIMENTO

A empresa cearense de *beachwear*, *Água de Coco*, foi fundada em 1985 pela estilista Liana Tomaz, integrante da Associação Brasileira de Estilistas (ABEST) e com presença nos eventos nacionais e internacionais de moda, a organização se mostra no seu *site*, através da sua fundadora, com “objetivos bem definidos: qualidade indiscutível, apresentar grandes lançamentos para o público ávido por uma moda autêntica e que curte descansar ou se divertir nas mais belas paisagens litorâneas, com o desafio de surpreender diferentes perfis de clientes<sup>63</sup>”.

Pertencimento é a palavra-chave para representar um grupo social, seja qual for. A aproximação e o entendimento do outro e de si mesmo gera no mundo da moda uma plataforma política que legitima uma comunidade expressiva, dando-lhe corpo, cara, voz em forma de imagem – e roupas, no caso da *Água de Coco* –, além disso, também gera um manifesto e a construção de uma imagem e identidade libertárias, tão propagadas no atual cenário *fashion*.

Para a construção de uma reputação no segmento da moda, habituada há décadas a transmitir mensagens e criar sensações por meio de imagens, é necessário obedecer a percepção qualitativa, que é relacionada a outros valores agregados. A coerência entre os valores transmitidos para o mercado e o que realmente é oferecido para os seus consumidores precisa ser totalmente harmônica para não gerar frustrações. Oferecer conteúdo e produtos que não condizem com a realidade de venda pode gerar conflitos.

A construção da identidade de uma empresa é a única parte que pode ser completamente controlada pela gerência. É nesse caminho que é necessário abranger os principais valores, filosofias, padrões e objetivos da organização. Para que uma empresa seja bem-sucedida na estratégia de marca, Argenti (2011, p. 88) afirma que é essencial “manifestar de forma consistente em todos os seus elementos de identidade, das logomarcas e lemas”, com coerência

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://aguadecoco.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

entre os objetivos, o que ela transmite para o mercado e o que oferece na prática para os seus clientes, além disso, o discurso/conteúdo nas mídias sociais precisa estar bem definido e alinhado. Não conseguir entregar ao consumidor o que se propôs – seja através de desfiles e/ou campanhas – pode prejudicar o relacionamento entre marca-cliente.

Os fatores constituintes da identidade organizacional na moda precisam ser ainda mais coesos e bem alinhados devido às tendências do *fashion*, ambiente econômico e financeiro para onde a marca se apresenta, estando voltada para a volatilidade do gosto do consumidor. No entanto, existem “tendências” que vieram para ficar, como a inclusão. Roupas para *plus size* (acima do tamanho 46); peças adaptadas para deficientes físicos; o nude (que é diferente para cada tonalidade de pele); e um público-alvo composto por diversas faixas etárias.

A marca *Água de Coco* no seu desfile verão 2019 – *Hotel Collection* - expôs para o mercado uma identidade inclusiva por apresentar um *casting* com variados perfis físicos, de gêneros e de etnias, além de produtos com formatos diversos baseados na pluralidade humana. Mas, essa proposta converge para o dia a dia dos conteúdos postados pela marca em seu perfil no *Instagram*? Existiu uma sinergia entre a ação inclusiva do desfile e o discurso praticado pela empresa na mídia *on-line*?

Dentro das várias possibilidades de sociabilização presentes no meio virtual, as marcas utilizam as redes sociais como ferramenta para comunicação direta com seu público-alvo. Partindo do pressuposto que imagens e reputação também são construídas a partir da interação social nesse meio, surge o interesse em compreender como as imagens das marcas são configuradas e se as ações desenvolvidas na comunicação *off-line* apresentam convergência ou divergência no conteúdo desenvolvido para comunicação *on-line*.

Para uma organização se manter no mercado, prosperar, fidelizar seus consumidores e conquistar novos, há a necessidade de uma identidade condizente com a sua realidade. A marca não

pode apenas enxergar uma oportunidade e “surfear na marola”, tem que criar vínculos (emocional, financeiro, discursivo, de identidade, imagem e reputação).

A escolha do *Instagram* como a rede social selecionada para se observar a comunicação *on-line* da *Água de Coco* se deu dentre vários motivos devido a sua popularidade e o grande número de pessoas que consomem conteúdos ligados a moda nesse espaço. O *Instagram*, criado em outubro de 2010, é a rede social da internet mais utilizada no mundo para compartilhar imagens e vídeos e, por este traço, ideal para o mercado da moda (RECUERO, 2010, p. 108). Em função da portabilidade e ubiquidade, a plataforma ressignificou o uso das câmeras no celular e a tendência *mobile* no consumo. É estratégica para trabalhar com os desejos e aspirações das pessoas e tem se mostrado eficiente na criação da(s) identidade(s) visual(is) dos profissionais e empresas.

Segundo pesquisa sobre o uso do *Instagram* no Brasil, realizada pela *Opinion Box* durante o mês de junho de 2019, na qual foram coletadas 2035 entrevistas com internautas de todo o país cadastrados em sua plataforma, 51% dos participantes da pesquisa consomem conteúdos ligados a moda. A pesquisa mostrou também hábitos e o aumento crescente no consumo de conteúdos publicados no *Instagram* no Brasil.

No aplicativo, podemos quantificar o número de visualizações que o conteúdo tem e a quantidade de pessoas que seguem o perfil, podendo ser, também, uma medida de autoridade, a qual “[...] só pode ser percebida através dos processos de difusão de informações nas redes sociais e da percepção dos atores e dos valores contidos nessas informações” (RECUERO, 2009, p. 114). Além disso, o aplicativo permite praticidade na produção de fotos e conteúdos, unida a possibilidades de distribuição da informação cada vez mais rápida, alinhada ao compartilhamento em diversas redes sociais, o que gera uma potencialização da visibilidade. Consequentemente, a popularidade do perfil tende a crescer, o que é confirmado pela audiência que esse perfil possui.

Ao apresentar no desfile roupas e modelagens para pessoas fora do padrão socialmente imposto – loiras, magras e esbeltas –, colocando em voga diferentes biotipos e personalidades, a marca defende que o vestir também é uma maneira de expressão, é parte da sua identidade.

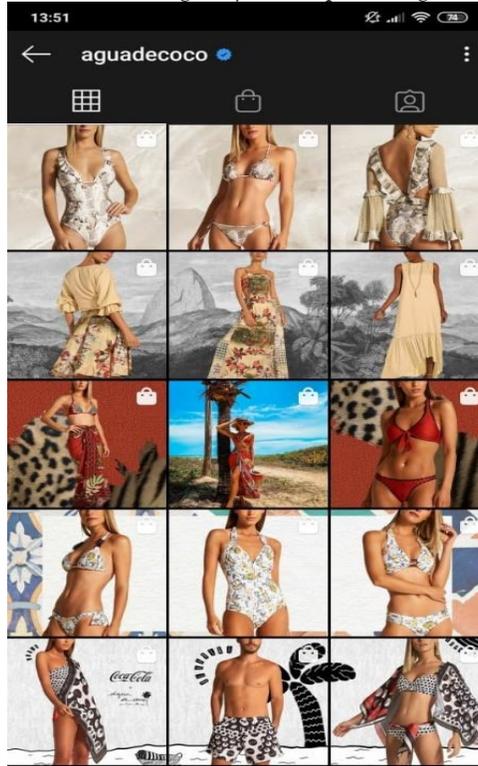
Ao comparar a apresentação do *Hotel Collection* com os *posts* da marca no *Instagram*, percebemos a divergência da identidade apresentada no desfile com o conteúdo postado nesta rede social. Com mais de 875 mil seguidores e quase 10 mil postagens, percebemos nas fotografias do perfil da marca uma supremacia branca e de corpos magros, altos e loiros, numa contradição com a identidade apresentada durante o show.

Figura 1 - Print do perfil da marca no *Instagram* (@aguadecoco).



Fonte: Perfil da marca no *Instagram* (@aguadecoco). Acesso em: 09 mar. 2020.

Figura 2 - Print de alguns posts do perfil @aguadecoco.



Fonte: Perfil da marca no *Instagram* (@aguadecoco). Acesso em: 09 mar. 2020.

Embora o tipo físico esbelto ainda domine grande parte da indústria *fashion*, desde o início do século XXI, a ascensão das redes sociais começou a mudar gradualmente a forma como as pessoas consomem e interagem com a moda. *Blogs* de estilo, plataformas digitais e redes sociais, como *Instagram* e *Twitter*, abriram as portas do mundo da moda para uma parcela cada vez maior de pessoas, e foi visando essa parcela de possíveis consumidores que a marca *Água de Coco* surfou na onda ao se apresentar como uma empresa plural e diversa.

Para uma imagem empresarial rápida e necessária, a proposta do desfile até que foi bem aceita, mas como já citamos aqui neste artigo, é preciso harmonia e sinergia entre as partes envolvidas na construção de uma identidade, imagem e reputação organizacional coerente.

A comunicação clássica, instrumental, exclusivamente técnica e operacional não atende mais às demandas das organizações no novo ambiente socioeconômico e político. Responsabilidade social pública, preservação do planeta por meio de um desenvolvimento sustentável, respeito à diversidade, transparência, ética, valores intangíveis etc. são imperativos que norteiam os comportamentos institucionais e, conseqüentemente, exigirão uma comunicação organizacional muito mais proativa e estratégica (KUNSCH, 2018, p. 157).

Criar discursos que interferem no modo de ser, estar e agir dos sujeitos é uma tendência, como citada por Kunsch (2018), mas não há bons resultados se essa força de mudança, respeito à diversidade e marca plural não for transparente e possível. Criar desejos em possíveis consumidores e não atender na vida real é um erro – dizemos até – fatal na comunicação da marca. Ao analisar os *posts* da marca no *Instagram*, percebemos não só a branquitude, como também a presença maciça de *repost* (instrumento do *Instagram* que permite compartilhar uma mensagem publicada por outra pessoa) de clientes dentro de um padrão desejável pelas marcas.

O mundo das redes, conectado e *on-line*, transformou o relacionamento marca-consumidor. Aquela comunicação ascendente, vertical, na qual “um ouve” e o “outra escuta”, já não existe mais. Com a globalização e digitalização da forma de consumir, a interação transformou pessoas comuns – consumidores ou não – em atores principais da comunicação organizacional, tendo em vista que esses, agora, são mais ainda tidos como os principais focos, levando em conta a complexidade dos novos processos comunicacionais da atualidade. Inúmeras campanhas já foram retiradas do ar por ferirem o receptor ou os seus modos de vida; compreendemos que apresentar um desfile com uma proposta divergente das mensagens emitidas pelo canal de comunicação *Instagram* criou uma incongruência, um erro de comunicação. Afirmando que o corpo é uma “construção social” (MAUSS, 1974; LE BRETON, 2009; 2007), dotado de sentidos e significados presentes em determinada cultura, se faz necessário por parte da marca um conhecimento da expectativa *versus* realidade construída pelo seu desfile, atentando para o caráter isolado da ação.

O ativismo social, a colocação errada e um posicionamento equivocado são caminhos tensos para a equipe de comunicação da empresa. Além do tempo e dinheiro investidos para aquela campanha, desfile, fotos e demais conteúdos, há uma questão de posicionamento e construção da identidade e imagem da marca. Como um processo contínuo e sinérgico, o *Hotel Collection* representou por instantes uma identidade que a marca procurou construir, mas não deu continuidade. O fato disruptivo não propiciou para *Água de Coco* um processo de transferência da identidade, conforme o planejado, muito menos para a sua imagem; haja vista a incongruência entre o que se é de forma predominante (conforme visto nas postagens do *Instagram*) e o que se propõe a ser (como no desfile), não havendo nenhum trabalho anterior ou continuado.

**Figura 3** - Recortes do desfile *Hotel Collection*.



Fonte: Site Vogue Brasil<sup>64</sup>. Acesso em: 20 jan. 2020.

A comunicação de marca é o processo de transferência da identidade em imagem de marca. É o que permite à organização dar a conhecer os seus produtos ou serviços, fornecendo ao público

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://vogue.globo.com/moda/moda-news/noticia/2018/07/agua-de-coco-leva-diversidade-para-passarela.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.

os dados que este transformará em imagem. Os produtos ofertados pela empresa cearense durante o desfile divergem das imagens e da comunicação postadas no seu perfil do *Instagram*.

A comunicação está, por isso, na base da construção e transmissão da identidade da marca. É com suporte naquilo que ficou definido como o seu sentido próprio - *a identidade* - que a marca deverá emitir sinais vários aos seus públicos - *através da comunicação de marketing* -, enviando mensagens sobre si, que estarão na base da síntese mental resultante - *a imagem* -, e que, por sua vez, condicionará as atitudes e comportamentos dos referidos públicos. Mas dado que qualquer situação de comunicação é uma construção que varia de consumidor para consumidor, deve a empresa orientar a descodificação da mensagem, sob pena de obter interpretações negativas ou que lhe não interessem. O princípio dessa orientação no domínio do marketing das marcas é definir uma identidade forte e comunicá-la com o maior rigor possível (KAPFERER, 2003, p. 129).

A comunicação da *Água de Coco*, ao publicizar o desfile *Hotel Collection*, não está apenas vendendo roupas, está divulgando um comportamento e quer poder influenciar a decisão de compra/aproximação do seu consumidor. Ao riscar na passarela mulheres vestindo tamanho 50, grávidas e deficientes físicos; ao apresentar homens com mais idade, de corpos com formatos mais arredondados, bem como pessoas negras, a marca está afirmando que as suas roupas também são criadas para esses públicos. Ao defender uma identidade/imagem de organização plural e diversificada, a organização está “abraçando” a diversidade do ser humano na sua construção de marca, porém, o mesmo não se realiza com rigor se comparado aos conteúdos postados e repostados em seu *Instagram*.

Há um erro não só de comunicação, mas de valores, visão e missão da empresa. Ofertar o que não vende e não publica também é um ruído grave de comunicação, mas há por trás disso um sistema capitalista na busca de transmitir uma tendência mundial de “mais consciência” como forma de gerar negócios para a marca. Apelar ao consumidor que a *Água de Coco* é uma empresa que está atenta e receptiva às variáveis do condicionamento humano

configura uma construção frágil da sua identidade, já que tais elementos se apresentam como exceções em relação as abordagens predominantemente utilizadas pela marca.

A identidade da marca deveria integrar todo o conjunto de características que lhe são específicas, resultantes da sua história, dos seus valores, das suas propriedades, do seu aspecto físico, do clima de relação que mantém com o público, do seu reflexo (Kapferer, 1991). Em suma, dela fariam parte todas aquelas características tangíveis e intangíveis que a empresa atribuiu à sua marca e que procura comunicar ao consumidor. Definidos estes elementos seria possível determinar o núcleo da identidade de uma marca: o seu posicionamento e a sua personalidade (Upshaw, 1995). O posicionamento identifica-a e diferencia-a. A personalidade constitui uma proposta metafórica de existência física e psicológica (RASLAN, 2014, p. 142).

Os perfis apresentados no *Hotel Collection* não possuem uma aproximação com os que são apresentados nas publicações do perfil da *Água de Coco* no *Instagram*. A quase ausência de sujeitos negros, gordos, idosos, deficientes físicos e grávidas – modelos presentes no desfile – nas *postagens* da marca em seu perfil na rede social supracitada não gera um reflexo ou elo entre os elementos da sua comunicação em comparação ao que é apresentado em seu *show-desfile*. O posicionamento e a personalidade não são convergentes, criando uma aparência de “discurso de conveniência” como forma de mídia e divulgação da marca.

Muito se tem falado sobre o *marketing* social, termo que tem sua origem direcionada a Kotler e Lee (2011) para definir organizações com *marketing* de ideias, causas e programas sociais, buscando o bem-estar e a qualidade de vida. Ao compararmos a definição com a ação da *Água de Coco*, compreendemos que se tratou de uma ação isolada, demonstrando que o real interesse não está de fato no aspecto social (inclusão, diversidade), sendo para além de uma exceção, algo que é abordado visando principalmente resultados que gerem lucro, para além de se colocar como uma marca que está atenta às questões sociais. Ao mesmo tempo, isso reforça que para obter sucesso, o *marketing* social precisa ser

trabalhado de forma mais ampla e complexa, pois caso seja mal utilizado (como é o caso), pode gerar ao invés de benefícios, diversas perdas (seja em relação a identidade, imagem ou capital).

É crescente o número de empresas que fazem promoções ou associam seu nome a causas sociais como forma de estimular às vendas ou criar valor à sua identidade e imagem institucional. A concepção, na maioria das vezes, objetiva muito mais gerar benefícios diretos ou indiretos à empresa do que alcançar mudanças de atitudes ou de comportamentos relativos a causas sociais, como propõe o *marketing* social.

Tudo isso vem gerando distorções e vulgarizações acerca das práticas sociais, inserindo *modismos* que têm por finalidade estratégica a questão do lucro, muito distinta daquela que corresponde à original conceituação do *marketing* social. Para Kotler e Lee (2011) e Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017), realizar algo com foco no social vai muito além da realização de uma ação sem planejamento prévio. Em sua visão, o *marketing* social por ser visto como,

a incorporação de considerações relativas aos problemas sociais decorrentes de certas práticas de Marketing que são desenvolvidas e implementadas com o objetivo de aceitabilidade de produtos. Desse modo, há um estreito relacionamento com a Responsabilidade Social e com as premissas de Marketing a ações de cunhos sociais promovidos por empresas que não têm as causas sociais como finalidade, por exemplo, latas de alumínio recicláveis ou alimentos menos gordurosos (KOTLER, KARTAJAYA, SETIAWAN, 2017, p. 32).

Há necessidade de um planejamento estratégico para a realização de ações de *marketing* social, atentando para o fato de que, para que haja sucesso, os aspectos sociais abordados não sejam exclusivos da ação, mas façam parte das estratégias adotadas pela empresa/marca como um todo, pois caso contrário, mais que agregar valor, poderá acarretar conflitos e críticas. Inserir modelos de diferentes biotipos na passarela e reproduzir algumas imagens no seu perfil nas redes sociais não torna uma marca com um cunho social forte e tão pouco atenta às necessidades desses possíveis públicos-

alvo. Um dos objetivos do *marketing* é conhecer e entender o consumidor tão bem que o produto ou serviço se venda sozinho, e no caso aqui analisado, ao ofertar produtos adequados para diferentes perfis, o esperado era reproduzir tais conteúdos nos seus meios de comunicação e colocar à venda nas suas lojas físicas e *on-line*.

Contabilizamos os *posts* no perfil @aguadecoco e percebemos que de mídia de expectativa foram publicados sete conteúdos sobre a chegada do *Hotel Collection*. Dessas postagens, apenas duas expunham modelos de corpos diversos. O desfile realizado no dia 27 de julho foi amplamente divulgado no *Instagram*, onde contabilizamos 96 postagens até uma semana pós-desfile, período de replicagem dos produtos apresentados na passarela. Desse total de *posts*, percebemos que a maioria foi de pessoas em padrões socialmente estabelecidos – pessoas loiras, magras e altas – e em belas paisagens, o que é contraditório com a proposta do evento, que nem em sua divulgação em rede social ocorreu conforme o discurso de inclusão. Das 96 *postagens* até uma semana pós-desfile, apenas 5 *posts* apresentavam negros, gordos e deficientes físicos (perfil dos modelos que se apresentaram no desfile). Nenhum consumidor acima do peso, de mais idade ou deficiente físico foi repostado pela marca. Entendemos, assim, duas situações: ou o propósito de comunicação da marca foi falho por não gerar uma aproximação com esse público e com o próprio desfile; ou o perfil da marca não quis publicizar pessoas fora do “padrão” na sua rede social.

Para aproximação de um público, acreditamos que a apropriação de um discurso não é suficiente para uma construção de identidade e imagem organizacional sólida. Objetivar o lucro, boa repercussão e imagem de uma empresa plural são aspectos que podem vir a ser alcançados com um *marketing* forte e um trabalho focado em ações: dispor os produtos nas suas lojas físicas e *e-commerce*, replicar e apresentar pessoas fora dos biotipos convencionais nas suas redes sociais e, também, vender o produto que apresentou na passarela, são vistos, nesse caso, como elementos básicos e essenciais, mas que não tiveram a devida atenção.

O *marketing* social é aplicado por organizações que têm por finalidade o planejamento e implementação de ideias e causas sociais, que buscam o bem-estar da sociedade por meio de ações sociais que alteram ou influenciam o comportamento e as atitudes do indivíduo. Nesse sentido, o *marketing* praticado pela *Água de Coco* foi de apropriação de uma ideia em ampla discussão, como uma maneira de aproximação de um grupo de pessoas que não estão presentes no dia a dia da marca, o que tendo em vista a forma como foi trabalhado implica e dá margem para diversas contradições e olhares críticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar a estratégia de comunicação da marca *Água de Coco* em seu desfile *Hotel Collection* e os *posts* da marca no seu perfil da rede social *Instagram* (@aguadecoco). Como um trabalho de análise qualitativa, utilizamos a metodologia do Estudo de Caso e aporte bibliográfico para elaborarmos hipóteses e argumentações sobre um assunto discutido, apontado e vigiado em tempos de vida conectada: imagem e identidade organizacionais e o posicionamento de marca.

Uma organização, ao tomar para si um propósito de comunicação inclusiva, diversificada e possivelmente afinada às necessidades de diversos consumidores e/ou possíveis compradores, deve observar o que apresenta e o que realmente pratica e oferta no dia a dia da empresa. Como apresentado neste trabalho, a identidade organizacional é o único elemento que pode ser controlado pela instituição e se faz necessária uma harmonia entre valor, missão e objetivo com a imagem a ser construída pelos seus públicos.

E por que nos preocupamos em abordar um assunto que envolve moda, identificação, gêneros e representação? Porque acreditamos que o que vestimos diz muito sobre nossa personalidade como indivíduo atuante numa sociedade composta por diversas crenças, valores, sotaques e religiões. Uma organização não difere muito de um ser humano como integrante

de uma sociedade, pois ela tem voz, comportamento, identidade/imagem que devem comunicar propósitos de integração, pacificação e valorização do ser humano.

Ao analisarmos o *Hotel Collection* e os conteúdos postados no perfil @aguadecoco identificamos uma incongruência de comunicação e posicionamento da marca perante o desfile e as postagens no perfil do *Instagram*. Desse modo, ao invés de agregar valor à organização, a proposta de incorporação de outros elementos à identidade da empresa acaba sendo foco de críticas.

Discurso, desfiles, *posts*, redes sociais e todo o conteúdo gerado pela marca *Água de Coco* deve ser condizente com o seu propósito de uma instituição plural. É dever de uma empresa que queira se manter no mercado ficar atenta às mudanças sociais, de comportamento e valores para fomentar, valorizar e, principalmente, praticar políticas de inclusão. Num mundo tão concorrido, disputado e onde tudo é possível, a moda é também uma voz que deve bradar pelo respeito e consciência dos vários perfis de consumidor.

Se faz necessária uma ligação coesa entre identidade e imagem e, principalmente, uma prática do que é propagado pela instituição. Gordo, magro, alto, baixo, deficiente físico, negro, branco, amarelo ... no início e no fim de cada propósito – organizacional ou não – é necessária a ideia que tudo é feito de gente para gente.

## REFERÊNCIAS

- ARGENTI, Paul. **Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 206-214.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KAPFERER, Jean-Noel. **As marcas, capital da empresa:** criar e desenvolver marcas fortes. Tradução de Arnaldo Ryngelblum. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy R. **Marketing Social:** influenciando comportamentos para o bem. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0:** do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Media & Jornalismo** [online]. 2018, vol.18, n.33, pp.13-24. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/6020/4924>. Acesso em: 13 fev. 2020.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. A comunicação nas organizações: dos fluxos lineares às dimensões humana e estratégica. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. (Org.). **Comunicação organizacional estratégica:** Aportes conceituais e aplicados. São Paulo, SP: Summus Editorial, 2016. p. 37 -38.

RASLAN, Eliane Meire Soares. Posicionamento, identidade e visibilidade da marca. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 1, p. 136, julho, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/4467>. Acesso em: 13 fev. 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

# O OLHO, O ESPELHO E A OBJETIVA: REFLEXÕES CONCEITUAIS PARA O ESTUDO TRANS- HISTÓRICO DAS IMAGENS

Raquel Assunção Oliveira  
Josenildo Soares Bezerra

## INTRODUÇÃO

O que propomos com este capítulo é esboçar algumas observações acerca de um grupo de conceitos voltados para a investigação das dimensões discursiva e trans-histórica das imagens. Com esse intento, e em linhas gerais, de um lado localizamos os trabalhos arqueogenealógicos de Michel Foucault (2014a; 2014b; 2016; 2020; 2021), o que aqui contempla um breve desvio para as proposições contemporâneas de alguns dos seus divulgadores, como Jean-Jacques Courtine (2013) e Nilton Milanez (2015). Do outro, está o não menos atual pensamento de Georges Didi-Huberman (2013; 2015a; 2018a; 2018b), cuja vasta produção bibliográfica parece delinear uma arqueologia das imagens. Este trabalho situa-se, portanto, numa posição de mediação, buscando investigar tanto as aproximações conceituais e analíticas entre as abordagens dos autores apresentados.

Como ponto de partida será realizada uma reflexão acerca da dimensão discursiva das imagens tendo como eixo teórico as ordens e desordens do discurso a partir de Foucault (2014a), além da noção de *intericonicidade* estudada por Jean-Jacques Courtine (2013). Tal abordagem parte da consideração de que as imagens estão inseridas dentro de uma cultura visual, o que pressupõe a existência de uma *memória visual*. Desse modo, “não existe imagem que não nos faça ressurgir outras imagens, tendo elas sido outrora vistas ou simplesmente imaginadas” (COURTINE, 2013, p. 43). Por discurso, alinhamo-nos a Foucault, quando este aponta criticamente que “o pensamento ocidental tomou cuidado para que

o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra” (FOUCAULT, 2014a, p. 43).

Somos levados, então, à seguinte reflexão: não seriam precisamente as imagens alguns dos espaços mais sorrateiros da nossa cultura audiovisual contemporânea para o discurso se “esconder” e, conseqüentemente, produzir saber-poder? Foucault (2021, p. 242) já nos alertou: “é pelo estudo dos mecanismos que penetraram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas”. E são exatamente os corpos e gestos que se evidenciam quando investigamos a dimensão do ver e do ser visto na contemporaneidade, atravessada pelas interações em ambiências digitais e a intrínseca vigilância distribuída (BRUNO, 2013) que ajudam a operacionalizar. Os estudos de Jean-Jacques Courtine são também elucidativos quando o estudioso afirma ser impossível uma história dos corpos que passe ao largo de uma “história dos olhares que os captam, os detalham, os perscrutam” (COURTINE, 2013, p. 84).

Na seqüência, a *arqueologia* ganha centralidade. Trata-se de um conceito abordado tanto por Michel Foucault como por Georges Didi-Huberman, cada um com suas especificidades. Ao final, experimentamos metodologicamente o manejo de tais conceitos, num movimento constelacional, ou melhor, numa *arqueologia visual do saber*, que visa colocar em diálogo imagens que respondem a distintas temporalidades — numa perspectiva trans-histórica — e que de alguma maneira tensionam a questão do ver e do ser visto: das representações pictóricas do mito de Orfeu e Eurídice, passando pelo Narciso caravaggiano até os filtros dos *stories* do Instagram e as videochamadas e *lives* mediadas por plataformas como o *Google Meet*, dentre outras imagens.

## PENSANDO O DISCURSO

O já mencionado filósofo francês Michel Foucault dedicou parte da sua obra aos estudos acerca do discurso. Em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 2014a), o autor detalha e problematiza uma

série de procedimentos de controle, exclusão e delimitação do discurso que deságuam na proposição de quatro grandes princípios metodológicos de análise, a saber: da inversão, da descontinuidade, da especificidade e da exterioridade.

A partir do princípio da *inversão*, ele propõe o deslocamento dos sentidos dos discursos para, nesse movimento, evidenciar os seus jogos de rarefação ou ocultação. Com o da *descontinuidade*, parte-se do pressuposto de que os discursos em alguns momentos colidem, e em outros excluem-se mutuamente. Pelo princípio da *especificidade*, por sua vez, enfatiza-se sua dimensão de acontecimento, descartando a ideia de que há algo enigmático e pré-discursivo a ser analisado. Por fim, o princípio da *exterioridade* convida a observar tudo o que torna o discurso possível no contexto de sua aparição (FOUCAULT, 2014, p. 49-51). Para o autor, o discurso é poeticamente entendido “como uma violência que fazemos às coisas” (IBID, p. 50).

Desse modo, analisá-lo revela-se como um importante gesto crítico, dando a ver nos enunciados não uma possível origem secreta ou originária, mas sua aparição, sua “irrupção de acontecimentos” (FOUCAULT, 2020, p. 31). Tal análise organiza-se em dois conjuntos, o crítico e o genealógico, sendo o primeiro aquele que permite observar os princípios de inversão; e o segundo voltado para os princípios de descontinuidade, especificidade e exterioridade, ou seja, auxiliando na compreensão do como eles “se formaram, através, apesar ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (FOUCAULT, 2014, p. 57). Portanto, é levando em conta as duas dimensões, a crítica e a genealógica, que propomos estas reflexões acerca das formações discursivas que permeiam um conjunto específico de imagens.

Pensando em discurso, é precisamente a partir dele que o professor Jean-Jacques Courtine pensa as imagens. Para o autor, “antes que a um modelo da língua, era a um modelo do discurso queurgia referir a imagem” (COURTINE, 2013, p. 42), discurso este

que deve ser compreendido de maneira intrínseca à noção foucaultiana de dispositivo, bem sintetizado por ele como sendo “um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e de não ditos” (COURTINE, 2013, p. 27).

Partindo dessa perspectiva, deixamos de entender as imagens sob a lógica do signo linguístico e passamos a inseri-las numa malha de produção discursiva (FOUCAULT, 2016). As imagens localizam-se, portanto, numa cultura visual — que, conseqüentemente, implica a existência de uma *memória das imagens* —, de modo que “não existe imagem que não nos faça ressurgir outras imagens, tendo elas sido outrora vistas ou simplesmente imaginadas” (COURTINE, 2013, p. 43). Com isso, passamos à noção de *intericonicidade*, o que o Courtine irá chamar de uma “rede de reminiscências pessoais e de memórias coletivas que religam as imagens umas às outras.” (IBID, p. 157), sejam essas imagens externas e materiais, ou internas, provenientes da memória ou da imaginação.

Para ilustrar tal conceito, Courtine (2013) relembra a nuvem de fumaça presente na conhecida imagem do ataque às torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001, observando como ela ecoa numa outra imagem, ainda mais antiga: aquela “que se elevava abaixo do Pearl Harbour após o bombardeamento aéreo japonês” (COURTINE, 2013, p. 45). Apesar da distância temporal que as separam, ambas trazem à superfície os Estados Unidos em guerra. Costura semelhante é feita pelo autor ao alinhar pela memória das imagens a famosa fotografia da bandeira dos EUA fincada nas ruínas do World Trade Center com a bandeira içada sobre Hiroxima em 1945.

Seguindo essas pistas conceituais e, por conseguinte, metodológicas, Nilton Milanez (2015) mapeia sua própria seleção intericônica de imagens, visando explicitar e experimentar o conceito apresentado por Courtine. A partir do quadro *As gêmeas*, pintado em 1940 pelo brasileiro Alberto Guignard, Milanez (2015) realiza um percurso através do qual localiza reverberações discursivas desta obra em outras imagens, a saber: as fotografias

dos Irmãos siameses Tocci e Bunker — exemplos da teratologia espetacularizada popular na Europa do século XVIII e amplamente investigada pelo Jean-Jacques Courtine, vale salientar —, assim como o já clássico *frame* das gêmeas d’O *Iluminado* (1980), dirigido por Stanley Kubrick (MILANEZ, 2015, p. 203-204).

Esses exemplos são interessantes pois, por aproximar-se dos dispositivos, os discursos passam a contemplar “não simplesmente textos, mas imagens e práticas; não somente palavras, mas igualmente coisas, e os olhares que as captam” (COURTINE, 2013, p. 79, grifo nosso). São relevantes também porque operacionalizam estudos em que as imagens ganham centralidade e, indo além, nos quais as imagens não estão exclusivamente submetidas às palavras, mas em correlação com outras imagens, que parecem girar num mesmo campo gravitacional apesar das distância espaço-temporal que as separam.

## POR UMA ARQUEOLOGIA DO SABER VISUAL

Buscando evidenciar a memória visual que tais imagens constroem, o caminho metodológico aqui proposto consiste em trabalhar com o que Georges Didi-Huberman (2018b) chama de uma *arqueologia do saber visual*, numa aproximação epistemológica entre o pensamento visual do historiador da arte alemão Aby Warburg (1866 - 1929), explicitado em seu projeto-Atlas<sup>65</sup>, e a

---

<sup>65</sup> Alusão ao Atlas Mnemosyne, um conjunto de 40 pranchas nas quais o historiador reuniu imagens diversas da história da arte, da fotografia publicitária, do fotojornalismo, dentre outras. Os painéis de imagens por ele reunidos dizem menos pelos sentidos inscritos individualmente em cada uma das figuras do que pelos atritos provocados pelas aproximações e distanciamentos entre elas. Imagens cujas temáticas, temporalidades e estilos, apesar de tão diversos e da distância temporal que as separam, são inscritas num espaço físico onde é possível, por exemplo, dispor lado a lado e, com isso, fazer pensar, afrescos de Giotto e recortes fotojornalísticos do início do século XX. Para entender mais acerca da contribuição do projeto de Warburg, conferir Didi-Huberman (2013; 2018b).

filosofia de Michel Foucault. Num caso ou no outro, ou melhor, tanto na história das ciências de Foucault como na história da arte de Warburg, “combate-se o caráter irrevogável do valor (...), as distribuições do tempo (em que o ponto de vista arqueológico desmonta as certezas cronológicas), enfim, as unidades de representação.” (DIDI-HUBERMAN, 2018b, p. 71). Para Foucault, a arqueologia está diretamente relacionada ao que ele irá chamar de descontinuidades – “ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa” (FOUCAULT, 2020, p. 11) –, promovendo um novo modo de pensar a história que está menos preocupado com as unidades e mais atento às rupturas, em oposição a uma visão linear do tempo, de onde emerge a noção de um suposto sujeito originário, “adâmico”.

Didi-Huberman sufixa então a arqueologia do saber foucaultiana com o acréscimo da visualidade para caracterizar seu próprio projeto intelectual enquanto filósofo das imagens. Sem maniqueísmos, Didi-Huberman (2013) apresenta-se como um leitor respeitoso e não menos crítico do legado de Foucault, apontando tanto as aproximações entre seus pensamentos, quanto os momentos em que seus projetos não dialogam, como é o caso, por exemplo, de quando ele aponta que “Foucault radicaliza a descontinuidade (o contratempo), com o risco de perder de vista a memória (a repetição)” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 153), ou seja, ao rejeitar a ideia de um lugar de origem, Foucault também conferiria ao sintoma um lugar secundário, de descontinuidades, de “evento perdido” (IBID.).

Para esse trabalho, todavia, as aproximações nos parecem mais férteis. E tais vizinhanças se dão a ver, sobretudo, no que há de não-cronológico (ou melhor, de descontínuo ou dispersão) na arqueologia foucaultiana. Para Didi-Huberman (2015), “só há história anacrônica” (DIDI-HUBERMAN, 2015a, p. 43), e este é um ponto de confluência particularmente interessante com a arqueologia de Foucault, na medida em que esta também opera sobre uma (des)ordem cronológica que não é regular e homogênea (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 44).

Para Didi-Huberman (2015), uma importante ferramenta epistemológica para pensarmos o anacronismo é a montagem, ou melhor, a “montagem de tempos heterogêneos”, deixando “florescer o paradoxo” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 33) que emerge das imagens assim dispostas. Em contraste com uma história da arte tradicional, de consonância eucrônica, em que as imagens do passado devem ser compreendidas pelas chaves do próprio passado, uma epistemologia do anacronismo faz emergir a memória, em toda sua simultaneidade temporal, permitindo a abordagem de imagens do passado a partir de atritos, contrastes e encontros com produções do presente. Este é o movimento realizado tanto por Aby Warburg, em seu Atlas Mnemosyne, como por Didi-Huberman, em sua tese sobre as os panos de pintura abstratos presentes nos afrescos renascentistas de Fra Angelico, panos estes frequentemente deixados à margem dos estudos tradicionais por seu caráter não figurativo. É, no entanto, exatamente olhando para essa margem, para essa imagem abstrata que resiste *apesar de tudo*, que o filósofo percebe uma explosão do tempo, na medida em que gesto semelhante de tinta “aleatoriamente” aspergida no quadro reaparece, já no século XX, nas expressivas *action paintings* de Jackson Pollock (DIDI-HUBERMAN, 2015a).

Aqui, vale destacar que o movimento empreendido por Didi-Huberman é ainda mais radical que aquele realizado por Jean-Jacques Courtine com a intericonicidade, esta com ênfase na dimensão discursiva. Desvinculado do discurso, resta a sobrevivência (*nachleben*) das fórmulas de pathos (*phatosformeln*), materializadas nos gestos, portanto naquilo que se deixa fixar em imagem, os rastros de movimentos, ou melhor, o que resta das emoções que os corpos encarnam (DIDI-HUBERMAN, 2013).

Portanto, a montagem que será proposta na próxima seção configura-se como a experimentação de uma estratégia metodológica. Ela contribui para tornar “visíveis as sobrevivências, os anacronismos, os reencontros com as temporalidades contraditórias que afetam cada objeto, cada acontecimento, cada

pessoa, cada gesto” (DIDI-HUBERMAN, 2018a, p. 40). Posicionar lado a lado imagens de tempos distintos — mas que, em comum, tensionam a questão do ver e do ser visto —, permitirá explicitar as diferenças que as separam, assim como tatear as similaridades que as atravessam.

## EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Como foi mencionado na introdução deste estudo, ao investigarmos os regimes de visibilidade e vigilância contemporâneos é inevitável não atravessarmos a questão da exposição dos corpos e, conseqüentemente, dos olhares que os veem e por eles são vistos. Giselle Beiguelman (2021) nos ajuda a descrever este fenômeno, ao afirmar que “Somos vistos (supervisionados) a partir daquilo que vemos (as imagens que produzimos e os lugares em que estamos). Ou seja: os grandes olhos que nos monitoram veem pelos nossos olhos. É isso que diferencia a vigilância atual do sistema panóptico” (BEIGUELMAN, 2021, p. 63), caracterizando o que a pesquisadora irá chamar de *vigilância algorítmica* e que percebemos aproximar-se da noção de *vigilância distribuída* apresentada por Fernanda Bruno (2013) numa atualização da clássica abordagem de Foucault (2014b). A partir de ambos os conceitos se evidencia uma vigilância que se materializa a partir de um olhar que circula de muitos para muitos.

Vale destacar que a seleção (montagem) de imagens aqui expostas não tem a intenção de ser definitiva, mas móvel, sempre aberta a novas remontagens. A proposta é, antes de tudo, a de um experimentar fazendo, num efetivo “pensar debruçado” (DIDI-HUBERMAN, 2015b), a partir do qual a produção de conhecimento está intrinsecamente ligada à *tatilidade* mesma da experimentação, do “por a mão na massa”, abandonando, com esse gesto, o puro pensar distanciado para aproximar-se das imagens em estudo e, com isso *ver melhor*.

## O OLHO, O ESPELHO E A OBJETIVA: CONSTELAÇÃO IMAGÉTICA INICIAL

Ao longo da história ocidental, o ver e ser visto fascinou artistas das mais variadas modalidades, que a partir dos mais diversos recursos produziram obras preñhes de camadas discursivas e que até hoje provocam o olhar ao questionarem a posição do espectador na dinâmica da visibilidade dos corpos. Neste território, e compreendendo também as contribuições das narrativas audiovisuais e mitológicas, apresentamos um breve e inicial conjunto de imagens.

**Figuras 01, 02 e 03** Acima, *pintura Orfeu e Eurídice*, de George Frederic Watts (1880-90) e o *quadro Orfeu e Eurídice*, de Jean Raoux (aprox. 1709). Abaixo, print do filme

*Retrato de uma jovem em chamas*, na cena em que a pintora Marianne se põe a observar os observadores do seu quadro, submetido ao Salão em nome do seu pai.



**Fontes:** ARTS & CULTURE (2020); RETRATO (2019).

Começamos pela mitologia greco-romana: Orfeu, voltando do resgate de Eurídice do Tártaro, o reino dos mortos, desobedece às ordens de Plutão e Prosérpina e vira-se para ela. Mata, com esse olhar, sua amada (BULFINCH, 2002; Figuras 01 e 02). Tal mito articula-se diretamente com o filme francês *Retrato de uma jovem em chamas* (RETRATO, 2019), no qual a personagem Marianne opta por “congelar”, num de seus quadros, o exato instante prenhe que é esse olhar entre Orfeu e Eurídice. Ao posicionar o casal de personagens mitológicos de frente um para o outro, com as mãos em desenlace e, portanto, no momento preciso da separação (Figura 03), Marianne realiza uma escolha ao mesmo tempo sutil e radicalmente distinta da tradição pictórica, que costuma fixar a cena sempre no momento antes ou após o olhar fatal.

Ainda pensando a mitologia greco-romana, há a figura da medusa. Dentre suas várias representações, destacamos a força expressiva da Medusa pintada por Caravaggio em 1597 (VODRET, 2012). Sua cabeça — decapitada por Perseu a partir de uma estratégia de luta que consistia em olhar apenas para o reflexo do rosto da górgona em seu escudo —, de inimiga a ser vencida passa a ser um verdadeiro amuleto de proteção. Seus cabelos-serpentes e seus olhos, prenhe de pânico, têm a força de armas, petrificando todos aqueles que ousem fitá-los. O sangue que jorra do seu pescoço espirra, ao mesmo tempo, veneno e elixir da vida, morte e encanto (Figura 04). Ver é ser visto. E, nesse caso, tanto o ver como o ser visto constituem-se como sinônimo de morte, implicam o exercício de poder.

No Brasil, nos voltamos ao corpo amazônico de Iara, aqui pensada em relação — mas sem nunca se confundir — com o mito de Oxum Apará e Oiá (Iansã), esposas de Xangô na mitologia iorubá. Do espelho segurado pelas mãos da Mãe D’água (Iara) em contínuo reflexo da sua beleza, ou melhor, da beleza de um corpo que vibra na frequência da morte, passamos àquele que permite à Oiá constatar em si uma graça ainda maior que a de Oxum — esta que, em vingança, a faz olhar-se com o espelho de Egungum, cujos reflexos só permitem a visão da feiura, levando-a à morte e, ao mesmo tempo, à sua transformação em orixá (PRANDI, 2001, p. 323-325).

Já do panteão das divindades mesoamericanas trazemos a figura de Tezcatlipōca, nome asteca do Deus da vidência e da feitiçaria, e que significa *espelho fumegante*. Ele segura um “espelho mágico (redondo e feito de obsidiana polida) na parte de trás da cabeça (e, às vezes, como substituto de um de seus pés)” (GIBSON, 2012, p. 81) e é, ao mesmo tempo, um dos criadores do mundo e o responsável pela noite e pela morte, um vigilante a olhar a humanidade através do espelho que adorna seu corpo.

**Figura 04:** Medusa, de Caravaggio.



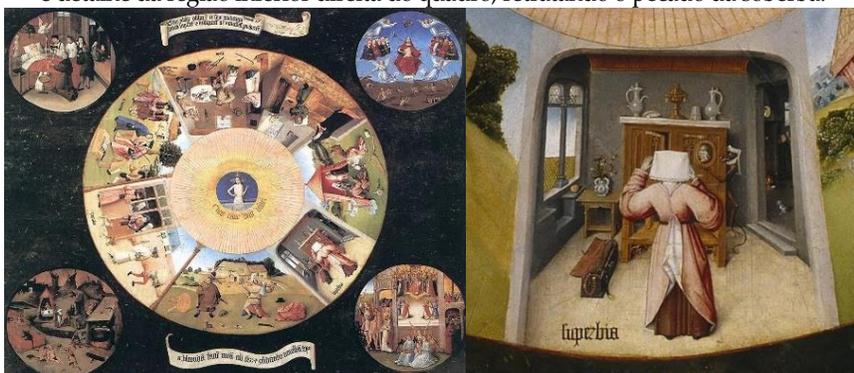
**Fonte:** ARTS & CULTURE (2021).

Tais aproximações do ver com o vigiar também podem ser observadas no quadro “*Os sete pecados capitais*” (1500-1520), de Hieronymus Bosch (BRUNO, 2013, p. 13). A obra exibe uma representação de Cristo como um olho que tudo vê — ao centro, na íris, e a córnea é dividida em sete cenas que representam os pecados capitais (Figura 05). A onipotência divina é então representada como uma espécie de panóptico (BENTHAM, 2019), que permite ver sem ser visto, como é reforçado pelo próprio versículo bíblico inscrito na pintura, no qual lemos o Deus dizer: “(...) vou ocultar-

lhe o meu rosto e ver o que lhes sucederá... Pois são uma geração perversa, filhos sem lealdade” (ABRIL, 2011, p. 110).

Ainda na mesma peça, vale um recorte para o pecado da soberba, retratado no quadro na porção sudeste da córnea (Figura 06). Nela, vemos uma mulher finamente vestida se olhar num espelho côncavo sorrateiramente suspenso por um demônio que se esconde atrás do armário, num jogo de perspectiva que evoca a técnica e o tema trabalhado quase um século antes por Jan Van Eyck no seu quadro *O Casal Arnolfini* (ABRIL, p. 114). Aqui, olho e espelho coincidem, ao serem retratados em contextos nos quais recorrem-se não apenas à dimensão da visibilidade, como também a da vigilância, seja ela divina ou diabólica.

**Figuras 05 e 06:** *Os sete pecados capitais e as quatro últimas coisas*, de Hieronymus Bosch, e detalhe da região inferior direita do quadro, retratando o pecado da soberba.



Fonte: WIKIART (2021)

No cenário contemporâneo, a questão da visibilidade é um ponto central no contexto das videoconferências mediadas por plataformas como *Skype*, *WhatsApp*, *Zoom* ou *Google Meet*, por exemplo (Figura 07). Nesses espaços, ver e ser visto ora coincidem, ora se afastam, a depender da disposição ou qualidade do acesso das partes envolvidas naquela comunicação. No entanto, mesmo num cenário em que haja a presença audiovisual de todos os participantes da sessão, nunca é possível que um olhe *efetivamente* para o outro. Há sempre o que Byung-Chul Han irá chamar de uma *assimetria do*

*olhar*, posto que, “quando se vê nos olhos o rosto na tela, o outro crê que se olhe levemente para baixo, pois a câmera está instalada na extremidade superior do computador.” (HAN, 2018, p. 47), constituindo uma comunicação paradoxalmente carente de olhar, mantenedora de uma eterna distância. Nesse cenário, a imagem simbólica do espelho ecoa quando visualizamos as interfaces — aqui entendidas como espaços de interação (SCOLARI, 2018) — dessas plataformas como espelhos de seus usuários, que interagem sempre olhando para sua própria imagem, seja ela fixa, em forma de avatar, ou em movimento, com a câmera ativada.

**Figura 07:** Tela de uma conferência via Google Meet (Imagem de divulgação do Google).



Fonte: Google (2021).

Aqui, vale a pena destacar a centralidade da já mencionada empresa Google, apresentada por Shoshana Zuboff (2020) enquanto pioneira e representante do *capitalismo de vigilância*, equivalente ao que foi a Ford e a General Motors para o capitalismo gerencial e industrial. Dentre as múltiplas definições que convergem para a elaboração complexa desse conceito por parte da professora Shoshana Zuboff, destaco que o apresenta

enquanto “uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas” (ZUBOFF, 2020, p. 7).

No lugar da *produção*, no entanto, no capitalismo de vigilância a ênfase está na *extração* de dados dos usuários — o chamado *superávit comportamental* — que, desde a bolha da internet dos anos 2000, constitui-se a principal matéria-prima do Google para a elaboração de produtos de predição, estes últimos a mais robusta fonte de renda da empresa (ZUBOFF, 2020, p. 80-118).

Ainda salta aos olhos que, em um dado momento da sua análise, Zuboff chega a aludir à metáfora de um *espelho unidirecional* (como aqueles presentes em salas de interrogatórios policiais) para sintetizar a relação hierárquica de vigilância que opera entre a *big tech* e seus usuários, “baseadas em assimetrias de conhecimento e poder” (ZUBOFF, 2020, p. 100), através da qual é a empresa, e não os usuários, que tem acesso e comercializa os dados coletados junto aos seus verdadeiros clientes, a saber, o mercado de comunicação e marketing.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram expostos alguns conceitos que contribuem para o estudo das imagens, como são os de discurso, arqueologia, intericonicidade e arqueologia do saber visual. Além disso, foram destacadas as aproximações e distanciamentos entre as apostas arqueológicas de Georges Didi-Huberman e de Michel Foucault, este último também através da atualização realizada por Jean-Jacques Courtine com a noção de intericonicidade.

Com este trabalho, buscamos contribuir para o debate teórico acerca do estudo das imagens. Na experimentação metodológica proposta, e ilustrada por um conjunto de imagens que mobilizam signos visuais como os do olho, do espelho e da objetiva, propusemos trabalhar com uma arqueologia do saber visual que

auxilie na investigação da visibilidade e da vigilância na contemporaneidade.

Nesse movimento, mostrou-se fecunda a abordagem anacrônica e dispersa, marca da arqueologia de Foucault revisitada e redimensionada por Courtine, com a intericonicidade; e por Didi-Huberman, com seu projeto teórico de realizar uma arqueologia do saber visual. A partir destes atritos foi possível reunir um conjunto de imagens deslocadas espacial e temporalmente entre si e, com isso, realizar aproximações entre o olho e o panóptico-objetiva, o espelho e o olho, a objetiva e o espelho, ou mesmo da tríade entre si, sobreposta, num movimento vertiginoso que possibilita traçarmos uma memória das imagens — sejam elas estáticas, em movimento ou mitológicas, e para nos atermos apenas aos exemplos aqui apresentados — que contribui para o estudo acerca da visibilidade e vigilância, dois temas imprescindíveis de serem debatidos no contexto de produção, rastreamento e distribuição das imagens midiáticas nas sociedades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- ABRIL, Coleções. **Bosch**: Abril Coleções. São Paulo: Abril, 2011.
- BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BENTHAN, Jeremy. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BULFINCH, Thomas. Orfeu e Eurídice. *In*: BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. A história da arte como disciplina anacrônica. *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015a.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Pensar debruçado**. Lisboa: KKYM, 2015b.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem queima**. Curitiba: Editora Medusa, 2018a.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou o gaio saber inquieto**: o olho da história, III. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018b.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. As unidades do discurso. *In*: FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- GIBSON, Clare. **Como compreender símbolos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.
- HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MILANEZ, Nilton. Intericonicidade: da repetição das imagens à repetição dos discursos de imagem. **Acta Scientiarum. Language and Culture Maringá**, v. 37, n. 2, p. 197-206, abr-jun, 2015.

PRANDI, Reginaldo. Oxum Apará tem inveja de Oiá. *In*: PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RETRATO de uma jovem em chamas. Direção: Céline Sciamma. França: Enterprise Productions, 2019 (120 min).

SCOLARI, Carlos. Ley 1: la interfaz es el lugar de la interacción. *In*: SCOLARI, Carlos. **Las leyes de la interfaz**: diseño, ecología, evolución, tecnología. Barcelona: Gedisa, 2018.

VODRET, Rossella. **Caravaggio e seus seguidores**. São Paulo: Base 7 Projetos Culturais, 2012.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

## REFERÊNCIAS VISUAIS

ARTS & CULTURE. Orpheus and Eurydice - George Frederic Watts. Disponível em: <https://g.co/arts/q69W6RZXSWpSfXbb8>.

Acesso em: 12 set. 2020

ARTS & CULTURE. Orpheus and Eurydice - Jean Raoux. Disponível em: <https://g.co/arts/z8iH3djrYRnScsA29>. Acesso em: 12 set. 2020.

ARTS & CULTURE. Medusa - Caravaggio. Disponível em: <https://g.co/arts/7DaCiRVdQKEj9upq6>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GOOGLE, Ajuda. Saiba mais sobre o novo layout do Meet. Disponível em: <https://support.google.com/meet/answer/10550593?hl=pt-BR>. Acesso em: 29 jun. 2021.

RETRATO de uma jovem em chamas. Direção: Céline Sciamma. França: Enterprise Productions, 2019 (120 min).

WIKIART. Os Sete Pecados Capitais e as Quatro Últimas Coisas. Disponível em: <https://www.wikiart.org/pt/hieronymus-bosch/os-sete-pecados-capitais-e-as-quatro-ultimas-coisas-1485>. Acesso em: 30 ago. 2021.

# A EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA NA INTERNET E A LEI Nº13.718/2018

Eduarda Shirley Fernandes de Oliveira Vale Pedrosa  
Rodrigo Vieira Costa

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso X, ressalta que todo e qualquer indivíduo tem resguardado o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem; caso esse seja ceifado, tem o direito à indenização pelo dano sofrido, seja ele material ou moral. Já o Código Civil dispõe, em seu artigo 12, que caso exista a ameaça ou lesão ao direito da personalidade, o indivíduo dispõe de meios para que a cessação do ilícito ocorra, além do mesmo ser reparado pelos danos e perdas sofridos, detendo cunho reparatório e inibitório. Ambos buscam reparação para as máculas nos direitos dos envolvidos, seja esse dano praticado no mundo virtual ou físico.

O advento da Internet evidencia não só uma evolução de tecnologia que proporciona, por meio de artefatos inovadores, comunicação e divulgação mais rápida e efetiva de arquivos e noticiários, possibilita interação entre os indivíduos de forma mais intensa. As relações interpessoais foram atingidas pelo progresso das tecnologias, inserindo os sujeitos no cenário das denominadas redes sociais. Quando atos ilegais ocorrem nesse meio, não raro geram dano psicológico e moral, eivando o mundo virtual de fatos definidos como crimes virtuais, dentre eles, a prática da pornografia de revanche ou o *revenge porn*.

A disseminação não consensual de imagens íntimas tornou-se uma nova forma de violência de gênero que se popularizou no país, consistindo em publicação de conteúdo não autorizado que contém material libidinoso. Esse ato ocorre na maioria das vezes, em virtude de uma inconformidade de uma das partes pelo fim de um relacionamento, e é visto como punição pela ruptura da relação.

Quando isto ocorre, um dos parceiros divulga cenas íntimas dos envolvidos com o intuito de macular a honra da vítima, sendo as mulheres as vítimas mais frequentes desse delito.

Porém, por muitos anos não havia legislação específica enquadrando a conduta como crime. Ao analisar o Código Civil, Lei Maria da Penha e Código penal percebe-se que inexistia previsão legal direcionada a punir o sujeito que praticasse a pornografia de rechanche.

Houve um avanço legislativo relacionado a prática de crime fazendo uso da internet com a aprovação da Lei 12.737/2012, conhecida como “Lei Carolina Dieckmann”, na qual inseriu modificações no Código Penal através dos dispositivos 154-A e 154-B, tipificando como crime se apossar de informações de instrumentos informáticos ou ainda produzir, oferecer, distribuir, vender ou difundir dispositivo ou programa de computador com o intuito de assegurar a prática da conduta prevista; sendo esse de ação penal pública condicionada à representação, com exceção de crimes praticados em face da administração direta ou indireta e empresas concessionárias de serviços públicos. Contudo, permanece a inércia do legislador quando o fato se relaciona a pornografia de rechanche.

Ainda com a finalidade de regulamentar o ciberespaço em outras áreas diversas da penal, em 22 de abril de 2014 foi aprovada pelo Senado Federal e sancionada pela então presidente da república, Dilma Rousseff, a Lei n. 12.965/2014, apelidada como o Marco Civil da Internet. Essa traz em seus dispositivos mecanismos de combate ao cibercrime e dispõe de três colunas principais: neutralidade da rede, privacidade dos usuários e liberdade de expressão (SAVEGNAGO; WOLTMANN, 2015).

O Marco Civil (Lei nº 12.935/2014) e a Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012) surgiram no ordenamento jurídico para resguardar os usuários e provedores dessas práticas criminosas e garantir a privacidade no ciberespaço. A previsão legal de condutas cometidas no mundo virtual enquanto crime nessas legislações marca um importante avanço contra os cibercrimes, pois apesar de

ser um ambiente virtual “deve ele ser passível de ser regido pelo direito, até porque seus resultados são materiais” (COSTA, 2011, p. 30). Porém, esses não resguardam de forma integral as vítimas da pornografia de revanche.

Devido à ausência de um tipo penal, surgiu em 24 de setembro de 2018 a Lei 13.718/2018, que enquadrou tal ato como violência de gênero, denominando o delito “Exposição Pornográfica Não Consentida”, referindo-se à exposição de intimidade sexual não autorizada.

Em face à nova realidade que surge no ordenamento jurídico, o presente estudo visa analisar o fenômeno denominado pornografia de vingança e as modificações trazidas pela Lei 13.718/2018 que em seu artigo 218 do Código Penal letra “C” que estabeleceu o crime de “Exposição Pornográfica Não Consentida”. Para isto, utiliza como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental<sup>66</sup>, considerando a legislação atual, revistas, teses e artigos jurídicos que embasam o desenvolvimento da pesquisa. Quanto aos fins, a pesquisa proposta será descritiva, com a utilização dos métodos científico e dedutivo. O estudo é organizado em duas seções: a primeira seção investiga a prática da pornografia de revanche no território brasileiro sob o viés sociojurídico e a segunda, aborda as alterações no ordenamento jurídico por meio da Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.

## **PORNOGRAFIA DE REVANCHE**

A pornografia de revanche, ou *revenge porn*, é definida como o ato de propagar, sem consentimento dos envolvidos, utilizando como meio principal a internet, material de cunho sexual, registrado majoritariamente por homens, com a finalidade de ceifar o direito à privacidade por meio da exposição da intimidade,

---

<sup>66</sup> Não é possível expor de forma mais detalhada as informações dos casos fáticos analisados nesse estudo, pois são oriundos de processos judiciais e protegidos pelo segredo de justiça.

ocasionando “danos sociais e emocionais praticamente irreparáveis na vida da vítima” (BUZZI, 2015, p. 29). A expressão pornografia de revanche faz referência ao ato de publicar fotos ou vídeos contendo cenas de nudez explícita em atos sexuais sem a autorização dos envolvidos, com o propósito de vingar-se da parceira pelo fim da relação afetiva, “não se tratam de cenas de violência sexual, mas de sexo, nudez ou pornografia sem que a pessoa fotografada ou gravada tenha dado consentimento para a difusão” (CUNHA, 2018, p. 6).

A prática não surgiu com o advento da internet, já era registrada na década de 1980. Na época, a revista *Hustler*, oriunda dos Estados Unidos, tinha como pauta registros de conteúdo adulto de matéria sexual (ELLIS, 2017, p. 1). Esta, detinha material amador contendo a intimidade exposta de mulheres anônimas que não haviam concedido autorização expressa para publicação. Relações pessoais que são eivadas de elementos como posse, sexo, amor, ciúme, erotismo, material íntimo, rompimento e vingança tornam-se alvo fácil da prática da pornografia de vingança quando há um inconformismo pelo fim do relacionamento por parte de um dos envolvidos.

A prática vale-se de uma sociedade que normatiza o comportamento submisso por parte das vítimas, em sua maioria mulheres. O que repercute também no mundo virtual, onde se mantém imposições e limites em conformidade com normas éticas e sociais arcaicas, de um padrão de comportamento feminino: “ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem -lhe que não tome atitudes de menino, proíbem-lhe exercícios violentos, brigas” (BEAUVOIR, 1967, p. 23).

Devido a essa dominação masculina, oriunda de valores culturais e reflexo da herança histórica e patriarcal do país, as mulheres são denominadas “culpadas” quando ocorrem tais práticas, por terem permitido o registro durante a relação, revelando a penalidade social imposta. A pornografia de revanche é, portanto, um instrumento de devastação da honra e moral desses sujeitos perante a sociedade, porém, tendo a internet como meio facilitador de divulgação de conteúdo erótico não consensual,

devido a sua rapidez e fácil popularização, é muito difícil a retirada total desse conteúdo pós divulgação inicial, mesmo quando ocorreu a vigência da Lei Carolina Dieckmann (Lei Federal nº.12.737/2012) e Lei do Marco Civil (Lei Federal nº. 12.965/2014), que não resguardava as vítimas da pornografia de revanche.

As consequências podem ser ainda mais avassaladoras quando, junto com a exposição de material erótico não autorizado, fornecidos por um dos envolvidos na relação, há a divulgação de informações pessoais que permitem a identificação e localização da vítima, o que a torna ainda mais vulnerável às mais diversas violências, sejam elas de origem virtual ou física devido a sua exteriorização total no meio cibernético. O meio virtual proporciona que um número considerável de pessoas tenha acesso de forma rápida ao conteúdo, devido à instantaneidade de prolação de material, as consequências são difíceis de reverter e reparar.

Conforme os dados divulgados pela a organização Safernet<sup>67</sup> Brasil em 2014, dos 1.225 pedidos de orientação psicológica realizados, 224 eram relacionados à questão de vazamento de fotos íntimas, no qual 81% dos pedidos por orientação foram feitos por mulheres; 18% foram de homens e 3% não informaram seu gênero. Quando há dano a dignidade sexual de alguém, particularmente quando essa é uma mulher, “haverá turbação em seu estado de espírito, sendo ainda mais grave quando a violação desse direito ocorre através dos meios tecnológicos no mundo virtual, como na pornografia de vingança” (ROCCO; DRESCH, 2014, p. 6).

A proteção à liberdade sexual está prevista no Título IV em seu Capítulo I do Código Penal, que consiste em combater atos sexuais efetuados sem a autorização da vítima ou por meio de uma permissão viciada, maculando a liberdade sexual. A previsão legal mencionada está intimamente “relacionada ao direito ao gozo da vida privada, à intimidade e à honra, resguardados no artigo 5º, inciso X da

---

<sup>67</sup> A Associação instituída em 20 de dezembro de 2005 não possui fins lucrativos e atua em parceria com os Ministérios Públicos Federais e Estaduais (SAFENET BRASIL, 2005).

Constituição Federal, e não devem estar vinculadas aos ideais morais, religiosos, culturais ou filosóficos” (NUCCI, 2014, p. 26).

Essas previsões possuem duas finalidades: resguardar a liberdade sexual de cada sujeito de se “autodenominar conforme sua subjetividade e garantir que terceiros não maculem o exercício desse direito” (QUEIROZ, 2015, p. 2). A pornografia de revanche é um delito que fere a liberdade sexual, pois faz referência às cenas íntimas do casal, nas quais estas pessoas se deixaram registrar em um momento de confiança mútua, trata-se da intimidade dos envolvidos que é exposta de forma não consensual, ferindo a liberdade sexual, a integridade física, moral e psicológica da parceira.

Desta forma, como qualquer ato conceituado como ação da vida íntima, a relação sexual de cada indivíduo, desde a masturbação à prática sexual com terceiros, goza de proteção estabelecida constitucionalmente, independente da forma como se desenvolve, desde que conforme os limites estabelecidos pela legislação. “É inadmissível a prática de dano através da exposição da intimidade ou vida privada sem o seu consentimento” (NUCCI, 2014, p.106).

No Brasil, um dos casos que mais ganhou visibilidade de pornografia de vingança ocorreu no ano de 2005, no qual a jornalista Rose Leonel foi surpreendida ao tomar conhecimento da publicação realizada pelo seu ex-namorado via e-mail de suas fotos pessoais eróticas após o fim da relação. Além do material mencionado que foi divulgado havia também dados pessoais que identificavam a vítima. “O ato relacionado à Rose Leonel ganhou grande proporção, pois cerca de 15 mil pessoas receberam esses e-mails” (ROCHA, 2017, p. 31).

No caso em questão, conforme Nomura (2017, p.1), “houve a propagação do conteúdo em etapas, utilizando e-mails como também distribuição via CDs desse material na cidade na qual ela residia: Maringá, no interior do estado do Paraná”. A jornalista ainda relata que tal delito foi praticado durante quatro anos e que o delinquente se apropriou do seu endereço eletrônico para também enviar o conteúdo como se fosse ela.

Em virtude de tal delito, além de danos a sua moral, a vítima foi demitida e até então não consegue auferir oportunidades profissionais. De acordo com Nomura (2017, p. 1), “os filhos também sofreram as consequências da atitude praticada pelo ex-namorado de sua mãe, o primogênito foi forçado a mudar de país e a mais nova foi alvo de *bullying*, sendo obrigada a mudar de escolas várias vezes”.

Rocha (2017, p. 31) “relata ainda que há grave problema das medidas que são propostas pelo ordenamento jurídico brasileiro, pois a vítima realizou mais de dez boletins de ocorrência contra o agressor de natureza civil e penal, e as agressões ainda continuavam”. O agressor foi condenado à multa de R\$ 3.000,00 na esfera do Juizado Especial e no processo civil foi imposta uma indenização de R\$ 30.000,00. Já na esfera criminal, o ofensor foi condenado a um ano e onze meses de reclusão, a pena “foi convertida em trabalhos sociais e multa mensal de mil reais” (ROCHA, 2017, p. 31). Após toda a agressão sofrida, Rose Leonel fundou em 2013 a ONG Marias da Internet, que tem como objetivo resguardar psicologicamente e juridicamente mulheres que foram vítimas da pornografia de revanche no Brasil.

Um outro caso bastante notório no nosso país, ocorreu no dia 3 de outubro de 2013, a vítima teve seu vídeo divulgado pelo ex-namorado Sérgio Henrique de Almeida Alves, via *WhatsApp*, “após o término do relacionamento e não responder às indagações que sujeito citado fazia” (BUZZI, 2015, p. 49). O conteúdo foi rapidamente propagado e destacado em virtude de “um ato do indivíduo durante a prática do sexo anal, inclusive alguns famosos, tiravam fotos fazendo referência ao mesmo gesto praticado pela vítima” (ROCHA, 2017, p. 33).

Conforme Buzzi (2015, p. 51), “a vítima se dirigiu até a delegacia para registrar o boletim de ocorrência, mesmo com a divulgação e compartilhamento desse material que também continha imagens de sua filha menor e de seu número particular, nada foi feito”. A vítima foi impulsionada a mudar sua aparência radicalmente e a deixar seu trabalho, além de interromper sua faculdade por falta de verba. Já o

agressor continua exercendo seu ofício despreocupadamente, atualmente está casado e tem um filho.

A vítima, em seu depoimento, ressalta que: “Não me arrependo porque fiz por amor, com uma pessoa que eu amava e em quem eu confiava. Só que isso não deveria ter sido mostrado para ninguém. Eu confiei. Eu nunca imaginei que ele faria isso” (BUZZI, 2015, p. 52).

Outro caso a ser analisado ocorreu na cidade de Parnaíba-Piauí. Neste, houve a publicação e compartilhamento de dois vídeos no qual três adolescentes praticavam sexo. Dentre eles, havia uma adolescente de 17 anos que cometeu suicídio após o material ser divulgado. A segunda garota exposta no vídeo também tentou tirar sua vida, porém foi socorrida e a saúde física restabelecida. Rocha (2017, p. 40) ressalta que a primeira já “demonstrava nas redes sociais abalo emocional em virtude de tal ato, se despedindo de sua mãe por meio de fotos onde as duas estavam juntas, pedindo desculpas pelo fato”. A família da jovem não teve acesso ao conteúdo e a situação até que a mesma cometesse suicídio.

Rocha (2017) acredita que a autculpabilidade, elemento presente na pornografia de revanche, “tenha sido determinante para que a garota não tenha buscado amparo necessário junto à família, o que poderia ter evitado sua morte” (ROCHA, 2017, p. 38).

Ao analisar os casos expostos, observa-se que infelizmente temos não só uma cultura conservadora, mas uma legislação que não possui uma execução eficaz. Porém, houve um avanço legislativo na repressão da pornografia de revanche, aplicando penalidade condizente com as práticas e consequências desse delito. Logo, a Lei 13.718/18 apresenta maior evolução na contenção da prática e penalização da *revenge porn*.

## **A LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**

A Lei nº 13.718 de 2018, aprovada dia 24 de setembro de 2018, alterou significativamente o Código Penal Brasileiro ao

acrescentar como delito a pornografia de revanche. Desenvolveram-se instrumentos para o combate do delito, compartilhamento de conteúdo de cunho sexual não consensual e penalidade embasada nas decisões judiciais anteriores que melhor assegurasse a vítima em sua integralidade. Com a aprovação, o Código Penal foi modificado, incluindo como delito no ordenamento jurídico do Brasil os atos acima indicados e estabelecendo as penalidades e causas de aumento.

Com a aprovação e publicação da Lei nº 13.718, surgiu no ordenamento jurídico um novo delito previsto no artigo 218-C do Código Penal, esse é considerado mais um instrumento que “busca proteger a respeitabilidade do ser humano em matéria sexual, garantindo-lhe a liberdade de escolha e opção, sem qualquer forma de exploração, especialmente quando envolver formas de violência” (NUCCI, 2014, p. 18).

As legislações já existentes só faziam referências às temáticas envolvendo crianças e adolescentes como ocorre nos artigos 241 e 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O grande diferencial da Lei nº 13.718/2018 é a amplitude de previsão, impondo penalidades contra qualquer um que publicar ou disseminar de forma não consensual o conteúdo de cunho sexual, erótico ou que faça referência a estupro contra qualquer indivíduo, em qualquer meio de reprodução, “ao contrário do que ocorre em figuras semelhantes tipificadas no ECA, não são punidas as condutas de aquisição, posse e armazenamento” (CUNHA, 2018, p. 5).

A relevância da Lei nº 13.718/2018 está no fato de resguardar a dignidade sexual e determinar como delito penal a propagação, por meio de qualquer instrumento de registros, documentos com cenas obscenas, sem o consentimento daqueles e daquelas que nelas estão presentes. Antes do advento desta legislação, o autor da conduta conhecida como pornografia de revanche era enquadrado como autor de injúria ou difamação, algumas vezes submetido ao aumento de pena em virtude da utilização de instrumento facilitador de propagação.

A penalidade imputada ao agressor era considerada leve para a proporção das consequências que a atitude gerava para a vítima. Atualmente, o indivíduo que praticar a denominada pornografia de vingança está sujeito à penalidade de um a cinco anos de reclusão, se o ato cometido não se enquadrar em delito mais grave.

Ao analisar o caput do artigo 218-C do Código Penal, percebe-se que se trata de uma previsão penal mista alternativa, pois descreve uma diversidade de atitudes enquadradas comodelito, e a isto ocorre “[...] quando a norma descreve várias formas de realização da figura típica, em que a realização de uma ou de todas configura um único crime” (CAPEZ, 2012, p.93).

Há nove condutas que podem caracterizar o delito de disseminação de material erótico não autorizado, evidenciando a preocupação do legislador em resguardar a vítima contra toda e qualquer conduta, determinando como fato típico e punível os atos de difusão ou emissão aovivo de vídeos e imagens pornográficos não outorgados pelos envolvidos, verificando omagistrado se há pluralidade de atos ao determinar a pena do infrator. Destacando que, caso a vítima não tenha atingido a maioria, o infrator será submetido às penalidades impostas pelos artigos 241 ou 241 – A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O dispositivo também é composto ainda por dois parágrafos, o primeiro deles estabelece majoração de pena de um a dois terços, caso o transgressor que cometer o ato tenha algum envolvimento embasado na confiança com a vítima ou estivesse em uma relação que chegou ao fim, tendo praticado o ato com a finalidade de se vingar pelo término da relação, sendo eficaz na imposição de penalidade.

Importante ressaltar que a relação íntima a que se refere a legislação não engloba os vínculos de parentescos envolvendo ascendentes, descendentes ou colaterais, o que se aplica quando essas características tiverem presentes o art. 226, II, do Código Penal. O dispositivo citado regulamentará aumento de penalidade, quando o sujeito que pratica o ato sexual possui ligações sociobiológicas com a vítima.

Enquanto a Lei nº 13.718/2018 é aplicado quando o envolvimento for de cunho amoroso com a vítima, como ocorre no caso de encontros ocasionais, namoro, noivado, casamento ou na união estável.

O aumento da pena constantemente é aplicado na chamada pornografia de revanche que ocorre nessa situação, quando o enlace se rompe e um dos parceiros, movido pelo inconformismo, divulga material com teor de nudez ou composto por cenas eróticas. Existe a aplicabilidade da majorante inclusive quando há relacionamentos fugazes, o indispensável é a finalidade de vingar-se.

Já o segundo parágrafo faz referência à excludente de ilicitude do ato, que conforme a legislação será aplicada quando o compartilhamento ou uso do conteúdo tiver finalidades educacionais e fizer uso de mecanismos que não permitam o reconhecimento dos envolvidos na cena por outrem, sendo imprescindível a autorização dos que se fazem presentes nas cenas e que esses já tenham atingido a maioria.

Destaca-se que como o objetivo da pesquisa é o fragmento do artigo 218 - C que estabelece enquanto conduta tipificadora a publicação de material que faça referência ao sexo ou a nudez de forma não autorizada, faz-se necessário analisar questões referentes a consumação do delito e sua voluntariedade. No que se refere à voluntariedade na execução do fato criminoso, não há qualquer exigência de requisitos subjetivos determinados legalmente, sendo o dolo elemento essencial caracterizador para a consumação do delito, inexistindo nesse tipo penal a modalidade culposa em virtude da própria peculiaridade das ações estabelecidas por lei. Porém, ressalta-se que é possível a existência de crime permanente quando o meio para divulgação do material for eletrônico e há uma tentativa na prática do delito (CUNHA, 2018, p. 6).

Outra faceta que merece destaque da Lei nº 13.718/2018 encontra-se em seu artigo 225, que estabelece que nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste título, será processado por meio da ação condicionada. Tal modificação não é vista como favorável

à vítima de um delito dessa magnitude, tendo em vista que a esta é obrigada a envolver-se nas fases do procedimento penal que trata de um fato que a maculou em vários aspectos de sua subjetividade, inclusive moral e mental.

Há, conforme Cunha (2017), uma parcela da doutrina que se posiciona entendendo que impor “a representação abre margem para impunidade, pois a inércia da autora poderá provocar a extinção de punibilidade caso decorram seis meses” (CUNHA, 2017, p. 519). É louvável a existência de legislações que combatam crimes contra a sexualidade, porém, impor sua participação ativa, em um processo que a leva a relembrar fatos com tantas consequências pessoais, revela despreocupação estatal em face ao estado psicológico que esta se encontra a vítima.

Deve-se primar pela liberdade que a vítima possui de não ter que acompanhar fatos que tanto maculam seu estado de espírito, agindo em consonância com o artigo 5º, X da Constituição Federal de 1988 que reconhece enquanto direitos invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, resguardando o direito à indenização pelo dano sofrido em virtude de sua violação, seja ele material ou moral.

Com a finalidade de resguardar a intimidade das vítimas da pornografia de revanche, o estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América, aprovou um Projeto de Lei que dá a estas pessoas a possibilidade de terem seu nome preservado no trâmite judicial, “a aprovação do Projeto de Lei representa mais um avanço no combate à pornografia de vingança e na proteção das vítimas de seus devastadores efeitos” (KAC; MALAFAIA, 2018, p. 1). Dessa forma, os processos judiciais envolvendo crimes sexuais praticados na Califórnia em que exista a publicação de material poderão os agredidos utilizar onomatopose, que consiste na possibilidade da vítima usar nome diferente do real, para preservar sua identidade. Esse instrumento legislativo faria grande diferença às vítimas brasileiras se fosse adotado pelo nosso ordenamento.

Passa-se a analisar casos de grande repercussão nacional com o objetivo de demonstrar a discrepância entre o dano causado e as

penalidades existentes antes da aprovação da Lei nº 13.718/2018. No caso da primeira vítima notória desse delito, seu ex-namorado publicou conteúdo obsceno pessoal de ambos sem sua autorização, este foi compartilhado pelos mais diversos meios eletrônicos na cidade de Maringá-PR. Ela judicializou a demanda, o demandado recorreu da decisão proferida em primeiro grau, alegando que inexistiam provas que indicassem sua autoria e que a perícia não traria laudo conclusivo. Ao julgar o recurso, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a decisão emitida pelo juiz de primeiro grau, condenando-o pelos crimes de difamação e injúria (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Criminal nº 756.367-3. Relatora: Desembargadora Lilian Romero. 2ª Câmara Criminal. Curitiba, PR, 07 de julho de 2011. Diário da Justiça Eletrônico, 27 de julho de 2011. n. 681).

Diante da ausência de criminalização no período, o julgador utiliza os artigos 139, caput, e 140, caput, do Código Penal que regulamentam a difamação e injúria, respectivamente, para fundamentar sua decisão e impor a penalidade ao agressor. Não há na decisão referência ao aumento de penalidade por intuito de vingar-se ou humilhar para com a vítima como também a presença de um relacionamento amoroso anterior à prática, isso ocorre em virtude da inexistência de tipificação da conduta. O tribunal faz referência ao dispositivo 141 do Código Penal, inciso III para aumentar a sanção em um terço, em virtude de ter utilizado meio facilitador de publicação do conteúdo, já que o mesmo foi emitido por meios virtuais de fácil acesso e compartilhamento.

Verifica-se ainda que os magistrados confirmaram a decisão emitida pelo Juizado Especial Criminal, e julgam totalmente descabida a pretensão da parte ré. Destaca-se ainda que a pena aplicada consistiu em 1 ano, 11 meses e 20 dias de detenção e 88 dias-multa, em regime aberto. Essa foi convertida em pena restritiva de direito, prestação de serviços comunitários e na quantia equivalente a R\$ 1.200,00 direcionada à vítima.

Se o fato tivesse sido julgado embasado na Lei nº 13.718, a aplicabilidade da penalidade seria reclusão de um a cinco anos,

sofrendo ainda aumento, pois o agressor se relacionava com a vítima de forma romântica, ficando evidente seu intuito de vingar-se dela pelo rompimento do relacionamento.

Um outro caso a ser analisado ocorreu no Espírito Santo no ano de 2018. O agressor, que se chamava Gabriel, por meio de ameaça, extraviou o aparelho telefônico de sua ex-namorada, e, ao manuseá-lo, encontrou fotos dela contendo nudez. De posse do material, disseminou-o nas redes sociais, com comentários difamatórios. Em primeira instância, o magistrado condenou o acusado a 8 meses e 17 dias de reclusão, porém, sem qualquer majorante. O demandado recorreu da decisão de primeiro grau, reivindicando a absolvição, fundamentado na inexistência de indícios que comprovassem a autoria. O representante do Ministério Público também interpôs recurso, com o objetivo de ter aumento de pena conforme artigo 154-A do Código Penal.

Em análise a situação descrita, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo deu provimento ao recurso interposto pelo Ilustre Representante do Ministério Público, majorando a pena em seu grau máximo em virtude da pornografia de revanche praticada pelo réu, que havia utilizado meio eletrônico para publicação do conteúdo, o que facilitou a disseminação, estabelecendo como sanção um ano, dois meses e oitos dias de reclusão (TJ-ES – AC: 0003583-73.2014.8.08.0011, Relator: Willian Silva. Vitória, Data de Julgamento: 16.02.2018). Porém, a penalidade foi revertida em duas restritivas de direito, uma equivalente à prestação pecuniária e uma em prestação de serviço, o que não é correspondente com as consequências que a vítima sofre após o ato do agressor.

O terceiro caso em análise, trata-se de um agressor que, para se vingar pelo fim do relacionamento, publicou na Internet fotos e vídeos com cenas de sexo entre ele e a vítima, tal fato provocou a perseguição da vítima nos mais diversos setores da sociedade, o que causou a ela danos psíquicos.

O juízo de primeiro grau de Minas Gerais, condenou o réu às práticas contidas nos artigos 139, caput do Código Penal por dois delitos e no artigo 140, caput da legislação penal, por dois delitos,

juntamente com o que está previsto no artigo 141, III, do mesmo código. A sanção imposta foi computada em dois anos, três meses e vinte e seis dias de reclusão no regime aberto e 266 dias multas. Após o recurso, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais reconheceu a gravidade do ato praticado pelo agressor, mas em virtude da ausência de legislação específica manteve a condenação (STJ - ARESP: 1261381MG 2018/0057215-3, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Publicação: 18/06/2018).

Os casos analisados no presente estudo são fundamentados nos mesmos dispositivos das decisões anteriores. Ressaltando que a pena máxima do delito de calúnia é de dois anos, e o de injúria é de seis meses. Porém, o último obteve penalidade mais grave que as demais, não em virtude de uma nova legislação, mas das práticas reiteradas. Caso a Lei 13.718 fosse imposta em todos os casos analisados, aumentaria a sanção consideravelmente, visto que a penalidade mínima que a presente impõe é de um ano. Outro aspecto importante a ser evidenciado é a possibilidade de a sanção ultrapassar os quatro anos, o que torna impraticável a conversão de pena privativa de liberdade em restritivas de direito.

A Lei 13.718 tipificou a conduta conhecida como pornografia de vingança, inexistindo a necessidade de enquadrar tal conduta como injúria ou difamação, como ocorria anteriormente. A nova legislação alterou consideravelmente a imposição de penalidade desse crime, tornando-a mais conivente com as consequências que as vítimas da pornografia de revanche sofrem em todos os aspectos, principalmente psicológicos, além de evidenciar o caráter punitivo e educacional da punição. Revelando em virtude do agravamento da condenação uma evolução na luta contra as práticas de *revenge porn*; e torna-se mais coerente com as diretrizes determinadas pelo Novo Código de Processo Civil.

## CONCLUSÃO

Os mecanismos de combate à pornografia de revanche contidos na Lei nº 13.718 seriam mais eficientes no combate dessa

conduta e na reparação aos danos sofridos por tais vítimas que as legislações anteriores, por possuir penas mais rígidas e uma ampliação em seu conceito, que permite abarcar uma maior diversidade de atos. Punindo desde aquele que atuou com o intuito de somente publicar o conteúdo de cunho obsceno até quem divulgou para humilhar o sujeito. Prevendo inclusive a majoração de sanção, que traz como consequências penalidades que ultrapassam quatro anos, impedindo dessa forma a conversão em pena restritiva de liberdade. Porém, acredita-se que o legislador deveria ter inserido também o aumento de pena quando há o cometimento de suicídio pela vítima em função da divulgação de dados pessoais.

As modificações trazidas pela nova legislação revelam o caráter punitivo e corretivo, aplicando uma pena equivalente aos danos suportados pela vítima, sendo essa coerente quanto a sua penalidade e em relação a seu alcance. A evolução tecnológica de fato favoreceu à prática desses delitos no mundo virtual, em virtude das facilidades que este fornece para a publicação e compartilhamento de conteúdo. As transformações existentes em uma sociedade não modificam os direitos garantidos constitucionalmente, sendo eles assegurados seja no mundo real ou virtual, sendo essencial a aprovação da Lei nº 13.718 para garantir a efetivação destes no ciberespaço.

A Lei nº 13.718 representa um avanço na regulamentação e repressão em face da pornografia de revanche, pois, antes do seu advento, inexistia qualquer arrimo legal suficiente para possibilitar a proteção jurídica adequada e integral às vítimas. Porém, somente ela é insuficiente para modificar o cenário nacional, por se tratar de delito de diversas facetas, principalmente de natureza social. Além da aplicabilidade da legislação citada, são necessárias políticas públicas voltadas à sociedade, com a finalidade de conscientizar a respeito das consequências desse ato para aquela que está sendo exposta, como também desmistificar o posicionamento do senso comum, de que a vítima é culpada pelo delito que sofreu.

Há insegurança tanto na esfera virtual como na esfera real e surgirão novos delitos que precisarão ser regulamentados para assegurar o bem-estar social, mesmo que os avanços tecnológicos sejam mais céleres que a próprio processo legislativo, é de suma importância que o direito sempre preze pela aplicabilidade de todos os direitos fundamentais, inclusive a liberdade sexual.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DF, Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 02 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Apelação Criminal nº 756.367-3**. Relatora: Desembargadora Lilian Romero. 2ª Câmara Criminal. Curitiba, PR, 07 de julho de 2011. Diário da Justiça Eletrônico, 27 de julho de 2011. n. 681. Disponível em: <http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/11140382/Acórdão-756367-3#>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.737 de 30 de novembro de 2012**. Lei Carolina Dieckmann. Brasília: DF, Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2012/Lei/L12737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12737.htm). Acesso em: 06 mar. 2019.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: DF, Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Brasília: DF, Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13718-24-setembro-2018787192-publicacaooriginal-156472-pl.html>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 123.138-1**. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, DF, 18 de junho de 2018. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/591451204/agravo-em-recurso-especialaresp1261381-mg-2018-0057215-3/decisao-monocratica-591451231>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Justiça. **Apelação criminal nº 0003583-73.2014.8.08.0011**. Relator: Willian Silva. Vitória, 16 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://tjes.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/548955475/apelacao-apl35837320148080011/inteiro-teor548955528?ref=juris-tabs>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BUZZI, Vitória de Macedo. **Pornografia de vingança: contexto histórico-social e abordagem no Direito Brasileiro**. 2015. 111 f. Monografia (Bacharelado em Direito)-Centro de Ciências jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral** (arts. 1º a 120). 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal: parte especial** (arts. 121 ao 361). 9. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2017.

CUNHA, Rogério Sanches. **Lei 13.718/18: Introdúz modificações nos crimes contra a dignidadesexual**.2018.Disponível em: <https://s3.meusitejuridico.com.br/2018/09/140afc83-crimes-sexuais-lei-13718-18.pdf>. Acessoem: 03 jul. 2019.

ELLIS, Emma Grey. **It's time for Facebook to deal with the grimy history of revenge porn**. Disponível em: <https://www.wired.com/2017/03/revenge-porn-facebook>. Acesso em: 24 jul. 2019.

G1. **Lei 'Carolina Dieckmann', que pune invasão de PCs, entra em vigor**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/lei-carolinadieckmann-que-pune-invasao-de-pcs-passa-valer-amanha.html>. Acesso em: 21 maio 2019.

KAC, Fernanda; MALAFAIA, Renato Gomes de Mattos. **O problema do "revenge porn" e a proteção das vítimas: análise sob a ótica processual**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/>

dePeso/16,MI268116,71043O+problema+do+revenge+porn+e+a+protecao+das+vitimas+analise+sob+a. Acesso em: 30 maio 2019.

MACHADO, Lilian. **Nudes é POP!** A pornografia de vingança não poupa ninguém. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63371/nudes-e-pop-a-pornografia-de-vinganca-nao-poupa-ninguem>. Acesso em: 25 maio 2019.

NOMURA, Leandro. '**Crime na internet é ferida aberta**', diz mãe sobre fotos nuas vazadas pelo ex. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/minhahistoria/2017/05/1885458-crimena-internet-e-ferida-aberta-diz-mae-sobre-fotos-nuas-vazadas-pelo-ex.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual**. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

QUEIROZ, Paulo de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual**. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/leitura/crimes-contra-a-dignidade-sexual>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ROCCO, Barbara Linhares Guimarães; DRESCH, Márcia Leardini. **Violação dos direitos à intimidade e à privacidade como formas de violência de gênero**. Revista Percurso, Curitiba, v. 1, n. 14. p. 27-49, jan./ jul., 2014. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/issue/view/74>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ROCHA, Raissa Pereira. **A Pornografia de Vingança Virtual Frente ao Direito Penal: o papel da Lei nº 11.340/2006 na proteção das vítimas**. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/1793>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SAVEGNANO, Jéssica Uliana; WOLTMANN, Angelita. A Regulamentação dos Cibercrimes no Brasil: Uma Análise Jurídica dos "Três Pilares" Norteadores do Marco Civil da Internet. In: **V Congresso Iberoamericano de Investigadores dd Docentes de Direito e Informática**, 2015, Santa Maria. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/regulamenta%C3%A7%C3%A3o-doscibercrimes-no-brasil-uma-an%C3%A1lise-jur%C3%ADdica-dos%E2%80%9Ctr%C3%AAs-pilares%E2%80%9D>. Acesso em: 21 maio 2019.

## BLACK LIVES MATTER: O USO DO CIBERATIVISMO CONTRA A MORTE DE GEORGE FLOYD

Heitor Pinheiro de Rezende  
Kênia Bruna da Silva  
Maria Helena de Medeiros

### INTRODUÇÃO

Em 25 de maio de 2020, o mundo foi impactado com o vídeo do cidadão afro-americano, George Perry Floyd Jr. sendo brutalmente agredido e morto em uma abordagem policial na cidade de Minneapolis, estado de Minnesota, nos Estados Unidos da América (EUA) por, supostamente, ter utilizado uma nota falsificada de vinte dólares para comprar um maço de cigarros em um supermercado (BBC NEWS, 2020).

A gravação feita por testemunhas do assassinato ganhou grande repercussão nas mídias sociais digitais e, posteriormente, em diversos veículos de comunicação. O vídeo expunha o policial, Derek Chauvin, ajoelhado no pescoço de Floyd, enquanto estava deitado de bruços e algemado.

O registro também apresenta Floyd implorando para o policial tirar o joelho do seu pescoço, informando que não conseguia respirar, assim como a imagem de transeuntes no local pedindo o fim da agressão, os quais estavam sendo contidos pelo policial Tou Thao, acompanhado por mais dois policiais que não apareceram na gravação, sendo identificados como Alexander Kueng e Thomas Lane.

A morte de Floyd provocou uma onda de protestos em todo os EUA e trouxe à tona o debate a respeito de temas como o racismo e a truculência policial contra negros norte-americanos. Para mais,

o acontecimento trouxe notoriedade ao movimento<sup>68</sup> *Black Lives Matter* (BLM), atualmente autodenominado como uma organização global contra a violência física e racial empreendida por autoridades à população negra (BLACK LIVES MATTER, 2021).

Fundamentalmente, o BLM utilizou a internet para promover uma grande agitação nas redes sociais digitais contra a morte de Floyd, organizando manifestações que contagiaram milhares de norte-americanos e ganharam projeção internacional.

Assim sendo, diante das variadas linhas de investigação possibilitadas por esse importante acontecimento, este estudo dispõe de metodologia de pesquisa exploratória, a qual tem a pretensão de identificar a forma de ciberativismo empreendido pelo BLM em razão da morte de Floyd pela polícia, acrescentada pela consulta de bibliografias fornecedoras de teorias necessárias para a realização de análises sobre a importância desse ato no crescimento do movimento e das manifestações que ganharam as ruas de diversas cidades dos EUA, promovendo uma comoção mundial, conforme propõe Gil (2010).

## HISTÓRIA DO BLM

Desde 2013, o BLM possui um histórico de atuação pelas vidas negras e contra a violência policial nos EUA. Neste momento, será referenciado o primeiro evento que originou o movimento, a morte do adolescente Trayvon Martin de 17 anos, na cidade de Sanford, no Estado da Flórida, EUA, outros casos de atividade do BLM serão

---

<sup>68</sup> Atribui-se a expressão “movimento” à atuação do BLM pelo fato do seu ativismo se manter operante desde 2013. Segundo Scherer Warren (2014), o ativismo legítimo é desencadeado nas formas de movimentos ou manifestações. Movimentos têm a característica de serem organizados e duradouros, por sua vez, as manifestações detêm a propriedade de serem momentâneas e ocorrerem em um curto espaço de tempo na forma de protestos ou revoltas transitórias.

citados mais adiante, em uma análise cronológica das ações do movimento na internet, em defesa dos afro-americanos.

De acordo com a matéria *Entenda o caso do adolescente negro assassinado na Florida*, veiculada pela BBC News Brasil em 2012, em 26 de fevereiro de 2012, Trayvon foi assassinado pelo vigilante George Zimmermann, enquanto voltava para a casa do pai, minutos após sair para comprar um lanche. A perícia constatou que o jovem estava desarmado, todavia, Zimmermann admitiu ter atirado em Martin, alegando legítima defesa. Em 13 de julho de 2013, o réu foi declarado inocente de suas acusações.

Perante a situação de impunidade, internautas de distintos estados dos EUA, manifestaram-se nas redes sociais a respeito do assunto. A ativista Alicia Garza, se posicionou em uma postagem que dizia: “Pessoas negras. Eu amo vocês. Eu nos amo. Nossas vidas importam. Vidas negras importam” (BBC NEWS, 2012).

Patrisse Khan-Cullors, compartilhou em seu perfil a publicação de Garza, com a *hashtag* #BlackLivesMatter. Nascia, assim, o símbolo de uma luta racial que mais tarde ganharia foco nas mídias sociais digitais.

Pouco tempo depois, Opal Tometi associou-se as ativistas e juntas iniciaram um trabalho de divulgação e impulsionamento do movimento BLM na internet. Assim, o BLM originou-se nos EUA em 2013 como um movimento de contrapoder<sup>69</sup> em detrimento a onda de violência racial no país decorrente de abordagens policiais. O projeto advém da criação coletiva dessas três mulheres negras, norte-americanas e ativistas, anteriormente citadas.

---

<sup>69</sup> A palavra contrapoder é de origem portuguesa e significa um movimento que se opõe a um poder imposto. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder, considerado como a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses (CASTELLS, 2013, p. 13).

A missão da organização é a de reafirmar a importância das vidas negras, bem como, reconstruir a liberdade das minorias negras, em especial, mulheres, *queer*<sup>70</sup>, pessoas trans, pessoas portadoras de necessidades especiais, sem documento ou que já tenham sido presas. O objetivo é centrar vozes a um movimento de caráter global, em prol de ajudar milhares de pessoas a reconstruírem suas vidas (BLACK LIVES MATTER, 2021).

O movimento surgiu por meio das mídias sociais digitais e, atualmente, conta com perfis no Facebook, Twitter e Instagram, website institucional, além de bases nos EUA e outros países como Reino Unido e Canadá.

## ENVOLVIMENTO VIRTUAL DO BLM NA MORTE DE FLOYD

Desde sua fundação em 2013, o BLM tem a característica de utilizar a internet como um ambiente de ativismo para erradicar a supremacia branca e intervir na violência infligida pelas autoridades às comunidades negras dos EUA (BLACK LIVES MATTER, 2021).

O histórico do BLM é carregado de muitas realizações produzidas pela *hashtag* #BlackLivesMatter, a qual pode ser tratada como uma espécie de denúncia ou conexão entre as mortes de negros norte-americanos e a opressão policial do país. Exemplo disso vem dos relatórios produzidos pelo centro de pesquisa *Pew Research Center*<sup>71</sup>, os quais evidenciaram o fato da *hashtag* #BlackLivesMatter ter

---

<sup>70</sup> De acordo com Colling (2014), a expressão “*queer*” é uma palavra proveniente do inglês usada para designar pessoas fora das normas de gênero, seja pela sua orientação sexual, identidade, expressão de particularidade ou características sexuais.

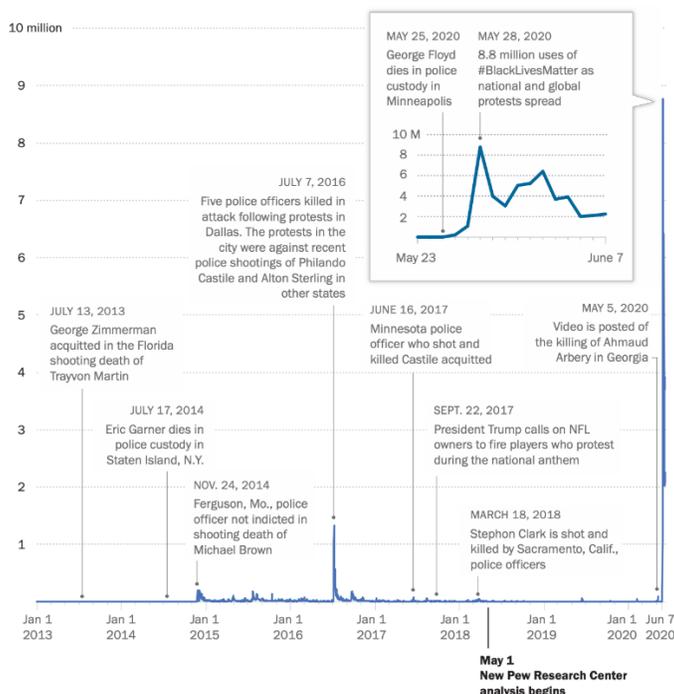
<sup>71</sup> O *Pew Research Center* é um centro de pesquisas virtuais localizado em Washington DC. A entidade fornece informações sobre questões, atitudes e tendências que estão moldando a cultura da população dos EUA e do mundo. Fonte: <https://www.pewresearch.org/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

vido digitada mais de 30 milhões de vezes no Twitter entre os anos de 2013 a 2018 (PEW RESEARCH CENTER, 2020).

**Gráfico 1 - Uso das hashtags #BlackLivesMatter entre os anos de 2013 a 2018.**

**Use of the #BlackLivesMatter hashtag hits record levels amid global protests over George Floyd's death while in police custody**

Number of public Twitter posts mentioning the #BlackLivesMatter hashtag, Jan. 1, 2013-June 7, 2020



Source: Pew Research Center analysis of publicly available tweets using Crimson Hexagon. Data for Jan. 1, 2013-May 1, 2018 collected in June 2018; data for May 1, 2018-June 7, 2020 collected in June 2020. The latter data collection phase was used for May 1, 2018.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: *Pew Research Center*, 2020.

Examinando os dados do gráfico intitulado *O uso das hashtags #BlackLivesMatter atinge níveis recordes em meio a protestos globais contra a morte de George Floyd enquanto estava sob custódia policial*, produzido e divulgado no website da *Pew Research Center* em 2020, compreende-se a relação existente entre o crescimento da hashtag #BlackLivesMatter e o aumento das denúncias de casos de mortes de afro-americanos causadas pela polícia durante os anos.

Prova disso advém do primeiro registro do gráfico. No dia 13 de julho de 2013, a *hashtag* #BlackLivesMatter obteve uma média de 5 milhões de publicações no Twitter, no momento em que o ex-vigia, George Zimmerman, foi declarado inocente das acusações de assassinato do jovem afro-americano Trayvon Martin, na cidade de Sanford, Florida, em 26 de fevereiro de 2012 (G1, 2013).

Em 17 de julho de 2014, a *hashtag* #BlackLivesMatter atingiu cerca de 3 milhões de publicações após a morte de Eric Garner sob custódia da polícia de Staten Island, N.Y. Em 24 de novembro de 2014, durante a onda de protestos na cidade Ferguson, Missouri, ocasionada após o policial Darren Wilson não receber punição do Departamento de Justiça norte-americano pela morte do jovem Michael Brown, a *hashtag* #BlackLivesMatter atingiu, aproximadamente, 2 milhões de publicações (DW, 2021).

No dia 7 de julho de 2016, a *hashtag* foi postada mais de 7 milhões de vezes no Twitter, após cinco policiais serem mortos por um atirador durante protestos na cidade de Dallas, Texas, ocasionados pela morte de Philando Castile, morto pelo policial Jeronimo Yanez em uma blitz na cidade de Falcon Heights, Minnesota, em 06 de julho de 2016, e pela morte de Alton Sterling, morto durante uma abordagem policial, na cidade de Baton Rouge, Louisiana, em 05 de julho de 2016 (G1, 2016).

Em 16 de junho de 2017, o policial Jeronimo Yanez, responsável pela morte de Philando Castile, foi absolvido das acusações de assassinato, acarretando um pouco mais de 5 milhões de postagens da *hashtag* #BlackLivesMatter. Em 22 de setembro de 2017, foram publicadas cerca de 3 milhões de *hashtags*, após o ex-presidente Donald Trump, no Twitter, sugerir aos proprietários dos times da Liga Profissional de Futebol Americano (NFL), que suspendessem ou demitissem os jogadores que se ajoelhassem no momento da execução do hino nacional nas partidas, como ato de protesto contra a violência policial empreendida aos afro-americanos (EXAME, 2018).

Em 18 de março de 2018, Stephon Clark é baleado e morto por Terrence Mercadal e Jared Robinet, dois oficiais do Departamento de

Polícia de Sacramento, Califórnia. O fato produziu pouco mais de 1,5 milhões de postagens da *hashtag* #BlackLivesMatter em protesto pela morte do jovem afro-americano (THE UNDEFEATED, 2018).

No dia 5 de maio de 2020, o vídeo do assassinato de Ahmaud Marquez Arbery, cometido pelo policial Gregory McMichael, de 64 anos, acompanhado do seu filho, Travis McMichael, de 34 anos, os quais atiraram em Arbery enquanto se exercitava na cidade de Brunswick, Geórgia, gerou uma grande revolta entre os usuários do Twitter, resultando em cerca de 5 milhões de publicações da *hashtag* (BBC NEWS, 2020).

Como pode ser visto nos exemplos acima, a *hashtag* #BlackLivesMatter foi utilizada muitas vezes pelos internautas para protestarem contra a morte de afro-americanos pela polícia. Porém, a grande explosão de *twittes* da *hashtag* veio após a morte de Floyd em 2020. Segundo o gráfico, no dia 28 de maio de 2020 – três dias após Floyd ser morto pela polícia –, a *hashtag* #BlackLivesMatter foi tuitada pelos internautas 8,8 milhões de vezes, à medida em que os protestos nacionais e globais se espalhavam.

Em complemento, a notícia *#BlackLivesMatter surge no Twitter após a morte de George Floyd*, divulgada no website da Pew Research Center em 10 de junho de 2020, sinalizou que entre os dias 26 de maio a 7 de junho de 2020, a *hashtag* foi usada cerca de 47,8 milhões de vezes, uma média de 3 milhões de publicações por dia na plataforma (PEW RESEARCH CENTER, 2020).

Frente a essa concisa exposição sobre o uso da *hashtag* #BlackLivesMatter em milhares de postagens de protesto pela morte de Floyd e a violência policial, faz-se essencial compreender como se sucedeu o ciberativismo do BLM na época, a ponto de contagiar uma grande quantidade de internautas e promover uma comoção mundial.

## **CIBERATIVISMO**

Baseando-se em Farias (2017), compreende-se que o ativismo é o exercício individual, grupal ou global de mudança de um cenário social ou em oposição a poderes autoritários.

Nesse sentido, podemos encarar como ativismo qualquer doutrina, argumentação ou prática de efetiva transformação da realidade ou de significativa mudança do *status quo* social, a partir de lutas individuais ou coletivas contra poderes hegemônicos (FARIAS, 2017, p. 25).

De acordo com David Walls (1993), o termo ativismo foi empregado pela primeira vez no artigo *The Supreme Court: 1947*, escrito por Arthur M. Schlesinger<sup>72</sup> à revista *Fortune Magazine* em 1947.

Em seu texto, Schlesinger (1947) informa que a expressão é original do *Flemish Movement* ou “Movimento Flamengo”, organizado em 1788 por um grupo de ativistas belgas chamados de *Flamigants*, os quais protestavam a favor da conservação da cultura flamenga e da língua holandesa durante a ocupação francesa na região.

O centro de estudos da Escola de Ativismo (EA) (2014) explica que o ativismo deve ser encarado como uma demonstração política capaz de ser realizada no espaço público. Contudo, a EA (2014) alerta sobre o fato do termo espaço público não se limitar apenas aos protestos ocorridos nas urbes, mas em qualquer local livre que favoreça a execução de movimentos ou manifestações de indivíduos indignados ou unidos por uma causa.

O termo “ativismo” geralmente é pensado como sinônimo de ações de rua, protestos, manifestações. O imaginário popular, contudo, pode ser impreciso e não representar a complexidade do trabalho do ativista. Mas ele tem sentido: o ativismo exige que a demonstração política se dê no espaço público (ESCOLA DE ATIVISMO, 2014, p. 8).

---

<sup>72</sup> Arthur M. Schlesinger (\*1917 – †2007) foi um historiador norte-americano e crítico social. Suas pesquisas ressaltam a importância do ativismo em causas políticas e sociais. Dentre as contribuições de Schlesinger para o campo do ativismo, destacam-se suas literaturas e a participação como membro fundador da *Americans for Democratic Action* (ADA) ou “Americanos por Ação Democrática”, uma organização política dos EUA, detentora de mais de 65 mil filiados, que promove pesquisas acerca de temas como ativismo, justiça social e econômica. Fonte: *Americans for Democratic Action History*. Disponível em: <https://adaction.org/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

Nesse sentido, a EA (2014) amplia o espaço público para a internet e propõe que o ativismo pode ser promovido a partir de articulações sociais feitas em qualquer espécie de ambiente comunitário, até mesmo o virtual ou ciberativismo.

Segundo Ugarte (2009), o ciberativismo consiste no planejamento e execução de militância no ciberespaço<sup>73</sup> feito por um, ou por um grupo de ativistas:

Poderíamos definir “ciberativismo” como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do boca a boca multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal (UGARTE, 2009, p. 55).

Para Silveira (2010), o ciberativismo é “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na internet” (SILVEIRA, 2010, p. 31).

Ademais, Silveira (2010) propõe que o ciberativismo efetivo é aquele que não busca somente projeção na mídia, mas o envolvimento da sociedade com a causa, não apenas o reconhecimento, mas o impacto nas instituições para que atendam aos desejos coletivos.

## **Recursos utilizados pelo BLM para exercer ciberativismo**

Em 2020, o BLM utilizou suas plataformas digitais para promover ciberativismo contra a morte de Floyd.

---

<sup>73</sup> Ciberespaço: deriva da palavra *cybernetic*, de origem grega *kybernetiké* (κυβερνητική), e significa a designação da arte ou ofício de timoneiro, piloto ou condutor marítimo. O termo incorpora a ideia de controle da navegação em um ambiente cibernético, nesse caso, a internet (TRIVINHO, 2007, p. 74).

## *Website*

Por meio do website <https://blacklivesmatter.com> o BLM divulgou notícias, transmitiu manifestações e engajou seus visitantes a participarem dos protestos nas ruas.

Segundo o *Relatório de Impacto de 2020* feito pelo BLM, posteriormente o início dos protestos contra a morte de Floyd, o website do movimento recebeu 24 milhões de visitas, um aumento de 2.300% em comparação a 2019 com 1 milhão de acessos (BLM, RELATÓRIO DE IMPACTO DE 2020, 2021, p. 6).

Com a finalidade de transformar essa grande audiência em uma rede de apoiadores, o BLM disponibilizou, na página inicial do seu website, um formulário de título *Take Action* ou “Tome uma Atitude”, o qual capturou o cadastro de 1,9 milhões de usuários (BLM, RELATÓRIO DE IMPACTO DE 2020, 2021, p. 6).

## *E-mail*

O e-mail foi um importante instrumento utilizado pelo BLM para engajar internautas cadastrados, incentivando-os a se tornarem apoiadores.

Conforme citado no relatório, no início de 2020, a lista de e-mails do BLM contava com 42,8 mil destinatários, no entanto, esse número cresceu para mais de 1,9 milhões. Ao longo de 2020, o BLM enviou para essa base de internautas cadastrados cerca de 127.042.508 e-mails (BLM, RELATÓRIO DE IMPACTO DE 2020, 2021, p. 7).

Dessa maneira, os destinatários passaram a receber informações acerca das ações de ativismo virtual e urbano feitas pelo BLM após a morte de Floyd, tais como: notícias, convocações para protestos, agenda de manifestações – incluindo local, data e hora –, materiais gráficos disponíveis para *download*, os quais podiam ser impressos e usados em passeatas ou divulgados em perfis das mídias sociais digitais, entre outras informações.

## *Mídias sociais digitais*

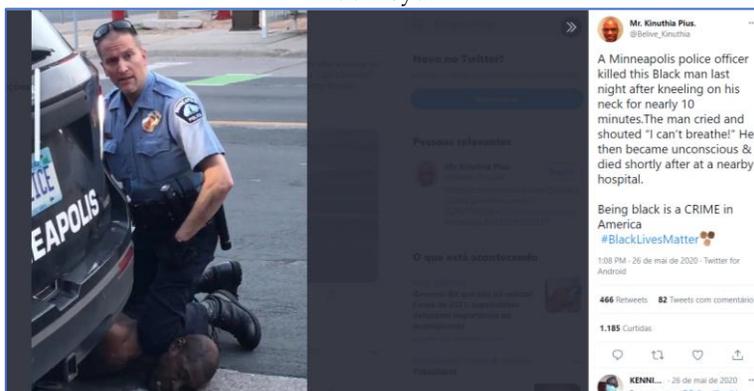
No que diz respeito as mídias sociais digitais do BLM, evidencia-se que os perfis *blklivesmatter*<sup>74</sup> foram utilizados, contundentemente, pelo movimento para realizar ações de ciberativismo contra a morte de Floyd e a violência policial dos EUA.

### *Twitter*

No decorrer dos protestos, o BLM utilizou o Twitter como a sua principal mídia social para divulgar notícias sobre Floyd, fotos das manifestações, transmissões das passeatas e denúncias de violência policial feitas por apoiadores.

Com mais de 1 milhão de seguidores, a primeira postagem relacionada à morte de Floyd foi feita pelo BLM no Twitter em 26 de maio de 2020 (TWITTER, 2020).

**Figura 1** - Postagem do BLM no Twitter: republicação de denúncia sobre a morte de Floyd.



Fonte: <https://twitter.com/blklivesmatter>, 2021.

A informação disponibilizada pelo BLM no Twitter tratou-se de uma republicação ou *retweet* contendo a denúncia feita pelo

---

<sup>74</sup> A expressão *blklivesmatter* é utilizada pelo movimento para identificar os seus perfis no Twitter, Instagram e Facebook.

perfil *@Belevie\_Kinuthia*, o qual divulgou o vídeo do policial Derek Chauvin ajoelhado sobre o pescoço de Floyd até matá-lo, acompanhado do seguinte texto:

Um policial de Minneapolis matou esse homem negro na noite passada depois de ficar ajoelhado em seu pescoço por quase 10 minutos. O homem chorou e gritou “Não consigo respirar!”. Ele então ficou inconsciente e morreu, pouco depois, em um hospital próximo. Ser negro é um CRIME na América (TWITTER, 2020, tradução nossa).

Em poucas horas, o vídeo ganhou grande repercussão entre os internautas e a mídia internacional, fazendo com que centenas de pessoas se sentissem impelidas a saírem as ruas para protestar, adotando o grito de guerra “*Black Lives Matter*”.

Com a finalidade de estimular os internautas a participarem do ciberativismo feito no Twitter, o BLM iniciou campanhas na plataforma incentivando os seus seguidores a registrarem seus protestos.

**Figura 2** - Postagem do BLM referente a campanha *#TurnUpAtYourAltar*.



**Fonte:** <https://twitter.com/blklivesmatter>, 2021.

A publicação feita pelo BLM em 29 de maio de 2020 apresentava uma montagem de imagens contendo a foto de Floyd e o título *#TurnUpAtYourAltar* ou “*#ApareçaNoSeuAltar*” (tradução nossa). O

objetivo foi o de convocar os internautas a publicarem formas de protesto contra a morte de Floyd e a violência policial, marcando suas manifestações com as *hashtags* #TurnUpAtYourAltar e #BlackLivesMatter.

Muitos usuários publicaram fotos e filmagens de suas participações em protestos nas ruas, outros se expressaram em seus comércios, de suas residências e via manifestações artísticas – música, pintura, atuação teatral, entre outras formas.

**Figura 3** - Postagens feitas por internautas que aderiram à campanha #TurnUpAtYourAltar.



Fonte: <https://twitter.com/blklivesmatter>, 2021.

Para mais, o BLM divulgava notícias sobre as manifestações que ocorriam nas cidades dos EUA. Exemplo dessa ação foi no dia 08 de junho de 2020, período em que o BLM utilizou o seu perfil no Twitter para divulgar a transmissão dos protestos feito pelo canal de notícias *MSNBC Reports*.

O compartilhamento da cobertura realizada, ao vivo, pela emissora norte-americana, produziu mais de 75,6 mil visualizações, 498 comentários, 503 compartilhamentos e 1,8 mil curtidas (TWITTER, 2020).

### *Facebook e Instagram*

No Facebook, os números da comunidade do BLM atingiram 730 mil curtidas e 770 mil seguidores. Por sua vez, no Instagram,

o BLM conquistou 4,3 milhões de seguidores (BLM, RELATÓRIO DE IMPACTO DE 2020, 2021, p. 7).

Durante os protestos, o BLM utilizou as plataformas para informar, buscar apoio e engajar os internautas a compartilharem os conteúdos produzidos pelo movimento.

**Figura 4** - Postagem do BLM no Instagram sobre a morte de Floyd.



**Fonte:** <https://www.instagram.com/blklivesmatter/>, 2021.

Em 29 de maio de 2020, quatro dias após a morte de Floyd, o BLM utilizou o Instagram para protestar. Por meio da publicação de um vídeo, acompanhado das *hashtags* #BlackLivesMatter e #JusticeforGeorgeFloyd, o movimento clamou por justiça e expôs, de forma cronológica, fotografias de cidadãos afro-americanos mortos em ações policiais até chegar à imagem de Floyd.

A postagem ganhou projeção no Instagram, acumulando mais de 6,6 milhões de visualizações e produzindo 1.072 comentários de internautas indignados com o caso (INSTAGRAM, 2020).

No Facebook, a postagem feita pelo BLM em 29 de maio de 2020 produziu mais de 10,8 mil curtidas e um número superior a 25,3 mil comentários dos usuários da plataforma (FACEBOOK, 2020, p. 7). A publicação trazia um vídeo explicativo sobre o caso da morte de Floyd, acompanhado do seguinte texto: “Quantas vidas negras precisam ser tiradas antes que algo seja feito? Honramos os perdidos e nos comprometemos a lutar por justiça” (BLM, 2020, tradução nossa). Ademais, a redação é acompanhada

pelas *hashtags* #BlackLivesMatter e #JusticeforGeorgeFloyd, recursos que ajudaram a ressoar a postagem para mais internautas.

Figura 5 - Postagem do BLM no Facebook sobre a morte de Floyd.



Fonte: <https://www.facebook.com/BlackLivesMatter>, 2021.

Em consonância com a proposta de Silveira (2010), de que o ciberativismo é um conjunto de práticas voltadas à mobilização de apoiadores, capazes de defender uma causa com vistas a geração de impactos institucionais e a produção de resultados efetivos a despeito de uma mera notoriedade efêmera, o BLM, por meio da produção de conteúdos de protesto veiculados em seu website institucional, enviados para o seu banco de e-mails e divulgados em seus perfis nas mídias sociais digitais, produziu uma grande ação ciberativista, a qual motivou uma vasta rede de internautas, contendo conexões em diversas parte do mundo, à protestarem, virtualmente, pela morte de Floyd, trazendo à tona outros tipos de debates e reivindicações, tais como: violência policial, racismo, desigualdade social, necessidade de políticas públicas para minorias, entre outras causas defendidas pelo movimento até hoje.

## EFEITOS PRODUZIDOS

De acordo com a matéria *Black Lives Matter May Be the Largest Movement in U.S. History* ou “Black Lives Matter pode ser o maior

movimento na história dos EUA” (tradução nossa), publicada em 13 de julho de 2020 pelo *New York Times*, os protestos do BLM atingiram seu pico de quantidade de protestantes em 06 de junho de 2020, chegando a meio milhão de pessoas em aproximadamente 550 lugares pelos EUA. Esses números demonstraram a força do movimento e a respectiva contribuição dada pelo ciberativismo neste resultado.

## MUDANÇAS NOS DEPARTAMENTOS DE POLÍCIA DOS EUA

Segundo a matéria *Projeto de lei proíbe golpe que matou George Floyd nos EUA*, divulgada pelo programa Fala Brasil em 09 de junho de 2020, deputados e senadores do partido Democrata dos EUA apresentaram um projeto de lei para proibir a polícia de utilizar o golpe *chokehold*, nome dado a técnica de enforcamento usada em Floyd (FALA BRASIL, 2020).

Em complemento, o prefeito de Los Angeles (LA), Eric Michael Garcetti, apresentou o seu orçamento para 2021, reduzindo os investimentos na polícia e direcionando 250 milhões de dólares do município aos programas sociais da comunidade negra, um fato inédito que só ocorreu após as ondas de protesto que sucederam a morte de Floyd (EXAME, 2020).

## CONDENAÇÃO DOS ACUSADOS

Em 20 de abril de 2021, o júri de Minneapolis declarou o policial Chauvin culpado em todas as três acusações de assassinato em segundo e terceiro grau e homicídio culposo contra Floyd. A pena de 270 meses ou 22,5 anos foi dada em 25 de junho de 2021 pelo juiz Peter Cahill, o qual explicou suas razões em um memorando anexado à sua decisão: “Minha decisão não é baseada na emoção ou na opinião pública. Mas quero destacar a dor que a família de Floyd está sentindo” (OPERAMUNDI, 2021).

Os demais policiais envolvidos na ocorrência que acarretou a morte de Floyd estão aguardando o julgamento.

## CONCLUSÃO

O trabalho buscou analisar o ciberativismo realizado pelo BLM contra a morte de Floyd, a violência policial dos EUA e seus efeitos. Como foi descrito pelo estudo, o BLM conseguiu, por meio da *#blacklivesmatter*, marcar seu posicionamento contra a morte de Floyd e contra a violência policial e possibilitou incorporar essa *hashtag* no discurso de vários internautas, se tornando, inclusive, um grito de guerra nas manifestações urbanas.

Destaca-se que para viabilizar seu ciberativismo, o BLM utilizou de plataformas que pudessem engajar os internautas, como website, suas mídias digitais e *e-mail marketing*, os quais além de divulgar, orientavam quanto ao processo de comunicação e organização das passeatas, sendo ações em consonância as premissas do ciberativismo defendidas pelos autores Silveira (2010) e Ugarte (2009).

A vista disso, esse estudo teve a pretensão de demonstrar que o ciberativismo promovido pelo BLM deu voz ao movimento e, conseqüentemente, ressoou nas passeatas feitas nas ruas dos EUA, ecoando, em todo o mundo, a morte de Floyd, a violência policial e o descaso existente nos órgãos públicos de segurança do país.

## REFERÊNCIAS

BBC NEWS. **Entenda o caso do adolescente negro assassinado na Flórida**. 23 de mar. 2012. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120323\\_entenda\\_trayvon\\_florid\\_a\\_cc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120323_entenda_trayvon_florid_a_cc). Acesso em: 08 set. 2020.

BBC NEWS. **A indignação nos EUA pelo assassinato de jovem negro que se exercitava na rua**. 08 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52592871>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BBC NEWS. **George Floyd: O que aconteceu nos momentos finais de sua vida**. 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www>

.bbc.com/news/world-us-canada-52861726. Acesso em: 14 abr. 2021.

BBC NEWS. **Relatório de Impacto de 2020**. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/2020-impact-report/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BLACK Lives Matter. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

COLLING, Leandro. **Teoria Queer**. Mais definições em trânsito. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - UFBA. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

DW. **Entenda o caso Michael Brown e os protestos em Ferguson**. Disponível em: <https://www.dw./com/pt-br/entenda-o-caso-michael-brown-e-os-protestos-em-ferguson/a-17861142>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ESCOLA DE ATIVISMO. **Ativismo no contexto urbano: Diagnóstico para Atuação nas Cidades de Escola de Ativismo**. Pesquisa. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/project/pesquisa-contexto-urbano/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

EXAME. **Trump pede à NFL que suspenda jogadores que protestarem durante hino**. 20 de julho de 2018. Disponível em: <https://exame.com/mundo/trump-pede-a-nfl-que-suspenda-jogadores-que-protestarem-durante-hino/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

EXAME. **Los Angeles vai cortar verba da polícia para investir na comunidade negra**. 04 de junho de 2020. Disponível em: <https://exame.com/mundo/prefeito-de-la-vai-cortar-verba-da-policia-para-investir-na-comunidade-negra/>. Acesso em: 19 maio 2021.

FACEBOOK. **Blaklivesmatter**. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/BlackLivesMatter/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

FALA BRASIL. **Projeto de lei proíbe golpe que matou George Floyd nos EUA**. 09 de junho de 2020. Disponível em: <https://>

recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/projeto-de-lei-proibe-golpe-que-matou-george-floyd-nos-eua-09062020. Acesso em: 11 abr. 2021.

FARIAS, Deusiney Robson de Araújo. **Ciberativismo e campo político brasileiro: uma reflexão crítica sobre as vicissitudes das lutas políticas na era do ciberespaço**. 2017. 156 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

G1. **Ex-vigia é absolvido de acusações pela morte de jovem negro nos EUA**. 13 de julho de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/ex-vigia-e-absolvido-de-acusacoes-pela-morte-de-jovem-negro-nos-eua.html>. Acesso em: 11 abr. 2021.

G1. **Ataque em Dallas foi que mais matou policiais desde o 11 de Setembro**. 08 de junho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/ataque-em-dallas-foi-que-mais-matou-policiais-desde-o-11-de-setembro.html>. Acesso em: 11 abr. 2021.

INSTAGRAM. **@blkivesmatter**. Disponível em: <https://www.instagram.com/blkivesmatter/?hl=pt>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PEW RESEARCH CENTER. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PEW RESEARCH CENTER. **O uso das hashtags #BlackLiesMatter atinge níveis recordes em meio a protestos globais contra a morte de George Floyd enquanto estava sob custódia policial**. 01 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PEW RESEARCH CENTER. **#BlackLivesMatter surge no Twitter após a morte de George Floyd**. 10 de junho de 2020. Disponível: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/06/10/blacklives-matter-surges-on-twitter-after-george-floyds-death/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

OPERAMUNDI. **Ex-policial que matou George Floyd é condenado a 22 anos e meio de prisão nos EUA.** 25 de junho de 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/70263/ex-policial-que-matou-george-floyd-e-condenado-a-22-anos-e-meio-de-prisao-nos-eua>. Acesso em: 18 maio 2021.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Ciberativismo, Cultura Hacker e o Individualismo Colaborativo.** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811/15629>. Acesso em: 07 abr. 2021.

THE NEW YORK TIMES. **Black Lives Matter May Be the Largest Movement in U.S. History.** 03 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/07/03/us/george-floyd-protests-crowd-size.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.

THE UNDEFEATED. **A timeline of Stephon Clark's death at the hands of Sacramento police and the aftermath:** Clark was killed in his grandparents' backyard by officers who fired at him 20 times. 23 de março de 2018. Disponível em: <https://theundefeated.com/features/a-timeline-of-stephon-clarks-death-at-the-hands-of-sacramento-police-to-the-protest-at-the-kings-game/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

TRIVINHO, Eugênio. **A Dromocracia Cibercultural.** Lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007. TWITTER. **@blklivesmatter.** Disponível em: <https://twitter.com/blklivesmatter>. Acesso em: 25 abr. 2021.

UGARTE, David de. **O poder das redes.** Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Trad. Glenda Ávila e Oriana Jara. Porto Alegre: S.I. 2009.

WALLS, David. **The Activist's Almanac:** The Concerned Citizen's Guide to the Leading Advocacy Organizations in America. New York: Fireside, Simon & Schuster, 1993.

WARREN, Ilse Scherer. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Revista Política e Sociedade.** Florianópolis. Vol. 13. Nº 28, Set./Dez. 2014.

## O SHIPPING DO ANTI-FÃ: CELEBRIDADES, PARÓDIA E CONSUMO TRASH NA FANFICTION DO SITE SPIRIT

Antônio Hélio da Cunha Filho  
Daiany Ferreira Dantas  
Samir Magoya de Medeiros Santos

### INTRODUÇÃO

No contexto definido por Jenkins (2008) como “convergência midiática”, há uma transformação no âmbito cultural que incentiva os consumidores a buscarem novas formas de conexões em diferentes tipos de mídia. As experiências de afeto, consumo, produção e divulgação de conteúdo se engajam, forjando territórios em que as imagens se espelham, multiplicam, parodiam e recriam.

Essa cultura da convergência traz um novo paradigma para o consumo de narrativas e imagens, no qual antigas e novas mídias convergem. Os consumidores, que no passado eram passíveis a apenas receber o conteúdo das mídias, agora tomam papéis participativos nessas produções. Influenciando, por meio de gostos e práticas, o conteúdo midiático. Inclusive elaborando formas narrativas propícias à dinâmica digital, como no caso das *fanfics*, produto estético e narrativo derivado das práticas desse contexto.

Tal cenário contemporâneo parte do que Jenkins (2008) nomeia como cultura participativa, oriunda do ciberespaço e orientada pela presença ostensiva da produção dos consumidores, organizados numa coletividade de debates e criação que é abrigada e celebrada nesse contexto. A relação entre público e produto é reconfigurada pelo teor afetivo do consumo e pelas práticas produtivas interativas: consumidores-produtores passam a ter voz nesse espaço, portanto, se reúnem para consolidar um papel criativo e incentivador nas decisões das grandes indústrias. E também encenam modelos de vida e gostos que refletem as transformações de nosso tempo e merecem uma reflexão mais aprofundada.

No presente artigo, analisamos como a cultura participativa, em seu desdobramento da convergência midiática, serve-se do humor, da intertextualidade com referências culturais da mídia *mainstream* e do aparato criativo que as plataformas digitais colaborativas proporcionam para reconfigurar paisagens estéticas do digital.

Nesse contexto, temos como objetivos compreender os padrões estéticos, sociais e midiáticos estabelecidos nestas formas narrativas de ficcionaliza, além de entender como isso reflete no conceito de gosto e no processo comunicativo produtor e receptor. Também buscamos tensionar e questionar os limites entre fãs e anti-fãs e suas intervenções nos objetos midiáticos. Como objeto central, utilizamos as produções de *fanfiction*, analisando as produções do gênero do site *SpiritFanfics*, com os shippings #felena, em torno dos famosos Faustão e Selena Gomez e #janês, sobre Jared Leto e Inês Brasil.

## **FANDONS E FANFICS: CENÁRIOS PARA A PRODUÇÃO, CONSUMO E ESPALHAMENTO DE AFETOS**

As transformações estéticas mediadas pelas novas tecnologias, trazem para o virtual grupos de fãs de determinados produtos que já tradicionalmente se agrupavam nos ambientes físicos para a troca de conhecimento acerca destas obras de seu interesse. Mas, agora se organizam em torno de bolhas digitais, que atravessam territorialidades e entrelaçam mídias.

No meio digital, eles encontram o campo propício para o compartilhamento de conteúdo cada vez mais específico de uma atividade que se espalhou largamente com a cultura participativa: as produções autorais derivadas de conteúdos já existentes, como no caso da *fanfiction*.

O termo *fanfiction* foi originado da junção das palavras da língua inglesa *fan* e *fiction*, referindo-se à produção ficcional feita por admiradores de determinada obra em seus agrupamentos. Esse tipo de conteúdo começa a ser mais difundido em meados do século XX, e se populariza com a disseminação da internet por volta

da década de 90. Jenkins traz o termo *fandom* como sendo o “agrupamento de fãs em torno de determinado produto” (JENKINS, GREEN e FORD, 2014, p. 210).

O *fandom* se consolida no meio digital de diferentes formas, seja a partir da troca de conteúdos (o compartilhamento de ideias sobre determinado produto), da produção deles (as *fanfictions*, *memes*,<sup>75</sup> vídeos, etc.) e até mesmo da discussão acerca desse material, como no caso dos fóruns. Às obras produzidas pelos e pelas fãs, dá-se o nome de *fanwork*, que, como aponta Figueiredo e Meneses (2016), são materiais originais, narrativas de características transformadoras.

Existe uma relação de hierarquias e questionamentos dentro dos *fandoms*. Dentro dessa perspectiva de interação com os objetos midiáticos, surge uma força de mesmo impacto, os anti-fãs. Jonathan Gray (2003), em seu artigo *New Audiences, New Textualities: Anti-Fans and NonFans*, classifica os anti-fãs pelo desagrado por determinado produto ou serviço oriundo da indústria cultural. Há uma pertinência em diferenciar o consumidor de conteúdo comum do fã, pois, o primeiro vem a ser um consumidor que se contenta apenas com o que lhe é apresentado, o segundo, inconformado em somente consumir o que é passado, irá em busca de outros conteúdos, ou, até mesmo, construir seus próprios conteúdos em cima dos produtos da indústria. Esses fãs dão origem a narrativas participativas, como no caso das *fanfictions*, na qual novos conteúdos são produzidos em cima de uma narrativa que já existe, no entanto, o fã, nesse momento, passa a ter controle do que foi produzido.

Chin (2019) também vai entender um pouco dessa vontade dos fãs de algum modo construírem suas relações ficcionais com os elementos midiáticos. Para a autora, além da significação simbólica do controle desses indivíduos midiáticos há também uma sensação

---

<sup>75</sup> Para Fontanella (2009b), memes são: “ideias, brincadeiras, jogos, piadas ou comportamentos que se espalham através de sua replicação de forma viral” (FONTANELLA, 2009b, p. 8).

de escuta e de percepção de seus atos pelos sujeitos protagonistas na mídia: “é importante para o campo reconhecer que essas práticas dos fãs são igualmente produtivas e importantes” (CHIN, 2019, p. 309)<sup>76</sup>.

Esses fãs são muitas vezes a audiência cativa desses produtos, são os que mantêm o engajamento sobre as narrativas produzidas e que tendem a criar vínculos afetivos com o produto em questão. Os fãs são imprescindíveis no espalhamento da cultura participativa que surge no ciberespaço, no entanto, assim como existem os fãs que amam determinado produto da indústria cultural, existem os *haters* e os *anti-fãs*, sendo importante frisar a diferença entre o fã, anti-fã e o *hater*.

## FÃS, HATERS E ANTI-FÃS: AMOR, ÓDIO E DEBOCHE

O fã, no contexto da cultura colaborativa, produz também a partir das narrativas de objetos culturais consagrados. Da mesma forma que uma cultura de fã mobiliza ações, viraliza produtos, produz memes, ficções e narrativas transmidiáticas diversas, o mesmo universo que mobiliza a produção de conteúdo movido por admiração também o faz com a aversão.

Em cultura da conexão, Jenkins e outros autores (2014) analisam a mudança de postura por parte dos grandes conglomerados midiáticos diante do cenário digital. Atentos às repercussões dos *fandoms* na Internet, começam a ver os fãs também como multiplicadores do produto. As comunidades *on-line* possuem seus próprios fluxos de disseminação, e estes geram engajamento aos produtos originais, viralizando trechos, paródias, boatos e até mesmo históricas derivadas das tramas e celebridades.

Desse cenário de marketing viral e estímulo ao engajamento, também emerge a figura do *hater*, a partir do ódio exaltado a representantes da indústria do entretenimento. *Hater* é um termo

---

<sup>76</sup> Tradução nossa de: “is important for the field to acknowledge that these fan practices are equally productive and important”.

da língua inglesa, que em sentido literal pode ser traduzido como odiador e surge a partir de um grupo de indivíduos que não se identificam como fãs ou anti-fãs de algo, eles simplesmente odeiam e são determinados em gerar e expor ao ridículo aquilo que lhes desagrada. Sendo o *hating*, o verbo conjugado no gerúndio, a prática de odiar. No entanto, o *hater* vem a ser um personagem ativo e, ainda que de forma negativa, muitas vezes acaba contribuindo para a divulgação de um produto.

Essa perseguição por algo que desejam “odiar” ou tensionar de forma contracultural é um dos comportamentos na hipermídia, Gray (2019) identifica a característica como a prática de *hatewatching*. Ou seja, é possível ter uma coletividade motivada a acompanhar de forma sistêmica, não pelo apreço ao conteúdo que aqueles indivíduos midiáticos podem proporcionar, mas pela vontade de interagir de forma diferenciada, performática e referencial, fugindo do comportamento clássico dos fãs.

A visão dessa atividade do anti-fã não pode ser percebida como contraproducente para as dinâmicas comunicacionais, mas como parte de um ecossistema complexo que ajuda na manutenção dos elementos na mídia.

No presente artigo, investigamos as expressões de ambiguidade entre o fã e o *hater*, que seria a figura do anti-fã. Diferente do *hater*, o anti-fã não possui aversão pelo objeto midiático, mas estabelece uma relação de ambiguidade com ele. Ao mesmo tempo em que o cita e até mesmo cultua, o faz em função do humor, do ridículo e até mesmo do bizarro, numa fronteira entre o deboche e a apreciação.

Esses indivíduos, em contrapartida aos fãs, geram engajamento em torno de objetos pelos quais declaram amor, embora um amor pelo que eles apresentam de questionável e duvidoso no que diz respeito ao gosto, embora também não odeiem nem vetem definitivamente. Esta seria uma política anti celebridade.

A presente participação dos indivíduos nessa cultura participativa dá origem a um fenômeno particular dos meandros do ciberespaço, em que, os grupos sociais “[...] podem se

reconhecer e reafirmar seus valores e repertórios interpretativos compartilhados”, é o que afirma Fontanella (2009a, p. 6) quando traz à discussão o termo “cultura digital *trash*”. Digital *trash* é típico da cibercultura e, como aponta Fontanella:

[...] envolve as práticas de produção, reprodução, compartilhamento e consumo de produções textuais e audiovisuais fundamentadas em uma estética intencionalmente tosca, frequentemente difundindo de forma viral através das redes sociais (FONTANELLA, 2009a, p. 3).

O autor traz três perspectivas a respeito da cultura digital *trash* para a compreensão das práticas originadas a partir desse fenômeno. A primeira é de que, a partir das novas interações possibilitadas pelas novas tecnologias, o consumidor passa a ter papel ativo e cria novos contextos numa cultura hierárquica e historicamente dominada por conglomerados empresariais. O segundo ponto é de que o *trash* digital oferece tensões que geram questionamentos a respeito dos clichês dos modelos de produção da cultura para o consumo massivo. O terceiro ponto elucidado pelo autor é de que a cultura digital *trash* não surge necessariamente para excluir os produtos da cultura midiática, mas é capaz de se apropriar desses conteúdos.

Embora ocorra frequentemente a citação ao material da própria cibercultura, a maior parte daquilo que se classifica como digital *trash* envolve de uma forma ou outra a citação ou mesmo intervenção direta sobre algum repertório do imaginário da cultura de massa (FONTANELLA, 2009a, p. 5).

Ao abordar o pensamento de Bakhtin, Fontanella discute a cultura digital *trash* como um fenômeno que introduz no âmbito do digital um humor de inversão, transformando a citação, a recriação e a paródia em entretenimento que se vale de um afeto debochado pelos produtos massivos. O pesquisador levanta a premissa de que há um prazer nesta atividade, pautado, acima de tudo, no gosto pelo grotesco, pelo baixo corporal e por aquilo que há de se diferenciar do que é visualmente comum.

Ao retratar a cultura de casal presente na prática do *shipping*, uma ação dos *fandoms* que consiste em potencializar duas personalidades midiáticas e seus respectivos seguidores em um fandom à parte, por meio do uso de uma única *tag*, palavra identificadora e indexadora que pode ser repetida e rastreada na internet, o anti-fã, aquele movido pelo desejo de contrapor e contestar a ambivalência dessa cultura, reúne personagens e situações potencialmente absurdas nas *fanfictions* de casal. Essa convivência inusitada para além dos fins do riso e do consumo das marcas, acaba gerando um comentário a respeito da própria cultura da qual emerge.

## **O HUMOR GROTESCO E O SHIPPING DE CASAL: AMBIGUIDADES TRANSGRESSORAS**

A partir dos conceitos apresentados, é possível enxergar nesses fenômenos um gosto pelo grotesco. Sobretudo uma apropriação deste dentro dessa cultura de ódio e depreciação da imagem de um objeto que se encontra num patamar de adoração da indústria cultural.

O grotesco por sua vez, vem se caracterizar como categoria estética e deve ser compreendido a partir de uma lógica de apreciação daquilo que se desvirtua do padrão, do comum e do belo. Segundo Sodré e Paiva (2002), até o grotesco ser reconhecido como parte do campo da estética, o percurso foi longo, somente no século XIX esse elemento passa a ser identificado como objeto de estudo, uma vez que a estética se confundia por vezes com o estudo das até então chamadas “belas artes”.

Uma categoria que trata dos gárgulas, dos bufões, das velhas grávidas e dos bobos da corte que exibem próteses de membros exagerados, o grotesco, para além de abordar os corpos que desvirtuam dos ideais platônicos de beleza e o humor escatológico, também fala da inversão de papéis sociais, da valorização da materialidade dos corpos, por vezes considerada abjeta e execrada pela sociedade, como elementos de questionamento das normas

sociais estabelecidas. Sobretudo, quando ocorrem inversões de papéis sociais, e o que era considerado baixo e abjeto ocupa funções de poder, como no grotesco carnavalesco, surgido das análises bakhtinianas a partir das práticas do carnaval na idade média.

Hall, a partir das contribuições de Stallybrass e White (1986), destaca que há elementos estéticos na expressão de culturas contemporâneas que buscam questionar ou evidenciar as estruturas dominantes, muitas vezes pela coexistência ou quebra de hierarquias entre gêneros desiguais perante o cânone. Eles podem ser expressos, por exemplo, em “metáforas de transgressão”, aquelas “que nos permitem imaginar o que aconteceria se os valores culturais predominantes fossem questionados e transformados, se as velhas hierarquias sociais fossem derrubadas” (HALL, 2009, p. 219).

Os dois autores a quem o pesquisador se refere, buscam também no grotesco carnavalesco bakhtiniano as noções de contradição que as experiências estéticas transgressoras – tais como o carnaval da Idade Média – proporcionam na oposição entre hierarquias sociais estabelecidas, tais como o alto e o baixo corporal, o nobre e o plebeu, o feminino e o masculino. A inversão e a confusão entre tais representações poderia fornecer matéria de transformação para uma sociedade estruturada nas desigualdades.

E como percebemos as inversões grotescas na cultura contemporânea? Segundo Hall (2009), a prática pode estar presente na absorção de expressões subalternizadas por uma cultura canônica, ou o oposto disso, na qual o inferior subverte o status do suposto superior. Bem como evidencia marcas de exploração e desigualdade.

No caso do objeto aqui tratado, além do trabalho dos fãs (ou antifãs, como aqui observamos os que atuam no cenário das paródias e das inversões das *fanfictions* de casais improváveis), também percebemos a ambiguidade revelada por uma das mais constantes mitologias midiáticas, desde a estabilização do *star system*, a cultura de casal.

Segundo o filósofo e estudioso da mídia Edgar Morin (1997), o casal, assim como o final feliz, típicos das matrizes narrativas hollywoodianas, surgem como mitos aspirados pelo consumo

massivo de produtos culturais que despontam no século XX. O autor ressalta que muito dessa cultura salta do *star system*, um sistema de estrelato forjado pelos grandes estúdios cinematográficos corporativos, que utilizavam as figuras públicas dos atores e atrizes em panfletos e programas, publicidades em geral, consolidando personas que encenavam nas capas de revistas o ideário olimpiano de uma vida de glamour e luxo, repleta de êxitos materiais, mas também afetivos.

A matéria-prima da estrela é uma mistura de vida e sonho, que se encarna nos arquétipos do universo romanesco. Mas os heróis dos romances, ectoplasmáticos e inconsistentes, se encarnam a si mesmos no arquétipo da estrela. Ao mesmo tempo modela e modelada, interior e exterior ao filme, que determina e a determina, personalidade sincrética em que não dá para diferenciar a pessoa real, a fabricada pela indústria de sonhos, e a inventada pelo espectador, potência mítica tornada potência real, uma vez que pode alterar filmes e roteiros e dirigir o destino de seus admiradores, a estrela tem a mesma natureza dupla dos heróis das mitologias, mortais aspirantes à imortalidade, à divindade, gênios em ação, meio humanos, meio deuses. Durante o filme, esses heróis e heroínas lutam, sofrem, agem, salvam. Fora dele, as estrelas levam uma vida paradisíaca de prazeres e jogos reservados aos heróis após a morte (MORIN, 1989, p. 70).

Atualmente, a cultura de fã resgata esse *star system* e o pilar da cultura de casal como estrutura dos novos olímpianos. Entretanto, como o próprio Morin (1989) já postulava, décadas antes, vivemos uma cultura pós *star system*. A decadência da vida pública de muitas grandes estrelas, a perda de referente do casal heteronormativo e seus finais felizes conjugais, a chegada de uma cultura volátil em celebridades duram algumas estações e um campo de subcelebridades que disputam e tentam multiplicar os seus instantes de fama reformularam o contexto.

O *shipping* surge numa contemporaneidade em que nem o final feliz, nem as estrelas, nem o casal são aspirações tangíveis. No que o filósofo Byung Chul-han (2017) chama de “sociedade de desempenho”, o amor é positivado como algo a ser experimentado de forma plena como parte de um projeto metódico e exitoso de

vida estável, o sentido de paixão é rebaixado a uma vulnerabilidade que destitui os sujeitos de suas reais possibilidades de ascensão e poder.

Os fãs partem de uma certa nostalgia residual dos finais felizes, tanto que muitos *shippings* são apenas desejos de um idílio amoroso que nem sempre é corroborado pelas celebridades, seja em suas vidas pessoais seja em seus personagens ficcionais. Já os anti-fãs, na nossa proposta de leitura, são aqueles que buscam as oposições, as contradições que o próprio contexto engendra, para encenar um imaginário afetivo que é também um comentário sobre a presença desses corpos nessa atual cultura de celebridades.

## #FELENA E #JANÊS

No site intitulado *Spirit Fanfics* e histórias, as narrativas de casal ocupam elevado destaque, sendo seguidas, cultuadas e ansiadas pelos fãs. A plataforma *Spirit*, disponível como aplicativo ou acessível pelo endereço [www.spiritfanfiction.com](http://www.spiritfanfiction.com), estimula seus visitantes a se cadastrarem e produzirem conteúdo, com os seguintes dizeres na página principal: “solte sua imaginação, escreva suas histórias, tenha sua própria página personalizada, compartilhe idéias, faça amizades” (SPIRIT FANFICTION, 2021). Também apresenta como conteúdo de seu site:

histórias criadas por fãs baseadas em animes, bandas, celebridades, séries, mangás, games, músicos, livros, filmes, histórias em quadrinhos e outros diversos assuntos. Os personagens e ambientes das obras servem de inspiração para a criação dos enredos das ficções, porém, essas são desenvolvidas segundo as ideias do autor, podendo criar relacionamentos e realidades paralelas completamente diferentes das vistas nas histórias originais (SPIRIT FANFICTION, 2021).

O site possui 13 categorias de *fanfiction*, as obras mais populares contam com mais de 200 mil acessos e milhares de seguidores que acompanham as histórias. Além de uma plataforma de publicações, constitui uma comunidade *on-line* com avaliações, interações,

pedidos de continuidade das histórias e sugestões entre autores e seguidores. Desta comunidade profícua já emergiram algumas das *fanfictions* de casal mais populares do consumo nacional.

Curiosamente, algumas das mais aclamadas estão situadas justamente no espectro dos antifãs. *Fanfictions* de casais improváveis, que unem estrelas globais internacionais e personagens da mídia televisiva nacional, ou até mesmo figuras que emergem do ciclo comumente chamado de subcelebridades, pessoas que se tornam objeto de culto por se tornarem virais em plataformas *on-line*, justamente no espectro do *trash* digital.

Este é o caso do fandom organizando em torno do *shipping* #felena, que reúne o apresentador Faustão, estrela por três décadas do programa Domingão do Faustão, transmitido aos domingos pela Rede Globo e a cantora e atriz estadunidense de origem hispânica Selena Gomez. Em menor escala, mas ainda evidente a disparidade, o fugaz *shipping* Janês, envolvendo o ator ganhador do Oscar e músico Jared Leto e a estrela viral da internet, cantora e ex-prostituta Inês Brasil. Ambos originaram histórias acolhidas por leitores do site.

## O GRITO DA PANTERA

A *fanfiction* de casal intitulada de *O Grito da Pantera* conta a história do “casal” Inês Brasil e Jared Leto. Uma união inusitada, sendo a primeira uma webcelebridade, distante de se tornar conhecida dentro de um contexto de cultura global. Por sua vez, o segundo, um ator, diretor, cantor e compositor norte-americano, conhecido como vocalista da banda *30 Seconds To Mars* e vencedor do prêmio Oscar de melhor ator coadjuvante, ou seja, que se encontra num patamar de uma cultura hegemônica.

Famosa, *a priori*, por ter seu vídeo de inscrição recusada no Big Brother Brasil 2013 tornado viral, a carioca Inês Tânia Lima da Silva, nascida em 1969, no Rio de Janeiro, iniciou sua carreira como dançarina nos palcos do produtor Sargentelli, famoso por

agenciar mulheres negras como parte de um show direcionado ao público estrangeiro.

No vídeo que a celebrizou, Inês aparece com um biquíni desproporcional ao tamanho de seus seios, com parte dos mamilos em evidência, um short esfarrapado muito curto e cavado. Num fundo branco, executa coreografias e repete frases de apelo à produção do programa, vendendo seu peixe como candidata. “Alô, alô, graças a Deus” e “vou gozar gostoso de amor e de alegria” tornaram-se bordões, que oscilam rapidamente entre o teor religioso e o sexual, adotados de imediato pelos consumidores da cultura das plataformas digitais.

A aparição de Inês despertou o interesse de redes de TV nacionais. Em suas entrevistas, que se tornaram frequentes, a dançarina se referia a si mesma como “panterona”, emitindo sons de onomatopeia que remetiam ao animal, também se tornou popular o seu “segura a marimba”. O inusitado próprio ao amadorismo casuístico do *trash* digital tornavam Inês querida da juventude e de comunidades LGBTQIA+.

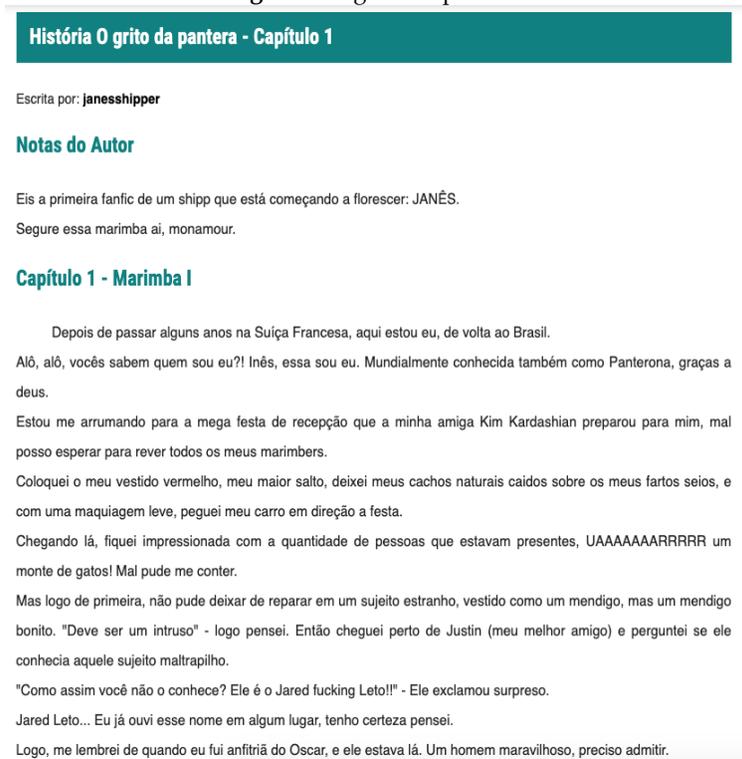
Inês Brasil contrapõe estereótipos de normatividade que operam na sociedade: mulher, negra, periférica, assumidamente ex-prostituta, reverbera em seus trejeitos maneirismos que rompem as barreiras do convencional e que circulam na figura de uma mulher andrógina repleta de bordões que surgiram a partir do seu vídeo para concorrer a uma participação no *reality show*. Seus bordões se tornaram memes na internet, propagando conteúdo viral e incorporados como gírias, sobretudo no vocabulário LGBTQIA+.

Em 2015, ano da publicação da *fanfic* aqui analisada, Inês lançou o seu álbum *Make love*, cujo single homônimo tinha como refrão “*Make, make, make love, é muito melhor, demorou!*”. E versos como “vem linguando, vem chupando” e “tou vibrando, tou vibrando, ai, tou molhada, tou gozando”. O *fandom* da dançarina garantiu dois milhões de visualizações para o videoclipe no youtube.

Na *fanfiction*, escrita por alguém que se identifica como *Janesshipper*, o lugar subalternizado de culto ao grotesco, aqui tomado como esse senso estético que exalta o baixo corporal, está

no subtexto da narrativa. Se fora da ficção dos fãs, Leto e Inês muito provavelmente jamais ocupariam o mesmo contexto e nem estariam nivelados em reconhecimento, no texto escrito pelos anti-fãs, a oportunidade é de exaltar Inês Brasil e rebaixar o ator e cantor ao *status* de admirador confesso da subcelebridade, numa inversão carnavalesca de papéis.

Figura 1: O grito da pantera.



Fonte: *Print screen* produzido pelos autores (SPIRIT FANFICTION, 2021).

Como observamos na Figura 1, na trama, Inês ocupa a centralidade de uma festa internacional, na qual se relaciona com familiaridade com nomes da indústria pop americana, como Kim Kardashian e “Justin”. Jared Leto sequer é reconhecido por ela, relatado como um “mendigo bonito”, uma referência ao visual roqueiro do cantor. Nas etapas seguintes da trama, é ele quem a

aborda e mostra-se conhecedor do seu single *Make love*, um admirador. Além de abolir o estranhamento em uma relação amorosa entre uma figura como a de Inês Brasil com a de um cantor de fama internacional, a *fanfic* a subverte. A estética do *trash* promove uma inversão de papéis, que também pode ser lida como resistência política, face aos inúmeros marcadores identitários de Inês Brasil. Vale-se, ainda, da cultura hegemônica de casal hollywoodiano, mostrando o quanto esses valores são também normatizados por regras de hierarquia social. Embora tenha tido 1.985 visualizações e apenas 18 comentários, a história teve um alcance considerável para o nicho, considerando que apenas um capítulo foi publicado.

### ***YOU ARE MY LOVE, MY DESTRUCTION***

A *fanfic* “*You are my love, my destruction - Faustão e Selena*” conta a história de um romance ficcional entre a cantora americana Selena Gomez e o apresentador brasileiro de televisão, Fausto Silva. O enredo narra a desistência de Selena de uma vida nos Estados Unidos e sua mudança para o Brasil, após chegar ao país, se apaixonar e ficar obcecada pela figura de “Faustão”, ao vê-lo na TV. A *fanfic* é escrita por “~Ericazinhaw” e teve seu primeiro capítulo publicado em 20 de agosto de 2014. O primeiro episódio da série, cujo título é “o ser mais perfeito do mundo”, possui 114.915 visualizações e 275 comentários (SPIRIT FANFICTION, 2021).

Selena, uma ex-estrela Disney, ex-namorada de Justin Bieber, cantora e atriz famosa, celebridade latina e estadunidense de apenas 29 anos de idade, é quem se mostra fã, apaixonada e adoradora do “ser mais perfeito do mundo”. O apresentador de 71 anos, cujo público se restringe a um Brasil que assiste TV aberta e o reconhece muitas vezes pelo humor ácido e reativo com seus convidados e convidadas de programa. Ao longo da *fanfiction*, Selena é tratada como uma desconhecida, barrada nos espaços de trabalho do apresentador e passa a figurar como uma amante. O

que desvirtua totalmente o *status* de poder que a atriz ocupa no mercado global.

**Figura 2:** *Love, destruction.*

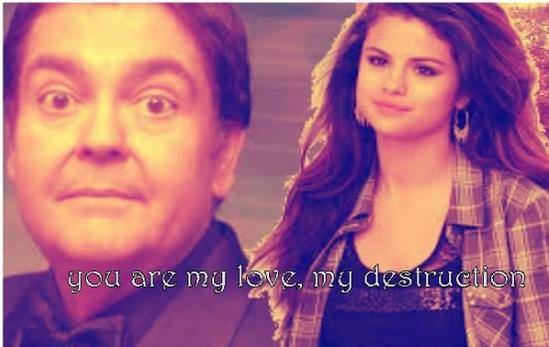
**História You are my love, my destruction - Faustão e Selena - Capítulo 1**

Escrita por: **Ericazinhaw**

**Notas do Autor**

Eu espero que gostem dessa fic (é a minha segunda), e dessa vez eu quis renovar. Um fanfic do FAUSTÃO E SELENA <3 (SHIPPER AQUI) Felena <33

**Capítulo 1 - O ser mais perfeito do mundo**



**Fonte:** *Print screen* produzido pelos autores (SPIRIT FANFICTION, 2021).

Morin (1989) afirma que, além de exemplos de estilo de vida, as estrelas afiguram também como bens de consumo, podem ser utilizadas pelos novos meios de produzir conteúdo. Por exemplo, é possível perceber as relações tensionadas na escolha dos protagonistas - Selena e Faustão - tendo em vista os contrastes entre eles, como: idade, homem mais velho com uma mulher mais jovem; estética; fama, ela é uma celebridade que permeia o cenário midiático mundial de reconhecimento, ele tem seu *status* apenas no Brasil e com a camada que consome a TV aberta dominical, sem mencionar que ainda está para algumas pessoas em um patamar de “gosto duvidoso”. Dentro dessa relação, há uma inversão dos papéis.

Nesse contexto, a *fanfic* funciona não apenas como paródia (JENKINS et al, 2014), mas como uma metáfora de transgressão

(HALL, 2009). A alta cultura do pop é subvertida pelo apelo popular do programa de auditório, a musa jovem é deslocada ao papel de apreciadora do homem vulgar. E o *shipping* se torna uma demonstração dessa quebra de padrões de uma demografia e política afetiva de celebridades, mostrando que os fãs conhecem e dominam os padrões e normas que constroem o estrelato, ao ponto de subvertê-los, invertendo polaridades.

*#Felena* tornou-se um símbolo tanto da cultura dos *memes* como também da própria noção *shipping* nas narrativas hipermediáticas brasileiras. É tanto que, no intuito de infiltrar espaços massivos, como a televisão aberta, os usuários de plataformas digitais fizeram o próprio Faustão citar a Selena Gomez nos seus recados. O momento aconteceu no programa Domingão do Faustão, em novembro de 2018, quando Fausto Silva agradece à “galera do twitter” e à Selena Gomez, atendendo a um pedido desse público (UOL, 2021).

As redes sociais oficiais da Rede Globo também já desejaram um feliz aniversário para Selena Gomez, postando uma foto de Faustão, além de “fãs” com o apresentador em que pedem, em encontros com o apresentador, para ele, de algum modo, se referir ao *anti-shipping*. Até o próprio filho deste, João Guilherme, comentou em 2019 sobre o *meme* envolvendo seu pai.

Com a saída de Fausto Silva da Rede Globo no início de 2021, o *shipping* voltou ao centro das narrativas da internet. Em forma de *meme*, várias postagens fizeram alusão a *#Felena* com o fim do programa do apresentador na TV.

Figura 3: meme de despedida Global.



Fonte: UOL, 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Morin (1989), já observava nos anos 1980 o declínio do *star system*, seu remapeamento diante de uma cultura de intensas transformações das visualidades. A ideia de estrela como uma magnitude soberana e olimpiana do cenário midiático se desgastou com o avanço das mídias que dissecavam as vidas privadas, exibindo escândalos, fracassos e derrotas que humanizavam as celebridades. Nas décadas seguintes, fenômenos como a Internet, suas intertextualidades e seus produtos híbridos e transmidiáticos, utilizaram essa humanização como elemento de suas novas constelações de afetos. Celebridades e subcelebridades, astros e anônimos poderiam interagir nas fronteiras de uma globalidade de produtos culturais participativos.

É, portanto, possível perceber que nesses duelos entre homenagem e deboche, fã e anti-fã começam a se dissolver,

havendo uma hibridização dessas funções. O anti-fã não é indiferente à situação, ele possui subjetividades e sentimentos por aquele objeto midiático. Por isso há uma ressignificação dos anti-fãs, concebendo uma espécie de anti-fandom. Um grupo que agora não só admira e segue determinado produto da mídia, como também questiona e tensiona esse objeto, utilizando-o para colocar em discussão os padrões, estereótipos e imposições colocadas de maneira ostensiva pela mídia. E esses indivíduos podem se utilizar de uma anti-fanficion, ficcionalizando a obviedade midiática, ousando como uma intervenção crítica, uma metáfora de transgressão, em que o *trash* passa a figurar no topo, reverte os códigos de uma narrativa discursiva que se apropria de padrões e modelos de vida inatingíveis.

O anti-fã surge como forma política de resistência à cultura hegemônica midiática, por meio da cultura participativa. E o *anti-shipping* reconfigura uma cultura de culto à celebridade e do *status* na contemporaneidade. Através da repulsa a casais que são idealizados pela mídia, o *anti-shipping* une casais nas *fanfics* a partir de figuras marginalizadas como a de Inês Brasil, com o hollywoodiano Jared Leto. Ou casais fisicamente opostos e distantes do ponto de vista das políticas de consumo, como o apresentador Faustão e a atriz e cantora Selena Gomez. A partir dessas questões, torna-se possível enxergar as políticas mobilizadas pelo fã e pelo anti-fã no campo da estética, e o seu papel participativo na cultura de celebridades midiáticas.

## REFERÊNCIAS

CHIN, Bertha. When Hated Characters Talk Back: Twitter, Hate, and Fan/Celebrity Interactions. In: CLICK, Melissa A. (Ed.). **Anti-Fandom: Dislike and Hate in the Digital Age**. Nova York: New York University Press, 2019.

FIGUEIREDO, Carolina; MENESES, Bruna. Fandom, fanwork e shipping como estratégias de engajamento em Supernatural. **GEMINIS**, São Carlos, v. 7, n. 2, p. 154-170, jul-dez. 2016.

FONTANELLA, Fernando. O que vem de baixo nos atinge: intertextualidade, reconhecimento e prazer na cultura digital trash. INTERCOM 2009 - XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba: INTERCOM/UP, 2009a.

FONTANELLA, Fernando. O que é um meme na Internet? Proposta para uma problemática da memesfera. **III Simpósio Nacional da ABCiber**, São Paulo, 2009b.

GRAY, Jonathan. New Audiences, New Textualities Anti-Fans and Non-Fans. **International journal of cultural studies**, v. 6, n. 1, p. 64-81, 2003.

GRAY, Jonathan. How Do I Dislike Thee? Let Me Count the Ways. In: CLICK, Melissa A. (Ed.). **Anti-Fandom: Dislike and Hate in the Digital Age**. Nova York: New York University Press, 2019.

HALL, Stuart. Para Allon White: metáforas de transformação. HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Ed UFMG/Humanas, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.

JENKINS, Henry. **A cultura da convergência**. São Paulo: Aleph. 2008.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua & FORD, Sam. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo, Editora Aleph, 2014

MONTEIRO, Camila Franco. **Fãs, só que ao contrário**: Um estudo sobre a relação entre fãs antifãs a partir do fandom da banda restart. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

MORIN, Edgar. **As estrelas: mito e sedução no cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: MAUD, 2002.

SPIRIT FANFICTION. **O grito da pantera**. Disponível em: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/o-grito-da-pantera-5069159/capitulo1>. Acesso em: 12 set. 2021.

SPIRIT FANFICTION. **You are my love, my destruction**. Disponível em: <https://www.spiritfanfiction.com/historia/you-are-my-love-my-destruction--faustao-e-selena-2369005>. Acesso em: 12 set. 2021.

UOL. **Globo usa meme para anunciar saída de Faustão**. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2021/01/25/globo-usa-meme-para-anunciar-saida-de-faustao-157566.php>. Acesso em: 12 set. 2021.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES E AS ORGANIZADORAS**

### **Daiany Ferreira Dantas**

Doutora em Comunicação (PPGCOM/UFPE). Docente no curso de Comunicação Social da UERN. E-mail: daianydantas@gmail.com

### **Francisco Paulo da Silva**

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2005) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara), com Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra - UC, no Centro de Estudos Sociais (CES). Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras e Artes, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL/ Mestrado em Letras, da UERN e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL/UERN. Líder do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - (GEDUERN). E-mail: fpaulinhos@gmail.com

### **Geilson Fernandes de Oliveira**

Doutor em Estudos da Mídia (PPGEM/UFRN). Mestre em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo (UERN). Atualmente, é docente da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN) e do Grupo de Pesquisa Informação, Cultura e Práticas Sociais (UERN). E-mail: geilson\_fernandes@hotmail.com

### **Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). Mestre em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do Grupo de Estudos do Discurso da UERN (GEDUERN). Membro do Grupo de Pesquisa Informação, Cultura e Práticas Sociais (UERN). Membro do Núcleo de Estudos de Gênero, Relações Étnico raciais, Aprendizagens e Saberes (NEGRAS), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: pamella\_rochelle@hotmail.com

## **SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS**

### **Antonio Genário Pinheiro dos Santos**

Docente pesquisador do curso de Letras da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: genario.pinheiro@ufrn.br

### **Antônio Hélio da Cunha Filho**

Mestrando em Estudos da Mídia (PPGEM/UFRN). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela UERN. E-mail: heliofilho2@hotmail.com

### **Daiany Ferreira Dantas**

Doutora em Comunicação (PPGCOM/UFPE). Docente no curso de Comunicação Social da UERN. E-mail: daianydantas@gmail.com

### **Danilo Moisés de Moraes Rebouças**

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-Graduado *Lato Sensu* em Assessoria e Gestão da Comunicação pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN). E-mail: danilomoisesmr@gmail.com.

### **Eduarda Shirley Fernandes de Oliveira Vale Pedrosa**

Mestre em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Docente do curso de Direito da Universidade Potiguar (UnP). E-mail: eduardavale@hotmail.com

### **Francisca Verônica Pereira Moreira**

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR), e em

Ensino de Língua Portuguesa e Matemática em uma Perspectiva Transdisciplinar pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Licenciada em Pedagogia (UERN). Graduada em Letras (UERN). E-mail: veronica.pereira2008@hotmail.com

### **Heitor Pinheiro de Rezende**

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Movimentos Sociais no Ambiente Digital. Docente do curso de Publicidade e Propaganda da UERN. E-mail: pinheirorezende@uern.br

### **Israel Fonseca Araújo**

Doutorando em Letras/Estudos do Discurso e do Texto (UERN). Mestre em Letras/Linguística (UFPA). Docente de Língua Portuguesa e Literatura na educação básica, em Igarapé-Miri (PA). E-mail: poemeiro@hotmail.com.

### **Josenildo Soares Bezerra**

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) e no Departamento de Comunicação (DECOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenador do Corpólítica - Grupo de Estudos Interdisciplinares, Práticas Discursivas e Políticas dos Corpos. E-mail: soares.bezerra@gmail.com

### **Kassios Cley Costa de Araújo**

Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na área de Linguística Aplicada. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: kassiosaraujo@gmail.com

### **Kênia Bruna da Silva**

Estudante do curso de Publicidade e Propaganda da UERN. Membro do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Movimentos Sociais no Ambiente Digital. E-mail: kenya\_bruna@hotmail.com

### **Laís Emanuelle Borba de Brito**

Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP WYDEN), sendo laureada. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. Integrante do CORPOLÍTICA - Grupo de Estudos Interdisciplinares, Práticas Discursivas e Políticas dos Corpos. E-mail: laisemanuelle\_2012@hotmail.com.

### **Luane Fernandes Costa**

Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: fernandesluane6@gmail.com

### **Luciana Fernandes Nery**

Docente da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: lucianafernandes@uern.br.

### **Marcelino Gomes dos Santos**

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marcelinogomes\_@outlook.com

### **Marcos Paulo de Azevedo**

Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: marcospaulo@uern.br

### **Maria Eliza Freitas do Nascimento**

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e do Programa de Pós-Graduação em Letras da (PPGL/UERN). E-mail: elizamfn@hotmail.com

### **Maria Helena de Medeiros**

Estudante do curso de Publicidade e Propaganda da UERN. Membro do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Movimentos Sociais no Ambiente Digital. E-mail: helenamedeiros@alu.uern.br

### **Nayara Nicoly Braga**

Discente do curso de Letras – Língua Portuguesa, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: nayaranicolly@gmail.com

### **Rafaela Cláudia dos Santos**

Discente em nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rafaelaclaudiasan@gmail.com

### **Raquel Assunção Oliveira**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do Corpolítica - Grupo de Estudos Interdisciplinares, Práticas Discursivas e Políticas dos Corpos. E-mail: assuncaoraqueloliveira@gmail.com

### **Renata Archanjo**

Doutora em Estudos da Linguagem. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: renaarchanjo@gmail.com

**Rodrigo Vieira Costa**

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do curso de Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: rodrigo.vieira@ufersa.edu.br

**Samir Magoya de Medeiros Santos**

Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e propaganda, pela UERN. E-mail: samirmagoya@gmail.com

**Sara Cristina dos Santos Freires**

Professora assistente da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, mestra em Ciências da Linguagem/PPCL/UERN. E-mail: sc.freires@gmail.com

**Thaliane Andrade de Lima**

Bolsista PIBIC/CNPq; Discente do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: Thalyma77@gmail.com

**Thayonara Izabel Gomes Filgueira**

Graduada em comunicação social com habilitação em jornalismo pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E- mail: thayonaraizabel@hotmail.com

**Na presente coletânea de artigos, intitulada *Mídia, discurso e sociedade: problematizações contemporâneas*, observamos a emergência de possíveis novas epistemes discursivas, advindas de ambientes e práticas que ora mantém a propriedade de um contexto voltado à replicação massiva da univocidade de saberes e poderes, servindo à projeção de supostas verdades históricas, ora expõem a ambiguidade e conflitos desses campos enunciativos, remanescentes das práticas que os forjam.**

**Os organizadores**

